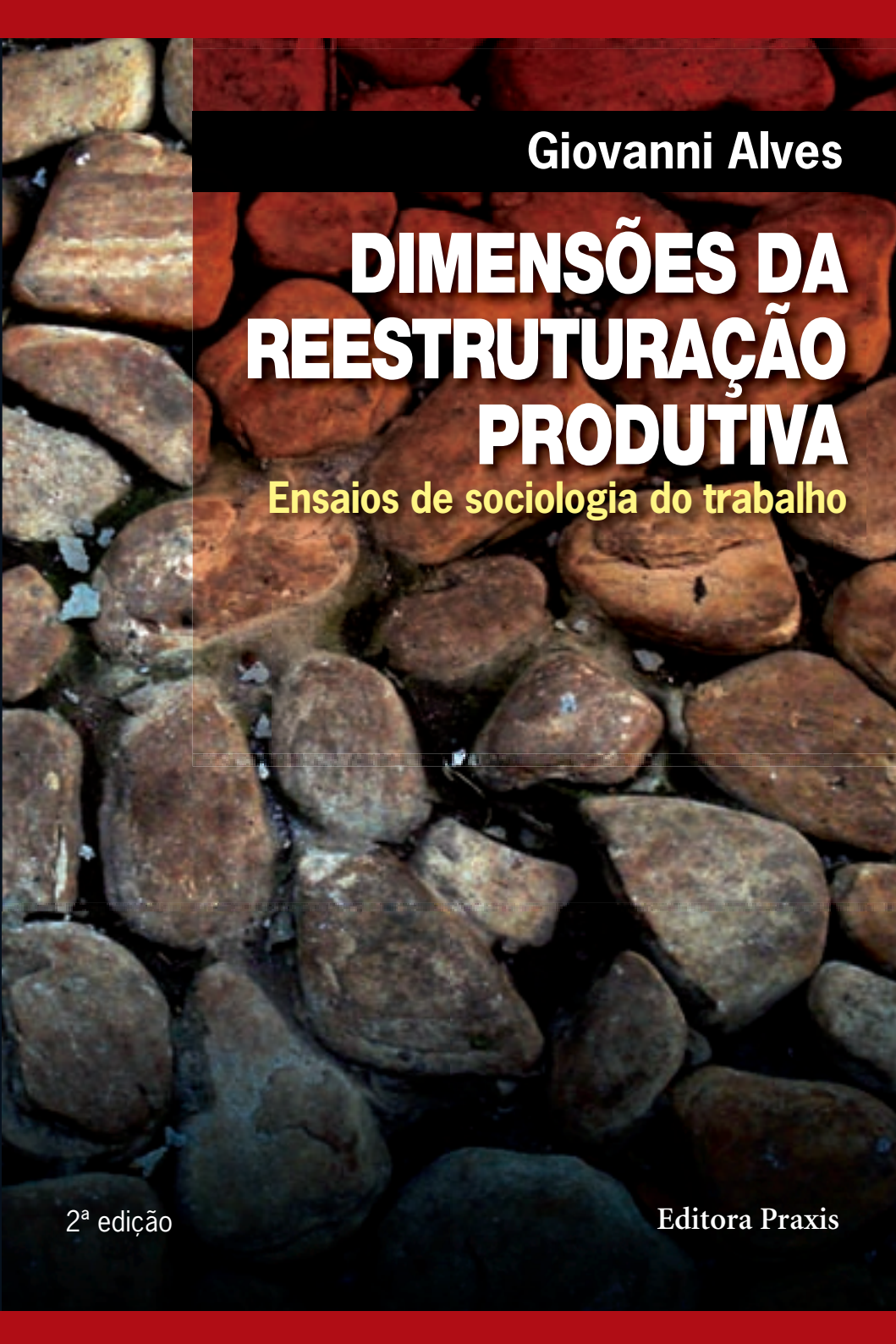

Giovanni Alves
DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
Ensaios de sociologia do trabalho
2ª edição
Editora Praxis

DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ensaios de sociologia do trabalho

Projeto Editorial Praxis

http://editorapraxis.cjb.net

Trabalho e Mundialização do Capital – A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização
Giovanni Alves

Dimensões da Globalização – O Capital e Suas Contradições
Giovanni Alves

Dialética do Ciberespaço - Trabalho, Tecnologia e Política no Capitalismo Global
Giovanni Alves (org.) e Vinício Martinez (org.)

Limites do Sindicalismo - Marx, Engels e a Crítica da Economia Política
Giovanni Alves

Novos Desequilibrios Capitalistas Paradoxos do Capital e Competição Global
Luciano Vasapollo

Tecnécrates
Antonino Infranca

Desafios do Trabalho – Capital e Luta de Classes no Século XXI
Roberto Batista (org.) e Renan Araújo (org.)

Universidade e Neoliberalismo
O Banco Mundial e a Reforma Universitária na Argentina (1989-1999)
Mario Luiz Neves de Azevedo e Afrânio Mendes Catani

Trabalho, Economia e Tecnologia - Novas Perspectivas para a Sociedade Global
Jorge Machado (org.) parceria com a Editora Tendenz

Trabalho e Educação
Contradições do Capitalismo Global
Giovanni Alves (org.), Roberto Batista (Org.) e Jorge Gonzáles (Org.)

Trabalho e Cinema – O Mundo do Trabalho Através do Cinema – Volume 1
Giovanni Alves

SÉRIE RISCO RADICAL

1. O Outro Virtual - Ensaios sobre a Internet
Giovanni Alves, Vinicio Martinez, Marcos Alvarez, Paula Carolei

2. Democracia Virtual - O Nascimento do Cidadão Fractal
Vinicio Martinez

3. Leviatã - Ensaios de Teoria Política
Marcelo Fernandes de Oliveira

4. Trabalho e Globalização - A Crise do Sindicalismo Propositivo
Ariovaldo de Oliveira Santos

5. Concertação Social e Luta de Classes - O Sindicalismo Norte-Americano
Ariovaldo Santos

Pedidos através do e-mail
editorapraxis@uol.com.br

Giovanni Alves

DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ensaios de sociologia do trabalho

2ª edição

Editora Praxis
2007

Copyright do Autor, 2007
ISBN 978-85-99728-10-9

Conselho Editorial
Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior – UNESP
Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos – UEL
Prof. Dr. Francisco Luis Corsi – UNESP
Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano Gonzáles – UNISO
Prof. Dr. Jorge Machado – USP
Prof. Dr. José Meneleu Neto – UECE
Prof. DR. Vinício Martinez - UNIVEM

Produção Gráfica
Canal6 Projetos Editoriais
www.canal6.com.br

G979c Alves, Giovanni.
Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

288 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-99728-10-9

1. Trabalho. 2.Reestruturação Produtiva. 3.Fordismo. I. Giovanni Alves. II. Título.

CDD 331.0981

Projeto Editorial Praxis
Free Press is Underground Press
http://editorapraxis.cjb.net

Impresso no Brasil/Printed in Brazil
2007

Apresentação

Neste livro que está em sua 2ª. Edição amplamente revisada, compilamos ensaios escritos nos últimos anos (2002-2006). Queremos destacar o caráter ensaistico destes escritos, que buscam apresentar breves considerações criticas sobre importantes dimensões do mundo do trabalho nas condições do capitalismo global. O cerne principal dos ensaios é a discussão do novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho nos últimos trinta anos. Para nós, o toyotismo é o "momento predominante" da reestruturação produtiva que ocorre sob a mundialização do capital. Apresentamos, deste modo, com mais ênfase, uma tese que desenvolvemos desde os livros "Trabalho e Mundialização do Capital" (1999) e o "O novo (e precário) mundo do trabalho" (2000).

Por outro lado, o caráter ensaistico do livro permite que possamos apresentar, a título de sugestão para uma investigação critica, uma série de novos elementos categoriais para a análise do complexo de reestruturação produtiva. Por exemplo, pela primeira vez, expomos a idéia de que o complexo de reestruturação produtiva é constituído por uma tríplice dimensão, isto é, as *inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas*. Consideramos que são as inovações sócio-metabólicas que propiciam a "captura" da subjetividade do trabalho ao capital. Além disso, problematizamos a expressão "captura" da subjetividade, nexo essencial do toyotismo. Salientamos a importância de colocar o termo *captura* entre aspas visando a salientar seu significado problemático.

Buscamos explicitar o que entendemos por "subjetividade". Por meio da utilização do léxico freudiano, explicamos a categoria de subjetividade como sendo constituída pelas instâncias psíquicas da pré-consciencia, consciência e do inconsciente. Inclusive, sugerimos o conceito de

inconsciente estendido para explicar a nova densidade da "substância" psíquica alienada que surge de uma sociedade hiperfetichizada nas condições de uma subjetividade complexa. Na verdade, sob o "capitalismo manipulatório", é cada vez mais importante dissecarmos as teias de controle e dominação do capital não apenas no plano político-sociológico, mas psicossocial.

Apresentamos também, nestes ensaios, o conceito de *sócio-metabolismo da barbárie* que busca salientar as novas condições do metabolismo social do capitalismo global. Levantamos a hipótese de que é o sócio-metabolismo da barbárie que cria os pressupostos psico-sociológicos dos consentimentos espúrios instaurados pelo capital. Mas a subjetividade não é constituída apenas pela mente, mas também pelo corpo. Por isso, a "captura" da subjetividade significa a constituição de um novo tráfico mente-corpo. Isto é, na medida em que o toyotismo altera a implicação subjetiva do fordismo, ela tem repercussões na instância do corpo (como parte constitutiva da subjetividade). Deste modo, podemos dizer que o toyotismo tende a constituir uma nova forma de organizar o tráfico mente-corpo. É o que denominarmos de "compressão psicocorporal". Finalmente, colocamos o *estresse* como a doença universal do toyotismo.

Portanto, o livro "Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaios de Sociologia do Trabalho" é uma contribuição a uma reflexão critica sobre as transformações da objetividade e subjetividade do trabalho sob a mundialização do capital. Nosso objetivo primordial foi compilar uma série de novos *insights* categoriais que surgiram nos últimos anos, a maioria deles ainda sob o crivo da critica (e auto-critica) cientifica. Estas novas categorias buscam desvendar as condições concretas da exploração e espoliação da força de trabalho e do trabalho vivo na civilização do capital.

Agradeço o apoio dos colegas Francisco Corsi, José Camargo Marangoni, Ariovaldo Santos, Simone Wolff, Roberto Batista e Renan Araújo, do Grupo de Pesquisa "Estudos da Globalização", no interior da qual muitas destas discussões tem sido conduzidas; e a interlocução constante com alunos e alunas da graduação e pós-graduação das ciências

sociais da UNESP - Campus de Marilia. O Projeto Tela Crítica, que conduzo com o apoio de Élson Menegazzo, Paulo Mazzini e Lídia Basoli, tem contribuído, por meio das análises de filmes, com importantes *insights* categoriais para explicar as novas condições da proletariedade moderna. Além disso, agradeço o apoio da colega Márcia Silva (UERJ), do Rio de Janeiro e de Augusto Petta, do CES - Centro de Estudos Sindicais, de São Paulo, pela oportunidade dada para proferir cursos sobre a natureza da reestruturação produtiva do capital, atividade que me instigou a inovar no plano teórico-categorial buscando decifrar o enigma do novo (e precário) mundo do trabalho.

Além disso, é importante destacar que as reflexões ensaisticas do livro é parte da pesquisa intitulada "A Tessitura da Redundância – Experiências da Precariedade e da Precarização do Trabalho no Brasil" e do Projeto OPT – Observatório da Precarização do Trabalho, ambos conduzidos com o apoio inestimável do CNPq.

Londrina, 1º de maio de 2007
Giovanni Alves

"*Always be closing*"
Provérbio do caixeiro-viajante

"*Nós já não sabemos muito bem quando trabalhamos*
e quando não trabalhamos.
Nós estaremos constantemente ocupados
em fazer todos os tipos de negócios"

Pierre Lévy,
"Filosofia world"

"Cada hora, de cada dia,
a gente aprende
uma qualidade nova de medo!"

Guimarães Rosa,
"Grande Sertão Veredas"

Sumário

PARTE I
ELEMENTOS CRÍTICOS DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO

15 *Capitulo 1*
A Natureza do Capital

31 *Capitulo 2*
Trabalho e Capitalismo

55 *Capitulo 3*
Trabalho e Ciberespaço

71 *Capitulo 4*
Metamorfoses do Trabalho

111 *Capítulo 5*
Precariedade e Precarização do Trabalho

PARTE II
O NOVO COMPLEXO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

155 *Capitulo 6*
Formas da Reestruturação Produtiva

185 *Capitulo 7*
Toyotismo e "Captura" da Subjetividade

209 *Capitulo 8*
Trabalho, Corpo e Subjetividade

233 *Capitulo 9*
Toyotismo e Estresse

245 *Capitulo 10*
Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade

257 *Capitulo 11*
O Precário Mundo do Trabalho no Brasil

285 Bibliografia

PARTE I

Elementos críticos de sociologia do trabalho

Capitulo 1

A Natureza do Capital

O capital é uma categoria moderna. Apesar de suas determinações compositivas terem origens pré-capitalistas, como o capital monetário ou capital comercial, isto é, terem existido antes do modo de produção capitalista, sendo partes de outros modos de produção e de metabolismo social, o capital como *sistema de controle sócio-metabólico*, como diria Meszáros, é uma categoria intrinsecamente moderna. O que significa que pertence, em si e para si, à temporalidade histórica do modo de produção capitalista.

A critica do capital é, em sua dimensão essencial, a critica da modernidade. Karl Marx é, deste modo, critico da modernidade do capital, desta forma histórica de controle do metabolismo social que se constituiu a partir do modo de produção capitalista, cujas origens históricas é datada a partir do século XVI. Através de suas reflexões criticas, Marx conseguiu apreender o sistema categorial essencial dos mecanismos fundantes e fundamentais da sociedade burguesa. Um dos mais perspicazes leitores de Marx, István Meszáros, atribuiu em sua obra, algumas características essenciais ao capital, isto é, o capital é *expansionista*, *incontrolável*, *incorrigível* e *insustentável*. São tais características essenciais do capital que explicam a voracidade dos processos de reestruturação capitalista, com destaque para o processo de reestruturação produtiva que atinge, de forma contínua, o modo de produção capitalista.

O Processo de Modernização do Capital

O cerne essencial e finalidade intrínseca da ordem de reprodução social metabólica do capital é a *produção de mais-valia*. É claro que não podemos reduzir a dinâmica da sociedade burguesa, a constelação histórico-social que surge a partir do século XVI no Ocidente, à lógica da produção de mais-valia. Ou seja, uma *totalidade social* é composta não apenas de economia, mas de política, cultura, psicologia e tecnologia. Além destas instâncias irredutíveis à economia, é importante salientar que na formação social burguesa existem múltiplas determinações de outros modos de produção pré-capitalistas, que incidem sobre sua dinâmica social. Entretanto, a economia ou a esfera da produção de mais-valia, no sentido preciso de base material da produção social, é a instância diretamente determinante da reprodução social desta sociedade mercantil complexa, que é o capitalismo.

A sociedade burguesa que surge com o capitalismo industrial é *a sociedade mais social* que se constituiu no decorrer da história humana. O que significa que é nesta formação social que ocorre o *recuo significativo das barreiras naturais* em virtude do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. A natureza é, cada vez mais, natureza social ou socializada, no sentido de ser constituída, em si e para si, por determinações sociais. Cada vez mais o ser social imprime a sua marca na paisagem natural. E ainda: a natureza tende a *sofrer*, deste modo, as determinações de uma ordem de metabolismo social voltada para a acumulação ampliada de mais-valia.

É esta *racionalidade instrumental* que surge com o capitalismo industrial que tende a colocar o conhecimento e a ciência (e sua extensão, a tecnologia), à serviço do capital, contribuindo para fazer da sociedade burguesa uma sociedade cada vez mais social. Entretanto, a partir da *crise estrutural do capital*, em meados dos anos 1970, sob o *sócio-metabolismo da barbárie* (que é subproduto das dilacerantes contradições sociais,) o sistema social do capital é *afetado por múltiplas negações*, sendo a principal delas, a *dessocialização* do ser social burguês. A par-

tir do sócio-metabolismo da barbárie tende a emergir uma socialidade estranhada, decorrente do desemprego estrutural e das várias formas de alienação social.

A fórmula geral do capital, indicada por Marx, é D-M-D' (onde D é igual a dinheiro, M é mercadoria e D' é o dinheiro acrescido de mais-valor). É como Marx nos apresenta no capítulo IV de sua obra maior. Tal fórmula geral possui um sentido ontológico, ou seja, fundamental e fundante para apreendermos a natureza do capital ou da categoria social que constituiu a temporalidade histórica da modernidade (MARX, 1988).

Nesta pequena fórmula-síntese, Marx apresenta o principio estruturante da sociabilidade moderna ou sociabilidade do capital. Nesse momento, Marx está sendo *minimalista*. Uma simples fórmula geral – D-M-D' contém o principio universal fundante e fundamental da ordem de produção e reprodução do metabolismo social do capital.

D-M-D' significa que o *processo de modernização* baseia-se, em si e para si, na lógica do capital ou seja, no movimento do dinheiro que busca fazer mais dinheiro através da venda de mercadoria (o que significa, num primeiro momento, a posição do *mercado*). Ora, não é que o mercado tenha surgido com o modo de produção capitalista. Existiu *mercado* nas sociedades antigas. Entretanto, enquanto categoria compositiva do capital, o mercado, sob o modo de produção capitalista, assumiu uma dimensão inédita.

Sob o sistema capitalista, o mercado passa a estruturar o nexo produtivo e reprodutivo-social. Por que ocorreu isto? Porque, como salientamos acima, através desta fórmula genial (D-M-D'), o *mercado* tende a tornar-se a mediação suprema da acumulação de mais-valia. É tão-somente através da venda de mercadorias que ocorre a acumulação de capital-dinheiro. Por isso, a vigência desta fórmula geral nos conduz ao pleno desenvolvimento da mercantilização universal (o que seria perceptível, principalmente a partir do século XIX).

Deste modo, estava contido, *in germe*, na fórmula geral do capital D-M-D', a tendência de *mercantilização universal*. No sistema sócio-metabólico do capital tudo tende a torna-se mercadoria. Isto ocorre por-

que é através da forma-mercadoria que ocorre a acumulação de mais-valia, objetivo essencial da produção material ou do modo de produção capitalista. Assim, o simples fórmula geral (D-M-D') em seus desdobramentos categoriais ampliados, tende a nos dizer muita a respeito da fenomenologia da sociedade burguesa.

Mas é importante salientar algo: existe uma determinação essencial cuja transformação histórica em mercadoria é que iria inaugurar não apenas o modo de produção capitalista, mas a própria tendência de mercantilização universal. Como iremos apresentar no próximo capítulo, *o ato primordial de constituição da sociedade mercantil complexa é a transformação da própria força de trabalho em mercadoria*.

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, através da instauração do trabalho livre, que dá-nos a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia (o D'). Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produz mais-valia.

No inicio do capítulo, destacamos que o capital é, segundo István Mészáros, *expansionista*, *incontrolável, incorrigível* e *insustentável*. De onde provêm tais características da ordem de reprodução social e metabólica do capital? Elas provém da dinâmica essencial traduzida na fórmula geral D-M-D'. Ou seja, diferentemente da fórmula M-D-M, que expressa a circulação simples de mercadoria, a outra fórmula da produção do capital, D-M-D', possui, em si, um caráter expansionista e incontrolável (para entender, de modo pleno, tais raciocínios de Marx, sugiro a leitura do capítulo IV, da Seção II, do Livro de "O Capital") (MARX, 1988; MÉSZÁROS, 2002).

O *dinheiro* como riqueza abstrata, em si e por si, como "sujeito automático", como diria Marx, busca a auto-valorização infindável. O D' é a representação simbólica de um termo reiterativo perpétuo. Dinheiro só se satisfaz com mais dinheiro. Isto ocorre, no caso da acumulação capitalista, porque dinheiro é, em si e para si, valor em expansão. É apenas um momento deste processo de auto-valorização perpetuo, que não se

detém em nenhuma materialidade propriamente dita (M e D são apenas momentos fugazes de um movimento perpetuo de valorização; o que significa que, a rigor, o capital é, como nos diz Marx, não D ou M, mas sim o próprio movimento de auto-valorização). É deste modo que se explica seu caráter expansionista e incontrolável. É no bojo do *movimento sistêmico* de valorização do capital-dinheiro que se constituiu um sistema social capaz de reproduzir, nos seus laços de sociabilidade, a lógica perpétua de acumulação de riqueza abstrata. A sociedade burguesa se constitui através da produção de uma outra "natureza", uma *segunda natureza*, natureza social que se impõe de forma estranhada, pois tende a frustrar as expectativas dos agentes humanos.

Esta *teoria critica do capital*, desenvolvida por Marx contém, assim, não apenas uma *teoria da exploração*, que explica os mecanismos da produção de mais-valia através da exploração da força de trabalho, mas uma *teoria do estranhamento*, que expressa a própria natureza do capital.

O capital é o próprio *sistema do estranhamento social*. A categoria de estranhamento é uma das mais significativas categorias sociológicas. É ela que constitui o conteúdo material da categoria *capital*. Aliás, a última se confunde com a primeira. Através da categoria de estranhamento (ou alienação) podemos dar uma inteligibilidade critica à fenomenologia da reprodução social na sociedade burguesa.

Um detalhe: ao falarmos *estranhamento*, queremos dizer *alienação*. Para nós, as duas palavras têm o mesmo significado, ou seja, possuem um claro sentido negativo. Se a *exteriorização* ou *objetivação* da atividade do homem como ser genérico, possui um sentido de positividade, o *estranhamento*, por outro lado, possui um claro sentido de negatividade, tendo em vista que *obstaculiza* o desenvolvimento do ser genérico do homem através da atividade do trabalho.

A *exteriorização* ou *objetivação* são traços ontológicos da atividade do trabalho humano-genérico. O homem é um animal que produz objetos, isto é, se objetiva em produtos. É o que se denomina *objetivação*

ou *exteriorização*. É através do processo de objetivação (do trabalho) que o animal homem se tornou ser humano.

Entretanto, sob determinadas condições históricas da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho, a produção de *objetos* se interverteu em produção de coisas-mercadorias. O objeto de trabalho (ou o produto do trabalho) se tornou *coisal*, ou seja, tornou-se uma *coisa*, produto-mercadoria, intransparente, fetichizado, que nega o próprio sujeito humano, o ser genérico do homem. A objetivação assume deste modo, uma forma estranhada.

Sob o modo de produção capitalista o estranhamento assume uma *forma sistêmica*. Por isso, a sociedade burguesa é o primeiro *sistema social*. O modo de produção capitalista constituiu um *sistema do estranhamento social* ao desenvolver à exaustão, as determinações categoriais do estranhamento social, algumas delas, inclusive, inscritas em sociedade antigas, como o mercado ou capital mercantil, dinheiro ou capital monetário.

O que antes era tão-somente formas *residuais* de dinâmica societária, como o mercado e a forma-mercadoria, tornou-se, com o modo de produção do capital, eixo estruturante da sociabilidade e da produção social. Assim, o estranhamento social constituiu o próprio sócio-metabolismo do Ocidente e hoje, do *globo*.

No livro "A Ideologia Alemã", Karl Marx nos indicou os elementos históricos do processo social que deu origem à alienação/estranhamento. Sua origem categorial é explicada pelo surgimento da divisão hierárquica do trabalho/propriedade privada. A partir dela surge um complexo de objetivações estranhadas (classe social, Estado político e o trabalho como atividade exclusiva trabalho estranhado).

No livro "O Capital – Critica da Economia Política", a categoria de estranhamento social *não* está exposta em si. Nesta obra clássica, Marx *não* escreveu um capítulo (ou seção) intitulado, por exemplo, "O Estranhamento". Entretanto, a *categoria* de estranhamento permeia todo o construto categorial de critica da produção do capital. Na verdade, Marx dedica, no Capítulo 1 (do Livro I), uma seção inteira para tratar do se-

gredo do *fetichismo da mercadoria*. Ele trata do *fetichismo social* em sua forma mais simples, o fetichismo da mercadoria. Marx *não* trata especificamente do categoria de estranhamento social porque ela já permeia, como pressuposto lógico-ontológico, todo o livro de "O Capital". O fetichismo da mercadoria é a manifestação particular-concreta do estranhamento no plano da consciência social (MARX, 1988).

Na sociedade do estranhamento social, os produtos-mercadoria tendem a ocultar sua própria natureza social. Assim, o fetichismo da mercadoria é a ocultação da natureza da forma-mercadoria, a ocultação do produto-mercadoria como produto da atividade do trabalho social. Deste modo, Marx descobriu que, uma das dimensões da sociedade burguesa é ser uma *sociedade intransparente*, que oculta sua própria condição fundamental e fundante: ser sociedade do trabalho social.

A sociedade burguesa aparece assim, de forma invertida, como sociedade do capital. O fetichismo social é um tipo de estranhamento ou manifestação estranhada da percepção (e da consciência) social. A objetividade social *aparece* de forma opaca para os agentes sociais. Eles não conseguem vislumbrar com clareza as relações sociais essenciais.

Na seção intitulada "O fetichismo da mercadoria e seu segredo", Marx expõe o traço essencial da sociedade burguesa. É por isso que a exploração da força de trabalho tende a estar oculta e tornar-se intransparente para o mundo do trabalho. Na verdade, sob a *modernidade do capital* põe-se a necessidade de uma *teoria critica* capaz de expor a natureza do capital e a raiz da exploração do trabalho. Se o servo da gleba tinha percepção plena de que era explorado pelo senhor feudal, o mesmo não ocorre com o operário industrial. Ou seja, a exploração da mais-valia *não* é dada de imediato (enquanto, por exemplo, a corvéia, a extração de sobretrabalho na idade feudal o era). O que explica, para Marx, essa intransparencia, é o fetichismo da mercadoria.

O *fetiche* é o objeto estranhado, que oculta (e inverte) suas determinações essenciais. E no mundo social do capital existem fetiches de vários tipos: o fetiche da mercadoria é a forma mais simples, mas existem o fetichismo do Estado político, do dinheiro, da técnica (como tec-

nologia) e o mais denso: o fetiche do capital. E mais ainda: o fetiche, ou esta *segunda natureza*, se impõe sobre homens e mulheres, frustrando suas expectativas, negando a possibilidade do próprio controle social. É deste modo, uma forma de manifestação consciente, imbuída de *ideologia* no sentido de *falsa consciência,* da objetividade social do sistema sócio-metabólico do capital (valores-fetiche).

O *objeto-fetiche* (ou a *coisa*, o que explicaria o termo *coisificação* ou *reificação*) é, em si, incontrolável, no sentido de tendencialmente *não* estar sob o controle dos próprios homens e mulheres. Pelo contrário, em virtude, da inversão (e perversão) do objeto que se tornou coisal, sob o fetichismo da mercadoria, tende a ocorrer a negação da *subjetividade*, pois, sob tais condições históricas determinadas, ocorre a negação do próprio sujeito humano. Assim, em 1867, ao tratar do fetiche da mercadoria e seu segredo, Marx prenunciava a morte do "Sujeito" sob o sistema estranhado do capital (um dos traços ontológicos desta forma de ser social que iria se intensificar sob a crise estrutural do capital).

Com isso explicamos, primeiro, porque a ordem sócio-metabólica do capital é *expansionista*. Ela é intrinsecamente expansionista tendo em vista que se constituiu como sistema da auto-valorização do valor, sistema do movimento reiterativo de acumulação da riqueza abstrata, expresso através da fórmula-geral D-M-D'.

A ordem sócio-metabólica do capital é intrinsecamente *incontrolável* porque ela expressa o sistema do fetiche, que significa, em si, a negação da subjetividade humana. Por isso, o ideal socialista busca instaurar uma *sociedade do controle social*. É o significado essencial do socialismo do século XXI.

Além de ser expansionista e incontrolável, a ordem sócio-metabólica do capital é *incorrigível* e *insustentável*. Na medida em que ela é um sistema social fetichizado, constituído por determinações sistêmicas, *não* admite reformas parciais; o que demonstra a estupidez do reformismo social-democrata cujo fracasso em reformar, de modo essencial, o capitalismo mundial no século XX é flagrante. A própria idéia de *sistema* é uma idéia-força que traduz a natureza do capital como modo

de controle social *sui generis*. Com a sociedade burguesa, pela primeira vez no desenvolvimento da sociedade humana, surge um *sistema social* propriamente dito; ou seja, como nos diz Mészáros, uma estrutura de controle "totalizadora" das mais poderosas, que se constitui como sistema global. A idéia de "global" pressupõe constrangimentos estruturais para reformas locais (MÉSZÁROS, 2002).

Enfim, é nesta perspectiva heurística essencial que Marx e Engels, no livro "A Ideologia Alemã", de 1847, salientou a impossibilidade de "socialismo num só país". Nesta longa passagem que iremos transcrever abaixo, buscamos destacar a lucidez deles em apreender verdades históricas só evidentes depois dos fracassos das experiências pós-capitalistas do século XX. Diz ele:

"Esta 'alienação', para usar um termo compreensível aos filósofos, pode ser superada, naturalmente, apenas sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder "insuportável", isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente 'destituída de propriedade'; e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato — coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que contém simultaneamente uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano histórico-mundial e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida; além disso, porque apenas com este desenvolvimento universal das forças produtivas dá-se um intercâmbio universal dos homens, em virtude do qual, de um lado, o fenómeno da massa "destituída de propriedade" se produz simultaneamente em todos os povos (concorrência universal), fazendo com que cada um deles dependa das revoluções dos outros; e, finalmente, coloca indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, no lugar de

indivíduos locais. Sem isso, 1.°) o comunismo não poderia existir a não ser como fenómeno local; 2.°) as próprias forças do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças universais, portanto insuportáveis, e permaneceriam "circunstâncias" domésticas e supersticiosas; e 3º) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local." (MARX e ENGELS, 1987)

A ordem sócio-metabólica do capital é um sistema social insustentável tendo em vista que, como nos diz o próprio Mészaros, é incapaz de "instituir os princípios positivos de um desenvolvimento social sustentável, guiado por critérios de objetivos humanamente satisfatórios, opostos à perseguição cega da auto-expansão do capital." (MÉSZÁROS, 2002)

Periodização histórica da modernidade do capital

Iremos apresentar, a título heurístico-sistemático, uma *periodização histórica da modernidade do capital*. Ela poderia ser dividida em *primeira, segunda e terceira modernidade*. É através deste desenvolvimento histórico que poderemos apreender a manifestação essencial da natureza da categoria de capital.

O capital adquire sua dimensão efetiva tão-somente a partir do que iremos denominar de *segunda modernidade*, ou seja, a partir da instauração do modo de produção capitalista propriamente dito, isto é, com o sistema de maquinas e da grande indústria, baseado na *subsunção real do trabalho ao capital*. No próximo capítulo iremos tratar deste importante inflexão histórica que propiciou um salto qualitativamente novo à dinâmica civilizatória do capital.

É possível dizer que, com a *segunda modernidade do capital*, que tem inicio com a Primeira Revolução Industrial, a partir do começo do século XIX, e que prossegue até a última metade do século XX, o capital se consolida como sistema planetário, ou seja, sistema de controle do metabolismo social global. Nesse período histórico se constitui o mercado mundial e todas as determinações sociais descritas num impres-

sionante vigor literário por Karl Marx e Friedich Engels *n'O Manifesto Comunista*, de 1848.

A *segunda modernidade* do capital é a modernidade-máquina, temporalidade histórica em que constituiu um estilo de pensamento, estilo de política e de sensibilidade estética que poderíamos caracterizar como *modernista*. Foi nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo ocidental, no bojo do qual se desenvolveu o processo de modernização, que a ocidentalização se interverteu em *globalização* propriamente dita. Através dela, cumpriu-se aquilo que é o próprio mote da ordem sócio-metabólica do capital, ou seja, "tudo que é sólido se desmancha no ar". Por isso, encontramos na trajetória histórica da *segunda modernidade*, não apenas a constituição dos pilares da modernidade propriamente dita, mas sua própria negação tendencial no interior do desenvolvimento sistêmico do capital.

Na *segunda modernidade do capital* é que se constitui, em si e para si, as *classes sociais fundamentais* do modo de produção capitalista propriamente dito, burguesia e proletariado, e com elas, o *Estado nacional* em torno da qual se consolida o *território* propriamente dito da Nação e da Cidade. São tais determinações essenciais que irão compor a *identidade social* de homens e mulheres da segunda modernidade. Mas, na medida em que se desenvolve, a modernidade se dilacera a si mesmo, pois não deixa de ser modernidade do capital. É, portanto, uma modernidade clivada de contradições sociais, fraturas estruturais, que iriam se manifestar, em sua plenitude, na etapa de sua crise estrutural.

A *segunda modernidade* é a modernidade propriamente dita. É claro que é possível apreender na *primeira modernidade* do capital, que se desenvolve a partir do século XV, alguns elementos compositivos da ordem burguesa moderna. É a época da "assim chamada acumulação primitiva". Surgem o trabalho assalariado e a divisão do trabalho, por exemplo. Por outro lado, os elementos constitutivos da segunda modernidade tendem a prosseguir, afetados por negações, é claro, no interior da *terceira modernidade do capital*, que se desenvolve a partir da sua crise estrutural nos últimos trinta anos. Persistem, deste modo, a ma-

quinaria e a grande indústria. Estamos tratando, portanto, de um desenvolvimento histórico contraditório de longa duração, marcado por linhas de descontinuidade no interior de uma continuidade plena, que é a constituição do capital como sistema de controle do metabolismo social.

Consideramos importante tal periodização histórica para situarmos nosso tempo histórico-particular. Sejamos mais claros: por *modernidade* entendemos um conjunto de *experiências de vida*, experiência do espaço e do tempo, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, que é hoje em dia compartilhado por homens e mulheres em toda parte do mundo. Assim, desde o século XVI, constitui-se no Ocidente a modernidade do capital, que assume diversas formas histórico-temporais, por conta do desenvolvimento do modo de produção.

Diremos com Marshall Berman que "ser moderno é encontrarmo-nos em um meio-ambiente que nos promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de nós mesmos e do mundo – e que, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que conhecemos, tudo o que somos. Ambientes e experiências modernos atravessam todas as fronteiras de geografia e de etnias, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia; neste sentido, pode-se dizer que a modernidade une todo o gênero humano. Mas é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: envolve-nos a todos num redemoinho perpétuo de desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, tudo o que é sólido se desmancha no ar." (BERMAN, 1987)

Esta percepção de Marshal Berman é a percepção aguda da modernidade clássica, a *segunda modernidade do capital*, a modernidade da grande indústria e do modernismo, que irá expor a forma essencial deste processo de modernização do capital.

Por *modernismo*, que se vincula a esta segunda modernidade, entendemos "a espantosa variedade de visões e idéias que visam a fazer de homens e mulheres os sujeitos, ao mesmo tempo que os objetos, da modernização, a dar-lhe o poder de mudar o mundo que os está mudando, a abrir-lhes caminho em meio ao turbilhão e apropriar-se dele". O moder-

nismo são visões e valores permeados de utopia social, visões culturais e políticas da expansividade crítica do capital. E salientamos mais ainda: num período histórico-social determinado. O modernismo é o espírito político-cultural da segunda modernidade do capital.

Por exemplo, o projeto utópico do *comunismo político* é uma marca clássica do modernismo da segunda modernidade, ou modernidade propriamente dita, aquela que se desenvolve a partir da Primeira Revolução Industrial, da grande indústria e do surgimento do proletariado industrial como sujeito histórico da emancipação social.

Portanto, na periodização histórica de longa duração da modernidade do capital que estamos sugerindo, haveria uma *primeira modernidade*, que transcorreria do século XVI, primórdios do capitalismo moderno, ao fim do século XVIII e começo do século XIX. A primeira modernidade seria o período histórico do capitalismo comercial e capitalismo manufatureiro, onde as sociedades européias ocidentais estariam ainda imersas em relações sociais tradicionais e sob a dominação de classe aristocrático-feudal, subsumidas à lógica do capital mercantil.

A *segunda modernidade* do capital seria a modernidade da Primeira e Segunda Revolução Industrial, do surgimento da grande indústria, do modo de produção capitalista propriamente dito, da subsunção real do trabalho ao capital, da transição dolorosa e luminosa para a última modernidade do capital, a terceira modernidade.

A *terceira modernidade do capital* é a modernidade tardia, a modernidade sem modernismo, ou a modernidade pós-modernista. A terceira modernidade é a modernidade do precário mundo do trabalho e da barbárie social. Enfim, entramos numa outra temporalidade histórica do capital, com impactos decisivos na objetividade e subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados e do trabalho vivo. É o que alguns autores, como Giles Lipovetsky, identificaram também como *hipermodernidade*, mero eufemismo para caracterizar a modernidade tardia do capital em sua crise estrutural (LIPOVETSKY, 2004).

Mas o período histórico que ainda nos constrange e que é parte de nós, como memória e imagem social, é a segunda modernidade do

capital. Ela é a *modernidade do modernismo* como forma cultural prenhe de projetos de *utopias concretas* (como diria Ernst Bloch), como os projetos sociais do comunismo político; não mais de *utopias abstratas*, como a de Thomas Morus ("A Utopia") ou de Tomazo di Campanella ("Cidade do Sol"), que marcaram a primeira modernidade; ou mesmo de Charles Fourier ou mesmo Robert Owen, que nos primórdios da segunda modernidade, não conseguiram discernir através dos seus projetos de socialismo utópico, a lógica férrea da nova ordem burguesa emergente.

Poderíamos dizer que a segunda modernidade, adquire consciência de si em meados do século XIX, no bojo da primeira crise sistêmica do capitalismo ocidental . Seu marco histórico maduro são as revoluções sociais de 1848, evento crucial que inspirou o *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels. As revoluções sociais de 1848 abrem um novo período histórico da luta de classes (MARX e ENGELS, 1998).

O processo social da segunda modernidade do capital, e o que foi denominado de *modernismo*, é contraditoriamente complexo. O conjunto de doutrinas e práticas estéticas e políticas denominadas de "modernismo" é amplamente heteróclito, assincrônico e intrinsecamente contraditório, como a própria modernização do capital, no período de sua ascensão histórica.

No período da *segunda modernidade* do capital, transcorre a *ascensão e crise* do Estado social, de partidos e sindicatos de classe, dos projetos de utopias sociais, do comunismo à social-democracia clássica. Constituiu-se o mundo do trabalho que chegamos a conhecer até a crise estrutural do capital, em meados de 1970. É o período histórico das conquistas sociais do trabalhismo organizado, da legislação do trabalho e do *Welfare State*. Nele vigoram tanto o reformismo social-democrata, quanto o comunismo político como forças estruturantes da defensividade do trabalho.

É na segunda modernidade do capital que germina um estilo cultural e político próprio que destila *ambigüidade, angústia e rebeldia* e que expressa a modernização aguda, onde "tudo que é sólido se desmancha no ar". Quem anuncia, com vigor literário, a segunda modernidade

do capital, a modernidade propriamente dita, é Karl Marx e Friedrich Engels n'"O Manifesto Comunista" de 1848. Neste opúsculo político, a descrição dos novos tempos contém a utopia social do comunismo e de seu sujeito histórico, o proletariado industrial.

Na temporalidade histórica da segunda modernidade do capital ocorre o surgimento e desenvolvimento dos Estados nacionais, com destaque para a constituição hegemônica dos Estados Unidos da América como nação moderna. Ocorre a crise européia e os conflitos imperialistas da Primeira e Segunda Guerra Mundial, a colonização, descolonização e ocidentalização do Terceiro Mundo; o surgimento da indústria cultural e da modernização avassaladora em todas as instâncias da vida social (o que só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial). Enfim, é um período de intensa *destruição criativa*, período histórico de ascensão do capital, com a destruição de modos de vida tradicionais vinculados à dominação de classes aristocráticas e agrárias, que só ocorrem de vez, após as duas guerras mundiais que atingem o Continente Europeu (é a transição do *tradicional* para o *moderno* que dá aquela sensação de ambigüidade típica do modernismo, *euforia* e *rebeldia*, tão típica dos movimentos culturais modernistas, do surrealismo ao *rock and roll* dos *The Beatles*).

O período da *segunda modernidade* é caracterizado pelo processo de introdução da ciência e da tecnologia moderna na base produtiva, o que constitui a grande indústria propriamente dita, a organização cientifica do trabalho (taylorismo) e o fordismo, com a produção em massa. Podemos caracterizar seu modo de operação no interior da segunda modernidade do capital através de dois movimentos sócio-históricos:

Primeiro, um *movimento* de introdução da ciência e da tecnologia moderna na esfera da produção capitalista propriamente dita, que transcorreria de modo desigual em cada país capitalista central, e de forma irregular em cada setor da indústria e depois, dos serviços. É o que iremos tratar no próximo Capítulo como sendo a progressiva subsunção real do trabalho ao capital. Ele seria marcado por luta de classes e resistências operário-sindicais no decorrer do século XX.

Segundo, um *movimento* de introdução da técnica e da ciência na base sócio-reprodutiva da sociedade burguesa, tão complexo e desigual quanto o primeiro. Ele caracteriza a vida moderna propriamente dita, com seus novos aparatos tecnológicos e as novas experiências vitais compartilhadas por homens e mulheres. Este movimento de tecnificação da vida social transfigura espaços urbanos e a organização do cotidiano de homens e mulheres. Assim, cultura industrial e indústria cultural, com a reprodução técnica da obra de arte e da própria vida cotidiana, compõe esse segundo movimento, tão importante quanto o primeiro, para o desenvolvimento (e crise) da segunda modernidade do capital.

Enfim, são movimentos dúplices, sincrônicos e assincrônicos, de múltiplas temporalidades, que comporiam a segunda modernidade. É a partir da Segunda Guerra Mundial, do alvorecer da Terceira Revolução Tecnológica, com o surgimento daquilo que Ernest Mandel iria caracterizar como *capitalismo tardio*, ou que poderíamos chamar de *alta modernidade*, que o processo de modernização se acelera com vigor, intensidade e amplitude. Por serem a nação moderna *par excellence*, os EUA conduz, a partir de 1945, a ocidentalização do mundo, expressando em si, não apenas o espírito da *segunda modernidade*, mas o da *terceira modernidade do capital*, o da modernidade do pós-modernismo.

A crise da *segunda modernidade* do capital ocorre em meados da década de 1960, década de transição, anunciando, no centro do sistema do capital, a passagem para a *terceira modernidade* ou modernidade tardia, a modernidade sem modernismo. Ela se constitui na medida em que se dissolvem as coordenadas históricas compositivas do modernismo. Finalmente, é importante salientar que a *utopia social do trabalho* é uma conquista civilizatória da alta modernidade do capital que caracteriza a modernidade tardia, a última modernidade, a *modernidade sem modernismo*.

Capitulo 2

Trabalho e Capitalismo

O capital é um modo de controle do metabolismo social que instaura formas históricas de intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si *qualitativamente novas*, radicalmente incomparáveis com outros antecedentes históricos de controle sócio-metabólico. O modo de operação do sistema do capital que constituiu o "Ocidente" como a primeira civilização planetária, alterou, e é isso que queremos destacar neste capítulo, não apenas a relação dos homens entre si, ou do homem com a natureza, mas do homem com sua própria atividade sócio-produtiva, o *trabalho*.

É com o modo de produção capitalista que o processo de trabalho torna-se *pressuposto negado*, em si e para si, do processo de valorização. É nessa perspectiva que, um dos grandes legados científicos de Karl Marx *não* foi apenas descobrir e desenvolver em sua obra clássica "O Capital - Crítica da Economia Política", uma *teoria da exploração,* com a apresentação da categoria de mais-valia e de todo o mecanismo de produção do capital, mas, principalmente, sugerir, no *corpus* teórico deste empreitada critica, uma *teoria do estranhamento*, base fundamental da produção do capital.

As alterações que o capital promoveu no processo de trabalho, principalmente a partir da maquinaria e da grande indústria, colocaram, pela primeira vez na historia da espécie *homo sapiens*, novas determinações no intercâmbio sócio-metabólico do homem com a nature-

za através do trabalho, ou seja, desta atividade humano-prática, base do processo de hominização e humanização.

Estas determinações sociais de novo tipo, inscritas na teoria do estranhamento, são da mais alta relevância historico-ontológica. Elas alteram não apenas a forma de ser, mas a própria natureza do processo do trabalho e das múltiplas significações vinculadas originalmente a ele (por exemplo, a questão da qualificação profissional, o problema da ciência e da tecnologia). Assim, poderíamos dizer que, sob o modo de produção capitalista propriamente dito, da máquina e do sistema de máquinas, que instaura a grande indústria, o *trabalho* perde, pela primeira vez, o seu lugar como agente social ativo do processo de produção. De termo inicial, o trabalho vivo torna-se mero termo intermediário subsumido à máquina. É, com certeza, um momento inédito de inflexão civilizacional com múltiplos impactos nas formas de sociabilidade da segunda e terceira modernidade que tratamos no capítulo anterior. Eis, portanto, o sentido radical do *estranhamento* na ordem do metabolismo social do capital.

De inicio, poderíamos dizer que a *mercadoria*, célula-*mater* da sociedade burguesa, é resultado do processo produtivo capitalista, caracterizado pela unidade ineliminável entre *processo de trabalho* e *processo de valorização*. Ao falarmos então em processo de trabalho no capitalismo não podemos esquecer que ele *é*, acima de tudo, *processo de valorização*, processo de produção de mais-valia e de capital. Esta sobredeterminação particular-concreta do processo de trabalho é importantíssima, tendo em vista que altera sua própria natureza e as relações entre seus elementos compositivos.

O processo de trabalho no capitalismo se distingue do processo de trabalho em outras formas societárias pré-capitalistas. É uma distinção de *grau* e *espécie*, isto é, não apenas a sociedade burguesa, como sociedade produtora de mercadorias, é a *sociedade do trabalho*, e vale salientar, *trabalho abstrato*, aquele que produz valor, mas nela o processo de trabalho é de outra espécie. O que significa que, *primeiro*, o "processo de trabalho" se constitui como processo de produção de valor

de troca, mas, *segundo*, e eis o ponto crucial, a partir do modo de produção especificamente capitalista, ao incorporar a máquina e o sistema de máquinas, o processo de trabalho tende a se negar enquanto processo *de trabalho*.

Assim, destacamos dois momentos cruciais. *Primeiro*, o processo de trabalho que se constitui com o modo de produção capitalista não se volta à produção de objetos que satisfaçam a necessidades humanas, valores de uso, mas sim a produção de valores e, mais especificamente, mais-valia. *Segundo*, no interior deste próprio processo de trabalho capitalista ocorrem mudanças significativas, por conta do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, que alteram sua própria natureza intrínseca.

A *cooperação simples* e a *divisão manufatureira do trabalho* contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que aparecem como forçar produtivas do capital. Mas é a introdução das *máquinas e do sistema de máquinas*, a partir da grande indústria, que tende a negar (e dar novas significações) aos elementos do processo de trabalho originalmente posto.

Podemos discernir as seguintes categorias sociais. *Primeiro*, o *processo de trabalho* enquanto processo humano-genérico, intrínseco a toda forma societária de desenvolvimento da espécie *homo sapiens*, determinação natural sócio-ontológica do processo de hominização e de humanização, tende a assumir a forma de atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de se apropriar os elementos naturais às necessidades humanas. É como disse Marx, "a condição necessária do intercambio material entre o homem e a natureza; é a condição natural eterna da vida humana." (MARX, 1988)

Segundo, é o que poderíamos considerar de *processo de trabalho capitalista*. Como salientamos acima, com o modo de produção capitalista, o processo de trabalho adquire novas determinações sociais que alteram sua natureza intrínseca. Torna-se processo de valorização. Isto é, processo de trabalho voltado para a produção de mercadorias, valores de troca, visando a acumulação de mais-valia, a auto-valorização do capital.

O processo de trabalho capitalista se apropria dos elementos do processo de trabalho em sua determinação natural, alterando suas relações formais, instaurando, por exemplo, a *cooperação simples* e a *divisão manufatureira do trabalho*, mas sem alterar ainda suas relações materiais, o que significa que, apesar da *subsunção formal* do trabalho ao capital, o trabalho vivo ainda é o termo inicial (ou ativo) da produção de valor.

Finalmente, com a *máquina* e o *sistema de máquinas* sob a grande indústria, o processo de trabalho propriamente dito tende a negar a si próprio como processo *de trabalho*, sob a direção consciente do trabalho vivo, para tornar-se processo de produção do capital conduzido pelo trabalho morto. O que significa que, neste caso, o homem é *deslocado* do processo de trabalho, deixando de ser elemento ativo e torna-se meramente elemento passivo, mero suporte do sistema de máquinas. É o que Marx irá denominar de passagem da *subsunção formal* para a *subsunção real* de trabalho ao capital. Na perspectiva histórica, a passagem sócio-ontológica da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital é que irá caracterizar a longa transição da *primeira* para a *segunda* modernidade do capital.

O que antes era mera *subsunção formal* torna-se, com a nova base técnica – máquina - *subsunção real* do trabalho ao capital. Com esta passagem altera-se radicalmente a natureza da atividade do trabalho. Ela é negada em si e para si, instaurando, o que já destacamos no capítulo anterior, como sendo o sistema de controle sócio-metabólico do capital.

Todo o século XX se caracteriza pelo processo de modernização que é, em sua forma sintética, o processo de *passagem* da *subsunção formal* para a *subsunção real* do trabalho ao capital.

Processo de Trabalho Valor de Uso Trabalhos Concretos *Homem – Instrumento – Natureza* Natureza Objetivação/Exteriorização
Processo de Trabalho Capitalista Valor de Troca Trabalho Abstrato Cooperação Simples Divisão do Trabalho Subsunção formal *Homem – Instrumento – Natureza* Natureza x Sociedade Estranhamento
Processo de Produção do Capital Valor de troca Trabalho Abstrato Maquinaria e Grande Indústria Subsunção real *Ferramenta – Homem – Natureza* Sociedade Fetichismo social

Um detalhe: embora *negado*, o processo de trabalho e seus elementos compositivos, em sua forma natural, como atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, tende é ser *conservado*, no sentido de intercâmbio socio-metabólico entre o homem e a natureza. O que se altera são as *mediações de segunda ordem*, como diria István Mészáros, que assumem um conteúdo (e forma) estranhadas e fetichizadas (MÉSZÁROS, 2002).

Ao ser negado, o *processo de trabalho* sob a direção consciente do trabalho vivo, em virtude das mediações estranhadas (no caso específico do modo de produção capitalista, as mediações estranhadas seriam *trabalho assalariado, divisão hierárquica do trabalho, troca mercantil e propriedade privada*) deixa de ser o que é, e transfigura-se, aparecendo como outra *coisa*. Isto é, num primeiro momento, é processo de trabalho capitalista e depois, mero processo de produção do capital.

Mas não podemos esquecer que o movimento real é intrinsecamente *dialético* e a categoria de *negação* significa tanto *superação/conservação* num patamar superior, como *pressuposição negada* (que não deixa de ser *efetiva*, no sentido de representar, de forma contraditória, a verdade do ser do real).

Para compreendermos o significado destas mudanças sócio-técnicas de impacto decisivo na produção (e reprodução) social, vejamos o que significa, originariamente, o processo de trabalho.

Unidade/Cisão/Negação do Processo de Trabalho

O *processo de trabalho*, em sua dimensão natural, é constituído, essencialmente, pelos seguintes elementos compositivos: o *sujeito* da atividade laborativa (trabalho vivo), o *instrumento de trabalho* e o *objeto* de trabalho (a Natureza).

Toda atividade de objetivação e de produção de valores-de-uso que visa satisfazer necessidades humanas é constituído por tais elementos. O que representa, de um lado, o *homem* e de outro, os *meios de produção*. Eis os nexos essenciais da produção material no interior da qual a espécie humana evoluiu. Estas são quase determinações naturais da atividade humano-genérica do trabalho propriamente dito.

Diz-nos Marx: "No processo de trabalho efetivo, o operário consome os meios de trabalho como veículo de sua atividade, e o objeto de trabalho como matéria na qual seu trabalho se apresenta" (MARX, 1988). Como salientamos acima, mesmo negados, tais elementos compositivos

em si, estão pressupostos (como pressupostos negados), tanto no processo de trabalho capitalista, como no processo de produção do capital.

No *processo de trabalho capitalista* ocorre uma cisão nesta relação natural originária. Com a propriedade privada/divisão hierárquica do trabalho, o produtor tende a perder a propriedade (e o controle) dos meios de produção. Com a civilização do capital emerge um trabalho de novo tipo, o *trabalho assalariado* (ou o que Marx considera o *trabalho estranhado*) ou o *regime de salariato*. Ocorre a separação entre as condições subjetivas e as condições objetivas do processo de trabalho. De um lado, o homem, e de outro, os meios de produção. Como diria Marx, de um lado, a *concha* e de outro o *caracol*.

É claro que, antes do modo de produção capitalista, existia no modo de produção escravista, a cisão da relação natural homem-meio de produção. No trabalho escravo, o produtor, além de não ser dono dos meios de produção, *não* era dono de si próprio e de sua força de trabalho. Ou seja,o escravo *não* era sujeito de direitos. O que significava que o trabalho escravo possuía um estatuto sócio-histórico específico.

Diferentemente do trabalhador assalariado, o escravo *não* era reconhecido como membro do corpo social. Era um pária societal não reconhecido como membro da espécie humana. Apesar de existir escravatura na Antiguidade, o modo de operação do escravismo era, de certo modo, *exterior* ao sócio-metabolismo das sociedades antigas.

Além do que, a exploração e o estranhamento que eram intrínsecos ao modo de produção escravista, como não eram fetichizados (a relação de exploração e dominação do capital possui certa translucidez para os agentes sociais), tendia a dificultar a dinâmica sócio-reprodutiva daquele modo de produção. Na verdade, o que vicejava como modelo de atividade humana, era o *trabalho artesanal*, o oficio, ou ainda o trabalho do *pequeno produtor agrícola*, onde produtor e meios de produção possuíam a intimidade intrínseca do caracol e sua concha.

Ao dizermos *trabalho*, no sentido histórico-ontológico (e moral), tendemos a concebe-lo numa *unidade natural* entre *homem e meios de produção* da vida, cujo principal exemplo é a atividade artesanal ou

ainda a atividade do pequeno produtor agrícola. O artesão ou o pequeno produtor aparece como o sujeito que através de seu instrumento de trabalho, como extensão de si, atua sobre a natureza, produzindo valores de uso para satisfazer suas necessidades humanas.

É a *forma histórica de trabalho capitalista*, ou o *regime de salariato*, que irá cindir tal unidade natural entre homem e meios de produção (ou entre o homem e si mesmo), instaurando uma nova unidade social, o processo de trabalho como processo de valorização. Estamos deste modo, no interior do processo de estranhamento/alienação social. Ao serem separados do sujeito-que-trabalha, os meios de produção tendem, sob a mediação estranhada do capital (propriedade privada/divisão hierárquica do trabalho), a se erguerem diante dele.

Nesse caso, a *separação* entre o sujeito-que-trabalha e os meios de produção é intrinsecamente *alienação,* no sentido de *perda*. O trabalhador assalariado, em si e para si, está *alienado* das condições objetivas do trabalho social (o que significa que perdeu o controle sobre a produção de sua vida material). Está imerso numa relação social de *subalternidade*, ou seja, relação social de produção capitalista.

Aliás, pode-se dizer que, a rigor, todos os que estão *alienados* dos meios de produção da sua vida material, são "trabalhadores assalariados". Na verdade, todos os que estão imersos em algum tipo de relação de subalternidade diante das mediações estranhadas do capital (salariato/propriedade privada/divisão hierárquica do trabalho/troca mercantil) podem ser considerados *trabalhadores assalariados* (ou, segundo a acepção clássica, *proletários*, onde etimologicamente, "proletariado" significa "aqueles que possuem apenas sua prole").

No regime do salariato, os *meios de produção*, que inclui objeto de trabalho e depois, meios de trabalho, tornaram-se propriedade alheia. Tal processo de despossessão primordial ou de acumulação primitiva, e ainda, de instauração do trabalho assalariado, é um tipo de operação sócio-produtiva que se disseminou com a modernidade do capital. Foi apenas com o modo de produção capitalista que a separação entre homem e meios de produção tendeu a se disseminar, assumindo diversas formas

históricas. Mais uma vez, é importante destacar: o trabalho assalariado, ou o regime do salariato é uma "invenção" da modernidade do capital.

A separação entre o produtor e seus meios de produção ocorreu no Ocidente, através de meios extra-econômicos de violência material, como atesta, a partir do século XV, a história do capitalismo colonial. Durante séculos ocorreu a constituição do sistema de controle sócio-metabólico do capital por meio da *expropriação* de pequenos produtores, possibilitando a criação das bases materiais (e sociais) do modo de produção capitalista. Foi nessas condições históricas específicas, que surgiu, "com as mãos banhadas de sangue", a figura do capitalista e com ele, a figura do *trabalhador assalariado.*

É interessante acompanhar a *fenomenologia do trabalho assalariado* ou sua forma histórica de ser, até nossos dias. A condição de trabalhador assalariado tornou-se uma condição humana, sendo elemento compositivo da *normalidade social*. Entretanto, ao surgir, em sociedades agrárias de atividade manufatureira-industrial de forma incipiente, o trabalho assalariado possuía o estigma da escravidão, tendo em vista que os trabalhadores assalariados, vulgo proletários, a plebe andrajosa, eram não apenas despossuidos dos meios de produção, mas de quaisquer direitos de cidadania. Eram uma "classe negativa" cujo movimento social tendia a "negar" a ordem burguesa.

Mas, os trabalhadores assalariados ou proletários modernos, ao contrário dos escravos da Antiguidade, eram, na ótica da economia política liberal do século XVIII, *trabalhadores livres*, muito embora, naquela época, os proletários não tivessem ainda conquistado direitos de cidadania. Em nossos dias, a *ideologia do trabalho livre* tende a ser mais plenamente efetiva por conta da *era dos direitos*. Entretanto, mais do que antes, ela tende a ocultar a condição sócio-ontológica de trabalho estranhado que perpassa a natureza do trabalho assalariado.

A perda de sentido do trabalho

Ao analisarmos o *processo de trabalho capitalista*, o *processo de trabalho* sob a subsunção formal, onde o trabalhador assalariado só *for-*

malmente pertence ao capital, pois ainda tem algum controle material sobre os meios de produção, no sentido de habilidades técnicas e profissionais (embora ele não seja proprietário dos meios de produção - meios e objetos de trabalho), verificamos que é o operário quem utiliza os meios de produção, numa relação que, malgrado o capital, mantém seu caráter natural. Na época da primeira modernidade do capital, o processo de trabalho capitalista ainda aparecia como processo de trabalho

Entretanto, é importante salientar que, do ponto de vista do *processo de valorização*, as coisas se apresentem diferentemente. Como nos diz Marx, "não é o operário quem utiliza os meios de produção: são os meios de produção que utilizam o operário". E Marx prossegue, caracterizando o processo do trabalho capitalista: "Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho objetivo como em seu órgão objetivo; é o trabalho objetivo que se conserva e aumenta pela absorção de trabalho vivo, graças ao qual se converte em um valor que se valoriza, em capital, e como tal funciona. Os meios de produção aparecem unicamente como absorventes da maior quantidade possível de trabalho vivo. Este se apresenta apenas como meio de valorização de valores existentes e, por conseguinte, de sua capitalização." (MARX, 1987)

Ora, o que Marx está nos descrevendo é uma magistral *inversão* ocorrida com o processo de trabalho capitalista, pois ele se torna, em sua essência, processo de valorização. Eis a determinação crucial da *alienação* ou *estranhamento* que Marx denunciou, com vigor, em seus escritos. Para ele, em síntese, a base material da *desefetivação* do ser genérico do homem (ou estranhamento social) do trabalho vivo estava no modo de produção da vida social, cujo processo de trabalho como processo de valorização baseava-se na *propriedade privada*, a separação entre produtor e meios de produção, e na *divisão hierárquica do trabalho*, onde os meios de produção se erguiam diante do trabalho como uma força social estranha.

Nessa dialética do trabalho estranhado, a atividade do trabalho como atividade humano-genérica tendia a sofrer uma alteração *qualitativamente nova*. No processo de trabalho como processo de valoriza-

ção, o trabalho torna-se *trabalho abstrato*. Eis um dado crucial, ponto de inflexão decisivo na nova lógica societária posta pelo capital. O trabalho como atividade humano-genérica tende a tornar-se trabalho como atividade exclusiva, trabalho estranhado como mero meio de valorização do valor. Isto é, o trabalho é abstraído do homem.

Como diz Marx: "O trabalho não é mais um atributo do homem, mas que é o homem, enquanto operário, que não é senão sua personificação" (MARX, 1987). E diremos: personificação estranhada, porquanto é trabalho abstrato. O homem, o trabalhador assalariado, conta apenas na medida em que personifica o trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor.

Assim, com o *processo de trabalho capitalista,* o trabalho é separado do homem, tornando-se outra coisa, isto é, trabalho abstrato. Seguindo os passos da teoria do estranhamento de Marx, o trabalho é assimilado à *coisa*, a qual, precisamente por força dessa assimilação domina o homem na condição de capital. E o produto que domina o produtor tem, ele próprio, uma personificação na figura do *capitalista*, que é a personificação de uma *coisa*.

Pela teoria do estranhamento, o *produto* tende a dominar o *produtor*. Ocorre a conversão do *sujeito* em *objeto* e vice-versa. Isto ocorre porque, com a separação entre o homem/produtor e meios de produção, os meios de produção estão sob a propriedade (e o controle) alheio, isto é , privado; assim, aparecem e se defrontam com *trabalho vivo* na qualidade de modo de existência do capital, da *coisa* que se ergue diante do trabalho não apenas no sentido de que, quanto à propriedade, não estão em mãos dos trabalhadores, mas de outros; como também, em grau iminente, no sentido de que subordina a si o trabalho, pondo de cabeça para baixo uma relação natural (como já salientamos, o caracol se separou da concha).

Com o processo de trabalho capitalista, os produtores não apenas não possuem a *propriedade dos meios de produção*, como não possuem seu *controle material*, no sentido de gestão do processo de trabalho. O que significa que a implicação estranhada se explica não apenas pela *propriedade privada*, mas pela *divisão hierárquica do trabalho* (os produtores são dominas pela lógica do produto, isto é, da *coisa*, estando

subsumidos a ela). O trabalho do produtor se interverte em valorização do capital, e a *força do homem* torna-se a *força da coisa*.

Existe assim, não apenas uma separação do *produtor* e dos *meios de produção*, mas uma subordinação, ou melhor, *subsunção*, ainda formal, no caso da manufatura do trabalho vivo ao capital. Embora seja formal, ainda é subsunção do trabalho ao capital, pois o capitalista exerce um domínio sobre o trabalhador assalariado, ditando a lógica (e o modo de operação) da produção de mercadorias.

Estamos tratando até agora, do processo de trabalho capitalista, da subsunção formal do trabalho ao capital. No caso da *manufatura*, embora o trabalhador assalariado não tenha a propriedade dos meios de produção, nem seu controle material, no sentido de gestão do processo de trabalho, ele ainda exerce suas habilidades técnicas sobre o instrumento de trabalho. Apesar disso, embora garanta ainda suas prerrogativas de habilidade técnica, por estar imerso no salariato, não deixa de estar assimilado à coisa. Por isso, é precisamente *subsunção* e não apenas *subordinação*, tendo em vista que *subsunção* traduz, de certo modo, a idéia de *subordinação incorporada*, assimilada à própria *coisa*, ou modo de existência do capital.

Como observa Marx, enquanto criador de valor, o trabalho do trabalhador assalariado não é *atividade pessoal*, nem poderia ser, tendo em vista que, como trabalhador assalariado está alienado dos meios de produção e do trabalho como atividade humano-genérica. Seu trabalho é processo de objetivação de valor. Tal logo ingressa no processo de produção, torna-se ele, enquanto *capital variável*, um modo de existência do capital, a este incorporado.

É Marx que nos diz, com vigor: "Essa força conservadora do valor e criadora de novo valor [isto é, o trabalho do trabalhador assalariado – G.A] é, em conseqüência, a força do capital, e tal processo se apresenta como processo de autovalorização do capital e, muito mais, de pauperização do operário, a qual, criando um valor, cria-o ao mesmo tempo como um valor que lhe é alheio." (MARX, 1987)

Como vimos então, o que ocorre *não* é apenas uma mera *subordinação formal* do trabalho ao capital, mas, sim, *subsunção formal* do trabalho ao capital, no sentido de que, além do capital se defrontar como força alheia diante do trabalho, o próprio trabalho está a este *incorporado* como trabalho abstrato.

Movimentos da *abstração* do trabalho: da *subsunção formal* à *subsunção real*

É claro que até agora tratamos do processo de trabalho capitalista em sua subsunção formal do trabalho ao capital, momento primordial de alienação/estranhamento do trabalho vivo diante das condições objetivas de produção social. Vimos que, ao ocorrer a instauração estranhada da produção da vida material, alterou-se o próprio sentido do trabalho: ele tornou-se *trabalho abstrato*, incorporado e portanto, subsumido ao processo de auto-valorização do capital. O processo de trabalho deixou de expressar a força do homem e o trabalho do operário para expressar, num grau iminente, a força da *coisa* e a valorização do capital (embora o trabalho vivo ainda mantenha o domínio sobre os instrumentos de trabalho e o trabalhador assalariado seja pólo ativo da produção de valor).

Ao ocorrer a cisão da unidade natural entre homem e meios de produção, o novo ordenamento sócio-metabólico do capital, instituiu os pressupostos materiais não apenas da *subsunção formal* do trabalho ao capital, mas da *subsunção real* do homem aos desígnios da *coisa*. É o que ocorre quando o capital instaura uma metamorfose do meio de trabalho, do instrumento de trabalho que se interverte em ferramenta de trabalho, constituindo o sistema automatizado de máquinas. O surgimento da máquina ou do sistema de máquina irá expressar a forma material adequada da lógica do trabalho abstrato, em desenvolvimento desde a etapa pretérita da *subsunção formal*.

Nesse caso, o capital não se contenta mais com a estrutura técnica que encontra no período da primeira modernidade do capital, mas

transforma a estrutura técnica da produção de mercadorias em algo homogêneo a si. Com o sistema de máquinas temos a homogeneização da forma técnica do capital.

A introdução da maquina instaura o que Marx denomina de *modo de produção especificamente capitalista*. Ela marca o surgimento do que consideramos a *segunda modernidade do capital* e de seu processo de modernização. É como se, a partir da Revolução Industrial, que é a Revolução das Máquinas, nos primórdios do século XIX, a ordem de controle sócio-metabólico do capital se constitui como *sistema*, alterando as múltiplas determinações sociais que ainda conservavam incrustações naturais.

Esse *processo de modernização*, que marca a longa temporalidade da segunda modernidade, de transição de sociedades agrário-manufatureiras para sociedades urbano-industriais, ou de sociedades tradicionais para sociedades modernas, permeia o século XIX e a maior parte do século XX. Atinge as sociedades ocidentais de forma desigual e combinada, pois ele ocorre bojo da expansão do mercado mundial. Esse é o período histórico da grande indústria, onde o taylorismo e o fordismo, e inclusive o toyotismo, aparecem como determinações compositivas contingentes.

Essa transição complexa da *subsunção formal* para a *subsunção real* do trabalho ao capital, a passagem da manufatura para a grande indústria, do instrumento para a ferramenta como sistema de máquinas, é um dos momentos histórico-ontológico de mais alta significação.

Diríamos: depois da máquina e do sistema de máquinas, a civilização do capital tornou-se plenamente a civilização *do capital*. Enfim, é a plena posição, e a elevação para um nível superior, de uma série de determinações estranhadas pressupostas na forma social (e histórica) anterior. Com a máquina e o sistema de máquina, a coisa ganha um corpo material, alheio e estranho, um *trabalho morto* que se contrapõe ao *trabalho vivo*. Alteraram-se, de forma radical, os termos da equação civilizatória *homem/instrumento/natureza*.

Vejamos o seguinte:

Antes, o *meio de trabalho* sofreu apenas uma mudança formal, no sentido de que torna-se, com o processo de trabalho capitalista, um

modo particular de existência do capital, determinado pelo seu processo global, como capital fixo. O capital alterou apenas a *relação formal* entre os agentes produtivos, não alterando a *forma material* dos elementos do processo de trabalho. O capital se apropria de formas societário-produtivas anteriores ao capitalismo, mas *não* consegue ainda alterar sua forma material. Por isso, homens e mulheres proletários, meios de trabalho e até objetos de trabalho do período histórico pré-grande indústria ainda preservam traços de natureza de tradição social e de visão de mundo agrário-comunitária.

Nesse período, como salientamos acima, a subsunção do trabalho à lógica do capital é meramente *formal*, no sentido de que instaurou-se o regime do salariato, isto é, surgiu o trabalho assalariado, e a cooperação ou o trabalho social. Ocorre, é claro, um desenvolvimento das forças produtivas sociais, com a cooperação e a divisão manufatureira do trabalho (e, por conseguinte, o *trabalhador coletivo*), que caracterizou a manufatura. Temos uma acumulação ampliada de capital e um processo de trabalho como processo de valorização.

Entretanto, sob a *subsunção formal*, o meio de trabalho ainda é meio de trabalho propriamente dito, mediação entre o homem e a natureza, instrumento de trabalho como termo intermediário, prolongamento dos órgãos que o operário possui naturalmente em seu próprio corpo. O trabalho vivo aparece como agente ativo da produção, termo inicial do processo de trabalho, elemento de subjetividade e de habilidades tácitas, herdadas de modos de produção anteriores ao capitalismo. O artesanato e inclusive a manufatura capitalista, ainda preservam traços de naturalidade, de qualificações do trabalho provenientes da subjetividade do produtor.

Entretanto, é importante dizer que, no momento da *subsunção formal do trabalho* ao capital, existe uma *contradição social* candente entre a *forma da tradição* que se apresenta no processo de trabalho (e que conserva traços de naturalidade, tanto no tocante à materialidade dos meios de trabalho e do objeto de trabalho, quanto no tocante aos próprios agentes da produção, que preservam suas qualificações tácitas

e mantém, na dimensão sócio-reprodutiva, um complexo de valores e de práticas de vida de cariz tradicional-comunitário); e a *forma social do capital*, as relações sociais de produção capitalista, da lei do valor e da vigência do trabalho abstrato, em seu primeiro processo de abstração, onde o trabalho tende a ser destacado de toda sua naturalidade possível e, nesse sentido, é reduzido realmente à mera explicitação de energia laborativa humano-genérica – trabalho abstrato.

Eis um processo histórico de longa duração e de agudas contradições, que atinge seu ápice na idade da máquina, na passagem da *primeira* para a *segunda modernidade*, mas prossegue de modo voraz, no decorrer da própria segunda modernidade.

Vamos salientar um importante aspecto: sob a *subsunção formal*, o trabalho humano é *trabalho abstrato*, mas o processo de abstração do trabalho assume uma forma específica, ainda não plenamente efetiva (o que só ocorreria com a máquina e o sistema de máquinas). É claro que, sob o novo modo de produção capitalista em constituição, o trabalho humano *não* conta pelas qualidades que o tornam capaz de produzir valores de uso, mas sim por ser explicitação de energia laborativa humana que produz valores de troca, mercadorias destinadas ao mercado.

Neste momento, como destacamos acima, o trabalho vivo aparece como agente ativo da produção e elemento de subjetividade e de habilidades tácitas, herdadas de modos de produção anteriores ao capitalismo. Mas na ótica do capital emergente, do novo sistema de produção social, que produz mercadorias, o que conta é o *trabalho abstrato*. Aliás, na medida em que as trocas mercantis se ampliam e se impõe maior acumulação de valor, os elementos de naturalidade do trabalho vivo, suas qualidades e habilidades tácitas, inclusive de controle da produção e do processo de trabalho, tendem a tornarem-se *obstáculos* para o movimento do capital, sedento de mais-valia e de sobreacumulação.

O trabalho abstrato se efetiva plenamente quando instaura os pressupostos materiais para abolir *tendencialmente*, da produção de mercadorias, o elemento do trabalho vivo, eliminando as qualificações provenientes da subjetividade do trabalho. É o que ocorre com a nova base

técnica (e tecnológica) dada pelo surgimento da máquina e do sistema de máquinas.

É importante destacar o seguinte: *de fato*, o trabalho vivo não é, e não pode ser abolido absolutamente. Estamos diante de um dos *limites* do capital. O que significa que a abolição do trabalho vivo é meramente *virtual*, ou seja, projeta-se como mera *possibilidade abstrata* a partir do desenvolvimento da nova base técnica.

Deste modo, a passagem para a subsunção real do trabalho ao capital, com o surgimento da nova base técnica do capital, com sua forma tecnológica voraz, abole apenas *tendencialmente* o trabalho vivo. Ela se expressa na substituição no interior da indústria (e dos serviços) capitalista, de *trabalho vivo* por *trabalho morto* (um dos componentes do crescente desemprego estrutural).

Assim, o que se desenvolve na *segunda modernidade* do capital e assume dimensões lancinantes na *terceira modernidade do capital*, é a exacerbação de tendências contraditórias inscritas na ordem sócio-metabólica do capital. A principal delas é o caráter destrutivo da expansão do *segundo movimento de abstração do trabalho*, que se dá com a subsunção real do trabalho ao capital.

O Sistema de Máquina Capitalista

Se no *primeiro movimento de abstração*, como salientamos acima, o trabalho abstrato é posta como principio organizador da produção de mercadorias, mas ainda sem a base técnica-material adequada (o que limitava seu desenvolvimento efetivo); no *segundo movimento de abstração*, não apenas o trabalho abstrato está posto, mas se põe de forma real, assumindo uma *corporalidade técnica*, ou melhor, *tecnológica*, o que significa que, tende não apenas a *separar* o trabalho vivo dos meios de produção, mas sim a *negar* a subjetividade da força de trabalho e suas qualidades/habilitantes técnicas de controle da produção e do processo de trabalho. Essas qualidades se perderam inteiramente, inclusive do

ponto de vista material, precisamente porque o trabalho *não* está posto no inicio do processo técnico, mas apenas inserido num lugar intermediário desse processo.

Se antes, o trabalho era o termo ativo inicial, agora é meramente o termo intermediário. No caso de ter *qualificações* e *especificidades*, o trabalho recebe essas qualificações e essas especificidades não de si mesmo, mas precisamente da máquina. Deste modo, no segundo movimento de abstração do trabalho, ou de exacerbação do estranhamento que aparece como fetichismo da mercadoria, a máquina é que imprime sobre o trabalho do operário suas qualificações, que não são mais provenientes da subjetividade do trabalho, mas sim das exigências, da estrutura, da natureza dessa coisa que é a máquina, que se põe agora no inicio do processo produtivo.

A especificação do *trabalho vivo*, negado tendencialmente em si e para si, é a especificação feita inteiramente em função de uma *coisa*, do instrumento tornado ferramenta, o qual tendo-se elevado ao nível da máquina, ou melhor, de sistema de maquinas, está, como salientamos, no inicio do processo técnico e não mais num seu ponto intermediário.

Neste caso, o *segundo movimento de abstração do trabalho*, que ocorre com o surgimento da máquina ou do sistema de máquinas, significa a intensificação ampliada das *formas estranhadas do capital* e do *fetichismo social*.

É claro que, sob a *subsunção formal* do trabalho ao capital, modos de inversão (ou de fetichismo social) se manifestavam, por exemplo, através da cooperação simples e da divisão manufatureira do trabalho e seu subproduto, o *trabalhador coletivo*. O desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, em virtude da cooperação simples e da divisão manufatureira do trabalho, por exemplo, aparecia *não* como força produtiva do trabalho social, mas sim como *força produtiva do capital*. O capital se apropriava, naquelas circunstâncias históricas, do desenvolvimento da produtividade do trabalho, intervertendo-a como produtividade do capital. É o que Marx e Engels salientavam como sendo

o sentido do estranhamento social: o *poder social* aparecia como *poder social estranhado* (MARX E ENGELS, 1987)

Ao imprimir sua marca estranhada naquilo que era produto da atividade do trabalho social, o capital aparecia como *sujeito usurpador* da natureza social (o que é um dos traços de seu controle sócio-metabólico). Mas a usurpação do capital tinha um sentido "progressista", na medida em que possui uma direção civilizatória: o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, o recuo das barreiras naturais, ocorria instigado pelas próprias relações sociais de produção capitalista. Era produto intrínseco da civilização do capital. O capital não apenas se apropriava das forças vivas de sociabilidade liberada por ele em seu movimento progressivo (como observou Lukács, a sociedade burguesa é a *sociedade mais social* que existiu), como, num processo intrinsecamente contraditório, ao se apropriar da civilização, *frustrava*, *invertia* e *pervertia,* ao mesmo tempo, suas promessas civilizatíorias (LUKÁCS, 1978).

Como "contradição viva", o capital é, ao mesmo tempo, *exploração* e *civilização*, no sentido de criar os pressupostos materiais para o desenvolvimento social do ser genérico do homem. Entretanto, em seu movimento perpétuo de valorização, sob a *terceira modernidade* onde se explicita o sócio-metabolismo da barbárie social, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho como forças produtivas do capital tende, cada vez mais, a se interverter em produção destrutiva da civilização humana, dessocialização e estranhamento e fetichismo social em sua forma exacerbada.

Sob a *subsunção real* do trabalho ao capital, com a máquina e o sistema de máquina, não é apenas a produtividade do trabalho social que aparece como produtividade do capital, ou as forças produtivas do trabalho social como forças produtivas do capital, mas é a própria especificação readquirida do trabalho vivo, ou ainda, as qualificações, inclusive *polivalentes*, da força de trabalho que aparecem como especificações feitas em função de uma *coisa*, da máquina, ou ainda, qualificações que não são mais provenientes da subjetividade do trabalho, mas sim da natureza da máquina.

O que significa que a máquina capitalista tende a inverter *politecnica* em *polivalência*, que aparece como uma forma de qualificação estranhada que se põe agora no processo produtivo, ou seja, apesar da máquina conter a *promessa* da politecnia, as relações de produção capitalista obstaculizam o desenvolvimento concreto da *potentia* técnica, intervertendo-a em polivalência (o que significa a intensificação da exploração do capital, com o trabalhador assalariado sendo obrigado a vigiar múltiplas máquinas alheias a si).

Finalmente, a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital altera a relação da *ciência* e sua extensão, a *tecnologia*, com o processo produtivo. Temos, deste modo, um outro aspecto do estranhamento e do fetichismo social.

Até agora temos destacado múltiplas determinações do estranhamento e do fetichismo social, tanto em sua *dimensão objetiva* (relação entre trabalho vivo, meios de trabalho e objeto de trabalho), quanto em sua *dimensão subjetiva* (relação do trabalho vivo com sua atividade produtiva e com os resultados da produção social).

No tocante a *ciência* e *tecnologia*, a vigência da máquina e do sistema de máquinas tende a alterar a relação do trabalho vivo com um dos elementos ineliminâveis do próprio processo de trabalho: o ato de conhecimento, atributo intrínseco do pólo ativo primordial do processo de trabalho, o trabalho vivo.

Na situação pré-capitalista, a ação que leva o produtor a utilizar o instrumento enquanto instrumento é uma ação que parte de uma consciência, de uma ciência, que o sujeito possui acerca do processo produtivo e de suas características. O trabalho vivo é o agente social daquilo que Lukács denominou de *intentio recta* (LUKÁCS, 1981)

Na situação capitalista, a partir da *subsunção real* do trabalho ao capital, essa ciência é colocada na máquina e está assim *fora* da consciência do trabalho vivo. A posição da máquina e do sistema de máquina significa, deste modo, não apenas a separação entre operário e o instrumento que se fez ferramenta ou máquina, mas a inversão da relação na-

tural entre trabalho vivo e instrumento do trabalho, isto é, a *separação* entre trabalho vivo e conhecimento, isto é, ciência.

Este detalhe significa que aprofunda-se o nexo estranhado do sócio-metabolismo do capital. A inversão da relação natural entre trabalho vivo e instrumento do trabalho ou a *separação* entre trabalho vivo e conhecimento constitui, no plano da subjetividade do trabalho vivo, a base material para novas implicações estranhadas. O trabalho contido nos meios de produção subordina a si o trabalho vivo, tendo em vista que o trabalho vivo, como se salienta acima, não tem outro sentido além de ser fator de valorização do trabalho objetivado.

É importante observar que *não* é a mera *separação* entre trabalho vivo e conhecimento, isto é, ciência objetivada como tecnologia, que origina a implicação estranhada do agente social. O trabalho contido nos meios de produção como trabalho objetivado, isto é, *trabalho morto*, oprime *o trabalho vivo* apenas na medida em que é determinado pela relação social de produção capitalista. A máquina é *alheia* ao trabalho vivo não porque é exterior (ou separado) dele, no sentido material, pois o corpo da técnica, em si, não ocasiona alienação e auto-alienação dos agentes sociais, mas sim, sua forma social estranhada, forma social do capital, ou seja, tecnologia. Na verdade, identificar *exterioridade* com *negatividade* é atribuir à técnica um poder de dominação que ele não possui (veremos isso mais adiante).

Com a grande indústria e a maquinaria, está posta outra determinação fundamental: como salientamos, a subsunção do trabalho vivo ao capital não se dá apenas na *forma*; não se trata mais simplesmente do fato de que um processo de trabalho ainda dotado de características naturais foi posto a serviço de um processo social de valorização. Com a grande indústria, o próprio processo de trabalho perdeu suas *características naturais* e adquiriu *características técnicas* (ou *tecnológicas*).

Ora, a subordinação do processo de trabalho ao processo de valorização tornou-se subordinação material do trabalho ao próprio instrumento tornado ferramenta de trabalho ou sistema de máquinas. Na verdade, há uma transformação do próprio processo técnico do capital

que tende a assimilar todo o metabolismo social. Deste modo, a racionalidade capitalista tende a tornar-se cada vez mais racionalidade tecnológica. A racionalidade instrumental do capital tende a torna-se cada vez mais uma *racionalidade técnica* que permeia não apenas a produção de valor, base originário desta implicação estranhada, mas toda a circulação social.

Como tratamos logo acima, o *estranhamento* da máquina capitalista decorre *não* apenas da separação entre trabalho vivo e instrumento de trabalho (que se tornou ferramenta e sistema de máquina), mas do fato de que a máquina e o sistema de máquinas tendem a *negar*, inclusive no plano material, o trabalho vivo. Por isso, é o domínio do *trabalho morto* sobre o *trabalho vivo*, que perde não apenas sua *posição objetiva*, de termo inicial ou ativo do trabalho, mas *posição subjetiva*: o *trabalho* se tornou mera ação mecânica e a *ciência* se colocou fora da subjetividade negada de quem trabalha.

Na verdade, a ciência foi pensada e constituída em outro local: nos grandes laboratórios das corporações industriais (é a separação entre execução e concepção, concebida pela Organização Científica do Trabalho, de F.W. Taylor) e no processo de trabalho, a ciência encontra-se presente *não* em quem trabalha, mas dentro de uma *coisa* – objetivada na máquina ou no sistema de máquina.

A *negação processual* da posição objetiva e subjetiva do trabalho vivo constitui o processo de modernização do capital, ou seja, marcam o desenvolvimento da segunda e da terceira modernidade do capital (consideradas como modernidade-máquina). A civilização do capital torna-se, deste modo, uma *civilização da técnica*, ou melhor, da *tecnologia como forma técnica estranhada*, pois o conhecimento (e, portanto, o controle social do objeto técnico) não está mais em quem trabalha, mas fora dele. A *exterioridade estranhada* não é, diga-se de passagem, o objeto técnico propriamente dito, mas sim a relação social capitalista, o fetiche do capital.

Diante de quem trabalha, encontra-se *incorporado* na coisa, na máquina, relações sociais de poder e de dominação de classe. Por isso,

a *ciência* e sua extensão estranhada, a *tecnologia*, tende a dominar o trabalho vivo, invertendo, pela primeira vez na historia da civilização, *não* apenas a relação entre o homem e seu instrumento de trabalho, mas entre o homem e o produto/processo de sua atividade produtiva (auto-alienação).

Com a máquina capitalista, o conhecimento e a atividade consciente não estão mais no sujeito que trabalha, mas na *atividade mecânica do instrumento como ferramenta* utilizado a serviço da valorização do capital. Mesmo que o sujeito que trabalha seja portador de traços residuais de saber-fazer tácito, intrínseco à natureza do trabalho vivo persistente, o processo de valorização implica em contínua expropriação/apropriação pelo sistema de máquinas do *savoir-faire* do sujeito que trabalha. Como disse Marx: "Dar à produção caráter cientifico é a tendência do capital" (MARX, 1985). E diríamos mais, caráter científico e tecnológico, pois a racionalidade da Modernidade-Máquina é, cada vez, a *racionalidade tecnológica*. Por isso o capital desenvolve à exaustão a ciência, pois é ela que permite o desenvolvimento tecnológico capaz de conquistar o mundo; uma ciência e, portanto, uma tecnologia que nada mais tem a ver com o trabalho.

Importante observar que, o que se contrapõe ao trabalho vivo *não* é a máquina em geral, mas a máquina que é colocada no interior do processo de produção capitalista. Neste caso, inscreve-se mais um traço da contradição viva do capital: o desenvolvimento da máquina e do sistema de máquina, através da ciência e da tecnologia, contém em si possibilidades concretas de emancipação do homem. Mas na medida em que tal processo social ocorre no interior de relações capitalistas de produção, ele se interverte, aprofundando a subsunção do trabalho vivo às forças sociais estranhadas.

As máquinas capitalistas contêm, impressas, em si e para si, *signos da dominação do capital*. O próprio corpo do instrumento, sua própria estrutura material tem a marca da subsunção do trabalho vivo ao capital. Por isso, a máquina a ser utilizada no comunismo é uma máquina diversa daquela que é utilizada no modo capitalista. As máquinas que

conhecemos são produto de uma tecnologia (e também de uma ciência) que foi toda pensada sobre a base do pressuposto do trabalho humano estranhado. A emancipação envolve, deste modo, alterar o próprio processo de conhecimento e de realização técnica.

Capitulo 3

Trabalho e Ciberespaço

Neste capítulo pretendemos apresentar algumas notas criticas sobre a natureza do desenvolvimento da nova base técnica do ser social, destacando a dialética entre trabalho e informação a partir da determinação complexa da relação-capital em sua forma mais desenvolvida. Antes de tudo, é importante explicitar observações metodológicas imprescindíveis. Mais do que nunca, é indispensável apreender o processo social em sua complexidade dialética e radicalidade contraditória, a partir de uma determinada totalidade concreta: o sistema mundial do capitalismo predominantemente financeirizado. Qualquer discussão que despreze as múltiplas determinações do ser social do capitalismo global é equivoca e não conseguirá apreender os nexos essenciais do novo desenvolvimento do processo civilizatório do capital.

Surgem hoje várias mistificações da natureza essencial do desenvolvimento da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XX, qualificando-a apenas em seus aspectos contingentes, como "sociedade da informação", "sociedade do conhecimento" ou ainda "sociedade em rede". Ora, os qualificativos impressionistas não conseguem vislumbrar os fundamentos essenciais de um avançado processo de desenvolvimento do modo de produção e reprodução capitalista que coloca novos desafios no plano do pensamento e da atividade científica. Enfim, tratar do tema "trabalho e ciberespaço", ou lidar com os novos desenvolvimentos da técnica e da tecnologia em seu estágio mais avançado, sem inseri-la, pelo menos num sentido indicativo-categorial, numa apreensão totalizante do desen-

volvimento do modo de produção capitalista em sua forma particular, é, no mínimo, mistificador.

O desenvolvimento do sistema mundial do capital em sua etapa mais desenvolvida possui como pressuposto material o desenvolvimento de uma base técnica complexa de matriz informacional, caracterizada por redes informáticas e telemáticas, capazes de integrar os *locis* globais de produção e reprodução da sociedade de mercadorias. Pela primeira vez na história da civilização humana, constitui-se uma "sociedade global" cuja *forma material* é dada pelo complexo social das redes virtuais, interativas e controlativas, que contém e fazem circular "pacotes" de informações (IANNI, 1992). Eles são as novas mercadorias da sociedade hipercapitalista tardia. Na verdade, a lógica da mercantilização subsume a última fronteira da Natureza social ao transformar em mercadoria o próprio substrato da sociabilidade e da interação social. Nesse contexto, surge uma "indústria da informação", onde ocorre a produção, tratamento e controle dos nexos lingüísticos (e imagéticos) de comunicação e intersubjetividade sócio-humana.

Entretanto, é importante salientar que, na medida em que é *mercadoria virtual*, a informação-mercadoria contém em si a contradição candente da relação-capital. Seu enclausuramento no valor de troca é *tensionado* pelo seu valor de uso, como podemos verificar nas múltiplas formas de dissiminação de "pirataria" que atentam contra o direito autoral. Os novos piratas do ciberespaço apenas explicitam a contradição explosiva entre *valor de troca* e *valor de uso* da mercadoria-informação. Mais do que nunca se explicita a *contradição* principal destacada por Marx entre as relações sociais de produção baseada na propriedade privada e o desenvolvimento das forças produtivas que ocorre sob as condições da IV Revolução Tecnológica. É o que trataremos a seguir.

IV Revolução Tecnológica

Pode-se dizer que os meios técnicos complexos desenvolvidos a partir do que consideramos uma IV Revolução Tecnológica ou *revolução*

das redes informacionais, possuem uma característica comum: são técnicas "inteligentes" capazes de criar *espaços virtuais* de caráter societal, sejam eles *interativos* ou *controlativos*. Ao utilizarmos o adjetivo "inteligente" buscamos salientar o uso de máquinas complexas capazes de desenvolver alguma forma de "inteligência artificial", cuja matéria-prima é a *mercadoria-informação*. (ALVES e MARTINEZ, 2002).

A IV Revolução Tecnológica instaurou uma ruptura fundamental (ou "salto quântico") na evolução do maquinário no capitalismo, expressão utilizada por Frederic Jameson, inspirado por Ernest Mandel, ao tratar dos estágios de revolução tecnológica no interior do próprio capital. Ele observa que a relação com a máquina e sua representação altera-se dialeticamente em cada um desses estágios qualitativamente diferentes de desenvolvimento tecnológico (o chegamos a tratar no ensaio "Ciberespaço e fetichismo", publicado em ALVES e MARTINEZ, 2002).

O que sugerimos é uma nova periodização que considera como última grande revolução geral da tecnologia, engendrada pelo modo de produção capitalista, a *revolução das redes informacionais*. É com ela que se dissemina o *ciberespaço*, seja como *rede interativa*, seja como *rede controlativa*, através das instâncias de produção e reprodução social. Além disso, com ela surge uma nova forma de ser da mercadoria: a *mercadoria-informação*.

O *ciberespaço* constitui as infovias hipervirtuais permeadas de "pedágios" do capital que impõe sua lógica da escassez à nova forma material. Como destacamos acima, instaura-se um novo complexo de contradições agudas no seio do sistema, pois a informação como substrato da sociabilidade humano-genérica é recalcitrante à forma-valor.

A *mercadoria-informação* é a última fronteira da modernização tardia. Surge com o o "capitalismo manipulatório" (utilizando a expressão de Lukács) cujo modo de ser manipulatório é constituído por redes de informações lingüístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres. Elas impregnam o próprio fluxo societal, buscando constituir *consentimentos* e comportamentos pró-ativos e instaurar novas formas fetichizadas de intercambio social. A base téc-

nica da IV Revolução Tecnológica propicia as condições materiais para o desenvolvimento pleno (e tensionado) do capitalismo global.

É possível apresentar a seguinte periodização das revoluções tecnológicas engendradas pelo capital desde a revolução industrial "original" de fins do século XVIII e primórdios do século XIX:

- *Primeira Idade da Máquina*: a produção de motores a vapor a partir de 1848
- *Segunda Idade da Máquina*: a produção de motores elétricos e de combustão a partir dos anos 90 do século XIX.
- *Terceira Idade da Máquina*: a produção de motores eletrônicos e nucleares a partir dos anos 40 do século XX
- *Quarta Idade da Máquina*: a produção de máquinas microeletrônicas e sua integração em rede interativa ou controlativa (ciberespaço) a partir dos anos 80 do século XX.

A cada salto tecnológico, com sua respectiva produção de máquinas, corresponde uma forma mercadoria predominante, a partir do qual se constitui a estrutura sócio-reprodutiva. É possível dizer que a forma-mercadoria da Quarta Idade da Máquina é a mercadoria-informação. Ela é a matriz do hipercapitalismo manipulatório. A IV Revolução Tecnológica diz respeito a uma etapa do capitalismo moderno: o capitalismo da mundialização do capital com seu novo regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992). Não é meramente o capitalismo multinacional ou de consumo, como observa Jameson, mas sim, o capitalismo transnacional predominantemente financeirizado, o capitalismo da crise estrutural do capital, onde a rede como cooperação complexa constitui os novos espaços da produção e da reprodução social (CHESNAIS, 1995).

É a informação que constitui os fluxos dos novos espaços de produção e reprodução social. Ela estrutura cada vez mais a produção do capital, seja na indústria propriamente dita ou serviços capitalizados. As mercadorias complexas criadas nos *loci* da acumulação de valor contém, em si, de forma amplificada, um componente imaterial cujo fulcro informacional é inequívoco. A produção de mercadorias necessita cada

mais do trabalho informacional, que lhe agrega valor efetivo, dando-lhe estatura concorrencial à altura dos tempos de crise do capital. A materialidade está prenhe da imaterialidade conduzida pelo trabalho vivo como elemento mediador das máquinas "inteligentes". Mas a informação-mercadoria viceja nas esferas do "parasitarismo" e da manipulação da sociedade do capital. É ela que "alimenta" os circuitos financeiros de valorização fictícia, além de ser matéria-prima dos nexos manipulatórios da teia midiatica.

É possível inclusive sugerir que, se o *capital fictício* assume hoje um papel predominante na forma de produção e reprodução sistêmica do capitalismo mundial, a informação é a *mercadoria fictícia* do regime de acumulação predominantemente financeiro. Inclusive, pode-se dizer que a mercadoria-informação possui natureza homóloga do *capital fictício*, categoria utilizada por Marx para caracterizar uma forma do *capital a juros* (ALVES, 2001).

As redes virtuais como máquinas informacionais

Ocorre um salto qualitativo no processo sócio-técnico da *Quarta Idade da Máquina*: elas se tornam cada vez mais, máquinas de reprodução do que máquinas de produção propriamente dita, apresentando à nossa capacidade de representação estética, exigências cada vez maiores. De certo modo, os limites entre produção e reprodução social, ou entre material e imaterial, ou ainda produtivo e improdutivo, na perspectiva da acumulação de valor, tornam-se tênues e quase-desefetivados. É a suprema contradição objetiva da lógica do capital. Ele torna-se incapaz de ter uma medida para si mesmo quando implode suas delimitações sistêmicas fundantes. É o que Fausto destaca como sendo a "negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo" (FAUSTO, 1989). Mas diremos: é uma "negação espectral" tendo em vista que sua efetivação histórico-concreta não se realiza em virtude (ou pelos vícios) das contingências da luta de classe, intervertendo a "negação espectral" em bar-

bárie social. Ora, a valorização do capital exacerba-se na mesma proporção que se torna *sem medida*, desmedida alucinada e alucinante. É tal transformação estrutural que está na base da crise estrutural do capital, onde a financeirização e a proliferação da mercadoria-informaçào são seus sintomas derradeiros.

Ora, para ser mais preciso, pode-se dizer que as novas máquinas informacionais são *pós-máquinas*, pois instauram formas qualitativamente novas de relações homem-máquina. Constituem implicações subjetivas determinadas por uma nova forma de fetichismo, o que denominamos alhures de *ciberhominização* e que iremos tratar mais adiante (ALVES e MARTINEZ, 2002). É claro que a utilização do prefixo "pós" contém uma intensa carga na medida em que pode sugerir que a máquina *não* é mais máquina. Entretanto, o que queremos sugerir, nesse caso, é uma posição dialética onde a máquina não é mais máquina em sua materialidade *em si*, apesar de continuar sendo por conta da forma social do capital. *É* e *não é*, eis a dialética da "coisa". Persiste, com a pós-máquina, o estranhamento e fetichismo característicos das relações sociais de produção e reprodução capitalista.

Com o ciberespaço, a "pós-máquina" contribui para o processo sócio-reprodutivo e este novo meio técnico complexo instaura uma peculiar *estética da reprodução social*. Nas condições do sistema do capital como modo de controle sócio-metabólico, a estética do ciberespaço, principalmente em sua dimensão de controle (ou controlativa), apresenta-se numa *forma estranhada* (como podemos apreender através das narrativas fílmicas de ficção-científica dos últimos trinta anos).

Atribui-se à tecnologia e seus *ciborgues maléficos* um poder que eles não possuem: ser a "determinação em última instância" da vida social cotidiana. Na verdade, como observa Jameson, "nossas representações imperfeitas de uma imensa rede computadorizada de comunicações são, em si mesmas, apenas uma figuração distorcida de algo ainda mais profundo, a saber, todo o sistema mundial do capitalismo multinacional de nossos dias". E arremata: "A tecnologia da sociedade contemporânea é, portanto, hipnótica e fascinante, não tanto em si mesma, mas porque

nos oferece uma forma de representar nosso entendimento de uma rede de poder e de controle que é ainda mais difícil de ser compreendida por nossas mentes e por nossa imaginação, a saber toda a nova rede global descentrada do terceiro estágio do capital." (JAMESON, 1996). Eis o conteúdo latente do *imaginário do apocalipse estranhado,* contido nas distopias fílmicas da ficção-científica pós-moderna, cujo caso típico são os filmes da série *Matrix*, dos Irmãos Wachowski (1999-2003).

A *cultura do ciberespaço* ou o que veio a ser denominado de cultura pós-moderna, tão bem analisada por Jameson e Harvey, se caracteriza por ser uma cultura cada vez mais dominada pelo espaço e pela lógica espacial. De certo modo, é sintoma de uma *crise de historicidade* e da organização da temporalidade em geral.

O *capital em crise* tende a criar um campo de manipulação irremediável da temporalidade sócio-humana. *Tempo passado, tempo presente e tempo futuro perdem sua direção e sentido absoluto.* (ALVES, 2002). E é Mészáros quem observa: "A temporalidade inalterável do capital é *a posteriori* e *retrospectiva*. Não pode haver nenhum futuro adiante, em um sentido significativo do termo, já que o 'único' futuro admissível já chegou na forma dos parâmetros existentes da ordem estabelecida, bem antes que se pudesse levantar a questão 'que há para ser feito'."(MÉSZÁROS, 2002).

O esmaecimento de nossa historicidade, instaurada pelo metabolismo social crítico do capital, contribui para o surgimento de um estilo cultural próprio: o *pastiche* do passado estereotípico que caracteriza tanto a estética do cinema de ficção-científica (*Star Wars*, de George Lucas, é o caso típico), como a própria Internet, a rede das redes, com sua *bricolagens* combinadas em *ensambles* exageradamente estimulantes.

Além disso, nas condições críticas da sociabilidade do capital, o ciberespaço é apreendido mais como um elemento orgânico da pós-modernidade, ainda caracterizada por Jameson pela disjunção esquizofrênica ou *écriture*, um exercício de descontinuidade e de diferença que se torna um estilo cultural. Não nos cabe desenvolver aqui a interessante homologia estrutural entre ciberespaço e cultura (ou economia políti-

ca) da pós-modernidade. É com o ciberespaço que o slogan que Jameson considera paradoxal se torna mais lógico: "a diferença relaciona".

O CIBERESPAÇO COMO *PÓS-MÁQUINA INFORMACIONAL*

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e o surgimento das novas tecnologias telemáticas e de informação em rede, constituiu um novo espaço de sociabilidade virtual: o *ciberespaço*, isto é, um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informações e de comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre os homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) sócio-humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a *extensão virtual* do espaço social propriamente dito.

O ciberespaço pressupõe a idéia de *redes informacionais* como metáfora da cooperação social que assumiu, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, uma significação concreta.

É a partir do século XIX, por exemplo, que se torna visível o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. Entretanto, sob o capitalismo da grande indústria, a idéia de rede ainda não possuía uma objetivação material *para si*, ou seja, a *rede* era apenas uma *rede-de-máquinas* que não implicava, em si, a *produção de subjetividade*, no sentido de colocar, como condição indispensável do processo sistêmico, as habilidades subjetivas (e cognitivas) do homem (mesmo que sob forma estranhada).

Foi com o surgimento das redes telemáticas e informáticas, e por conseguinte, da Internet, que a idéia de *rede* assumiu um arcabouço concreto, ou seja, ela passou a representar uma *rede de homens-mediados-por-máquinas-informáticas*. Surgiu o que consideramos o ciberespaço como *virtualização em rede*.

Ainda avançando alguns elementos conceituais preliminares, é possível considerar o ciberespaço como uma *pós-máquina* na medida

em que ele aparece como um espaço de interação sócio-humana de base técnica, construído pela práxis social complexa e capaz de desenvolver, em si, novas formas de virtualização. Nesse caso, as máquinas informáticas constituem apenas a *mediação complexa* das práticas interativas (e controlativas) que exigem um alto grau de habilidades ético-cognitivas (tomada de decisões e escolhas).

Nesse caso, com a pós-máquina do ciberespaço altera-se, de modo qualitativo, a implicação subjetiva homem-máquina. O ciberespaço se constitui como *matéria social* que abre possibilidades objetivo-reais de *produção de subjetividade*, estranhada ou não, determinada, é claro, pela forma social no interior da qual se desenvolve o processo de individuação (ALVES, 2002).

Com o ciberespaço como rede informacional, o homem deixa de ser meramente *apêndice* do processo de produção, como ocorria nas *máquina da grande indústria*, e torna-se, pelo menos no plano formal, pólo ativo de um processo de produção é processo de subjetivação (para analisarmos as novas condições do *capitalismo da pós-máquina*, é preciso levar em consideração a categoria de *trabalho imaterial* como forma complexa da categoria de trabalho concreto enquanto modelo ontológico da práxis social). Ora, só existe processo de subjetivação no âmbito do trabalho imaterial como elemento compositivo ineliminável da produção material.

Com o ciberespaço, a nova máquina é reposta apenas como mediação de uma interação sócio-humana. Através dela torna-se mais intensa a relação de sociabilidade homem-homem (o que não implica em maior clareza). É importante salientar que tratamos com uma situação intensamente contraditória que perpassa a morfologia social do capitalismo tardio. Numa situação de estranhamento (e fetichismo), como ocorre no sistema do capital, a relação social de dominação (e controle) de classe é *intransparente*. Portanto, as novas máquina tendem a incorporar, mais do que nunca, a dimensão estranhada de sociabilidade. Deste modo, elas aparecem como ente da dominação, o *estranho familiar*.

As novas máquinas da IV Revolução Tecnológica, como o ciberespaço, têm mais poder de *fetichização* do que as máquinas da grande indústria, tendo em vista que elas representam, com maior densidade, as contradições ampliadas do sistema sócio-metabólico do capital. Elas possuem em si, a promessa frustrada (e reprimida) da pós-máquinas, da mediação plena de uma sociabilidade humana omnilateral.

Sob as determinações sociais do capital, a idéia de "pós-máquina" ou as categorias de "subjetividade" e de "trabalho imaterial" são meramente *espectros antecipadores* de possibilidades humano-genéricas. Tais determinações complexas da nova sociabilidade desenvolvida não encontram condições histórico-concretas para se desenvolverem plenamente. Tornam-se, portanto, em-si e para-si, meros *espectros antecipadores* de uma futuridade travada pelo sistema do capital. Apesar disso, não deixam de possuir uma efetividade real-objetiva.

O ciberespaço é a *utopia técnica da pós-máquina,* na medida em que sua materialidade de máquina é *inadequada* para as estratégias reprodutivas do capital. Ao dizermos que é inadequada não queremos afirmar que não possa ser apropriada ou até desenvolvida pelo sistema social do capital, mas sim que, o seu desenvolvimento concreto expõe de forma flagrante, os limites estruturais da forma social estranahda do capital.

Na verdade, a plena disseminação do ciberespaço e sua apropriação pelos sujeitos sociais expõe uma contradição viva no interior da *forma social* do capital. Apesar dos sujeitos sociais não se apropriarem, de fato, da nova objetivação técnica complexa, eles tornam-se *sujeitos de direito* do novo *espaço de civilização*, que é também, *espaço de barbárie*, como atestam os usos perversos (e controlativos) do ciberespaço. Nesse caso, o ciberespaço torna-se mero desdobramento virtual do mundo burguês degradado.

Deste modo, a inadequação do ciberespaço à lógica social do capital é mais uma dimensão da crise estrutural do sistema sócio-metabólico do capital. É mais uma determinação da contradição instaurada pelos novos objetos técnicos complexos desenvolvidos pelas forças produtivas do trabalho social.

Significado do trabalho imaterial

Nos últimos trinta anos, o sistema produtor de mercadorias tem sido atingido por candentes contradições intrínsecas à própria forma-mercadoria. Na forma-mercadoria, *célula-mater* da sociedade burguesa, está contido a virtualidade das suas crises incisivas, sejam elas *crises cíclicas*, *crise orgânica* ou *crise estrutural*. Na medida em que atinge seu pleno desenvolvimento sócio-histórico, sob a terceira modernidade do capital, a forma-mercadoria explicita, ampla e intensamente, suas determinidades negativas. Na verdade, o sistema sócio-metabólico do capital tende a ser *afetado de negações* no interior do próprio capitalismo.

A crise estrutural do capital expõe num sentido radical, os dilaceramentos intrínsecos à forma-mercadoria, ou seja, a aguda contradição entre valor de troca (valor econômico) e valor de uso (valor humano). A intensificação e nova amplitude da crise da forma-mercadoria, sob as condições históricas da crise estrutural do capital, ocorre em virtude da crise do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor, fundamento do valor de troca. A crise do trabalho abstrato aparece como crise de desmedida do valor.

Alucinada pelo "desmanche" de seu fundamento (o valor), a forma-mercadoria se transfigura, perdendo tendencialmente seu estatuto mediativo na formula geral do capital (D-M-D'). Em seu lugar, se põe a fórmula espúria D-D', explicitação da reprodução hermafrodita da riqueza abstrata, estigma da *financeirziação*, que representa o verdadeiro sintoma da crise da forma-mercadoria e crise do trabalho abstrato.

Uma de nossas hipóteses é que, o que alguns autores denominam de "trabalho imaterial" é mera explicitação, ou mais um elemento de manifestação contingente da *crise do trabalho abstrato*. Por "trabalho imaterial" queremos designar o trabalho que produz produto-mercadorias imateriais, vinculados às atividades de marketing/propaganda, desenvolvimento e pesquisa, comunicação e cultura, etc. As esferas de serviços ou de atividade imaterial ligadas, direto ou indiretamente à produção de valor, têm crescido de forma significativa no capitalismo tar-

dio, sendo incorporado na produção do capital. É uma parte importante do denominado "setor terciário". Não apreender o significado sócio-ontológico do trabalho imaterial é mistificar o que ele, de fato, representa: um traço de "negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo" e que atinge o sistema sócio-metabólico do capital em sua etapa de crise estrutural.

Ora, o "trabalho imaterial" não é o único elemento de negatividade que tende a "desmanchar" a forma-mercadoria. Primeiro, existe o incremento da composição orgânica do capital, da substituição progressiva de trabalho vivo por trabalho morto, que reduz o *quantum* de força de trabalho na esfera da produção do capital, atingindo a produção de valor (lembremos que só trabalho vivo produz mais-valia).

Deste modo, destacaríamos como duas determinações cruciais da crise do trabalho abstrato, (1) uma dinâmica estrutural intrínseca à produção do capital, que percorre a passagem da manufatura para a grande indústria e a própria temporalidade da grande indústria, isto é, a substituição progressiva de trabalho vivo por trabalho morto, a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital; e (2) a constituição de um *novo saber*, ligados às atividades imateriais do capitalismo tardio, nas instâncias dinâmicas de produção do capital, resistente às determinações do trabalho abstrato.

Este *novo saber* vinculado ao "trabalho imaterial", é produto do desenvolvimento da nova base técnica do sistema produtor de mercadorias, com as novas máquinas complexas constituindo o arcabouço da produção social. Entretanto, embora tão necessário às novas condições de produção social, o *novo saber*, não redutível à formalização e quantificação própria do trabalho simples, tende a não agregar, na produção do capital, valor de troca (valor econômico).

Embora, o "trabalho imaterial" como trabalho concreto esteja subsumido à máquina do capital, devido às suas qualidades intrínsecas, não consegue produzir trabalho abstrato. É um novo tipo de trabalho complexo *não* redutível ao trabalho simples em última instância. Eis a "tragédia" do capital. Aliás, ele representa a própria"negação" do trabalho

abstrato pois é, em si, irredutível à quantificação pelo tempo de trabalho, o que significa que não é passível de ser *precificado* (isto é, ter um *preço* como suporte de valor de troca). Pode até ter preço, mas é um mero simulacro de valor de troca. O novo trabalho complexo é incapaz de ser formalizado e, portanto, transformado *coisificado* enquanto máquina, como ocorre, por exemplo, com o *conhecimento* que, formalizado, se interverte em máquina (isto é, capital fixo ou trabalho morto).

Na verdade, o "trabalho imaterial" tende a ser um "estranho" elemento, sempre tensionado, na ordem produtiva do capital. Isto não significa que o novo saber não esteja integrado e não seja parte compositiva da produção do capital. Pelo contrário, ele é parte do capital, sendo regido por sua lógica. Entretanto, o capital está diante de seu limite intrínseco: a *natureza anímica* do trabalho vivo.

Na medida em que o *novo saber* assume um papel estratégico na produção do capital, por conta do desenvolvimento da nova base técnica complexa, abre-se um campo de luta e de tensão pela "formalização" do trabalho vivo pela "captura" da subjetividade da força de trabalho como trabalho vivo pelo capital.

Alguns autores (Antonio Negri e Maurizio Lazaratto, por exemplo) destacam o processo do "trabalho imaterial" como sendo "produção de subjetividade". Mas o que ocorre com a utilização do trabalho imaterial nas condições da produção do capital, não é mera produção de subjetividade, mas sim, "captura" da subjetividade do trabalho vivo pela lógica do trabalho abstrato. Essa tentativa de *formalização* do trabalho vivo como trabalho imaterial, adequado-o à materialidade do trabalho abstrato, é a busca recorrente de novas formas de *gestão de pessoas* nos locais de trabalho.

O processo de produção do capital que é processo de produção do trabalho abstrato, fundamento da forma-mercadoria, percorre a transição da manufatura para a grande indústria. Como salientamos, é um processo de substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto. Ele contém em seu bojo, a apropriação pelo capital, do saber tácito do mundo do trabalho vivo,

e sua transformação (ou formalização) em conhecimento, que através da ciência, é transformado em tecnologia, forma social da técnica.

A máquina capitalista é expressão da cristalização do *saber* em conhecimento *fetichizado*. O trabalho vivo se defronta com ela como *coisa* estranha a si próprio, quando a máquina é, na verdade, cristalização de um conhecimento apropriado pelo capital, reificação de um saber tácito formalizado e que se transfigura em capital fixo. Este movimento de abstração do trabalho vivo em trabalho morto é o conteúdo do desenvolvimento do sistema de máquinas.

Como salientamos, a máquina é a expressão suprema do trabalho abstrato. Ao negar o trabalho vivo, a máquina tende a negar a fonte de valor, a força de trabalho. Deste modo, o trabalho abstrato ao surgir em sua plenitude, é negado pelo seu próprio movimento. A lei do valor tende a ser "abolida" ao surgir. Como um organismo vivo, começa a morrer ao nascer.

O surgimento do sistema de máquinas expressa o ápice do desenvolvimento contraditório da produção de mercadorias. É importante acompanhar o seu desenvolvimento histórico. É deveras contraditório que as novas máquinas informacionais, sedentas de trabalho imaterial, busquem repor, nas condições da crise estrutural do capital, o trabalho vivo "negado" tendencialmente pelo movimento da subsunção real do trabalho ao capital.

Entretanto, o trabalho vivo que se põe como "trabalho imaterial", re-põem um novo saber, não o *saber artesanal*, tendo em vista que ele pertencia a um estágio menos desenvolvido das forças produtivas do trabalho social , mas sim, o *saber imaterial*, produto de subjetividade complexa, *tensionalmente* integrada à lógica do capital (inclusive parte dele), irredutível às medidas abstratas e impassível à formalização.

Sob a grande indústria, a formalização do *saber* em *conhecimento* compunha o mote da educação técnica, que adestrava homens e mulheres à linha de produção, ao seu posto de trabalho, quase como máquinas vivas, logo substituídas por capital fixo. O momento de crise da grande indústria prenuncia como *promessa frustrada* do capital, a *pós-grande indústria*, o novo saber imaterial, capaz de incorporar "subjetividades

complexas" obrigadas a lidar com as novas máquinas, inclusive máquinas que exigem afetos e envolvimento. O saber imaterial é resistente à mera formalização abstrata que tanto alimentou a lógica do trabalho abstrato em sua odisséia mecânico-industrial. Deste modo, pode-se dizer que temos *tendencialmente* a crise da educação técnica e do mero adestramento profissional.

Enfim, o que observamos não é o mero retorno do saber artesanal, tendo em vista que o novo saber do trabalho imaterial, é parte compositiva ineliminável (e contraditória) da máquina capitalista. O trabalho imaterial e seu novo saber não é uma exterioridade à implicação material do trabalho abstrato, sendo ele próprio, expressão da subsunção real do trabalho ao capital. Mas, é uma *interioridade agudamente tensa*, convulsionada pela sua natureza de saber imaterial, instaurando nos locais de trabalho, um novo campo de luta de classes.

O "trabalho imaterial" enquanto elemento compositivo do *trabalhador coletivo complexo* subsumido à lógica do valor, expressa o pleno desenvolvimento da materialidade contraditória do trabalho abstrato. Ele nasce da contradição intrínseca à forma-máquina, a contradição entre *forma material* como técnica e *forma social* como capital. Em seu momento mais desenvolvido, a contradição entre forma material e forma social se explicita na reprodução do trabalho vivo como *novo saber*, trabalho imaterial que expõe, ao lado de outros elementos, a crise do trabalho abstrato.

O desenvolvimento do setor de serviços contém em si, amplos elementos do novo saber imaterial que, embora integrado à lógica capitalista, resiste à seus parâmetros convencionais. É por isso que o surgimento da "sociedade de serviços" ocorre num período histórico de explicitação aguda da crise do trabalho abstrato. O que os serviços capitalizados ocultam é a desmedida da imaterialidade laboral. É claro que, buscando recompor as bases de valorização, o capital avança nos serviços. Apesar de formalizar (e mecanizar/automatizar) algumas atividades de serviços, ele não consegue fazê-lo com outras, detendo-se diante dos nichos de *novo saber*. O fato de se *deter* não significa que não os incorpore

como agência de exploração. Mas o trabalho imaterial "sabota", na ótica do valor, a produção de trabalho abstrato.

Enfim, os serviços capitalizados são uma arena sinuosa para a expansão da valorização. O conteúdo material do setor terciário tende a não ser adequado à forma social do capital (o que não significa que os serviços não possam ser "capitalizados"). A inadequação entre forma material e forma social explica a "crise dos serviços", principalmente os serviços públicos ora privatizados.

Portanto, o que buscamos salientar é que a crise estrutural do capital nos últimos trinta anos é, antes de tudo, uma *crise de desmedida*, isto é, o novo saber imaterial é irredutível à *medida* (a necessidade de *quantificar* própria da lógica do valor); ou ainda, *crise de inadequação*, ou seja, a exacerbação das contradições intrínsecas à forma-mercadoria, contradição entre conteúdo (de valor de uso) e forma social do capital (a lógica do trabalho abstrato).

Capitulo 4

Metamorfoses do Trabalho

A categoria *trabalho* é uma das mais complexas categorias da sociologia moderna, possuindo múltiplas significações, de acordo com o grau de abstração que possamos utilizar. Nesse momento, o que nos interessa é destacar sua tríplice significação. O labor científico exige rigor analítico-categorial. É isto o que tentaremos apresentar aqui, a partir desta distinção precisa da categoria *trabalho*.

Em primeiro lugar, a categoria *trabalho* possui um significado historico-ontologico. Nesse caso, trabalho significa *intercâmbio orgânico entre o homem e a Natureza*. Eis o pressuposto estrutural (e estruturante) da atividade humano-social. O principio ontológico constitutivo do ser social. É um traço distintivo primordial da espécie *homo sapiens* diante dos demais animais superiores. Apenas o animal homem tornou-se capaz de constituir um intercâmbio orgânico com a Natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, constituindo objetivações que aparecem como "segunda natureza" em sua busca pela satisfação das necessidades vitais.

O homem é um animal que se fez homem através do trabalho. Apesar de outros animais superiores, como chimpanzés e gorilas, por exemplo, exercerem atividades instrumentais, inclusive fabricação de ferramentas rudimentares, para atingir determinados fins (com alguns antropólogos sugerindo a transmissão cultural), eles não conseguiram ir além desta *instrumentalidade tosca*. Na verdade, talvez nem possamos caracterizar tais atividades instrumentais como *trabalho* propriamente dito.

Apenas a espécie homem conseguiu evoluir e desenvolver *cultura* e *linguagem* através do trabalho, que deixou de ser meramente atividade instrumental, tornando-se, deste modo, meio de socialização e de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Alguns traços morfológicos primordiais como, por exemplo, o *bipedalismo*, que liberou as mãos para atividades laborativas, e o *cérebro avantajado* da espécie homem, garantiram seu sucesso evolutivo. A seleção natural aprimorou tais disposições morfológicas e o trabalho de luta pela sobrevivência desenvolveu as potencialidades contidas em seu aparato humano constitutivo.

O que noutras espécies de macacos era mera potência limitada pela morfologia animal, na espécie humana tornou-se ato desenvolvido, capaz de dar um salto ontológico diante do mundo natural. Este *salto ontológico*, que instaurou o ser social, ocorreu devido a categoria *trabalho*, a atividade de intercâmbio orgânico com a Natureza, que impulsionou o desenvolvimento da potencia morfológica da espécie *homo sapiens*.

Ao dizermos intercâmbio orgânico com a Natureza, salientamos um complexo de trabalho que possui múltiplas implicações:

Primeiro, é um *intercâmbio consciente* e, portanto, prenhe de racionalidade com respeito aos fins e aos meios. A *consciência* é a determinação reflexiva da categoria *trabalho*, pois sem ela não há trabalho humano. A consciência como *prévia-ideação* pressupõe, por outro lado, um complexo lingüístico que habilita a espécie homem a desenvolver a capacidade de abstração e, portanto, de comunicação complexa, articulando fala, signos lingüísticos e estruturas sintático-gramaticais inerentes. Devido a sua constituição morfo-anatômica peculiar, o animal homem conseguiu articular sons através da fala, surgindo as múltiplas línguas. São tais qualidades humanas que tendem, no decorrer da processo evolutivo, a nos afastar da Natureza e dos nossos parceiros antropóides e hominídeos, que não conseguiram ir além da mera instrumentalidade natural.

Ao se abstrair do cerco imediato da Natureza, o homem conseguiu projetar seu devir humano-genérico, constituindo formas de *virtualização* de si e do mundo social. Não apenas projetou novas ferramentas

de trabalho e de intervenção prático-social na Natureza, mas elaborou formas complexas de consciência do mundo e de si próprio. Surgem os primeiros *mitos* que traduzem, em si, o medo primordial do homem diante da Natureza inculta, potência todo-poderosa diante de um ser social ainda limitado no desenvolvimento das suas forças produtivas.

Segundo, o intercâmbio orgânico com a Natureza é um *intercâmbio técnico*, ou seja, é um intercâmbio mediado por objetos de trabalho, meios de produção da vida social, formas de objetivação que, tal como uma outra Natureza, se impõe sobre os homens, pois exigem, para sua plena manipulação, a observância de determinadas habilidades prático-cognitivas.

Se outros animais superiores, como macacos e chipanzés, chegaram a elaborar, com um grão de consciência animal, instrumentos de trabalho rudimentares, o homem, não apenas os elaborou, mas os constituiu como *objetos técnicos*, objetivações constitutivas da hominidade e meios de humanização, desde que *não* estejam postos no interior de relações sociais estranhadas, o que somente ocorreria com o surgimento das *sociedades de classe*.

Eis, portanto, o traço distintivo da prática instrumental do homem: ela é incisivamente *técnica* e mais tarde, *científica e tecnológica*, pois o *homo sapiens*, como animal que conhece, irá desenvolver sua ciência da Natureza para lidar e intervir melhor sobre o mundo natural, buscando melhor adaptação e criando seu próprio mundo social e cultural à sua imagem e semelhança. E ao desenvolver a tecnologia, imprimiu uma marca social sobre a técnica, instrumentalizando-a segundo interesses sistêmicos. Deste modo, a tecnologia aparece para servir à dominação da Natureza pelo capital, posto inclusive como "segunda natureza" que se impõe.

Terceiro, intercâmbio orgânico com a Natureza é um *intercâmbio interativo-social*, o que implica que, *consciência* e *técnica* pressupõem, como complexo de determinações reflexivo, a interação social, a *socialidade*, a relação do homem com outros homens, a cooperação social, que no decorrer da história do homem adquiriu várias formas sócio-his-

tóricas, determinada pelas relações de propriedade social e pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

A atividade de trabalho humano é intrinsecamente atividade social. O trabalho humano surge no seio da "comunidade primitiva", do bando ou da tribo. O espécime *homo sapiens* emergiu com a constituição da *socialidade reflexiva*. Através dela surgiu sua *identidade humana* que o distinguiu das demais espécies hominídeas. Ao caçar e coletar alimentos da Natureza, a espécie homem agia em bando, o que significa que as atividades de trabalho eram verdadeiros rituais de socialização e de cooperação social. A atividade em bando era quase uma exigência natural, tendo em vista as dificuldades de lidar com um mundo natural hostil. O animal homem nasce carente e frágil diante da Natureza, por isso a cooperação social se impõe como uma necessidade primordial no próprio processo de evolução da espécie.

Por conta dos atributos da espécie *homo sapiens* acima discriminados, a cooperação social irá assumir uma forma de interatividade social e de socialidade plena, onde a consciência, e com ela a linguagem e a técnica, irão retro-alimentar uma nova forma de ser: o ser social. O ser social surge como *pressuposto* da atividade do trabalho humano e também como *produto* da própria atividade do trabalho humano.

Na medida em que é *produto* do trabalho humano, o ser social assumiu a forma de "segunda natureza", um metabolismo social que pode contribuir, *ou não*, para o desenvolvimento do ser genérico do homem. A forma social que *obstaculiza* o desenvolvimento da espécie homem e que possui como prerrogativa essencial, a acumulação de riqueza abstrata através da exploração do sobretrabalho humano, é o *sistema do capital*, forma socio-histórica que irá surgir numa determinada etapa de desenvolvimento histórico das forças produtivas, instaurando formas particulares e concretas de trabalho social.

Portanto, o trabalho humano como intercâmbio orgânico com a Natureza é mediado pela *consciência*, *técnica* e *socialidade*. A mediação é constitutiva da própria forma de ser social que se distingue do mundo natural propriamente dito. O animal homem, deste modo, é um tipo pecu-

liar de macaco que conseguiu, através do trabalho, tal como discriminado acima, se distinguir das demais espécies e vencer a luta pela sobrevivência diante de uma Natureza primordial inculta e indomável.

O processo de hominização e de humanização ocorreu num período de cerca de 2 a 3 milhões de anos. Entretanto, ele ainda é um tempo ínfimo comparado com a evolução da natureza inorgânica e orgânica (só para lembrar, os dinossauros habitaram a Terra há cerca de 300 milhões de anos). Na medida em que, por meio do trabalho, identificado com a luta primordial pela existência, o homem como espécie se distinguiu da natureza inóspita e se impôs através do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, ele conseguiu vencer o tempo-espaço, inclusive, negando a si próprio como ente social e espécie *homo sapiens*, alterando o curso da evolução sócio-orgânica e instituindo, através de determinadas formas de sócio-metabolismo, *formas estranhadas*, espaços de barbárie social, que obstaculizam o desenvolvimento humano-genérico (é o que se constituiu nos últimos séculos com a civilização do capital).

A determinação mais geral da categoria *trabalho* como intercâmbio orgânico do homem com a Natureza em sua forma primordial, está pressuposta, como base histórico-ontológica, nas demais formas de trabalho humano historicamente determinadas. Por exemplo, no modo de produção capitalista, o *trabalho assalariado* e o *trabalho por conta própria* contém em si, a determinação ontológica do trabalho como intercâmbio orgânico do homem com a Natureza. Nesse caso, lidamos com o homem como *trabalhador coletivo* imerso no trabalho socializado em sua forma plena.

Mesmo que o homem do século XXI não precise mais caçar, coletar e até produzir como o homem primitivo, ele precisa, como ser social, investir e envolver-se numa atividade de intercâmbio orgânico com a Natureza, em sua forma natural e socialmente construída, para satisfazer suas múltiplas necessidades de vida. Ao invés de abolir a dimensão de intercâmbio orgânico com a Natureza, a evolução social a tornou complexa e diferenciada. O *trabalho* hoje é uma atividade complexa, bas-

tante socializada por uma sociedade humana cada vez mais social (no sentido de uma complexa divisão técnica do trabalho).

Formas Histórico-societais do Trabalho

Uma *primeira* dimensão da categoria *trabalho*, a dimensão categorial que diz respeito a seu significado histórico-ontologico, é o trabalho como *intercâmbio orgânico entre o homem e a Natureza*. Eis o pressuposto estrutural (e estruturante) da atividade humano-genérica. É o principio ontológico constitutivo do ser social. É traço distintivo primordial da espécie *homo sapiens* diante dos demais animais superiores. Apenas o animal homem tornou-se capaz de constituir tal intercâmbio orgânico, consciente e racional, com a Natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, constituindo objetivações que aparecem como "segunda natureza", em sua busca pela satisfação das necessidades vitais.

Entretanto, trataremos da segunda dimensão compositiva da categoria *trabalho*, isto é, o *trabalho* em suas múltiplas formas historico-societais. Procuraremos destacar as formas de ser do trabalho pré-capitalista. Na verdade, antes do modo de produção capitalista, temos que falar de *formas societais do trabalho* (no plural), pois múltiplas eram as atividades prático-instrumentais de luta pela existência do homem. E não apenas isso: elas não estavam integradas, como hoje, a um metabolismo sistêmico de produção e reprodução social. Pode-se, deste modo, falar, no caso das sociedades pré-capitalistas, de *mundos do trabalho* (no plural).

É apenas com o capitalismo que tenderá a se constituir o *mundo do trabalho* propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do *trabalho abstrato*. Da multiplicidade de formas societais do trabalho estranhado, em maior ou menor proporção, que tendia a caracterizar a Antiguidade (do trabalho escravo ao trabalho artesanal, em suas múltiplas espécies), surge a unicidade das atividades de luta pela existência, a forma social do *trabalho abstrato*, a qual

tenderia envolver todas as demais atividades prático-instrumentais num processo sistêmico de acumulação de valor .

A dimensão histórico-ontológica da categoria *trabalho* (trabalho como intercâmbio orgânico com a Natureza, e, portanto, como elemento do processo civilizatório humano-genérico), está *pressuposta* na segunda determinação do trabalho: o trabalho como forma histórico-concreta de modo de produção social. Mesmo em sua *forma estranhada*, o trabalho social tende a possuir, como *pressuposto negado*, o signo de humanização/hominização. Eis a contradição lancinante do sistema do capital.

O modo de aperfeiçoamento do trabalho tende a assumir formas histórico-sociais especificas. Toda forma de trabalho implica um determinado modo de cooperação social e de apropriação do produto social da atividade do trabalho. Além é claro, de implicar um determinado grau (e modo) de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Como salientamos alhures, a forma de ser do *trabalho pré-capitalista* é múltipla e heteróclita em si e para si. Não existe propriamente um *mundo do trabalho*, mas sim múltiplos *mundos do trabalho*. Num primeiro momento, a atividade do trabalho é meramente predatória. O homem é caçador, coletor/extrator e pescador, usufruindo, através do desenvolvimento das rudimentares técnicas pré-históricas, daquilo que a Natureza primordial oferecia a ele. É com a invenção da agricultura que o homem torna-se produtor social propriamente dito.

É claro que a caça, coleta, pesca e até extração mineral pressupunham uma atividade sócio-gregária, mas é o trabalho da agricultura, que surgiu mais tarde no processo de evolução da espécie humana, que tende a impor novas formas de socialidade, de relação com a Natureza e consigo mesmo. É com a agricultura que surgem as primeiras civilizações humanas (Mesopotâmia, Egípcia e Chinesa), as aglomerações urbanas, ainda esparsas, e um complexo de socialidade e de organziação social e política de novo tipo, às margens dos afluentes férteis dos grandes rios (Tigre/Eufrates, Nilo, Amarelo). Esta primeira Revolução Urbana, ocorrida há cerca de 10.000 anos, que acompanha a invenção da agricultura, foi um notável salto no desenvolvimento das forças produtivas sociais.

O desenvolvimento da atividade artesanal e da produção de utensílios, artefatos, ferramentas e objetos técnicos os mais diversos, ocorre *pari passu* ao desenvolvimento do *homo sapiens*. A espécie *homem* é um animal social produtor de objetos úteis (utensílios). Os elementos fundamentais (e fundantes) da atividade artesanal são o *trabalho vivo* (força de trabalho), *meio de trabalho* (técnica/ferramenta) e *objeto da natureza* (matéria-prima). Eles é que constituirão a categoria de *processo de trabalho*. O desenvolvimento dos meios de trabalho e das técnicas sociais irão alterar a forma de ser do trabalho artesanal, que sobrevive até os dias de hoje. É claro que, ao estar imerso na relação-capital, o trabalho artesanal tende a assumir outro conteúdo histórico-social.

O surgimento do mercado e da troca comercial, que apareceu nos interstícios das sociedades antigas através do contato entre grupos humanos, irá dar uma nova qualidade à forma de ser do trabalho artesanal. A produção de mercadorias não dominava o mundo antigo, mas tinha seu lugar intersticial. O avanço da forma-mercadoria e do dinheiro, dissolvendo a socialidade tradicional, se confundia com os períodos de crises da Antiguidade.

O *trabalho escravo* acompanhou o surgimento das civilizações históricas. Mas suas origens complexas se confundem não apenas com as guerras tribais, mas com o aparecimento da divisão hierárquica do trabalho, da propriedade privada, do Estado político propriamente dito e das "classes sociais". O próprio sentido da ideologia aparece como instância de legitimação social e política das "classes dominantes". É claro que o trabalho no sentido de *tripalium* (sofrimento), decorria de um domínio limitado das forças produtivas sociais e da pequena redução das barreiras naturais.

Ao surgirem as *civilizações históricas* com as "classes sociais" (com exploradores e explorados), Estados políticos e ideologias propriamente ditas, o trabalho (no sentido de *tripalium*) torna-se atributo de uma "classe social" determinada, que obedece ordens das "classes dominantes". É nesse sentido que surge uma socialidade *estranhada* na Antiguidade marcada pelo trabalho escravo. Entretanto, é um *estranha-*

mento ligado a metabolismo social primitivo, vinculado às determinações de poder político e de domínio de recursos naturais por conta da escassez e da apropriação de meios de trabalho e de poder por parte de grupos humanos particulares através da força bruta.

Pode-se dizer que a Antiguidade não conhecia o *trabalho estranhado* como nós o conhecemos. O *trabalho escravo* era trabalho estranhado, mas poderíamos considerá-lo *exceção* no Mundo Antigo. Apesar das sociedades antigas basearem-se no trabalho escravo, ele não se "integrava" na forma societal. Na verdade, o trabalhador escravo, ao contrário do trabalhador assalariado, por exemplo, era um *pária*, não constituindo mercado consumidor ou classe social propriamente dita. Os homens escravos estavam imersos na negação total de si próprio, inclusive como força de trabalho, trabalho vivo, tendo em vista que eram, em si, tão-somente mercadorias.

O trabalho estranhado irá constituir o mundo moderno; não mais é claro como trabalho escravo, mas sim, como trabalho proletário, executado pelo "trabalhador livre". Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalhador assalariado não é um *pária*, mas um *citoyen* integrado à sociabilidade mercantil vigente e reconhecido como sujeito de direitos.

Voltemos ao Mundo Antigo: a atividade de trabalho que estava "integrada" à socialidade antiga, era o *trabalho artesanal* propriamente dito. O processo de trabalho do artesão não era trabalho estranhado propriamente dito, tendo em vista que ainda estava sob o controle do trabalho vivo dos mestres-artesãos e seus oficiais. O processo de trabalho pré-capitalista constituía uma dimensão de autonomia dos homens livres e dos artesãos pré-capitalistas. O trabalhador artesão dominava o processo de trabalho e seus elementos, o *meio de trabalho* e seu *objeto*s, além, é claro, de serem possuidores de um *savoir-faire*, um conjunto de habilidades técnico-pessoais adquiridas.

Enfim, o artesão pré-capitalista era a representação plena do homem autônomo, capaz de transformar a Natureza por meio do desenvolvimento das técnicas e de sua ciência particular, tendo o domínio de seu oficio. É contra tal forma de ser de trabalho que o capital irá lutar nos primeiros

séculos de sua existência, buscando expropriar o homem trabalhador de seus objetos, de seus instrumentos e por fim, de suas habilidades.

Entretanto, é importante destacar que, embora homens livres e artesãos tivessem domínio em suas atividades de trabalho, não possuíam *autonomia* nas atividades de vida política e social. Eles estavam submissos às "classes sociais" dominantes e seu Estado político. Deste modo, os mundos do trabalho livre na Antiguidade estavam imersos noutras formas de *estranhamentos* (ou "alienação"), seja de *caráter societal*, como a divisão hierárquica do trabalho social e o poder político; seja de *caráter natural*, com as barreiras naturais impostas pela natureza insubmissa (o que significa que o *estranhamento* tinha um caráter meramente formal).

É só com a sociedade burguesa que o *sócio-metabolismo estranhado* iria assumir sua dimensão real. Além de preservar (e ampliar) as determinações das "sociedades de classe" com sua divisão hierárquica do trabalho, e do "Estado político" com seu poder social estranhado, *categoriais sociais* vigentes nas sociedades antigas, a sociedade burguesa irá abolir, através do trabalho capitalista (ou trabalho assalariado), o controle que o trabalho vivo do artesão ou mesmo do camponês tinham sobre o processo de trabalho.

Na Antiguidade, a atividade artesanal irá caracterizar não apensa a atividade industrial propriamente dita, mas a atividade agrícola do camponês que trabalha com a família ou em grupos, a gleba de terra, desenvolvendo técnicas de plantio, irrigação e colheita. Nesse caso, o processo de trabalho do camponês tem os mesmos elementos compositivos do trabalho artesanal: trabalho vivo do homem, meios de trabalho e objeto de trabalho (no caso, a terra), com o camponês possuindo o domínio do processo de trabalho. Por exemplo, no feudalismo, embora o servo da gleba não fosse *proprietário* das terras, possuía a *posse* dos meios de produção, tendo pleno domínio do processo de trabalho. O que era "alienado" dele era parte do *produto* do trabalho (a corvéia). Entretanto, o servo da gleba era "senhor" do processo de trabalho. Inclusive, nas horas livres, era também artesão e dominava seu oficio. Mais tarde, quando o artesão buscou

trabalho nas cidades (*burgos*), fugindo do domínio dos senhores das terras, ainda mantinha o domínio dos instrumentos e habilidades de oficio. É claro que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o mestre-artesão tenderia a perder o domínio do objeto de trabalho (a matéria-prima), fornecido pelo capitalista-comerciante.

Enfim, o desenvolvimento do processo de produção capitalista é, como observou Marx, o processo de *alienação* do homem dos elementos do processo de trabalho, alienação dos objetos de trabalho (matéria-prima), meios de trabalho (ferramentas) e inclusive do próprio trabalho vivo (o artífice e suas habilidades cognitivas). É o que observamos no Ocidente, desde o século XV e que prossegue até os dias de hoje, como sendo um processo de largo espectro histórico. O surgimento do sistema de máquina tenderá a *negar* o processo de trabalho propriamente dito.

É importante salientar que, com o capitalismo, a força de trabalho, isto é, o trabalho vivo incorporado na produção de mercadorias, é também mercadoria. Eis um fato histórico da mais alta importância. É a instituição social da força de trabalho como mercadoria que irá contribuir para que a forma-mercadoria se torne a célula-*mater* da sociabilidade ocidental. Por isso, Karl Marx começa o "O Capital – Crítica da Economia Política", com o capítulo intitulado "A Mercadoria". É a forma-mercadoria que irá estruturar as relações sociais de produção (e de reprodução) da vida de homens e mulheres.

Na Antiguidade, o produto-mercadoria não possuía tanta proeminência no metabolismo social como possui hoje. É apenas com a forma social capitalista que a mercadoria constitui em si e para si, a lógica social, determinando trajetórias e expectativas dos agentes sociais. Os próprios elementos compositivos do processo de trabalho, tornam-se mercadorias. A *mercadorificação* da vida social é um dos temas proeminentes dos clássicos da sociologia que surge no século XIX. O processo de *mercantilização universal* se aprofunda com o mercado mundial, que surge com a grande indústria e o sistema de máquinas. Todos nós estamos inseridos neste processo de largo espectro histórico. É em seu bojo que surge a forma de trabalho capitalista, o *salariato*.

O Trabalho Capitalista

Ao discorrermos sobre a categoria *trabalho*, procuramos salientar suas múltiplas determinações. Em *primeiro lugar*, sua dimensão ontológica, isto é, a categoria *trabalho* como sendo o intercâmbio sócio-metabólico entre o homem e a natureza. É um aspecto ineliminável da espécie *homem*, elemento orgânico de mediação da sua luta pela existência e do processo civilizatório humano-genérico. Ao dizermos trabalho, nesse sentido, nos referimos à base natural do ser social, traço distintivo do homem diante de outras espécies animais.

Dimensões do Trabalho

Dimensão histórico-ontológica Intercâmbio orgânico Homem e Natureza
Dimensão histórico-concreta Formas societais de Trabalho *Mundos do Trabalho*
Forma histórica do Trabalho Capitalista Trabalho Abstrato *Mundo do Trabalho*

Em *segundo* lugar, a categoria *trabalho* pode ser apreendida em sua dimensão histórico-concreta nas múltiplas *formas societais* que surgiram no decorrer do desenvolvimento histórico, sendo determinada pelas formas de propriedade, relações sociais de produção e grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Deste modo, pode-se falar do trabalho na Antiguidade ou do trabalho no feudalismo ou ainda, do trabalho capitalista. Apesar de ser determinação ontológica

do ser social, a categoria *trabalho* é intrinsecamente histórica. Portanto, ele assume formas particulares-concretas.

O que nos interessa tratar agora é da forma histórica do trabalho sob o modo de produção capitalista. Na sociedade burguesa, o *trabalho* assume sua forma categorial mais desenvolvida, atingindo o ápice do seu desenvolvimento sócio-histórico. Apenas numa sociedade humana em que a categoria trabalho assume sua forma social mais desenvolvida e complexa, é que ele pode aparecer como *trabalho em geral* e não mais apenas em suas formas particulares (trabalho industrial, trabalho comercial ou ainda trabalho agrícola).

Acima de tais formas particulares da atividade do trabalho, é que podemos conceber o *trabalho em geral*, que, no caso do modo de produção capitalista, aparece como *trabalho abstrato*, a forma desenvolvida de trabalho no modo de produção capitalista. O trabalho abstrato é a forma social do trabalho em geral e da atividade de produção do capital, perpassando as múltiplas atividades sociais particulares.

Na ótica do "sujeito" da produção de mercadorias, o *capital*, o trabalho humano aparece apenas como *trabalho abstrato*, fonte da mais-valia. O que lhe interessa é que a atividade do trabalho produza mais-valia, não importando o tipo de *trabalho concreto*. Assim, por exemplo, o trabalho de um *professor* numa escola privada e o trabalho de um *metalúrgico* na linha de produção de uma montadora de automóveis, são expressões do *trabalho abstrato*, muito embora haja diferenças particulares em suas atividades concretas. Enquanto formas do trabalho humano, as atividades do professor e do metalúrgico aparecem, em seu conteúdo concreto, como diferentes um do outro. Entretanto, enquanto trabalho abstrato, elas se igualam, produzindo mais-valia e incrementando um *quantum* de dinheiro investido na produção de mercadoria (nesse caso, tanto a *intangível* educação, quanto o *tangível* automóvel, aparecem como meras *mercadorias* na ótica do capital).

O *trabalho abstrato* enquanto elemento categorial de organização da produção social surgiu com o modo de produção capitalista. Ele é a fonte do *valor* e elemento constitutivo do mundo no trabalho na mo-

dernidade do capital. Se na Antiguidade, o que existia era *mundos do trabalho* (no plural), tendo em vista que o trabalho concreto predominava em sua forma contingente, na sociedade burguesa, com o *trabalho abstrato*, surge o *mundo do trabalho* propriamente dito (no singular).

O *trabalho abstrato* se impõe como categoria social porque o modo de produção capitalista é o primeiro modo de produção da historia da espécie *homem* baseado na lógica do mercado. A economia capitalista é a economia mercantil mais complexa que já existiu. Sob o capitalismo, o mercado tende a dominar a dinâmica social, imprimindo sua marca nas múltiplas relações sociais. A vendabilidade universal apresenta-se como o espírito contingente da produção capitalista.

É claro que o *mercado* e as trocas mercantis existiram antes do capitalismo. Mas apenas com o modo de produção burguês a troca e circulação de mercadorias tendeu a se tornar predominante, determinado a dinâmica social. Por exemplo, na Antiguidade havia mercado e inclusive produção de mercadorias (produtos para a venda comercial). Mas tão-somente com o capitalismo, a lógica da vendabilidade universal adquire um novo estatuto sócio-ontológico, passando a determinar a vida social (tudo torna-se passível de compra e venda).

O capitalismo aparece, portanto como o "império do dinheiro", tendo em vista que a forma-dinheiro é a mediação suprema da troca e circulação de mercadorias. O dinheiro não apenas aparece como meio de circulação, mas como reserva de valor, a partir da qual irá se representar a medida da riqueza capitalista (uma riqueza abstrata, *par excellence*). Se no feudalismo, a propriedade de terra era o *signo* da riqueza do homem, sob o capitalismo, tal signo é o *quantum* de riqueza abstrata investido em sua reprodução ampliada, seja em meios de produção, seja no mercado financeiro.

O *fetichismo da mercadoria* e a *reificação* constituem a sociabilidade do capital, tendo em vista que, com o capitalismo, o destino de homens e mulheres tendem a ser, cada vez mais, determinados pelos múltiplos "mercados" que o constituem (mercado de trabalho, mercado financeiro, mercado de casamentos, etc). O principal deles é o *mercado*

de trabalho, tendo em vista que na sociedade do trabalho, a identidade social é dada pela posição estrutural na divisão social do trabalho. Ou melhor, o mercado de trabalho, mercado dominante da sociabilidade burguesa, determina as formas de subjetivação do homem moderno.

É com a modernidade do capital que, pela primeira vez na história humana, a força de trabalho torna-se mercadoria e constitui-se um trabalhador de novo tipo, o "trabalhador livre", ou seja, o *trabalhador assalariado*, integrado ao *regime do salariato*. Estamos diante de uma construção sócio-historica, tendo em vista que o surgimento do trabalho capitalista, ou do trabalhador livre ou assalariado e, portanto, do regime salarial, ocorre a partir de complexas (e particulares) transformações histórico-sociais, políticas e culturais das sociedades européias, principalmente a partir do século XV.

É longo o processo de construção do *regime do salariato*, onde o capital como sistema de controle sócio-metabólico, voltado para a acumulação de riqueza através da produção de mercadorias, tendeu a enfrentar imensos obstáculos históricos, culturais e políticos para a sua pela consolidação. A adaptação das comunidades humanas tradicionais, com outra noção de tempo-espaço, e com outro espectro de valores sociais não ditados pelo mercado, à lógica salarial-capitalista, foi deveras dolorosa e levou séculos para sua consolidação sócio-metabólica.

Principalmente desde o século XVI, presenciamos o avanço histórico da sociedade burguesa e de seu sócio-metabolismo, descrito, com genialidade, por Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto Comunista*. A Parte I deste livrinho, intitulado "Burgueses e proletários", é uma das mais preciosas descrições da odisséia burguesa de construção da modernidade do capital. É uma peça literária do mais alto valor heurístico que descreve a construção do mundo burguês, o nosso mundo, com seu regime do salariato, baseado no "trabalho livre" e na disposição de vendabilidade universal de homens, mulheres e crianças.

O regime do salariato é elemento compositivo estrutural (e estruturante) da vendabilidade universal. O pressuposto social do modo de trabalho histórico do salariato, uma notável inovação social da burgue-

sia, é o *despossuimento universal* de homens e mulheres do controle dos meios de produção da vida material. O trabalhador proletário está diante de uma necessidade: ele precisa se dispor à venda no mercado de trabalho, para poder sobreviver O capitalismo necessita de homens, mulheres e crianças despojadas, livres para serem *explorados* (isto é, produzirem riqueza ou "mais dinheiro" para o Outro). Mesmo homens e mulheres desempregados, que não sejam explorados pelo capital, não deixam de serem "filhos do salariato". Enfim, o sistema social do capital necessita de homens e mulheres *dispostos a* alugar (ou vender) sua força de trabalho, em troca de salário, para satisfazerem suas necessidades vitais. Mesmo que o capital não os utilize, excluindo-os, eles são, de certo modo, imprescindíveis à ordem sócio-metabólica do capital.

Um dos traço ontológico-social da modernidade do capital é a criação de "homens livres" (o *cidadão é* um homem livre). Na ótica do capital, a escravidão é um arcaísmo. A liberdade é um valor dos *modernos* (embora poucos se perguntem liberdade *para quê*). Embora o sistema do capital em seu desenvolvimento histórico, tenha se utilizado do *escravismo*, como demonstra a produção de mercadorias nas colônias do capitalismo mercantil, o regime de trabalho escravo, na ótica do sistema mundial produtor de mercadorias, era, naquela época, uma *exceção* que confirmava a regra. Aliás, as *formas de exceção*, que são intrínsecas ao modo de desenvolvimento *contraditório* do sistema do capital, contribuíram (e ainda contribuem) para a reprodução de um sistema social de acumulação de valor baseado no regime de "trabalho livre". O capital articula em seu sistema de controle social, *formas de exceção*. Por exemplo, existem ocorrências de diversas formas de "trabalho escravo" em pleno século XXI. Entretanto, é importante salientar que a base dinâmica do sistema do capital são as relações sociais de "trabalho livre" e do salariato baseadas no contrato de trabalho, legitimado por um Estado de direito.

O fenômeno social do desemprego não suprime a condição de vendabilidade universal de homens e mulheres instaurada pelo capital. Alguns apontam o desemprego como sendo expressão da perda de centralidade do trabalho na vida social. Pelo contrário, o desemprego é

tão-somente a explicitação negativa plena da condição irremediável do regime do salariato. O desemprego problematiza no plano da demanda, a condição de vendabilidade da força de trabalho como mercadoria. O desemprego do trabalho vivo só é problema porque o regime do salariato é seu pressuposto. Só existe (ou deveria existir) demanda por força de trabalho porque existe (e é necessário que ocorra) oferta de força de trabalho como mercadoria no mercado de trabalho.

O que denominamos de "crise do trabalho" é a plena afirmação do regime do salariato. O "fim dos empregos", como prega Jeremy Rifkin, por exemplo, explicita apenas a afirmação contraditória da lógica do trabalho assalariado. Na verdade, a "crise dos empregos" acusa a centralidade social do trabalho assalariado na ordem de controle sócio-metabólico do capital. O salariato precário é a afirmação plena da categoria *trabalho* no sentido histórico de trabalho estranhado.

É o desenvolvimento do regime de trabalho abstrato (ou trabalho assalariado) que revoluciona constantemente as formas de *trabalho concreto* e sua base técnica (por isso, surgem novas *profissões*). Eis um traço ontológico-social das sociedades burguesas desde que a modernidade do capital assumiu sua dimensão plena através da grande indústria. O que se mantém, como pressuposto ontológico, é o regime do salariato, que altera, no decurso histórico, sua forma político-institucional (o que depende das condições contingentes da luta de classes e da regulação do Estado político).

Formas de ser da classe do proletariado

Apresentaremos considerações sobre as formas do salariato nas sociedades burguesas, buscando apreender os *modos de ser* da classe dos trabalhadores assalariados, com suas múltiplas inserções sociais e experiências de classe no interior do mundo do trabalho.

No decorrer do desenvolvimento histórico, o modo de produção capitalista, ao ampliar sua base produtiva, complexificou mais ainda,

sua "estrutura de classe". No interior da classe dos trabalhadores assalariados, uma das classes fundamentais do modo de produção capitalista (a outra classe social fundamental é a *burguesia*), surgiram segmentações e frações de classe vinculadas às alterações da divisão técnica e social do trabalho. Além disso, a classe dos trabalhadores assalariados, que aparece como proletariado, é atingida por clivagens de gênero, étnicas, etárias, técnico-profissionais, e de qualificação.

A classe dos trabalhadores assalariados e do proletariado enquanto complexo vivo do trabalho à mercê da exploração e espoliação do capital como sistema sócio-metabólico, incorporou, nos últimos trinta anos, com mais amplitude, outra importante *clivagem* que decorre das "novas formas de salariato" ou do "modos de contratação salarial". Surgiu o trabalho atípico ou precarizado. Deste modo, além das clivagens típicas da forma de ser da classe, surgem, com mais amplitude, outras segmentações de caráter político-institucional decorrente da *precarização do trabalho* e da "crise do salariato fordista-keynesiano".

O trabalho assalariado não perde sua centralidade sociológica nas sociedades capitalistas, como supõem alguns analistas sociais (Claus Offe e André Gorz, entre outros). O ocorre é a constituição de novas formas de salariato por conta da crise estrutural do capital, que desmonta as implicações salariais vigentes no capitalismo global, buscando recompor a base de exploração da força de trabalho e produção de mais-valia. A disseminação da precarização do trabalho e das novas formas de trabalho precário nos paises capitalistas é evidência empírica do novo salariato do capital.

O impacto sociológico do fato histórico da *precarização do trabalho* é deveras candente. Ao contrário do que se pensa, a precarização do trabalho, num primeiro momento, torna mais difícil o desenvolvimento da consciência de classe necessária, tendo em vista que surgem no seu bojo, pressões sociais (e culturais) em prol de práticas neocorporativas e de fragmentação vinculadas a interesses particularistas oriundos de clivagens salariais. As novas "clivagens salariais" implodem o "núcleo

orgânico" do salariato organizado de base fordista-keynesiano, agentes do movimento sindical e político da classe do proletariado.

No plano político-ideológico, o surgimento do *salariato precário* ou do *salariato tardio* significa a perda relativa do referencial orgânico de classe, pelo menos num primeiro momento, tornado-se esmaecida a visão dos interesses históricos de classe. Portanto, a *fragmentação do proletariado* ocorre no plano da *contingência* do sistema do capital, em virtude da implosão do estatuto salarial fordista-keynesiano. Entretanto, no plano da *essência*, nunca o *trabalho abstrato* possuiu tanta efetividade ontológica enquanto categoria de ser do mundo do trabalho.

Na verdade, o *trabalho abstrato* enquanto categoria ontológico-sociológica da modernidade do capital constituiu o *mundo do trabalho*. É sob as condições do capitalismo global, com a III Revolução Tecnológica, que a vigência do trabalho abstrato se intensifica. Por isso, a posição plena do mundo do trabalho ou totalidade viva do trabalho. Apesar da "fragmentação de classe" no plano da contingência, a integração orgânica das formas de *trabalho concreto* através da sua base essencial como *trabalho abstrato*, é deveras intensiva. A constituição das *redes virtuais* como forma técnica da nova produção do capital, exacerba a efetividade do trabalho abstrato. O que significa que nunca o *trabalho social* enquanto manifestação contingente do *trabalho abstrato*, esteve tão socializado e, ao mesmo tempo, nunca adquiriu uma forma social tão estranhada (o que o faz aparecer como *capital social total*, antípoda aos interesses da totalidade viva do trabalho).

Esta é a suprema contradição do sistema do capital: apesar da *produção* ser tão intensamente *socializada*, a *apropriação* é acerbamente *privada*, inclusive através da apropriação dos fundos públicos (como demonstram as políticas neoliberais dos últimos trinta anos). A idéia de *empresa em rede* explicita a intensa concentração da produção social de valor, apesar de sua ampla socialização, no plano objetivo-material .

O regime do salariato, expressão que temos utilizado para traduzir as formas político-institucionais de implicação social do trabalho assalariado nas sociedades burguesas, é bastante diversificado. O salariato

de 1848 não é o salariato de 1950 e o salariato de 1950 não é o salariato de 2005. Enfim, existem *formas históricas do salariato* que dependem da forma de Estado político do capital e do regime de acumulação capitalista, ou ainda, da própria capacidade de luta política e sindical da classe subalterna e da dinâmica da luta de classe

Em nossa época, com o crescimento de formas de trabalho atípicas, do desemprego estrutural e da disseminação de modos de trabalho não-salariais, no sentido de atividades autônomas ligadas a um "terceiro setor" da economia social, o regime do salariato *não* deixa de constituir a base sócio-institucional da sociedade burguesa. Em geral, tende-se a identificar o salariato apenas com sua forma social que predominou nas últimas décadas (o salariato fordista-keynesiano). Na verdade, o regime do salariato pode assumir formas sócio-históricas diferenciadas. O que surge hoje é tão-somente uma forma sócio-histórico do salariato capitalista. Surge o *salariato precário*, que abrange, com mais amplitude, desempregados, trabalhadores autônomos, trabalhadores por contra própria e um conjunto de estatutos salariais precarizados.

O *salariato* é a base sócio-institucional da produção e reprodução social nas condições da produção ampliada de mercadorias, que pressupõe, como determinação essencial, a alienação/estranhamento dos produtores diretos dos meios de produção objetiva (e subjetiva) da vida material. Na medida em que a perda de autonomia dos sujeitos sociais, através da expropriação recorrente de seus meios de produção e de suas capacidades/habilidades laborais, tornou-se condição histórica universal, o salariato tornou-se o *destino* comum de bilhões e bilhões de homens e mulheres. O processo contínuo de expropriação/exploração e acumulação de valor institui como condição de produção e reprodução social, o *trabalho assalariado* e sua forma institucional, o *salariato*.

Pode-se distinguir, a titulo meramente analítico, três períodos do *salariato capitalista* propriamente dito, vinculados à época histórica da grande indústria:

O primeiro período do salariato capitalista, que vai da I Revolução Industrial, por volta do começo do século XIX, até a década de 30 do

século seguinte, onde tendeu a predominar um *salariato concorrencial* de massa, de cariz fragmentário de classe (no plano contingencial), muito parecido com o de hoje, mas sem base político-institucional que constituísse o proletariado como *sujeito de direito*.

O processo de luta de classes e as condições geopolíticas e de acumulação de capital do pós-II guerra mundial, em meados do século XX, permitiram a constituição de *salariato fordista-keynesiano*, que se ampliou para o centro capitalista e que marcou a idéia de trabalho assalariado vinculado a um Estado de Bem-Estar Social, com direitos sociais e de inserção ampla no mercado de consumo. Ele veio a caracterizar a inserção social do "núcleo orgânico" do proletariado organizado (nem todos os setores de classe do proletariado estiveram implicados no salariato fordista-keynesiano, mas apenas os proletários organizados ligados ao setor monopolista da economia capitalista). Entretanto, em meados da década de 1970, o salariato fordista-keynesiano entra em impasses estruturais. É a época histórica da crise estrutural do capital, marcada pela reestruturação capitalista sob hegemonia neoliberal que busca desconstruir os direitos trabalhistas. Surge o que podemos considerar um *salariato precário*, decorrente da precarização intensa das condições de contratação salarial do proletariado. É um momento de perda de direitos e de busca de recomposição das margens de acumulação do valor.

No decorrer do século XX, o salariato capitalista apresentou três tipos de implicações sócio-institucionais, todas vinculadas ao modo de desenvolvimento do capitalismo mundial e da luta de classes. Ocorre em nossos dias um novo modo histórico de salariato que decorre da crise estrutural do capital. O período de decadência histórica do capital coloca sérios desafios para a *civilização do salariato*.

É claro que a sociedade burguesa do século XXI é uma sociedade do capital. O que predomina é o modo de produção de mercadorias baseado na extração de mais-valia através da exploração da força de trabalho como *trabalhador coletivo* integrado em *rede*. A produção da mais-valia relativa é potencializada pelas novas tecnologias microeletrônicas de informação e comunicação, que conduzem a uma alucinada acumulação

de *valor*, cuja desmedida, transfigura o *valor* em *valor fictício* (o que explica, de certo modo, a predominância do capital financeiro). Sob o capitalismo global ocorre a alteração da *forma salarial*, com o surgimento do *salariato precário*, que transfigura o modo de ser do proletariado através de sua imersão em dimensões contingentes da "fragmentação de classe" (não apenas devido a determinações objetivas, mas a determinações político-ideológicas e de luta de classes). O proletariado se amplia e ganha novas dimensões. As categorias de trabalhadores assalariados e de proletariado assumem novas determinações. A ideologia burguesa que nega (e oculta) o crescimento do proletariado nas últimas décadas se contrapõe à realidade social e histórica de um *mundo de despossuidos* submetidos às formas estranhadas do mundo sistêmico do capital.

Formas do salariato

A sociedade capitalista é uma sociedade mercantil complexa. A célula-*mater* da sociabilidade do mundo burguês é a *mercadoria*, elemento primordial, que institui a troca social a partir da qual se constitui a produção da vida social. As *sociedades capitalistas* são tipos singulares de formas societais que constituíram a evolução humana, estruturadas em torno da dinâmica mercantil e do mercado mundial. No passado, nenhuma outra civilização humana alcançou o estatuto societário das sociedades burguesas.

A mercadoria é "o alfa e o ômega" da sociabilidade universal do capital. Com a vigência do neoliberalismo, nos últimos trinta anos, o principio de sociabilidade mercantil assumiu uma dimensão crucial. Na época do Estado-providência, no pós-II guerra mundial, constituíram-se nos paises capitalistas avançados, espaços não-mercantis da vida social, que estavam sob a instância da regulação estatal. Eram espaços públicos não-mercantis onde vicejava elementos do *anti-valor*, como diria Francisco de Oliveira. Naquela época, eles permeavam instâncias importantes da reprodução

social e inclusive da produção social. O Estado social tendia a constituir obstáculos à lógica voraz do mercado (OLIVEIRA, 1996).

Mas com a crise do capital, a partir de meados da década de 1970, e o avanço paulatino das políticas neoliberais, a forma-mercadoria tendeu a impregnar todas as instâncias sociais. Na era neoliberal o *sistema-mundo* colonizou o *mundo da vida* de forma irremediável. Muitas empresas públicas (ou estatais) passaram para o controle de interesses privados das grandes corporações capitalistas. De fato, com a crise do capital e do Estado social, o mercado torna-se o referente supremo da produção e reprodução social, tornando-se instância racional (e ética) de alocação de riqueza. Por exemplo, em geral, no discurso midiático, corrupção e fraude são atribuídas a gestores públicos, agentes do Estado e do governo. No imaginário popular, os político é que são corruptos, não empresários ou agentes do mercado (quando aparecem como corruptos são tratados como meras exceções). Enfim, o mercado, na perspectiva ideológica da cultura neoliberal, aparece como instância ética e responsável. Por isso, criou-se a idéia de *responsabilidade social* das empresas privadas.

Entretanto, o que queremos salientar é a importância de apreendermos a forma de ser do produto-mercadoria e seu segredo: o *fetichismo da mercadoria*, isto é, sua natureza íntima em ocultar o trabalho social. Toda mercadoria tende a ocultar sua origem como produto do trabalho social. Com o avanço do fetichismo da mercadoria, a categoria trabalho perde, no plano do imaginário social, sua centralidade sociológica. O sujeito social é visto *não* mais como produtor social ou trabalhador assalariado, mas meramente como consumidor de mercadorias.

Na modernidade do capital, a figura do *consumidor* está no centro da sociedade. A lógica do fetichismo das mercadorias preenche as múltiplas instâncias sociais. É o estofo ideológico das práticas políticas e sociais vigentes. A forma-mercadoria tende a ocultar o trabalho social intrínseco aos produtos-mercadorias porque a troca social está regida pela lei do valor, onde a troca se dá não de acordo a necessidade social, mas segundo atributos considerados intrínsecos ao próprio produto-mercadoria (como seu valor de troca ou valor).

Na medida em que o valor e valor de troca dos produto-mercadorias são considerados naturais, e portanto, intrínsecos à própria mercadoria, ou contingentes, determinados pela troca mercantil, oculta-se o caráter social dos trabalhos privados. A determinação constitutiva do produto-mercadoria aparece meramente como *trabalho abstrato*, que é a fonte do *valor*, base da troca mercantil. Um véu de intransparencia perpassa a troca social, ocultando as relações sociais entre homens que constituem o processo social do trabalho. O que aparece são meramente relações sociais entre coisas. A sociedade humana aparece como "sociedade de coisas", *coisas* que tendem a conduzir, com suas *factualidades* contingentes, homens e mulheres. É o tema clássico do *fetichismo* e do *estranhamento* social. A principal característica do *fetichismo social* é a perda do *controle social* pelos agentes humanos. A sociedade perde o controle de si mesma. É o que ocorre com a lógica do mercado, tão altivo e tão inconseqüente no tocante a reprodução social. Deixados por si só, as sociedades mercantis cavam para sua própria ruína social.

Os produtos-mercadorias existem em função da produção de mais-valia, isto é, do lucro, que é a forma contingente de aparição da mais-valia. Eis a lógica sistêmica do capital. As mercadorias que constituem a dinâmica social da sociedade burguesa existem não para satisfazer necessidades sociais, apesar delas terem valor de uso; mas existem para servir à valorização do capital-dinheiro através da produção de mais-valia. O investidor capitalista produz o que lhe dá lucro, não o que a sociedade necessita, tendo em vista que no mundo do capital não basta ter *necessidade*, mas é preciso ter *capacidade aquisitiva*, uma massa de dinheiro capaz de dar acesso aos produtos-mercadorias.

Enfim, o *dinheiro* é a mercadoria das mercadorias, o elo mediador auto-referente para as demais mercadorias. É através do dinheiro que as mercadorias adquirem auto-consciência. Uma mercadoria que não se troca é uma mercadoria *desefetivada*. A troca de mercadorias ocorre através do dinheiro, meio de troca, que é também mercadoria; uma mercadoria de tipo especial, objeto-referente ou "espelho" do mundo das mercadorias. É através do dinheiro como preço que cada mercadoria ex-

prime seu "valor" oculto. De certo modo, o dinheiro é o agente supremo do *fetichismo das mercadorias*, pois vela, através de sua intangibilidade abstrata dada pelo *preço*, mero *quantum*, receptáculo do valor de troca, o caráter social das mercadorias, produtos do trabalho social. O preço das mercadorias, aparece como abstração misteriosa, um mero número que oscila aos sabor das contingências ocultas de mercado.

O ponto crucial que queremos destacar é que, nas sociedades capitalistas, sociedade mercantil complexa, até a *força de trabalho humana* é mercadoria. Na verdade, esta é a condição fundamental (e fundante) do modo de produção capitalista. Não existiria sociedade capitalista sem a *mercadorização* da força de trabalho. É por meio da exploração da força de trabalho como mercadoria que ocorre a extração de mais-valia e a acumulação de capital. A produção de mais-valia é o cerne essencial do sistema capitalista.

É importante salientar, primeiro, a distinção entre *trabalho vivo* e *força de trabalho*. Depois, elaborar o conceito de *proletariado* ou de *classe dos trabalhadores assalariados* a partir desta apreensão sócio-ontologica do modo de produção de mercadorias. Finalmente, a seguir, de modo breve, expor como o sistema do capital, o sistema produtor de mercadorias, "produz" força de trabalho, como produz qualquer outra mercadoria; produz força de trabalho sempre disponível, uma *superpopulação relativa* ou *exercito industrial de reserva*. O sentido da crise estrutural do capital altera a dinâmica de produção da força de trabalho como mercadoria *redundante*.

Foi por meio do processo sócio-historico de *expropriação* e *espoliação de* pequenos produtores proletarizados que surgiu a categoria social de *força de trabalho como mercadoria*. A *expulsão* de pequenos produtores de suas terras ou a *proletarização* de pequenos artesãos, ocorridos na Europa Ocidental por volta dos século XVI em diante, marcou a *gênese* da civilização do capital. O processo histórico que deu origem ao modo de produção capitalista por meio da *expropriação* e *espoliação*, processos de natureza extra-econômica, foi denominado por Marx de "acumulação primitiva". Entretanto, a *expropriação/es-*

poliação é um traço constitutivo não apenas da *gênese*, mas do *desenvolvimento* do sistema produtor de mercadorias. O sistema capitalista articula, de forma contínua, nexos de *expropriacão/exploração/acumulação* de valor. Eis a "tríade sagrada" do capital.

A *expropriação/espoliação primitiva* foram fatos históricos singulares nas origens do capitalismo ocidental. Entretanto, pode-se conceber não apenas um expropriação/espoliação histórica, mas também uma *expropriação/espoliação sistêmica*, cuja forma de ser, intensidade e amplitude, decorrem da dinâmica da luta de classes e da lógica de desenvolvimento capitalista. É por isso que David Harvey observa que, nas condições da crise estrutural do capital, surge o que ele denomina de "acumulação via espoliação" (HARVEY, 2004).

A categoria "trabalho vivo" *não* se reduz à categoria "força de trabalho". O trabalho vivo possui como dimensão ineliminável, a força de trabalho, que pode ser considerada a capacidade física e espiritual da corporalidade viva voltada para a produção de objetos. No modo de produção capitalista, os objetos assumem a forma de produto-mercadoria. Historicamente, força de trabalho não se confunde com trabalho vivo. A produção capitalista ao surgir, no decorrer do século XVI, mobiliza, com maior intensidade, a dimensão da força de trabalho do homem que aparece como mercadorias. Não se exigia dedicação integral da *pessoa* e da subjetividade humana à lógica da produção. Inclusive, a disposição anímico-pessoal, como emoção e vontade, pertenciam à *vida* e não ao *trabalho* produtor de mercadorias.

No sentido histórico-ontológico, *vida* e *trabalho* são determinações reflexivas. Trabalho e vida não são antípodas. O homem é um animal que se fez homem através do trabalho. O trabalho como luta pela existência e práxis social é elemento primordial da hominização/humanização. O que se contrapõe à *vida* como atividade sócio-reprodutivo e de desenvolvimento da personalidade humana é o "trabalho estranhado". Quando o modo de produção capitalista constituiu a "classe' do proletariado, surge um tipo de homem cindido, dividido entre vida e trabalho. Uma parte do homem burguês é mercadoria, força de trabalho, capaz de

produzir mais-valia. A outra parte do homem burguês é *vida*, trabalho vivo, recalcitrante à lógica da produção capitalista. O homem burguês é um "homem esquizóide".

O trabalho vivo é a dimensão anímico-pessoal do homem criativo, sujeito de vontade e de desejo, elemento compositivo do produtor autônomo, instância imprevisível como a lógica da vida, insubmissa à quantificação da sociedade do valor-trabalho e que se contrapõe, na sintaxe marxiana, ao trabalho morto, identificado com máquinas, autômatos adequados à produção capitalista.

Ora, máquinas não fazem greve ou adoecem no trabalho. É por ser *trabalho vivo*, e não *trabalho morto*, que a força de trabalho do homem é imperfeita para se adequar à produção capitalista baseada no trabalho estranhado. A inadequação humana do trabalho vivo é menos por conta de habilidades técnico-cognitiva (em comparação, por exemplo, com robôs "inteligentes") e mais por conta da imprevisibilidade intrínseca do ser humano. É por isso que o capital sempre busca trocar trabalho vivo por trabalho morto. Entretanto, o *trabalho vivo* contém, em si, algo que o trabalho morto não possui: *força de trabalho*, a fonte da mais-valia.

Finalmente, chegamos ao conceito de proletariado ou classe dos trabalhadores assalariados, uma das classes sociais fundamental (e fundante) do modo de produção de mercadorias. Ao lado da classe dos capitalistas, ela constitui, enquanto classe social *em si*, pilar constitutivo da ordem do capital. O que significa que não haveria produção de mercadorias sem a classe dos trabalhadores assalariados ou a classe social dos vendedores-de-força-de-trabalho.

No decorrer da historia do capitalismo, o proletariado assumiu diversas formas sociais. Por exemplo, a morfologia social do proletariado de hoje, classe social complexa, não é a morfologia social do proletariado do século XVII, classe social rudimentar. É importante investigar a nova forma sócio-historica do proletariado no século XXI. O capital em seu movimento sócio-metabólico de auto-valorização produz (e reproduz) o proletariado como classe social em si, imersa numa determinada materialidade de produção social, capaz de adquirir determinada consciência

de classe contingente decorrente de experiências vinculadas a determinadas práticas sociais.

O proletariado ou a classe dos trabalhadores assalariados, a classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho, que compõem a totalidade viva do trabalho, objeto de exploração/espoliação/expropriação do capital, insere-se em múltiplas atividades da produção, circulação e consumo de mercadorias, inclusive da administração pública. Enquanto classe social no sentido categorial *hard*, a classe do proletariado se define menos pela delimitação trabalho produtivo/trabalho improdutivo e mais pela *subalternidade* às relações sociais capitalistas de poder social estranhada. O proletariado está alienado da produção da riqueza social, são os *despossuidos do mundo social do capital*. Enquanto trabalho vivo, o proletariado se contrapõe ao trabalho morto, que é o próprio capital, poder social estranhado (ou o que Marx chamou de "sujeito automático").

Na medida em que a força de trabalho é mercadoria - embora não seja uma mercadoria como outra qualquer, tendo em vista que é parte ineliminável do trabalho vivo – a força de trabalho ou uma parte de nós, está subsumida à lei do valor. Como as mercadorias do mundo do capital, ela se *valoriza* ou se *desvaloriza*. A lógica do movimento do capital é *desvalorizar* a força de trabalho como mercadoria, para, deste modo, acumular mais-valia. É uma lei férrea da produção do capital (o que explica a vigência do desemprego em massa como expressão suprema da desvalorização da força de trabalho como mercadoria).

Assim, o principal modo de desvalorização do trabalho vivo é "produzi-lo" em excesso como força de trabalho, ou seja, como mercadoria disponível para o consumo capitalista. Cria-se uma *superpopulação relativa* ou *exercito industrial de reserva*. É uma população excedente e sobrante às necessidades de acumulação do capital, mas que possui uma funcionalidade sistêmica: contribuir para a produção (e reprodução) da acumulação de valor. A superpopulação relativa assume diversos modos de ser, podendo adquirir, segundo Marx, uma forma *fluida*, forma *estagnada* ou forma *flutuante*. Além disso, devido as alterações do capitalismo global com seu sócio-metabolismo da barbárie, a função

social da *superpopulação relativa* adquire novas determinações sócio-históricas.

A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

Ao constituir-se como modo de produção, o capitalismo constitui uma dinâmica populacional determinada pelo intensidade (e amplitude) da acumulação de capital. Não apenas o crescimento (e decrescimento) demográfico, mas a própria morfologia social da população, passa a ser determinada pela forma de ser da dinâmica da acumulação de capital. Por exemplo, o crescimento populacional acelerado da cidade de São Paulo, núcleo dinâmica da expansão capitalista no Brasil, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, pode ser explicado pela expansão do capitalismo industrial no País que atraiu uma onda de migrações populacionais internas. A necessidade de força de trabalho era suprida pela onda de migrantes vindos do Norte-Nordeste.

Nos primeiros estágios da industrialização capitalista no Brasil de fins do século XIX, onde se buscava valorizar um capital cafeeiro deslocado para a produção industrial ainda incipiente, o Estado oligárquico-burguês era obrigado a incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros, que passaram a constituir, naquela época, uma superpopulação relativa, capaz de sustentar a acumulação de capital. Para imigrantes italianos, espanhóis e portugueses, o Brasil era um campo de sonhos e de novas oportunidades de vida e trabalho. Na ótica do capital, os novos imigrantes iriam sustentar a nova dinâmica industrial-capitalista que se instalava no País.

A opção pelo trabalho livre do imigrante branco, incentivada pelas políticas de Estado da Velha República, contribuiu para sedimentar a exclusão do trabalhador negro liberto. A exclusão de afro-descendente no Brasil, base da desigualdade racial histórica, é produto de uma política do Estado oligárquico-burguês da República Velha. O trabalhador branco estrangeiro passou a constituir o proletariado industrial e o trabalhador

negro recém-liberto tornou-se agregado social. Esta morfologia da superpopulação relativa dos primórdios da industrialização brasileira iria imprimir sua marca no mundo do trabalho no Brasil até os dias de hoje.

Portanto, a dinâmica populacional e a morfologia sócio-demográfica são determinadas pela lógica do capital e estrutura do poder estatal burguês. A opção pelo trabalho livre do imigrante branco e não pelo proletário negro ocorreu devido não apenas às necessidades econômicas propriamente ditas, mas a elementos político-culturais de poder de classe.

A produção de uma superpopulação relativa às necessidades de acumulação de capital possui uma função sistêmica: desvalorizar o trabalho vivo através da constituição de força de trabalho excedente como mercadoria disponível para o consumo capitalista. O modo de produção capitalista necessita do *exercito industrial de reserva*, isto é, uma população excedente ou sobrante que contribui para a produção (e reprodução) da acumulação de valor e para a sustentabilidade da dominação político-cultural (e simbólica) do capital.

A superpopulação relativa pode assumir forma *liquida, latente ou estagnada*. Em sua forma *liquida,* ela diz respeito àqueles trabalhadores assalariados que ora são repelidos, ora atraídos em menor proporção, acompanhando o ciclo da economia capitalista. Nos século XX, o contingente da superpopulação relativa tendeu a crescer com o crescimento da indústria e a conquistar direitos sociais e políticos, por conta de sua organização de classe. Nos períodos de crise capitalista, a superpopulação proletária líquida é o contingente do mundo do trabalho assalariado que tende a perder seu emprego e que aguarda uma época de prosperidade para se incorporar ao exército ativo de trabalhadores. É o contingente da força de trabalho que é objeto de intenso consumo do capital (seu tempo de vida produtiva tende a encurtar) e que está sob "espada de Dâmocles" da lei do valor que os ameaça jogar nas fileiras dos excedentes da superpopulação relativa estagnada.

A superpopulação relativa em sua forma *latente* é a população que se encontra, como diz Marx, "continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e a espreita de circuns-

tâncias favoráveis a essa transferência". A população rural, durante muito tempo, constituiu a forma latente da superpopulação relativa. Através do êxodo rural, um contingente significativo de homens e mulheres do campo migravam para as cidades, alimentando a indústria manufatureira não-agricola.

A superpopulação relativa em sua forma *estagnada* é constituída pela parte do exercito ativo de trabalhadores com ocupação completamente irregular. Diz Marx: "É o reservatório inesgotável de força de trabalho disponível." São os proletários, operários e empregados, de inserção precária, no sentido lato da palavra. A irregularidade ocupacional indica certa fluidez espúria que se traduz numa desefetivação plena. Sua organização de classe é tão precária quanto sua condição salarial. Diz Marx: "É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário" (MARX, 1988). A população trabalhadora "estagnada" está no limiar da esfera do pauperismo e do *lumpen-proletariado*, o segmento andrajoso do proletariado moderno. A superpopulação relativa estagnada tendeu a crescer nas últimas décadas por conta da crise estrutural do capital. O surgimento de um precário mundo do trabalho se traduziu na ampliação do componente "estagnado" do mundo do trabalho, cujo aumento quantitativo promoveu alterações qualitativamente novas em sua forma de ser, tanto no sentido sócio-demográfico, quanto político-cultural. Na verdade, a situação de *estagnação* adquiriu conotações de *exclusão* (e de barbárie) social.

A superpopulação relativa em sua forma liquida possui tal denominação porque *flui*, isto é, adquire certa *fluidez* de acordo com os ciclos industriais. Mas a natureza da liquidez da população proletária *fluida* se altera no decorrer do processo de acumulação do capital. Por exemplo, na medida em que aumenta a escala da produção industrial, o número de ocupados, como observa Marx, tende a aumentar, muito embora em proporção relativa sempre decrescente por conta do incremento da produtividade do trabalho. Existe uma tendência do desemprego torna-se menos fluido, ou seja, mais viscoso, alterando, deste modo, a natureza da liquidez desta forma de ser da superpopulação relativa.

O que significa que a natureza (e o sentido) do fenômeno social do *desemprego* se altera no decorrer do tempo da produção de valor. Num primeiro momento, o desemprego (ou desocupação) era, de certo modo, um *tempo de parada* para imensos contingentes da população trabalhadora: "tempo de parada" é aquele tempo de preparação e de espera da alteração do ciclo da economia. Era quase que um *ciclo de espera* com certa sazonalidade social. Entretanto, na medida em que se altera a composição orgânica do capital, ou seja, incrementa-se a produtividade do trabalho, com as empresas absorvendo menos trabalhadores, a incorporação relativa dos desempregados tende a diminuir em período de crescimento da economia capitalista. Para uma parcela crescente da força de trabalho não-ocupada, "tempo de parada" se interverteu na "parada do tempo". Na época da crise estrutural do capital, não existem mais ciclos de negócios capazes de absorver o imenso contingente de desempregados. São poucos os que se incluem no tempo de parada. E tende a crescer os proletários sobrantes e redundantes na sociedade do capital.

Deste modo, a *fluidez* do contingente da superpopulação relativa *fluída* não é tão fluida assim, e a parcela estagnada e pobre do exercito industrial de reserva tendeu a aumentar nas últimas décadas do século XX. É a lei da acumulação de capital que atinge imensos contingentes do mundo do trabalho assalariado em maior ou menos proporção (o próprio surgimento do desemprego estrutural e dos "novos pobres" nos paises capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento é expressão da lei geral da acumulação capitalista). É contra as perversidades desta lógica do capital que se adotam, com eficácia discutível, políticas públicas compensatórias. O que não se diz é que o contingente imenso de força de trabalho disponível, jamais poderá ser absorvida hoje pela produção de capital. De fato, o sistema produtor de mercadorias tornou-se incapaz de absorvê-los como produtores de valor. Para eles, o tempo parou. Eles pertencem a um limbo do não-trabalho da sociedade do trabalho.

A parcela *estagnada* da superpopulação relativa cresceu e assumiu nova morfologia social. É nela que se inscreve o contingente da força de trabalho proletária atingida pela *precarização do trabalho*. Precari-

zação é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. É um *deslocamento* no espaço-tempo da condição de proletariedade. Ora, a superpopulação relativa em si, como categoria social, é expressão da *precariedade* do trabalho assalariado. Precariedade é uma *condição* histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho. Mesmo o trabalhador assalariado que *flui* por conta dos ciclos industriais, explicita sua precariedade viva (a *precariedade* é uma dimensão ontológica do trabalho assalariado). Entretanto, o incremento da produtividade do trabalho tende a impulsionar o movimento de *precarização* do trabalho assalariado, explicitando, portanto, novas determinações da precariedade viva.

Quando Marx tratou das diferentes formas de existência da superpopulação relativa, ele nos apresentou uma *demografia da precarização do trabalho*, cuja forma de ser se altera no decorrer do desenvolvimento cíclico da economia capitalista. Por exemplo, Marx tratou, em sua época, de um problema candente do capitalismo moderno hoje: o problema da *migração* da força de trabalho, onde homens e mulheres despossuidos, "seguem atrás o capital emigrante" (Marx). Fluidez e liquidez, deslocamento e migração: eis o "destino" dos proletários da civilização do capital.

Sob o sistema do capital, o trabalho vivo proletário é desempregado ou empregado. Isto é, caracteriza-se pela volubilidade. Ao tratar a superpopulação relativa de proletários como *liquida, latente e estagnada*, Marx explicitou a volubilidade do trabalho proletário. Mesmo em sua forma estagnada, a superpopulação relativa não deixa de volúvel, pois a ordem social do capital está em constante mudança. Inclusive, a estagnação do desempregado (ou subempregado) aparece como uma fluidez espúria. Como disse Marx, eles "têm uma ocupação completamente irregular".

A *fluidez* da superpopulação relativa *liquida* e a *flutuação* da superpopulação relativa *latente*, que se encontra na iminência de compor o proletariado à disposição da exploração capitalista, possuem também seus significados. Elas acompanham os ciclos de desenvolvimento capi-

talista, preservando em seu movimento, o estatuto ontológico de precariedade da força de trabalho como mercadoria. Devido as mutações estruturais do capitalismo global decorrentes da crise estrutural do capital e a constituição do sócio-metabolismo da barbárie, altera-se a morfologia social da superpopulação relativa. Por exemplo, o *precário* e *redundante* se intervertem no *excluído*, que não é meramente o *estagnado*, no sentido marxiano do século XIX. Enfim, explicita-se uma nova forma de ser da *desefetivação* (ou estranhamento) do ser genérico do homem-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho. Um contingente imenso da população proletária *fluída* encontra-se no limiar da *estagnação* ou mesmo da *exclusão social*, submersos no precário mundo do trabalho, incapazes de serem explorados pelo capital e de pertencerem à ordem do "mundo produtivo" de valor. Pelo contrário, a proletariedade fluída pertence ao cinzento mundo das mercadorias, um mundo da circulação incessante de *coisas*. Na verdade, estão subsumidos ao fetichismo opaco e intransparente das mercadorias, tornando-se meros vendedores de si (como prestadores de serviços) ou de produtos-mercadorias.

A constituição de um contingente de proletários excluídos é deveras funcional às necessidades da ordem burguesa. É claro que a massa de proletários *inempregáveis* não funções econômicas propriamente ditas. Possuem *função simbólica*, na medida em que constituem o imaginário da barbárie social, matriz sócio-metabólica do *medo* que sedimenta na alma humana os consentimentos espúrios dos proletários empregados nos *loci* de produção de valor. O sócio-metabolismo da barbárie é um dos pressupostos da "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital.

Portanto, além de limitar o crescimento do salário real, a excesso de força de trabalho proletária em sua forma estagnada ou excluída, possui importante função simbólica (e política), contribuindo para entravar o movimento social organizado do trabalho e servindo de estofo para a reação social (como observou Marx no caso do lumpen-proletariado). De fato, a barbárie social altera a dinâmica social e política e coloca novos desafios para a organização da força de trabalho.

A Natureza do desemprego

O crescimento do desemprego em massa e a ampliação de novas formas de precariedade salarial e da precarização do trabalho no capitalismo global possui não apenas uma *função sistêmica* para a acumulação do capital. Isto é, limitar o crescimento do salário real e dificultar a luta sindical, contribuindo para o incremento da taxa de exploração da força de trabalho. Eles possuem uma *função derivada*, ou seja, buscam instaurar um novo tipo de sociabilidade regressiva, de dessocialização perversa e de barbárie social que constitui uma *fábrica de morbidez social* capaz de obstaculizar disposições humano-genérica em direção à transcendência do estado de coisas existente. Deste modo, o capital como modo de controle sócio-metabólico cria uma forma social adequada à sua própria reprodução contraditória, uma forma social no interior da qual possa reproduzir suas contradições candentes.

Estamos diante de um processo sócio-histórico de natureza sistêmica. Não existe uma conspiração de classe que instaura um precário mundo do trabalho visando obter consentimentos espúrios e desarmar os espíritos utópicos. Na verdade, o capital é, em si, um sistema de controle do metabolismo social intrinsecamente contraditório que constitui novos campos de socialização e, ao mesmo tempo, impulsiona um processo de dessocialização social. Eis a contradição suprema da modernização do capital, cujo sistema social não é apenas sistema de controle da produção social voltado para a expropriação de sobretrabalho e acumulação de excedente, mas modo de controle do metabolismo social que contém, em si, determinidades contraditórias. É a própria síntese da teleologia social estranhada. Como diria Marx e Engels, é o *poder social estranhado* (MARX E ENGELS, 1987)

O que significa que o *capital* como modo de controle sócio-metabólico é parte íntrinseca de todos nós, indivíduos sociais de uma sociedade socializada pelas disposições *alienadas* da acumulação de valor. Na época do capital em crise estrutural, a civilização contém a barbárie social que a dilacera. Como observou Ernst Bloch, a barbárie social é

"um féretro ao lado da esperança", esperança que aparece como "utopia concreta" pressuposta no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social (BLOCH, 1956). O precário mundo do trabalho é um dos sintomas da barbárie social do século XXI.

O surgimento do *abominável mundo do trabalho precário* significa a ampliação do contingente *estagnado* da superpopulação relativa. O exército ativo de trabalhadores com ocupação completamente irregular, como observou Marx, "proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável da força de trabalho disponível." É o que observamos hoje com as novas formas da precariedade capitalista: máximo tempo de serviço e mínimo de salário.

O aumento relativo da jornada de trabalho entre o contingente de trabalhadores organizados e a queda do rendimento médio dos trabalhadores em geral, que afetam as economias capitalistas desenvolvidas ou em desenvolvimento, são sintomas da nova precariedade salarial. O mote é "trabalhar mais para ganhar menos". É a expressão do mundo do trabalho *estagnado*, subproduto da crise do estatuto salarial e do desemprego estrutural; e da dinâmica medíocre da acumulação capitalista, onde a financeirização da riqueza capitalista obstaculiza o crescimento significativo dos investimentos produtivos.

No século XIX, Marx apontou as determinações clássicas do *trabalho estagnado*. Diz ele: "Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação avança a "produção da redundância"." (MARX, 1988) Existe, assim, como lógica intrínseca da acumulação capitalista, a *produção da redundância* da força de trabalho. Entretanto, em sua etapa de crise estrutural, a expansão da superpopulação relativa *estagnada* ocorre não apenas por conta da acumulação de capital propriamente dita. A acumulação flexível e o regime de acumulação predominantemente financeirizado tendem a colocar novas determinações sociais para a "produção da redundância" (HARVEY, 1993; CHESNAIS, 1994). O novo conjunto de determinações do capitalismo global constitui os elementos que instauram a barbárie social (em seu novo livro "O Novo Imperialismo", de 2004, David Harvey nos apresenta

o conceito de "acumulação por espoliação" capaz de expressar a nova dinâmica capitalista em tempos de barbárie social).

A precariedade social transborda os limites do estatuto salarial propriamente dito. Os proletários do século XXI não são apenas trabalhadores assalariados, operários ou empregados, mas os trabalhadores subordinados às grandes empresas que aparecem como prestadores de serviço, trabalhadores independentes ou "autônomos". Deste modo, complexifica-se o vinculo de trabalho assalariado, transbordando a mera relação de emprego juridicamente determinada. O *trabalhador coletivo* torna-se uma constelação complexa de vínculos de subordinação e de dependência, que pode assumir ou não a forma do contrato de trabalho clássica. O que alguns autores denominam de perda da centralidade do trabalho (Claus Offe) ou extinção do valor-trabalho (Dominique Medá) é tão-somente a metamorfose complexa do vinculo de "emprego" em novas formas de subalternidade salarial para além do vinculo empregatício.

No capitalismo global observa-se a exacerbação da intensidade e amplitude da disseminação do trabalho abstrato, onde mesmo os *trabalhadores redundantes* da produção social (os *inempregáveis*) ou os trabalhadores "autônomos" ou independentes, supostamente "livres" do "trabalho estranhado", não deixam de ser elementos compositivas do modo de controle sócio-metabólico do capital. Eles reproduzem, em si e para si, a "racionalidade econômica" (como diria André Gorz). Em última instância, *não* negam o sistema do trabalho assalariado, mas. pelo contrário, o afirmam, sendo auto-reprodutores da ordem sistêmica do capital. Por isso, o crescimento dos trabalhadores "autônomos", trabalhadores "independentes" ou por conta própria aparece como expressão ampliada da superpopulação relativa *estagnada*. No plano fenomênico, eles aparecem como "patrões de si próprios". Entretanto, toda atividade humana instrumental pertence hoje à lógica sistêmica do capital, seja ela produtiva ou improdutiva. Aliás, na época do capitalismo global, a linha de demarcação entre trabalho "produtivo" e "improdutivo" torna-se bastante tênue.

Ora, não só a massa dos nascimentos e óbitos das pequenas empresas, conduzidas por trabalhadores autônomos ou independentes, mas também a grandeza absoluta destas empresas está em proporção inversa ao nível de renda da remuneração do trabalho, portanto, à massa da riqueza que o capital dispõe para as diferentes categorias de trabalhadores. Como diria Adam Smith, citado por Marx, "a pobreza parece favorecer a reprodução" (MARX, 1988). O aumento dos pequenos negócios no capitalismo global, muitos deles sem envergadura financeira e sem capacidade de concorrência no mercado, é a outra face do precário mundo do trabalho e da nova precariedade social.

Após tratar do *trabalho estagnado*, Marx trata do mais profundo sedimento da superpopulação relativa, a esfera do pauperismo ou o *lumpenproletariado*, contingente de homens e mulheres imersos na proletariedade extrema e cuja morfologia social é tão complexo quanto a do trabalho estagnado. A crise do *Welfare State* dá novo estofo sociológico ao mais profundo sedimento da superpopulação relativa. A disseminação da "nova pobreza" nos países capitalistas centrais, expõe um contingente de *proletários excluídos* não apenas de produção de valor das sociedades do capital, mas do horizonte de reprodução social. Eles são considerados pelo capital, peso morto do exercito industrial de reserva. Entretanto, como salientamos, possuem uma *função derivada*: são matéria-prima da produção simbólica da barbárie social, contribuindo, deste modo, para o modo de controle sócio-metabólico do capital em sua fase de crise estrutural. Os proletários *excluídos* podem *não* pressionar o mercado de trabalho, tendo em vista que estão aquém das exigências de *empregabilidade* do sistema do capital, mas compõem o horizonte simbólico da ordem dos consentimentos espúrios e do custo "improdutivo" da barbárie social que atinge as grandes metrópoles. A crise do *Welfare State* e da rede de proteção social coloca na ordem do dia nos paises capitalistas centrais, a chamada Nova Questão Social. Entretanto, a Nova Questão Social é mero eufemismo para a barbárie social.

Os dados divulgados pela ONU, em agosto de 2005, sobre a situação social no mundo, comprovam um cenário de desigualdade social no

capitalismo global que expressa a exacerbação da precariedade do mundo do trabalho. O documento "A Cilada da Desigualdade", expõe dados alarmantes quere merecem uma reflexão crítica. Por exemplo, apenas 20% da população mundial têm cobertura por sistema de proteção social. Se em 1993, 140 milhões de pessoas estavam desempregadas, em 2003, este contingente de desempregados cresceu para 186 milhões. Em 2003, segundo a ONU, 1,39 bilhão de pessoas, ou 49,7% dos trabalhadores do mundo, ganhavam menos de US$ 2.00 por dia. No mundo em desenvolvimento, 23,3% dos trabalhadores ganham menos de US$ 1.00 por dia ("Globalização acentua desigualdade", jornal *O Estado de São Paulo*, 26.08.2005).

A desigualdade social e a precariedade do mundo do trabalho são maiores do que apontam os indicadores sociais acima. Muitos paises, como o Brasil, possuem critérios de estatística social cuja metodologia é incapaz de apreender a dimensão da precariedade (e da precarização) do mundo do trabalho. Além disso, os dados da ONU não comparam os dados do mundo do trabalho com os dados do mundo da grande burguesia. Nas últimas décadas verificou-se uma alta concentração da riqueza nas grandes corporações globais. O expressivo crescimento da produtividade do trabalho social por conta do novo complexo de reestruturação produtiva foi apropriado pelas *personas* do capital em prol da acumulação de valor e não em beneficio da civilização humana. Estes são os traços da gritante irracionalidade social ocultada pelos meios midiáticos que expõe, com clareza, a verdadeira dimensão da exploração do capital e do estranhamento no século XXI.

No cenário do capitalismo global aumentou, com certeza, o contingente *estagnado* da superpopulação relativa e a massa do lumpenproletariado. Sobre o profundo sedimento da superpopulação relativa, o lumpenproletariado, Marx tinha observado no século XIX: "Ele pertence ao *faux frais* da produção capitalista que no entanto o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média." (MARX, 1988) É o que ocorre hoje, quando o custo da nova precariedade social, os *falsos custo* (*faux frais*),

recaem sobre o mundo do trabalho através da *dessocialização* da classe do trabalho, cuja maior expressão é dada pelo desmonte dos sistemas de previdência social pública e universal; dos *consentimentos espúrios* e do novo *imaginário da barbárie social*. São expressão daquilo que Antonio Gramsci caracterizou como sintomas da *morbidez social*, expressão da crise do Estado e de um período em que o *velho* já deixou de ser e o *novo* não chegou.

Capítulo 5

Precariedade e Precarização do Trabalho

O processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio-metabolismo do capital nas condições da mundialização financeira. Ela atinge tanto países capitalistas centrais, como paises capitalistas periféricos, como o Brasil. Inclusive, no caso do capitalismo brasileiro, o *processo* de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas (originárias da nossa formação colonial), quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital.

O processo de precarização do trabalho é um tema que tem sido tratado com lancinante irresponsabilidade analítico-conceitual, imerso em dados empíricos que não conseguem ir além da mera factualidade contingente. Num primeiro momento, distinguiremos "precarização" de "precariedade", salientando suas instâncias objetivas e subjetivas, seus modos de ser e formas histórico-concretas de existência. A seguir, abordaremos a "precarização" e "precariedade" em sua tríplice determinação: determinação histórico-ontológico, determinação sócio-institucional e determinação histórico-genética (é um dos modos de apreender a particularidade da objetivação do capitalismo no Brasil). Além disso, é importante apreender a objetividade e subjetividade do precário mundo do trabalho e como ela sobredetermina (e altera) a natureza do novo mundo do trabalho flexível, fluido e difuso.

O CONCEITO DE *PRECARIZAÇÃO* DO TRABALHO

Uma das determinações estruturais do modo de produção e reprodução capitalista é a constituição sistêmica, a partir de processos de *precarização* do trabalho vivo, de formas históricas de *precariedade social*. A principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado que predomina nas sociedades burguesas há séculos. Desde o século XVI o capitalismo moderno têm ampliado as condições de precariedade social de homens e mulheres despossuidos da propriedade dos meios de produção da vida material. A expansão do modo de reprodução sócio-metabólica do capital significou a constituição ampliada de uma *superpopulação relativa*, totalmente à mercê da lógica do mercado (ou do que Polanyi caracterizou como sendo um "moinho satânico").

No principio, homens e mulheres foram expulsos da propriedade (ou posse) da terra, perdendo seus meios de produção da vida material, sendo obrigados, para sobreviver, a vender sua força de trabalho; e outros, expelidos pela concorrência de mercado, perderam ofícios ou habilidades profissionais, tornando-se proletários. Eis, portanto, o que é denominado processo de *proletarização* do trabalho. Por outro lado, em seu desenvolvimento avassalador, o sócio-metabolismo do capital no Ocidente se impôs sobre outros padrões civilizatórios, promovendo-se a *colonização do mundo*, seja em sua dimensão territorial, através do colonialismo, imperialismo ou globalização; seja em sua dimensão sistêmica, através da constituição de sociabilidades estranhadas e de relações sociais baseadas no poder e no dinheiro. Enfim, o capital como *relação social* tornou-se agente da *racionalização do mundo*, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do *processo de precarização* como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado, pela instauração da *precariedade social* como "condição humana".

Um dos críticos radicais da modernidade capitalista, que reconhecia o valor civilizatório do mundo burguês em ascensão, embora denunciasse com veemência os limites da sua sociabilidade estranha-

da, incapaz de emancipar homens e mulheres das situações de miséria e degradação social do industrialismo nascente, foi Karl Marx. Em 1847, ele observou que o capitalismo constitui indivíduos que não são propriamente indivíduos, mas membros de uma classe. Deste modo, Marx distinguiu, *indivíduos pessoais* e *indivíduos de classe*. Os *indivíduos pessoais* são indivíduos que possuem o controle de suas condições sociais de existência. São membros de uma "coletividade de produtores associados", expressão utilizada por Marx naquela época, para traduzir sua utopia socialista. A nova sociedade colocaria sob o controle dos *indivíduos associados*, as condições de livre desenvolvimento destes indivíduos, condições que se encontram, até agora, diz ele, à mercê do *acaso*. As condições de livre desenvolvimento da individualidade, isto é, as forças produtivas e as relações sociais de produção e reprodução social, até o momento, observa Marx, estão submetidas às leis do mercado. Na verdade, segundo ele, o *acaso* tem sido chamado até agora de *liberdade pessoal*. Diz ele: "Na imaginação, os indivíduos parecem ser mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida parecem *acidentais*, mas na realidade, não são livres, pois estão mais submetidos ao *poder das coisas*" (MARX, 1988) (o grifo é nosso).

Nas observações de Marx de 1847, encontramos elementos para considerar a *precariedade* e a *precarização* como sendo atributos ontológicos das individualidades sociais que se constituem na sociedade burguesa. A individualidade burguesa é, portanto, uma *individualidade de classe* (ou individualidade estranhada) submetida ao *acaso* e ao poder das *coisas*. Deste modo, ao dizermos *precariedade*, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuidos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A *precariedade* do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da *precariedade* social.

Por outro lado, o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da *precariedade*. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho. Uma das determinações histórico-ontológica do trabalho vivo é constituir *formas de resistência* à voracidade do capital. Sindicatos e partidos trabalhistas são instituições de defesa do mundo do trabalho contra o poder das coisas. É claro que existe um amplo espectro de formas político-institucionais de resistência de classe, que buscam exercer algum grau de controle sobre as leis do mercado. A partir da luta de classe do proletariado no século XX, surgiu no interior da ordem burguesa, uma nova forma de Estado político capaz de garantir direitos sociais e políticos ao mundo do trabalho. É o que iremos denominar de *Estado social*.

O Estado social constituiu-se no período histórico de ascensão histórica do capital no século XX, garantindo, a partir da luta de classe do proletariado organizado, uma ampla margem de concessão às reivindicações do mundo do trabalho. Por exemplo, as leis trabalhistas e a previdência e seguridade social universal, ou o *Welfare State*, são produtos históricos das lutas sociais e políticas do mundo do trabalho no século passado, que ao constituirem obstáculos à sanha de valorização do capital, alteraram a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no século XX. Por outro lado, o Estado social *ocultou* para os segmentos organizados da classe trabalhadora, a condição estrutural de precariedade do trabalho vivo no modo de produção capitalista. Na verdade, a conquista de direitos sociais e políticos pelo proletariado *não* aboliu o estigma da precariedade como condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. O que chamamos de *processo de precarização* do trabalho é o processo de diluição (ou supressão) dos obstáculos constituídos pela luta de classe à voracidade do capital no decorrer do século XX. É a explicitação da *precariedade* como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. A *precarização* possui um sentido de *perda de direitos* acumulados o decorrer de anos pelas mais diversas categorias de assalariados. A *precarização* é

síntese concreta da luta de classes e da correlação de forças políticas entre capital e trabalho. É o conteúdo do Estado político da decadência histórica do capital. O *Estado neoliberal* tende a suceder, sob determinadas condições histórico-políticas, o *Estado social*.

A *precarização* é um processo social de conteúdo histórico-politico concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado. É difícil falarmos de *precarização* de trabalhadores proletários que sempre viveram à margem da seguridade social e da legislação previdenciário-trabalhista. A *precarização* possui um significado concreto: ela atinge o *núcleo organizado* do mundo do trabalho que conseguiu instituir, a partir da luta política e social de classe, alguma forma de controle sobre suas condições de existência através de mediações juridico-politicas. Ela atinge, portanto, a base social e política do movimento socialista que se constituiu no século XX. A *precarização* atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da "flexibilização do trabalho", sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado.

A *precarização* é um atributo modal da *precariedade*. É uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir *precariedade* haverá possibilidade objetiva de *precarização* que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas. A precarização *não* apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital.

Formas da Precarização do Trabalho

Apesar da *precariedade* ser uma condição histórico-ontológica do trabalho vivo sob as condições do capital, ela se manifesta de forma diferenciada no decorrer do desenvolvimento histórico da modernidade burguesa. Um vislumbramento do passado capitalista, pelo menos a partir do século XVIII, nos paises capitalistas centrais, com destaque para a

Europa Ocidental, nos permitirá identificar classes sociais e frações de classe à margem do processo de modernização, indicando, deste modo, formas histórico-concreta de *precariedade* e de *precarização*. Na verdade, precariedade e precarização surgem com o "trabalho livre", isto é, com o *trabalho assalariado*.

Na Inglaterra do século XVII, ao se constituírem as condições sócio-históricas para o desenvolvimento do novo modo de produção capitalista, com a expulsão de camponeses de suas terras e o surgimento de um contingente de miseráveis, pobres e vagabundos, livres para vender sua força de trabalho às manufaturas capitalistas emergentes, a *condição proletária* adquiriu plena visibilidade social. Os "novos pobres" são homens e mulheres miseráveis, proletários andrajosos, cujo *tempo de vida* torna-se *tempo de trabalho* apropriado pelo capital para a produção de mais-valia e acumulação de valor. No começo do capitalismo industrial na Inglaterra de meados do século XVIII e começo do século XIX, o que predominava era um *proletariado pré-moderno*, marcado por resquícios feudais e impregnado do estilo de vida artesanal-camponesa. Era produto social do *processo de proletarização* que ampliava a "mancha" cinzenta da proletariedade no corpo social.

Naquela época, o modo de produção capitalista propriamente dito, o "industrial system", possuia um caráter diruptivo, revolucionando constantemente as condições de trabalho e da vida social de amplas massas humanas. Estava em constituição a nova civilização do capital, baseada na exploração do trabalho assalariado e na instituição da sociabilidade urbano-industrial. A eclosão do mundo burguês traz promessas gloriosas de progresso social universal. Na medida em que surge o novo modo de produção de mercadorias, ampliava a nova "classe social" do *proletariado* industrial, que no decorrer do desenvolvimento capitalista assumiria diversas formas sócio-históricas. O proletariado do capitalismo manufatureiro, do século XVII até meados do século XVIII, é um proletariado de um mundo burguês pré-moderno, muito diferente, em sua morfologia sociológica, do proletariado do capitalismo industrial, que nasce do cataclismo social da Primeira Revolução Industrial em me-

ados do século XVIII e começo do século XIX, e no bojo do qual emerge o modo de produção capitalista propriamente dito. E ainda: o proletariado do século XX, produto social do capitalismo industrial da Segunda Revolução Industrial e da grande industria que se expande através da disseminação do sistema de maquinaria na indústria, agricultura e serviços ligados à reprodução social, no decorrer do século passado, é bastante diferente, em sua objetividade e subjetividade de classe, do proletariado do capitalismo manufatureiro e inclusive, do proletariado do capitalismo industrial emergente.

Portanto, a fenomenologia histórica da *classe do proletariado* que nos apresenta múltiplas formas de ser da classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho no decorrer da história das sociedades burguesas, salienta um traço essencial da *classe social do trabalho* que percorre a condição objetiva (e subjetiva) de proletariedade: o estigma da *precariedade,* elemento pressuposto do *processo de precarização* do trabalho vivo que marca várias conjunturas históricas do capitalismo nos últimos séculos. Ela explicita a *insegurança* ontológica da condição proletária, permeada de situações de risco.

O conteúdo concreto da condição de precariedade e do processo de precarização do trabalho vivo na época do capitalismo pré-industrial ou do capitalismo industrial do século XIX e da maior parte do século XX, *época da ascensão histórica do capitalismo moderno*, é *qualitativamente diferente* daquele do capitalismo industrial que surge nas últimas décadas do século XX, *época da crise estrutural do capital* e de sua decadência histórica.

A precariedade e o processo de precarização do trabalho da época da ascensão histórica do capital, apesar de ser condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria, apareciam num plano contingente, sendo objeto das lutas sociais de classe conduzidas pelas instituições defensivas do trabalho (sindicatos e partidos trabalhistas de massa). Foi a partir da luta de classe do século XX que surgiu no seio das sociedades burguesas, uma rede de proteção social que cobriu segmentos organizados da classe do proletariado, ocultando sua condição de prole-

tariedade. No período de ascensão histórica do capital, a precariedade (e a precarização) do trabalho apareciam como uma "mancha social" denunciada não apenas pelas forças sociais revolucionárias, mas inclusive, pelas forças sociais reformistas, de cariz socialista ou não-socialista.

A condição de precariedade do capitalismo industrial emergente constituiu a *questão social* da modernidade burguesa, objeto de contestação política. Com as lutas de classes do século XX, surge uma redes social de filiação a um arcabouço de direitos políticos e sociais de várias gerações. O surgimento do arcabouço de direitos sociais e políticos, no campo do Estado-Nação (a forma de ser do Estado política na modernidade do capital), criou uma "crosta" de ocultação da condição proletária, da precariedade e da precarização contida da força de trabalho como mercadoria. De certo modo, até contribuiu para o fetichismo do Estado como Estado-Providência. Mas a contenção da precariedade e da precarização era relativa, tendo em vista que o arcabouço de direitos nunca conseguiu abranger a totalidade do mundo do trabalho.

Como a modernização aparecia como um "destino", utilizando a palavra do próprio Weber, e com ela vislumbrava-se um campo juridico-politico de concertação social, pelo menos e principalmente para os operários e empregados organizados à sombra do Estado social, a precariedade e a precarização diziam respeito mais aos contingentes sociais avessos à lógica da modernidade (por exemplo, os *vagabundos*).

Enfim, a lógica da modernização que marcou o século XX, apresentava o sistema do capitalismo como sendo capaz de humanizar o trabalho ou pelo menos, a vida social por meio da constituição da sociedade de consumo de massa. O individuo moderno é apresentado como sujeito de direitos sociais e políticos, um homem que tem um emprego respeitável. O operário moderno organizou-se em grandes sindicatos de massa, que renunciaram a contestar o controle da produção pelo capital. O sindicato moderno organiza sua luta corporativa pelo aumento de salários de acordo com o crescimento da produtividade, pelo menos para repor a inflação. No tempo livre, o operário-cidadão é instigado a consumir o mundo de mercadorias de um capitalismo afluente. Eis o ideal fordis-

ta-keynesiano que caracterizou o capitalismo em sua época de ouro (de 1945 a 1973, nos paises capitalistas centrais). Uma parcela importante do proletariado industrial e de massa cultivou o *sonho fordista*, dissolvido pela crise estrutural do capital a partir de meados da década de 1970.

Até a década de 1930, a modernização capitalista no "núcleo dinâmico" do sistema mundial do capital, aparecia como um "destino" cruel que condenava um grande contingente do mundo do trabalho à penúria e exploração.. Naquela época, as mutações do capitalismo industrial com o avanço do taylorismo-fordismo e a utilização do sistema de máquinas na produção e na circulação de mercadorias aprofundavam a subsunção real do trabalho vivo ao capital. As primeiras décadas do século XX é marcada por uma onda longa de precarização social que anuncia a constituição de uma nova precariedade salarial nos paises capitalistas industrializados. Um contingente de proletários pré-modernos, operários-artesãos despossuidos, incapazes de lidar com a lógica do trabalho taylorizado-fordizada e com a modernidade-máquina, eram "cuspidos" pelo "moinho satânico" do capital (expressão utilizada por Karl Polanyi em seu clássico livro intitulado "A Grande Transformação"). Como ilustração, o personagem de Charles Chaplin, o *vagabundo*, representa o "proletário pré-moderno", o vagabundo recalcitrante e incapaz de inserir-se (ou de filiar-se) à estrutura da modernização e de sua lógica impessoal. O "vagabundo" de Chaplin é um personagem trágico, tendo em vista que luta contra a corrente social de modernização do capitalismo histórico em sua fase de ascensão.

Com a crise da modernização e a decadência histórica do capital nas últimas décadas do século XX, a precariedade e a precarização se explicitam como formas sócio-históricas que envolvem os "proletários pós-modernos". A precarização da força de trabalho aparece como *desfiliação*, como observa Robert Castell e a precariedade como aparência diruptiva da condição de vida de contingentes ampliados do mundo do trabalho, principalmente daqueles que possuíam algum nível de organização e que vivem a experiência de crise de seus instrumentos defensivos (sindicatos e partidos) (CASTELL, 2002).

Em seu momento de crise estrutural, o capital desvela em sua forma plena, a condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. É claro que o *desocultamento* da condição proletária é um processo complexo, desigual e diferenciado no mundo do trabalho, na medida em que é uma variável política. A Questão Social ressurge sob novas determinações sócio-historicas, alterando sua vinculação com a prática política, pois ela, a esfera da política, encontra seus limites estruturais enquanto componente sistêmico do capital e portanto, limitando pelas suas próprias necessidades reprodutivas.

Enfim, entramos numa nova dimensão sócio-histórica onde as margens de concessões políticas do capital esgotaram-se, obrigando ele próprio a reconstruir uma nova aparência de ser da classe e de sua fenomenologia proletária. Constitui-se, deste modo, uma nova implicação da precariedade e da precarização como *desfiliação*.

Precariedade e Precarização

Um dos desafios teórico-analíticos das investigações sobre o mundo do trabalho numa perspectiva crítica é tentar situar hoje o verdadeiro significado histórico dos fenômenos da precariedade e da precarização da força de trabalho a partir da nova fase de desenvolvimento do capitalismo mundial. Num primeiro momento, procuramos esboçar diferenças entre os conceitos de *precariedade* e de *precarização* do trabalho. Procuraremos utilizar com rigor tais conceitos para apreender o que está ocorrendo com o mundo do trabalho hoje. A sociologia do trabalho possui uma tradição positivista caracterizada pela falta de rigor no tratamento categorial-analítico dos fenômenos sociais do mundo do trabalho. Imersa nos dados empíricos, ela tende a desprezar, ou não consegue capturar a dialética entre universalidade, particularidade e singularidade, além de perder de vez o significado concreto de categorias sócio-históricas que explicitam as formas de ser da existência da "classe" do proletariado moderno.

Num segundo momento, tratamos de apresentar o processo histórico de constituição da "classe" do proletariado moderno. Num breve esboço apresentamos sua constituição a partir da lógica histórica da acumulação do capital e de seus elementos constitutivos. É intuito nosso explicitar, no plano do pensamento, o movimento do capital como expropriação/apropriação/exploração das capacidades do trabalho vivo enquanto dimensão da natureza (*natura naturans*, na acepção de Spinoza).

Existiu um *proletariado pré-industrial* ou proletariado manufatureiro, imerso numa determinada condição de precariedade e produto de um determinado processo de precarização do trabalho posto como processo de sua constituição histórico-ontológica. Os proletários do século XVI foram arregimentados pelas manufaturas que surgiram no século XVIII, preservando naquela época, vínculos agrário-artesanais de uma ordem burguesa em gestação. Um imenso contingente de proletários primordiais não conseguiu se integrar (ou ser integrado) à disciplina da vida industrial nascente. Eles tornaram-se andarilhos pobres recolhidos aos asilos e presídios criados pelos governos absolutistas da primeira modernidade do capital. Asilos e prisões eram verdadeiros abrigos para "vagabundos". Nos primórdios da modernidade capitalista, "pobres" ou "vagabundos", *the tramps*, homens e mulheres incapazes de se integrarem à lógica produtivista emergente eram considerados "foras-da-lei". A Primeira Revolução Industrial ocorreu sob o signo da *Poor Law*, a Lei dos Pobres, que penalizava a precariedade extrema de homens e mulheres errantes, alucinadas pela despossessão absoluta.

Naquela época, a *proletarização* atingia amplos contingentes de *servos* e *artesãos* jogados na vida proletária em virtude do avanço das relações capitalistas no campo e ao ímpeto da concorrência de mercado que desvalorizava (e degradava) a força de trabalho de semi-proletários, proletários-artesãos, que ainda preservavam o controle de seus instrumentos de trabalho. *A precarização dizia respeito ao processo de proletarização que constituía, naquela época, a condição de proletariedade universal*. Enfim, nos primórdios do capitalismo moderno, em sua fase pré-industrial, proletarização, precarização e precariedade

do trabalho tinham a dimensão exposta, em toda sua intensidade e amplitude, de um cataclisma civilizatório. O capital nasce e se desenvolve expondo com vigor suas contradições dilacerantes. É investigando as conformações do mundo do trabalho que iremos vislumbrá-las.

O desenvolvimento da condição de precariedade universal, a partir de um processo de precarização (como proletarização do trabalho, em seus largos traços) assume sua forma plena com a *grande indústria*, modo de produção de mercadorias e forma social no interior da qual se reproduzem as contradições dilacerantes do capital. A grande indústria se irrompe em fins do século XVIII e no decorrer do século XIX, introduzindo o sistema de máquina na produção capitalista e ampliando o proletariado moderna, que assume sua forma industrial. O mercado mundial e a grande indústria expõe a plena dilaceração do sistema do capital. É com a nova fase do capitalismo moderno que surgem as ciências históricas e sociais. É com ela que surge a Economia Política e sua crítica, o Materialismo Histórico. Enfim, o proletariado é a classe em si capaz de expor a "condição humana" na modernidade do capital.

Sob a modernidade-máquina todos nós somos proletários no sentido lato do termo, ou seja, somos despossuidos (ou alienados) das condições objetivas e subjetivas de produção e reprodução da vida sócio-material. Enfim, estamos imersos na condição de proletariedade. O que não significa que pertencemos, de imediato, à classe do proletariedade, pois, a rigor, podemos dizer que, só existe *classe* se houver *consciência de classe* (o que é outra discussão). Enfim, eis o verdadeiro sentido da *proletariedade*, um termo que esteve vinculado desde a sua origem com a situação do operário industrial e não com o significado profundo do seu nexo etimológico,"proletariado", isto é, aquele que possui apenas a *prole*, os filhos.

Num primeiro momento, a proletarização e a constituição da proletariedade como nexo da precariedade moderna imersa no espectro da precarização que surge com a grande indústria, torna-se objeto de pavor e de caos social. Surgem os movimentos operários e com ele sindicatos de massa e partidos socialistas. A ordem do capital é ameaçada pelo

avanço das massas organizadas, forma contingente dos proletários modernos, os despossuidos da grande indústria. É a partir da etapa da luta de classes que se constitui, de forma diferenciada e desigual, o Direito do Trabalho e com ele as instituições regulativas de consumo e produção da força de trabalho.

Ora, a exploração da mais-valia relativa permitiu no interior da ordem burguesa, concessões ampliadas no tocante à esfera da circulação de mercadorias. Parcelas organizadas em sindicatos e partidos do proletariado moderno, conquistaram direitos sociais e políticas, inéditos na história da classe proletária. Se a classe do proletariado moderno, desde o século XVII, possui uma fragmentação contingente, decorrente da divisão social e técnica do trabalho que se ampliou em nossos dias, a partir do século XX, ela é atingida por clivagens sócio-profissionais de natureza política. Existe, por um lado, o proletariado organizado, em geral identificado como o proletariado qualificado; e, por outro lado, o proletariado desorganizado. No decorrer da grande indústria e da luta de classes *pari passu* com o desenvolvimento da base técnica do capital, ampliam-se as formas hierárquicas de qualificação ligadas à funções de poder e dinheiro, por conta de inserções diferenciadas na divisão social do salariato.

É através das *filiações* a um Estado social que se constitui um processo de ocultamento da precariedade intrínseca à condição de proletariedade moderna sob o sistema do capital. A atribuição de "sujeitos de direitos" contribuiu para ocultar e obnubilar a condição de *proletariedade* da força de trabalho, sua essência contingente e seu nexo constituivo de ser-mercadoria. A dimensão político-juridica incrustada nas conquistas da luta de classe em sua dimensão contingente, tornou-se uma forma possível (e mais civilizada, diríamos), de reprodução sócio-metabólica do sistema do capital.

É dos sindicatos operários e de empregados mais organizados que surgem a ideologia do reformismo social, que postula a possibilidade de uma vida significativa sob o capitalismo, renegando, de certo modo, os desdobramentos radicais da luta de classes e a utopia socialista. Ela ocor-

re a partir do fetichismo da precariedade e da precarização. Na medida em que se amplia a filiação da classe proletária a um Estado social, que assume sua forma plena no *Welfare State*, amplia-se, na mesma medida, o fetichismo da condição ontológica do proletariado, constituída pela precariedade (e precarização) objetiva e subjetiva; e o fetichismo do Estado político com sua ideologia do Estado social interventor capaz de alterar significativamente o destino do trabalho no sistema do capital, quando ele próprio é parte intrínseca da ordem sócio-metábolica desigual e estranhada. O *proletário filiado* aparece como sujeito de direitos sociais e políticos, organizado em sindicatos e partidos de classe que se inserem no sistema da grande indústria que promete uma vida de trabalho, baseada numa carreira sócio-profissional, prenhe de ilusões de consumo e segurança, reflexo invertido de uma condição proletária baseada no acaso e na insegurança ontológica.

É claro que nem todos os proletários possuíam uma inserção privilegiada no mundo do trabalho organizado, mas ela tornou-se horizonte de luta de classes. A ideologia do capitalismo manipulatório colocou, pelo menos até meados da década de 1970, que havia perspectivas de vida segura para o mundo do trabalho no interior da ordem do capital. Pelo menos para aqueles que buscavam educar-se e qualificar-se à sombra do Estado-providência e do capitalismo regulado.

A *filiação salarial* construiu-se com a luta de classes do proletariado moderno, sendo esta sua positividade sócio-histórica. Entretanto, ao mesmo tempo, alimentou, em amplos setores da classe do proletariado, o fetichismo do Estrado político e a ilusão da ordem burguesa de que seria possível contrarestar a insegurança, a contingência e o acaso intrínseco à lógica do capital por meio do Estado de Direito constitutivo da ordem sócio-metabólica do capital.

O século XX é testemunha dos limites das instituições defensivas do trabalho, sejam elas sindicatos, partidos e o próprio Estado social. O ocultamento da precariedade e da precarização do trabalho, horizonte do reformismo social-democrata, não atingia toda a classe do proletariado moderno. É com a crise do capital que a filiação salarial do prole-

tariado organizado iria "desmanchar-se no ar, como tudo que é sólido". A precariedade e a precarização do trabalho no capitalismo tardio assumiu formas complexas, com a condição de proletariedade explicitando as dimensões contraditórias da individualidade negada e da genericidade humana impossível sob a ordem do capital. Tratar de precariedade e precarização do trabalho exige tratar de novas (e complexas) formas de estranhamento e fetichismo social, postas pelo capitalismo em sua fase de cooperação complexa e de mundialização do capital.

Precariedade e precarização no capitalismo global

Com o desenvolvimento do capitalismo global, a precariedade e a precarização assumem formas complexas, tanto em sua dimensão objetiva, como subjetiva. É sobre as formas da precariedade e da precarização do trabalho nas condições sócio-historica do capitalismo em sua fase de mundialização financeira e de cooperação complexa que iremos nos deter.

Há trinta anos, estamos diante de um processo de desenvolvimento histórico-particular do sistema mundial do capital que podemos denominar de período da crise estrutural do capital e da sua decadência histórica. É nessa época histórica que surgem uma série de novos fenômenos sociais que atingem as instâncias produtivas e sócio-reprodutivas da sociedade burguesa. No bojo desta etapa tardia de desenvolvimento do sistema, constitui-se o que consideramos como sendo um sócio-metabolismo da barbárie (a precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões é apenas um elemento residual deste sócio-metabolismo de novo tipo).

Nessas condições especificas de desenvolvimento do capital, a precariedade e a precarização do trabalho ampliam-se de forma exacerbada, tendo em vista não apenas o aprofundamento da concentração e centralização do capital, mas a aguda crise das instâncias defensivas do trabalho, que, no período da ascensão histórica do capital, colocavam barreiras à voracidade do capital (como é o caso da crise do Estado-nação, do partido político do proletariado e dos sindicatos).

Aumenta, deste modo, a *insegurança* no mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões: insegurança de emprego, de seguridade e previdência social e de representação política e sindical. Ocorre uma fragmentação da classe trabalhadora, ou melhor, uma fragmentação de seus estatutos salariais. Por conta do desemprego aberto com incrustações estruturais, a nova condição de precariedade explicita-se mesmo entre categorias de trabalhadores assalariados que possuem certo grau de organização de classe (o que antes, obnubilava a percepção de sua descartabilidade na ordem do capital).

Em virtude das contradições sistêmicas, o mundo do trabalho, principalmente aquele que detinha uma capacidade de intervenção política por conta dos arranjos "fordistas", se defronta com sua condição ontológica pressuposta: a *precariedade* constitutiva da condição da força de trabalho como mercadoria.

Como salientamos acima, durante parte do século XX, um importante contingente da força de trabalho organizada, por conta da luta de classes que instituiu o Estado social e promoveu conquistas de direitos trabalhistas e políticos da classe do proletariado no interior da ordem do capital, conseguiu ocultar, para si, sua própria condição de superfluidade no sistema da exploração da mais-valia.

Nas últimas décadas, devido a crise estrutural e ao novo patamar de luta de classes, expresso pela ofensiva do capital na produção e reprodução social por meio das ideologias do neoliberalismo e do pós-modernismo, torna-se exposta a condição de precariedade ontológica da força de trabalho como mercadoria. Ora, a precarização do trabalho expõe a condição de precariedade latente. O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da *flexibilização do trabalho*, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital.

Qual a função social dos trabalhadores "supérfluos" do sistema do capital ? Os proletários "excluidos" não são tão supérfluos como podemos supor. A exacerbação da superpopulação relativa em seus componentes estagnados possui uma função dinâmica na ordem vigente. Isto é, a liberação de trabalhadores aparece como um contingente de miseráveis cuja única função social é constituir em suas múltiplas impressões midiáticas, *o imaginário do sócio-metabolismo da barbárie*. De certo modo, o crescimento do precário mundo do trabalho e de seus componentes estagnados nos grandes centros urbanos contribui menos para a dinâmica da acumulação de valor e mais para a dinâmica sócio-reprodutiva do consentimento simbólico da ordem do capital. Enfim, o sócio-metabolismo da barbárie, cujo *processo de precarização* constitui um de seus elementos compositivos, possui um vínculo estrutural com os consentimentos espúrios e a "captura" da subjetividade operada pelo capital nos locais de trabalho.

Por exemplo, na leitura clássica, a superpopulação relativa e o exercito industrial de reserva contribuiriam para pressionar para baixo os salários dos trabalhadores empregados. Entretanto, a exacerbação da redundância da força de trabalho assumiu tal proporção que passou a assumir uma nova função sistêmica: os novos miseráveis da ordem burguesa são servos da produção do imaginário da barbárie social, elementos sociais tão indispensáveis para a tessitura dos consentimentos espúrios de operários e empregados.

É o *medo* dos "novos bárbaros" que alimenta as novas formas de consentimentos espúrios. É ela que produz a subjetividade-fetiche do sócio-metabolismo do capitalismo flexível. Antes de ser um fato histórico, a barbárie social é um construto simbólico que constitui afetos regressivos na alma humana. O medo é o maior "combustível" da *indústria dos novos consentimentos espúrios* da vida social. Ela constitui a precarização da subjetividade insubmissa.

Nos últimos trinta anos, a precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, se compõe (e se articula) com o processo de precarização do trabalho, que deve ser entendida como um

processo sócio-historico de natureza política e que explicita a condição de proletariedade do trabalho vivo sob o modo de produção capitalista. No capitalismo global, a precariedade se manifesta através da precarização contínua que atinge principalmente setores organizados da classe do proletariado.

Ora, um imenso contingente da "classe" do proletariado vive há séculos submersa nas contingências do mundo burguês. Para eles, a precarização se confunde com a própria condição de precariedade. Mas, o que caracteriza a época histórica do capitalismo global é a assunção da consciência de classe contingente ou a consciência da precariedade de classe do proletariado por meio do intenso processo de precarização do trabalho.

No capitalismo global, a lógica do capital perpassa as mais diversas atividades da vida social, e não apenas da indústria, mas dos serviços e da agricultura, compondo, num sentido mais amplo, a categoria de "trabalhador coletivo" à serviço da produção de valor, incorporando inclusive homens e mulheres externos aos nexos produtivos do capital. Mesmo no espaço da reprodução social, os enquadramentos da produção de trabalho abstrato assumem formas "virtualizadas" (o que Francisco de Oliveira no ensaio "O Ornitorrinco" chama de *trabalho abstrato virtual*). O trabalho abstrato se projeta como sombra nas mais profundas instâncias da vida social. É a ampla proletarização do trabalho vivo que constitui espaços de virtualização da produção do trabalho abstrato. A proletarização não é apenas proletarização da vida produtiva *strictu sensu*, mas proletarização da totalidade da vida social; proletarização não apenas da força de trabalho como mercadoria, mas do trabalho vivo.

Sob o capitalismo global e a etapa da cooperação complexa do capital *repõem-se*, num sentido qualitativamente novo, as contradições sociais da forma de produção de mercadorias anterior (para Francisco Soares Teixeira, a "cooperação complexa" seria a "quarta forma" de produção de mercadorias que sucede à cooperação, manufatura e grande indústria). Na etapa da grande indústria, a dominação do capital ainda assumia, no plano sócio-reprodutivo, um caráter meramente *formal* (embora a subsunção *real* do trabalho ao capital na esfera da produção

já estivesse se impondo através do sistema de máquina). Mas, naquela forma histórica de produção de mercadorias mantinha espaços de socialização não-mercantil ou procedimentos de vida ainda não-subsumidos ao principio organizativo do trabalho abstrato.

Na etapa da *cooperação complexa* (ou do hiper-industrialismo) ocorre a redução de espaços de socialização não-mercantil com a dinâmica social assumindo dimensões qualitativamente novas. Ao ampliar-se, o fenômeno da *reificação*, cria os pressupostos sócio-reprodutivos da forma social da cooperação complexa, com impactos decisivos na socialização social. A ampliação exacerbada do principio do trabalho abstrato, dissolve limites, abolindo, no plano virtual, as delimitação ainda resistentes entre "mundo sistêmico" e "mundo da vida" (utilizando o jargão de Habermas). É o avanço da *reificação* como principio organizativo do fetichismo na vida social e a exacerbação do *estranhamento* como obstáculo irremediável à vida humano-genérica, que criam as condições sócio-reprodutivas da cooperação complexa. Na verdade, precisamos ver a cooperação complexa não apenas em sua dimensão econômica propriamente dita. Ela possui significativas implicações para o controle sócio-metabólico do capital. A forma social "implode" a matéria civilizatória, dilacerada pelo capital como sistema de controle sócio-metabolico. O trabalho produtivo aparece como "trabalho imaterial", que imprime sua marca, cada vez mais, na indústria, serviços e agricultura. O imaginário da barbárie social agrega valor virtual à dinâmica da acumulação de riqueza abstrata, que se "descolou" de seu referente material e de medida efetiva.

A crise estrutural do capital é uma crise de desmedida, na medida em que o trabalho produtivo se descola de seu referente material, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias. A produção material exige cada vez mais menos tempo de trabalho *direto*, embora se amplie o tempo de trabalho *indireto* que se confunde com tempo de vida. Mas tempo de vida é absolutamente recalcitrante à quantificação inerente à lógica do valor. Enfim, estamos diante de transformações radicais do sistema do capital que alteram a dimensão objetiva e

subjetiva da precariedade e da precarização do trabalho, exigindo novos campos de investigação social.

Alucinações da forma-mercadoria

Durante o período de ascensão histórica do capitalismo, a constituição do *Welfare State* tendeu a desmercantilizar a força de trabalho, através de formas de regulação política de seu consumo produtivo, limitando, deste modo, suas determinações mercantis (Francisco de Oliveira, por exemplo, salientou, com perspicácia, a desmercantilização da força de trabalho sob as condições da esfera do anti-valor que caracterizou o "modo de produção social-democrata").

Sob o período de declínio histórico do capital, presenciamos um processo paulatino de *precarização do trabalho* que significa a reposição das determinações mercantis da força de trabalho, expondo, com amplitude e intensidade, sua condição ontológica de mercadoria, pressuposto negado, mas efetivo, durante o período histórico anterior. Em virtude de sua crise estrutural, o capital tenta repor, com perplexidade, a condição da força de trabalho como mercadoria, ou seja, implicar o trabalho vivo com a sanha contingente das forças do mercado. Deste modo, um dos significados da precarização do trabalho é a reposição de suas determinações mercantis por meio da desregulamentação e flexibilização de suas condições sócio-institucionais de consumo capitalista.

Num primeiro momento, pode-se dizer que vislumbramos uma regressividade histórica, na medida em que as condições de desregulamentação e precariedade do trabalho aparecem como "regressão" à etapa concorrencial do capitalismo industrial do século XIX, quando a classe trabalhadora ainda não era possuidora de direitos sociais e trabalhistas (Márcio Pochmann e Altamiro Borges têm um livro intitulado "A Regressão do Trabalho..." para tratar da situação do trabalho na época neoliberal). Entretanto, é importante salientar que a idéia de regressão histórica é um ilusionismo social. O passado nunca volta, pelo menos da

mesma forma. Como observou Marx no clássico "18 Brumário de Luis Bonaparte", a história pode até se repetir, mas a primeira vez como tragédia, e a segunda vez, como farsa. Ora, existem diferenças qualitativas entre uma situação de tragédia, que pressupõe *catarse*, e a de farsa, onde o *grotesco* pode assumir dimensões plenas. O processo de *precarização* do século XXI é muito mais perverso do que aquele que ocorreu nos primórdios do capitalismo industrial, na medida em que ele se desenvolve numa etapa avançada do processo civilizatório em que a produtividade do trabalho social adquiriu dimensões inauditas.

Enfim, a dimensão de exploração da força de trabalho sob o capitalismo global se amplia e adquire dimensões qualitativamente nova, expressando a condição de barbárie social que atravessa a civilização do capital. Na verdade, a *barbárie social*, se tivermos que conceituá-la, é a reposição da lógica do capital nas etapas tardias de desenvolvimento da civilização humana onde é significativo o recuo das barreiras naturais por conta do desenvolvimento da produtividade social. A barbárie social é a posição do *grotesco* na cena social, que tende a bloquear formas catárticas que poderiam propiciar condições subjetivas para a "negação da negação".

Para apreendermos uma das dimensões estruturais da precarização e da precariedade da força de trabalho no capitalismo tardio é importante salientar dois aspectos decisivos. (1) No sistema do capital, a força de trabalho é uma mercadoria, incorporando, em si e para si, determinações da forma-mercadoria. (2) Uma das dimensões da crise estrutural do capital é a crise da forma-mercadoria que aparece como crise de desmedida (para uma apreensão desta dimensão da "crise de desmedida" ver "O Negativo do Capital", de Jorge Grespan).

Ora, a mercadoria nas condições de desenvolvimento tardio do sistema do capital está *alucinada* pela sua própria negação. Numa sociedade mercantil complexa, onde quase tudo tende a tornar-se mercadoria, a contradição entre *valor de troca* e *valor de uso* se agudiza, tendo em vista que o incremento exponencial da produtividade do trabalho social, por conta da IV Revolução Tecnológica, leva ao limite, tendendo a zero, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercado-

rias. No sistema do valor em processo, o valor de troca das mercadorias tende a ser abolido pela exacerbação (e desmedida) de seu desenvolvimento, sem afirmar (e muito pelo contrário, buscando sempre negar) seu valor de uso. *To be or not to be - that is the question*, eis a tensão paradoxal da mercadoria.

Além disso, nesse processo contraditório, o trabalho produtivo, trabalho capitalista produtor de mercadorias, tende a se descolar de seu referente, o tempo de trabalho. O que significa que o tempo de trabalho socialmente necessário, pedra de toque da teoria do valor-trabalho, tende a deixar de ser a medida da riqueza capitalista, que não cabe mais em seu próprio conteúdo. Nos "Grundrisse", Karl Marx especulou, de forma brilhante, sobre as contradições paradoxais do desenvolvimento da forma-mercadoria. Mas o que é paradoxal é isto ocorrer no sistema do capital e da sociedade produtora de mercadorias, onde o capital é *valor em processo*. Em síntese: o sistema do capital está hoje, mais do que nunca, "afetado de negações".

A alucinação da forma-mercadoria pode ser constatada por meio da *financeirizacão* da riqueza capitalista, forma paradoxal de acumulação de "valor". No capitalismo global, instaura-se o que François Chesnais denominou de "regime de acumulação predominantemente financeirizado", que tem a ver, de certo modo, com a crise de desmedida da forma-mercadoria.

O valor de troca, sempre predominante, tende a suprimir seu suporte material. Por isso, a forma de mercadoria está cindida pela descartabilidade irremediável. É o que István Meszáros vai caracterizar como sendo a "taxa decrescente de utilização do valor de uso", expressão contingente desta crise da desmedida. A mercadoria é atingida pela desvalorização exarcerbada, não conseguindo realizar-se enquanto tal. No caso da força de trabalho como mercadoria, a crise de desmedida se manifesta por meio do desemprego estrutural. Se o produto-mercadoria se "*precariza*" em seu estatuto ontológico de ser produto útil, imersa em sua tensão paradoxal íntima entre valor de uso e valor de troca, a precarização não poderia deixar de atingir a *força de trabalho* como

mercadoria, na medida em que ela é a mercadoria fundante e fundamental do sistema do capital. A partir desta determinação estrutural é que podemos explicar uma série de fenômenos sociológicos do capitalismo global em sua etapa de crise estrutural.

Ao tratar-se da precarização do trabalho, salienta-se na sociologia (e economia) do trabalho, as dimensões objetivas da produção e da instância da contratação salarial. No geral, despreza-se a utilização da noção de precarização (e precariedade) para tratar das esferas subjetivas do trabalho vivo (o que implica investigar a instância da reprodução social). Na verdade, o processo de precarização implica uma subjetividade pressuposta negada, expressa no plano da luta de classes e da práxis sócio-interativa. Ora, estamos diante de um processo social total e totalizante, onde a dimensão do trabalho, mais do que nunca, vincula-se à dimensão da reprodução social. Por isso, o fenômeno da precarização e da precariedade do trabalho implica não apenas a dimensão do local de trabalho e das relações salariais, mas das relações sociais de produção e reprodução da vida social.

Estas determinações da objetividade do capitalismo global implicam, no plano lógico-categorial, a idéia de "negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo" (utilizando uma expressão de Ruy Fausto). A natureza da riqueza capitalista altera-se e assume formas paradoxais ou o que consideramos formas "de exceção". Eis o lastro da *barbárie social*. Nesse caso, existem desdobramentos subjetivos da objetividade tardo-capitalista. Por exemplo, é provável que possamos explicar, pela crise de desmedida, porque a natureza da *subjetividade complexa* exacerbada torna-se objeto de intensa "captura" pelo capital, com a proliferação de novos consentimento capitalistas na produção e na vida social (consentimentos tão *precários* quanto a condição da força de trabalho como mercadoria). No capitalismo global, exacerba-se de forma inaudita, as formas ideológicas de manipulação que assumem dimensões ampliadas e que buscam tratar da crise de uma subjetividade complexa do trabalho vivo na etapa avançada do desenvolvimento civilizatório. Por exemplo, o que se interpreta como trabalhador mais qualifi-

cado e escolarizado é, na verdade, trabalho vivo com uma subjetividade complexa, que exige, para tornar-se força de trabalho adequada à ordem do capital, recursos de manipulação tão intensos e complexos quanto suas potencialidades, em geral subutilizadas/obliteradas e manipuladas para preservar as determinações da divisão hierárquicas do trabalho e do poder capitalista.

O sistema de controle sócio-metabólico do capital se apropria daquilo que ele desenvolve à exaustão, apropriação que subutiliza, frustra, inverte e *fetichiza* as potencialidades imanentes do ser social. É o que ele faz com o trabalho vivo ou a força de trabalho como subjetividade complexa. Na medida em que a dinâmica social do capital assume dimensões ampliadas, intensas e extensas, ela aparece como precarização e precariedade explicita do trabalho vivo e da força de trabalho como subjetividade complexa. É por isso que presenciamos hoje dimensões pressupostas de um processo sócio-histórico que desvela seus próprios fundamentos. A intensidade e a forma deste desvelamento dos fundamentos é contingencial, dependendo de condições sócio-históricas (e políticas) da luta de classes. Na medida em que a classe trabalhadora foi derrotada nas condições da crise estrutural do capital, a ofensiva da ordem burguesa tornou-se mais explicita, desvelando seus nexos sócio-reprodutivos.

O sistema do capital produz e reproduz suas próprias condições ideológicas. Sob o capitalismo global, a ideologia tornou-se deveras útil e voraz para a sócio-reprodutibilidade critica do capital. A "tempestade de ideologias" permeia numa intensidade inaudita, o tráfico midiático da "sociedade do espetáculo" (Debord). A luta de classe, que dizem estar suprimida, tornou-se, ao contrário, intensamente exaustiva, assumindo uma dimensão abstrata e recorrente.

Precarização e industrialização universal

A idéia de que vivemos na "sociedade pós-industrial" possui um claro sentido apologético. Surgem putros jargões ideológicos como "so-

ciedade do conhecimento", "sociedade pós-capitalista", onde se festeja a perda da centralidade da categoria trabalho. Enfim, nos últimos trinta anos somos atingidos por um "dilúvio ideológico" que atinge, com inédita intensidade, os espaços sociais (utilizo *ideologia* no sentido clássico de sistema de idéias capazes de ocultar/inverter relações essenciais da forma social capitalista). Entretanto, a ideologia da "sociedade pós-industrial" não resiste à análise histórica e sociológica mais elaborada. Na verdade, o que se constata é o surgimento de uma "sociedade hiper-industrial". Ao invés da "indústria" desaparecer, ela incorporou novos conteúdos imateriais e intangíveis que passaram a estruturar, de forma ampla, a vida social. Ao dizermos "sociedade industrial" queremos dizer sociedade humana baseada e estruturada pela forma-mercadoria, produto da produção industrial baseada na produção de valor, base da acumulação de capital.

A produção industrial de mercadorias se baseia na exploração da força de trabalho e no trabalho estranhado. Se antes a produção de mercadorias dizia respeito à indústria propriamente dita, hoje ela se dissemina pelas atividades de serviços. O que se pode dizer é que a indústria penetrou nas atividades de serviços, com a lógica do capital permeando atividades de produção imaterial e de reprodução social. Portanto, seria devaneio ideológico afirmar que vivemos numa sociedade "pós-industrial", quando, pelo contrário, nunca a lógica do trabalho abstrato e da produção de valor esteve tão intensa nas múltiplas atividades da vida social.

Não precisamos ir muito longe para identificar em noticias de jornais e revistas a condição da modernidade do capital. Por exemplo, numa entrevista para a Revista *Veja* de 19 de maio de 2004, intitulado "Contra o Amor", a analista americana Laura Kipnis, constata que cada vez mais a linguagem da fábrica penetra na linguagem do amor. Diz ela: "Impressiona como a retórica da fábrica está se tornando a linguagem do amor. Abra um desses livros de auto-ajuda que pretendem salvar casamentos ou prestar atenção nas expressões que os terapeutas usam. Todos dizem que temos de 'trabalhar com mais intensidade a relação' ou 'nos esforçar mais pelo sucesso do casamento'. Virou lugar-comum dizer isso. Quer

coisa mais desestimulante do que 'trabalhar' a questão sexual com seu parceiro?" Enfim, o que Laura Kipnis expõe é a disseminação da lógica do trabalho abstrata em instâncias da vida social outrora recalcitrantes à lógica da forma-mercadoria.

Mas a ampliação intensiva e extensiva da lógica da forma-mercadoria, expressão da industrialização universal, significa que a linguagem da produção do capital, antes restrita à fábrica, agora penetra as dimensões da vida cotidiana, das relações interpessoais, da política e da escola (cada vez mais a linguagem empresarial impregna a escola com os discursos da competência, e da empregabilidade),. Outra manchete curiosa é uma reportagem do jornal *The New York Times*, de 22.11.2004, intitulado "Para mulheres, divórcio é igual a uma demissão". Nesse caso, as relações de casal são expressas por meio dos termos de admissão/demissão, linguagem utilizada no mundo do salariato, permeado pela lógica do trabalho abstrato (a instituição do casamento moderno, ao basear-se na relação contratual, pressupunha, de certo modo, a forma-mercadoria). Outro exemplo da industrialização universal: ao tratar da política, o jornal *The New York Times*, de 20.11.2004, observou algo que se desenvolveu bastante no decorrer do capitalismo do século XX: a mercantilização da política. Diz a manchete do jornal: "Republicanos aplicaram técnica de vendedores" (a reportagem trata da campanha vitoriosa de George Bush). Há tempos, principalmente nos EUA, a instituição da política representativa é corroída pela lógica do capital-dinheiro, base de uma sociedade da produção de valor.

Enfim, nossa tese é que a proliferação da precarização do trabalho é um elemento crucial da exacerbação universal da lógica da mercadoria e do trabalho abstrato como base da produção industrial. Com o capitalismo tardio, a sociedade tornou-se uma *imensa fábrica*. Mas ao se disseminar pela sociedade em geral, a fábrica incorporou novas determinações materiais (e imateriais), explicitando plenamente as determinações formais (a forma-valor). Na sua crítica da economia política, Karl Marx partiu do pressuposto essencial: o mundo como uma imensa coleção de mercadorias. Assim, só um surto ideológico delirante poderia defender

a tese da sociedade pós-industrial (ou pós-capitalista), quando é justamente o contrário que ocorre no século XXI. A sociedade humana está imersa na lógica do capital e da sua produção destrutiva.

A precarização do trabalho vivo e da força de trabalho, em sua dimensão objetiva e subjetiva, é parte essencial do processo histórico da civilização do capital. A lógica da precarização dos estatutos salariais é um processo social que possui hoje, elementos histórico-politico de conjuntura (por exemplo, o avanço do neoliberalismo). Entretanto, é uma dimensão estrutural tendencial do sistema mundial do capital que se impõe hoje mais do que nunca. Na verdade, a crise estrutural teve a função de explicitar a natureza íntima da civilização do capital, obnubilada pelas condições históricas contingentes do período de sua ascensão histórica, onde o avanço da luta de classes "construiu" o *Welfare State* e contribuiu para a percepção ideológica de que o capitalismo como modo de produção seria capaz de construir uma civilização do trabalho emancipado. A ilusão social-democrata deu origem ao viés politicista que pressupõe que a mera intervenção do Estado político, que é Estado do capital, possa abolir a lógica voraz do capital como "sujeito automático". É claro que a instância da política é importante elemento catalisador da consciência de classe necessária e terreno capaz de constituir obstáculos à voragem do capital. Mas, é falso acreditar que a atividade política reformista seja capaz de alterar as leis de desenvolvimento da formação social do capital e seus efeitos históricos a longo prazo. O que se oculta com o complexo ideológico do capitalismo global é a natureza destrutiva do sistema produtor de mercadorias e seu caráter estranhado que atinge bilhões e bilhões de homens e mulheres.

O processo de disseminação do trabalho abstrato e da lógica industrial, que indicamos em outro momento, organizando a vida cotidiana do *lar* para o *local de trabalho* (e do próprio lar como local de trabalho), através das novas tecnologias de informação e comunicação, é um momento da precarização do trabalho intrínseca à hiper-industrialização global. A presença do trabalho abstrato torna-se efetiva ou virtual, o que demonstra a necessidade de apreender novas dimensões da produção do

capital nas condições de um capitalismo alucinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e de suas contradições com a forma social.

O processo de controle sócio-metabólico do capital é intrinsecamente contraditório. Estamos diante de um movimento que expressa, em si, não apenas a intensificação e ampliação da exploração do capital, mas a explicitação do trabalho social cada vez mais socializado. Enfim, o capital ao se desenvolver, cria as bases materiais de uma sociedade cada vez mais social. Mas por conta das relações sociais estranhadas, a dimensão do trabalho socializado é *ocultada* pela ideologia e pelo discurso político dominante. Nas condições de estranhamento social, o que se dissemina é o espírito do individualismo e a fragmentação social como lastro ideológico do controle sócio-metabolico do capital.

O processo de precarização do trabalho como produto da disseminação da lógica industrial e do trabalho abstrato, não significa necessariamente *desqualificação* da força de trabalho e do trabalho vivo. Consideramos que, pelo contrário, o movimento do capital implica na constituição de agudas polarizações sociais e de um movimento contraditório de qualificação/desqualificação do trabalho. O mundo do trabalho expõe uma aguda heterogeneidade sócio-profissional, expressão da exacerbação do trabalho abstrato.

A *PRECARIZAÇÃO* DA SUBJETIVIDADE DO TRABALHO OU O PROLETÁRIO-MASCATE

Na época da globalização, o processo de precarização atinge, de forma ampliada, a subjetividade do trabalho. Esta ofensiva do capital à subjetividade do trabalho vivo é mediada pela constituição do precário mundo do trabalho. Um dos traços inegáveis do precário mundo do trabalho no século XXI é a disseminação das implicações laborais de cariz mercantil com o surgimento de um contingente imenso de trabalhadores vendedores de mercadorias e, portanto, imersos nas contingências do mercado. Surge o que poderíamos denominar de *proletariado-mas-*

cate, um imenso contingente de trabalhadores assalariados vendedores de mercadorias e prestadores de serviços como mercadorias dos mais diversos tipos. É claro que, tradicionalmente comerciantes autônomos e trabalhadores assalariados do comércio constituíam o contingente típico da força de trabalho imersa na implicação laboral de cariz mercantil. Eram eles que tratavam dos produtos-mercadorias nas instâncias do mercado de consumo.

Entretanto, sob o capitalismo global, as implicações laborais de cariz mercantil assumiu proporções inauditas no seio do mundo do trabalho. O vendedor de mercadorias ou representante comercial aparece diante de nós, presencialmente e virtualmente, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação. A atividade de venda confunde-se com o serviço de marketing e propaganda. Na TV ou Internet nos deparamos com novas mercadorias sendo exibidas por algum proletário-mascate. Todos nós nos tornamos vendedores de algum produto-mercadoria. "Always be closing" (algo como "sempre esteja fechando um negócio") é a máxima do caixeiro-viajante que expressa a condição do tempo de vida tornado tempo de trabalho do proletário-mascate. Com a *terciarização* do mercado de trabalho, ampliaram-se, seja no setor formal ou informal da economia capitalista, as atividades de serviços ligadas às áreas de vendas. Na verdade, muitos serviços possuem vínculos orgânicos com a atividade industrial propriamente dita. Os serviços são o modo de manifestação da industrialização universal. Enfim, vivemos hoje, a lógica do capital industrial sob a forma de uma "sociedade de serviços".

Diante de um sistema do capital imerso numa crise de superprodução e de subconsumo, a atividade de venda tornou-se uma atividade crucial. Ela tornou-se uma atividade central no capitalismo mundial em sua fase de crise estrutural, com a venda se antecipando à produção. O sistema toyotista incorpora o principio do estoque mínimo e do *just-in-time*, onde a venda se confunde com a produção de mercadorias. Deste modo, o mundo do trabalho tende a assumir a feição de um mundo de vendedores de mercadorias.

A *venda de mercadorias* não é tarefa apenas dos tradicionais comerciantes ou comerciários ligados diretamente às áreas de venda ou de prestação de serviço. Ela mobiliza o corpo da empresa, alterando o perfil de seus empregados. Por um lado, a base operária torna-se "enxuta" pelos constantes *downsizing* industriais. Por outro lado, amplia-se a rede de empregados administrativos envolvidos direto ou indiretamente com as atividades de venda e planejamento. O capitalismo dos EUA prefigurava, na última metade do século XX, a tendência da constituição de uma "sociedade de serviços", onde atividade de venda possui um papel central.

É claro que a instauração da nova precariedade do mundo do trabalho, a constituição do proletário-mascate, vincula-se às múltiplas determinações no campo da lógica organizacional (o toyotismo) ou da lógica sistêmica, com sua crise de superprodução e subconsumo endêmico. A *crise do emprego clássico* devido a corrosão do estatuto salarial tradicional do mundo do trabalho, expele um imenso contingente de subempregados que buscam nas atividades de venda ou de prestação de serviços dos mais diversos tipos, alguma estratégia de sobrevivência pessoal.

Devido a *terceirização*, muitos operários e empregados tornaram-se meros "prestadores de serviços". Sob a alcunha de "trabalhadores autônomos", são verdadeiros *proletários-mascates*, reproduzindo o que Francisco de Oliveira alcunhou como *trabalho abstrato virtual*. É o caso, por exemplo, dos *camelôs* e dos trabalhadores que vendem novos serviços que surgem das necessidades sociais supérfluas originárias do capitalismo desenvolvido.

Além disso, é importante salientar que a ampliação exacerbada da implicação laboral de cariz mercantil se origina de uma sociedade capitalista que se desenvolve ampliando à exaustão, a mercantilização das relações sociais. Deste modo, de alguma forma, se a mercadoria e sua lógica fetichizada penetram, cada vez mais, nos poros sociais, erigindo, em torno de si, uma aura de necessidade de consumo, precisa-se de alguém para suprir tal necessidade (com sua respectiva mercadoria). E de repente, de algum modo, em algum lugar, nos tornamos *vendedores* de alguma coisa-mercadoria.

Por exemplo, vejamos a atividade de trabalhadores bancários, principalmente aqueles ligados ao atendimento do público. O trabalhador bancário tornou-se um executivo de vendas de produtos financeiros do banco. Inclusive, a remuneração flexível do bancário incorpora uma parte de comissões de vendas. Ele tornou-se um "mascate financeiro". É claro que não possui autonomia pessoal, nem circula pelos espaços sociais, como o velho mascate de outrora. Entretanto, o bancário está cada vez mais envolvido em oferecer e vender produtos e serviços financeiros dos mais diversos tipos (de títulos de capitalização à seguros de vida). Essa atividade cotidiana recorrente tende a comprometer a subjetividade do trabalho vivo.

Após apresentarmos a objetividade do precário mundo do trabalho, constituída pelos proletários-mascates, nos resta perguntar: qual o tipo de subjetividade proletária que surge a partir da nova condição de precariedade do capitalismo global ?

Ora, é evidente que o "vendedor de mercadorias" compromete muito mais a subjetividade da sua força de trabalho. Eis o elemento decisivo da mudança qualitativa da atividade proletária em nossa época. Por isso, a ampliação das implicações mercantis não apenas no seio da esfera de circulação, mas nos interstícios da produção, uma produção cada vez mais implicada com a atividade de venda, significa que o capital se apropria, de forma intensa e qualitativamente nova, da subjetividade complexa do trabalho vivo.

O trabalhador assalariado ou o proletário que se diz "prestador de serviço" está imerso na lógica do produto-mercadoria. Nesse caso, a reificação dissemina-se com mais intensidade e amplitude. Ao vender mercadorias, o trabalhador assalariado ou "prestador de serviço" (o que denominamos de proletário-mascate), vende não apenas um produto, mas vende a si próprio, a imagem com suas disposições anímicas e afetivas.

O ato de venda é um ato de investimento libidinal. A prática social mercantil, ao tornar-se estruturante da vida cotidiana, penetra no mundo do trabalho, articulando novas formas de precarização do trabalho vivo, comprometendo a subjetividade do home que trabalha, envolvendo

(e manipulando) a *subjetividade complexa*, tendo em vista que o capitalismo do século XXI é um capitalismo desenvolvido que ampliou as possibilidades concretas de individuação social. Esta é uma das formas de "captura" da subjetividade do trabalho e um dos nexos mais amplos do estranhamento que é intrínseco ao sócio-metabolismo da barbárie.

Ao incorporar-se na "lógica do produto-mercadoria" através da atividade de venda, o proletário-mascate tende a sedimentar um grão de *consentimento* à ordem sócio-metabólica do capital. O reverso subjetivo da implicação estranhada é a proliferação das "doenças da alma" e do estresse. A maior incidência das doenças psicológicas do trabalho dizem respeito à *mente* e não só ao *corpo* (é o que iremos tratar mais adiante). Enfim, o capital fechou o cerco à personalidade viva do trabalho cuja implicação estranhada reverbera em sintomas psicossomáticos. Por isso se dissemina em nossa época, as mais diversas formas de literatura de autoajuda ou atividades de lazer com conteúdos de (auto)agressividade.

Enfim, procuramos destacar que uma das formas de precarização do trabalho é a precarização da subjetividade do trabalho vivo com implicações profundas na sociabilidade social. Ela é um dado objetivo da barbárie social. Não nos esqueçamos que o personagem Gregor Samsa (do conto "A Metamorfose" de Franz Kafka), que certa manhã acordou e "achou-se em sua cama convertido num monstruoso inseto", era um *proletário-mascate.* Além disso, uma das peças clássicas da dramaturgia ocidental do século XX intitula-se "A morte do caixeiro-viajante", de Arthur Miller.

Formas da crise do capital

A precarização do trabalho é um elemento estrutural da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural. Este processo social de *desefetivação* da força de trabalho, em suas múltiplas determinações, em sua forma objetiva e subjetiva, é intrínseco à dinâmica estrutural do sistema mundial do capital.

É claro que a precarização do trabalho que ocorre hoje, possui uma particularidade sócio-historica candente, que o diferencia da precarização de outras épocas históricas do capitalismo industrial. O que procuraremos apresentar a seguir são alguns elementos analíticos que podem nos ajudar a apreender a particularidade crucial do processo de precarização do trabalho no século XXI.

Em primeiro lugar, o processo de precarização do trabalho possui um vinculo orgânico com a crise estrutural do capital. Ou seja, a percepção de que o sistema mundial do capital está imerso numa crise estrutural, tende a colocar determinações qualitativamente novas para apreendermos o problema da precarização do trabalho no capitalismo do século XXI.

A título ensaístico, iremos sugerir uma *teoria da crise do capital*. É a partir dela que poderemos verificar a natureza particular-concreta e a "novidade" histórica do processo de precarização do trabalho nas últimas décadas do século XX. Ao invés de ser uma mera "patologia social", a precarização do trabalho é a forma de ser da normalidade sistêmica do capital em sua etapa de crise estrutural. Acreditamos que apenas uma nova teoria social critica e dialética, imbuída da mais plena consciência histórica, poderá nos dar a verdadeira dimensão da crise histórica do nosso tempo.

Desde o desenvolvimento do capitalismo industrial e do mercado mundial na primeira metade do século XIX, constituíram-se as condições de *crise geral* do capitalismo internacional a partir de seu núcleo mais dinâmico – o capitalismo europeu. Primeiro, uma crise de crescimento por volta de 1848 e, a seguir, a expansão da lógica do capital (décadas de 1860-1870), constituindo naquela época, as condições para a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista nas últimas décadas do século XIX. A chegada do imperialismo que inaugura o século XX marcaria a época das *crises orgânicas* do sistema mundial do capital.

É importante salientar que a *idéia de crise* é complexa. Na perspectiva da lógica do capital, as crises do sistema não possuem apenas

sentido de negatividade. Pelo contrário, é por meio delas que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor. Em sua dimensão objetiva, a crise decorre da própria expansividade sistêmica do capital, mesclando, em si, momentos intensamente contraditórios de desenvolvimento ampliado das forças produtivas do trabalho social por meio das Revoluções Científico-Tecnológicas, que criam novos meios de produção, de comunicação e de transporte e que marcam os períodos mais críticos de desenvolvimento do capitalismo industrial; e momentos de aguda exacerbação da expropriação, exploração e exclusão social do trabalho vivo.

Por exemplo, quando Lênin constatou que o imperialismo era uma nova etapa critica de desenvolvimento do capitalista internacional, ele estava salientando o surgimento de uma nova temporalidade histórica marcada pela *crise orgânica do capital* que imprimiria a sua marca no século XX e que, a partir de meados da década de 1970, assumiria características de crise estrutural. O imperialismo do começo do século XX anunciou, a crise orgânica do sistema do capital. Em nossos dias, a era da "globalização" ou da mundialização do capital prenuncia sua crise estrutural.

Deste modo, a crise do capital na época do capitalismo industrial propriamente dito (a partir de meados do século XIX) seria constituída por uma tríplice determinação: crise cíclica, crise orgânica e crise estrutural. As determinações da crise se dariam no plano da forma (ou modo de ser) e não propriamente do conteúdo, o que significa que a natureza de crise de superprodução ou de subconsumo (como Marx qualificava as crises capitalistas), seriam sobredeterminadas por esta forma tríplice (por exemplo, uma crise de superprodução nas condições de uma crise estrutural teria uma outra dinâmica de desenvolvimento).

Primeiro, poderíamos apreender a crise do capital como *crise cíclica* (1) que caracterizaria a dinâmica do sistema em seu desenvolvimento histórico-progressivo. É parte da natureza da economia capitalista como sistema mundial produtor de mercadorias ter crises cíclicas, com períodos de crescimento seguido por períodos de recessão, crises que podem ser locais ou gerais, sincrônicas ou assincrônicas, etc. A crise

cíclica possui uma dinâmica própria, articulando elementos da contingência, como por exemplo, a emergência de uma guerra ou a eclosão de fenômenos naturais como secas e enchentes, com impactos desastrosos na economia; e elementos estruturais derivados das leis gerais da acumulação do capital (por exemplo, a queda da taxa média de lucro. Na verdade, elementos contingenciais tendem a ser meros "disparadores" de uma crise pressuposta por conta da deterioração prévia das condições de acumulação do capital. Vejamos o caso da recessão mundial de 1973: ela foi disparada pela eclosão do aumento drástico dos preços do petróleo. Mas desde fins da década de 1960, verificava-se alguns sinais de esgotamento de um ciclo de crescimento capitalista. A taxa média de lucros das grandes corporações industriais já indicava uma linha descendente, prenunciando a crise de superprodução. O ciclo capitalismo se impõe como uma natureza do próprio modo de produção de mercadorias cuja lei de valor regula a vida das economias e da sociedade burguesa.

A dinâmica cíclica é sobredeterminada pela natureza da crise geral. O que significa que o surgimento da *crise orgânica* do capital, com a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, irá alterar, mas não abolir a dinâmica cíclica do sistema. Por exemplo, a partir da década de 1930, para enfrentar a dinâmica cíclica da economia capitalista, surgem instrumentos de política econômica. O keynesianismo signficará maior intervenção do Estado na economia de mercado através de políticas anti-ciclicas. É uma inovação da teoria econômica burguesa (J.M. Keynes é seu principal arauto científico). Por meio de mecanismos de política monetária e fiscal no âmbito da gestão macroeconômica do Estado-nação, buscou-se regular o ciclo da economia capitalista, impedindo as grandes depressões, como a que ocorreu em 1929-1932 nos EUA.

Nas condições de uma crise orgânica do sistema do capital, o ciclo capitalista desregulado tem conseqüências desastrosas para a reprodução sistêmica. Por isso, implementou-se e se aperfeiçoou na última metade do século XX, mecanismos de coordenação macroeconômica no plano nacional e internacional que visam a intervir através da ação es-

tatal, na dinâmica cíclica da economia capitalista. No período histórico da crise orgânica do capital que surgem as tecnoburocracias transnacionais de controle da dinâmica cíclica capitalista (como é o caso do Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, instituições de intervenção paraestatal na macroeconomia de mercado).

O que se chamou *fordismo-keynesianismo* é um momento histórico de regulação do ciclo capitalista, que impediu, nas condições da crise orgânica, que a dinâmica cíclica do capital implicasse em conseqüências nefastas para a reprodução capitalista no plano da economia nacional, e principalmente, da política de controle social nos vários paises capitalistas, principalmente do centro mais desenvolvido do sistema mundial produtor de mercadorias (vale dizer, sob as condições geopolíticas da "guerra fria"). O fordismo-keynesianismo possui uma poderosa carga ideológica de controle preventivo da irrupção revolucionária no Ocidente, afinal, não podemos esquecer a dimensão ineliminável da luta de classe, mediada no contexto da crise orgânica do século XX, pela presença, a partir de 1917, da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Por outro lado, no contexto da periferia capitalista, "elos mais fracos" do sistema, os mecanismos de controle social assumiram, com a crise orgânica do capital e a presença da "guerra fria", feições autocráticas.

Deste modo, o que queremos salientar é que além da crise cíclica, a crise do capital no século XX explicitou outra dimensão de crise: a crise orgânica, que decorre do desenvolvimento cíclico do modo de produção capitalista e do capitalismo industrial constituído no século XIX. A passagem para o capitalismo monopolista e o surgimento do capital concentrado expõe um novo terreno sócio-histórico da modernidade capitalista que anuncia a crise orgânica do capital, abrindo um período de intensas luta de classes e de revolução social. No século XX, vários autores marxistas reconheceram a nova era histórica aberta pelo período da crise orgânica do capital (Rosa Luxembourg, V.I. Lênin, Karl Kautsky, Antonio Gramsci, Leon Trotsky, etc).

O período da crise orgânica é marcada pela barbárie dos conflitos sociais das Guerras Mundiais e guerras localizadas do século XX. É uma

etapa superior de desenvolvimento do sistema de contradições do capital numa etapa avançada das forças produtivas (e destrutivas) do trabalho social estranhado. A crise orgânica explicita os paradoxos e contradições inerentes à lógica do capital.

A crise do capital assume o caráter de *crise orgânica* não apenas devido às contradições dilacerantes postas pela lei geral da produção capitalista e do aumento da composição orgânica do capital, que tende a pressionar cada vez mais para baixo a taxa média de lucro do sistema, mas devido o alto grau de expansividade da lógica mercantil-capitalista e da forma-mercadoria, apesar das barreiras políticas do anti-valor, constituídos pelo Estado social (o Welfare State). A constituição de uma sociabilidade mercantil ampliada, mediada pela instituições estatais do capital, intensificaram as contradições sócio-reprodutivas sob o estigma dos fetichismos intrínsecos à forma-mercadoria (fetichismo do Estado, fetichismo da Técnica, fetichismo do dinheiro). Além disso, a sociedade cada vez mais mercantilizada é uma sociedade imersa nas contradições dilacerantes da forma-mercadoria, entre valor de uso e valor de troca (o que explica a necessidade da mediação estatal como instância do anti-valor).

A crise orgânica do capital se desenvolve no século XX, ampliando-se na medida do próprio desenvolvimento da modernização capitalista. Ela não impede o ciclo capitalista, mas o sobredetermina. É claro que existem momentos de expansão e crescimento capitalista no interior do processo histórico de crise orgânica. A época do fordismo-keynesianismo, "era de ouro do capitalismo", ocorreu no bojo da crise orgânica do capital. Como salientamos, com a crise orgânica instauram-se formas de coordenação macroeconômica (e macrosocial) ligadas à presença da esfera estatal na reprodução social. Inclusive, o grau de coordenação estatal, no tocante a regulação do investimento e da moeda, contribuiu para a construção, nas condições históricas e geopolíticas da "guerra fria" e do americanismo, uma dinâmica excêntrica, uma verdadeira singularidade do ciclo capitalista que apareceu como "ciclo virtuoso", ocultando contradições objetivas e dilacerantes da crise orgânica (que iriam se manifestar com vigor a partir da década de 1970).

Entretanto, a crise orgânica não é apenas processo cumulativo de desenvolvimento do capital, mas processo de acumulação intensiva e extensiva de contradições da lógica da capital, cujo "salto qualitativo" a partir da crise depressiva de meados da década de 1970, irá conduzir à crise estrutural do capital. O surgimento da crise estrutural não abole, mas apenas sobredetermina, outras dimensões da crise do capital (crises cíclicas e crise orgânica).

A *crise orgânica* aparece hoje como *crise estrutural do capital*, instaurando um novo sócio-metabolismo: o *sócio-metabolismo da barbárie*. Isto não quer dizer que elementos de barbárie social não estivessem postos no decorrer da crise orgânica no século XX, como atestam as guerras mundiais e genocídios de massa. Mas os elementos de barbárie social nas condições de crise estrutural, instauram uma dimensão qualitativamente nova da reprodução social. A barbárie social torna-se não algo extraordinário, mas um elemento ordinário e espetacular (e por isso, banal) da dinâmica social do capitalismo global. A barbárie social aparece como um modo de controle sócio-metabólico.

A crise do capital como crise estrutural ocorre a partir de meados da década de 1970. Ela tem sido objeto de consideração de vários autores que constatam o esgotamento de um ciclo de desenvolvimento capitalista. Mas o que existe hoje é a passagem para uma nova época histórica do capital com um novo modo de controle sócio-metabólico. O ciclo capitalista continua ativado, com altos e baixos na conjuntura da dinâmica econômica, instável e volátil devido a aguda financeirização da riqueza capitalista. Entretanto, a crise orgânica se desdobra em crise estrutural na medida em que um complexo de instituições sociais que constituíram a modernidade do capital e que garantiam a sua produção e reprodução social, encontram-se diante de impasses civilizatórios decisivos, com a explicitação de sua inadequação diante da relação-capital intensificada (por exemplo, o Estado-nação e a instância sócio-reprodutivas da família que enquanto sistema de vida é dilacerado pela mundo sistêmico da mercadoria).

Na época da crise estrutural, o capitalismo global encontra-se diante de seus limites irremediáveis. Por isso, discutimos hoje, por exemplo, a crise do Estado-nação e a crise de um complexo de valores e de instituições sociais ligados à época de ascensão histórica do capital. Outra dimensão da crise estrutural é a crise do trabalho como atividade social identitária de classe e elo crucial de socialização da modernidade capitalista. A precarização do trabalho em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas, é um dado sócio-histórico crucial da crise do valor-trabalho.

Estado político e precarização do trabalho

Uma reflexão sobre a nova precariedade e a precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital e do sócio-metabolismo da barbárie não pode prescindir de um tratamento da forma (e conteúdo) do Estado político que surge na atual etapa de desenvolvimento capitalista. Para apreendermos, num sentido dialético, a totalidade concreta do processo de precarização e a constituição da nova precariedade do trabalho é importante destacarmos não apenas as determinação da economia política, mas as determinações da luta de classes e da política em geral.

O Estado neoliberal é a forma de Estado político que se surge com a mundialização do capital. É o elemento político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reprodutibilidade capitalista. O neoliberalismo não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, entra governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global.

O Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural. Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade, que possui como base material, a crise fiscal. O Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em

que é incapaz de assumir com efetividadade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório. Ao tornar-se Estado máximo para o Capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho. Mesmo que assuma o papel de regulador social, ele não consegue romper seus laços orgânicos com o grande capital, tornando-se incapaz de arbitrar interesses oligopólicos do capital concentrado. O Estado neoliberal é sua forma "apodrecida" do capitalismo monopolista de Estado. Adota o referente de mercado para se auto-preservar diante da crise de valorização do capital. Ora, a função histórica da estatalidade política é ser o complemento orgânico da reprodução social do capital. Estado e capital são entes reflexivos cuja função primordial é garantir a reprodução da acumulação de valor através da extração de sobretrabalho e a normalidade sócio-institucional imposta pela ordem sistêmica do capital.

A forma tecnoburocrática é forma de ser do Estado neoliberal. É a aparência essencial do "sistema de máquinas" indispensáveis à hipermodernidade do capital. Mesmo o Estado neoliberal que se diz Estado mínimo é na verdade Estado máximo para os interesses organizados dos investimentos capitalistas. No decorrer do século XX, sob a crise orgânica, o Estado político e sua estrutura burocrática fortaleceu-se. Por um lado, para enfrentar o processo civilizatório que torna as sociedades humanas, sociedades cada vez mais sociais, sociedades complexas que exigem cada vez mais complexas mediações organizativas de preparação, planejamento e controle do trabalho socializado. O capital impõe seus nexos estranhados por meio da forma burocrática do Estado político, que visa a tratar de uma dimensão da civilização numa etapa avançada da divisão social (e técnica) do trabalho. A máquina burocrática torna-se necessidade da reprodução social do capital, tendo em vista que a sociedade complexa é sociedade do capital, baseada na propriedade privada e na divisão hierárquica do trabalho.

No século XX, o Estado fascista e o Estado social, tanto quanto o Estado burocrático do socialismo estatal, são formas de estatalidade política do capital nas condições de sua crise orgânica. O Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural. Esta

mutação da estatalidade política ocorre a partir da década de 1980 sob as injunções da mundialização do capital e do predomínio do capital financeiro.

O Estado neoliberal é uma estatalidade política global, tendo em vista que se integra às tecnoburocracias globais (FMI/Banco Mundial/ OMC) que impõe os interesses de uma ordem mundial desigualitária. O Estado neoliberal é expressão política da crise do Estado-nação, pois o Estado do capital se impõe cada vez mais como um Estado global, mas totalmente incapaz de se realizar plenamente pois está clivado pelos interesses de múltiplos capitais oligopólicos, inclusive de coloração nacionais ainda recalcitrantes. O capital é incapaz de um verdadeiro globalismo, por isso, apesar do Estado neoliberal ser um "Estado global", é um falso Estado global, tendo em vista que está fraturado pelos interesses particularistas de capitais oligopólicos regionais (o que explica as lutas comerciais no seio da OMC).

O Estado neoliberal é uma estatalidade política que abole as restrições à plena exploração do capital tendo em vista que é um modo de auto-consciência política da crise estrutural de valorização do capital, o que explica seu deslocamento para o referente de mercado. Ao adotar como principio organizador o mercado, o Estado neoliberal não adota o mercado auto-regulado, utopia do liberalismo do século XVIII e XIX, mas sim, o mercado sob regulação estatal, o que pode confundi-lo com as estatalidades políticas do Estado social ou do Estado fascista. Por isso, podemos dizer que o Estado neoliberal adota como principio político, o Estado social sob regulação de mercado, ao invés do mercado sob regulação estatal, concebendo o mercado não como um ente abstrato, mas sim, como o espaço de interesses organizados dos grandes oligopólios financeiros.

Dissemos antes, Estado social, pois, a rigor, o Estado neoliberal não deixa de ser um Estado social, tendo em vista que o processo civilizatório complexo impõe à estatalidade política do capital, a necessidade de tratar com demandas sociais públicas cada vez mais arraigadas no corpo da reprodução social. Entretanto, o "social" do Estado neoliberal

está irremediavelmente submetido à regulação de mercado. O que explica, portanto, a nova articulação simbólica do "social" que se desloca para a suposta "sociedade civil" (eufemismo do mercado organizado) e não mais para o "Estado", a satisfação de necessidades sociais (é a partir daí que se coloca a ideologia da Responsabilidade Social das empresas ou a ideologia do Terceiro Setor)

O Estado neoliberal é a estatalidade política cativa dos interesses do capital financeiro, a fração predominante do capital nas condições de crise estrutural de valorização. À sua crise fiscal originária, que surge nas condições da grande crise capitalista de meados da década de 1970, sobrepõem-se uma crise fiscal política que decorre que se caracteriza por um tesouro nacional avassalado pelos compromissos financeiros (é o que François Chesnais denomina de "ditadura dos credores"). A subsunção do Estado neoliberal aos interesses do capital financeiro aprofunda a crise fiscal do Estado político do capital nas condições da crise estrutural. Inclusive, o conteúdo orgânico do Estado neoliberal, cativo dos interesses do mercado financeiro, é a causa da crise fiscal orgânica da estatalidade política do capital.

Por outro lado, o Estado neoliberal é um ente moral-intelectual que busca "construir" a base de sua legitimidade social a partir de uma nova ordem simbólica da sociedade burguesa. É a causa da "tempestade de ideologia" que ocorre no mundo burguês nas últimas décadas. Ao dizermos Estado neoliberal tratamos com um ente político carente de legitimidade simbólica. Por isso ele visa a constituir uma nova sintaxe ou melhor uma nova linguagem no tráfico social capaz de expressar sua lógica hegemônica (enfim, daquilo que Pierre Bourdieu veio a caracterizar como "imperialismo simbólico"). Aliás, o Estado neoliberal e a sociedade civil neoliberal busca a hegemonia social através da reestruturação capitalista nas várias frentes da vida social. Não apenas da produção, mas do consumo e da circulação de mercadorias. É posivel inclusive falar de uma "geração neoliberal" e linguagem "neoliberal".

PARTE II

O Novo Complexo de Reestruturação Produtiva

Capitulo 6

Formas da Reestruturação Produtiva

Com a crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, ocorre no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com destaque para EUA, Europa Ocidental e Japão, um processo de reestruturação capitalista que atinge as mais diversas instâncias do ser social. É no bojo deste processo sócio-histórico que surge o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho organizado. É nosso objetivo colocar elementos para apreendermos as dimensões compositivas da reestruturação produtiva do capital, salientando sua particularidade candente, isto é, o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista-industrial ocorre através de intensos processos de reestruturação produtiva. Há pouco mais de duzentos anos, o capitalismo moderno é atingido por processos de reestruturação produtiva que alteram objetividade (e subjetividade) do mundo do trabalho. No século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas. Foi um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores

da indústria e dos serviços. Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se "modelos produtivos" do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado. A introdução dos novos "modelos produtivos" foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. Ela atingiu de forma diferenciada paises e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o *toyotismo*, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo.

Nosso objetivo neste capítulo é tentar apresentar uma breve caracterização do *toyotismo*, o verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva, a ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital. Ao dizermos "ideologia orgânica" procuramos salientar a amplitude de valores e regras de gestão da produção e de manipulação do trabalho vivo que sustentam uma série de inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas.

Deste modo, o *novo complexo de reestruturação produtiva* trata de inovações sociais *interiores* e inovações *exteriores* à produção capitalista. Iremos nos deter, neste livro, nas inovações *interiores* à produção capitalista, destacando as *inovações organizacionais* (o toyotismo é, a princípio, uma inovação organizacional, como iremos verificar); as *inovações tecnológicas* (as novas tecnologias microeletrônicas de produção e as novas tecnologias telemáticas, informacionais e em rede); e as *inovações sócio-metabólicas* (um aspecto do processo de reestruturação produtiva pouco destacado pela sociologia do trabalho, mas que, com o toyotismo e sua ânsia pela "captura" da subejtividade, tende a assumir uma dimensão crucial).

Dimensões da Reestruturação Produtiva

Inovações Organizacionais
Inovações Tecnológicas
Inovações Sócio-metabólicas

As inovações *exteriores* à produção capitalista, que não iremos tratar neste livro, mas que são importantes elementos compositivos da "totalidade concreta" do novo complexo de reestruturação produtiva são as inovações econômicas e geo-econômicas (a macroeconomia neoliberal e os novos territórios e espaços do mercado mundial); as inovações político-institucionais (as formas do Estado neoliberal) e as inovações culturais (o pós-modernismo).

AS *INOVAÇÕES* DO TOYOTISMO

Os protocolos organizacionais do toyotismo, muitos deles traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo, dos mais diversos tipos, atingem os empreendimentos capitalistas, seja na área da indústria, seja na área de serviços (inclusive na administração pública). Eles articulam, no plano da subjetividade da produção capitalista, um novo regime de acumulação centrado no *principio da flexibilidade* (categoria central da acumulação capitalista num cenário de crise estrutural). Na verdade, todo empreendimento capitalista é coagido pela concorrência a adotar procedimentos técnico-organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista. Por exemplo, mesmo não participando da criação de valor, organizações de serviços, de administração pública e inclusive instância sócio-reprodutivas, tendem a incorporar os valores do neoprodutivismo toyotista.

A partir da década de 1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso. A intensificação da concorrencia e a proliferação dos valores de mercado contribuiram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção capitalista no Brasil.

Procuraremos desenvolver, num primeiro momento, uma reflexão sobre o significado do toyotismo, buscando elaborar uma rápida caracterização que procure ir além da concepção restrita de toyotismo, isto é, tratá-lo meramente como "modelo japonês", isto é, procurando recuperar sua *gênese histórica* e seu *significado ontológico* para a nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial.

Em primeiro lugar, utilizamos o *conceito de toyotismo* num sentido preciso e numa perspectiva mais ampla que a maioria dos analistas sociais e sociólogos do trabalho costumam utilizar. Procuramos reconstituir o conceito, procurando torna-lo mais adequado à apreensão de processos sociais (e ideológicos) mais amplos, universais, que atingem a produção do capital, principalmente nos últimos 30 anos. Deste modo, diremos que o toyotismo não é meramente "modelo japones" ou o "japonismo". Apesar de ter a sua gênese histórica no Japão, nos anos 1950, é a partir da *mundialização do capital*, isto é, no decorrer da década de 1980, que o toyotismo adquiriu dimensão universal. A partir daí ele perde sua singularidade restrita e seu valor ontológico para a produção capitalista o projeta como uma categoria universal, que articula, em si, um complexo de particularidades regionais, nacionais (e locais), seja de setores e empresas.

O que denominamos de *toyotismo* implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na *produção fluida*, produção *flexível e produção difusa*. A *produção fluida* implica a adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o *just-in-time*/*kanban* ou o *kaizen*, que pressupõem, por outro lado, como nexo essencial, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado (como salientamos, o nexo essencial do toyotis-

mo é a "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital). Além disso, o novo empreendimento capitalista implica a *produção flexível* em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a *produção difusa* significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (BIHR, 1998).

Entretanto, consideramos como *cerne essencial do toyotismo*, a busca do "engajamento estimulado" do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado "estável". É através da "captura" da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar, com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa.

Portanto, como exemplo de *toyotismo* podemos salientar os mais diversos tipos de Programas de Gerenciamento pela Qualidade Total, a busca da produção *just-in-time*, a utilização do *kan-ban*, as novas formas de pagamento e de remuneração flexivel, a *terceirização* capaz de instaurar uma "produção enxuta" e constituir em torno da firma central (e empresa em rede), uma complexa rede de empreendimentos subcontratados; a organização da produção em grupos de trabalho (*team work*), as novas *técnicas de manipulação gerencial* que cobiçam os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade e sua personalidade, etc. (ALVES, 1999).

Na indústria, onde o sistema toyota de produção se originou, ou nos bancos e empresas capitalistas de serviços, o toyotismo busca se tornar um "senso comum" da produção de valor. Estamos diante, portanto, de uma categoria social com maior densidade ontológica do que imaginam sociologos ou engenheiros de produção, muitos deles voltados para a análise empirista e restrita do processo real.

A gênese do toyotismo

A partir da crise estrutural do capital e de sua *mundialização*, no decorrer da década de 1980, o que veio a ser denominado de *toyotismo*

tornou-se o "momento predominante" do "regime de acumulação flexível", que surge a partir da crise do "regime de acumulação fordista" em meados da década de 1970 (HARVEY, 1993). O *espírito do toyotismo* tornou-se, naquelas determinadas condições histórico-concretas, um valor universal para o capital em processo[1].

É claro que a projeção universal do toyotismo, a partir dos anos 1980, vincula-se ao sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos setenta e oitenta, diversas técnicas foram importadas do Japão, em diversas ondas, com diferentes ênfases, para diversos países e setores. A primeira onda foi a dos CCQ's e, quase que em paralelo, a do *Kanban* / *JIT*. Posteriormente, diversos outros elementos foram adicionados, como TQC (*Total Quality Control*), *Kaizen*, técnica dos 5S's, TPM (*Total Productive Maintenance*) e outras (ZILBOVICIUS, 1997).

Mas, o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir um *valor universal* para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização crítica do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 1970. Isso significa dizer que, a rigor, o toyotismo *não* pode mais ser reduzido às meras condições históricas de sua gênese. Ele tornou-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à *nova base técnica do capitalismo*, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção (o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital), mas à *nova estrutura da concorrência capitalista* no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de "merca-

1 Utilizamos a expressão "momento predominante", utilizada por Lukács, após Hegel, para caracterizar um dos elementos de um processo que constitui, dinamicamente, em determinação predominante do sentido e da direção do processo enquanto tal (Lukács, 1990)

dos restritos" (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística)[2].

Entretanto, na medida em que se torna valor universal para a produção de mercadorias, o toyotismo "adaptar-se" a cada condição nacional, regional e setorial de organização (e gestão) da grande indústria e serviços capitalistas. O toyotismo *não* se constitui como "modelo puro" de organização da produção capitalista. Pelo contrário, em seu desenvolvimento complexo, tende a articular-se (e mesclar-se) com formas pretéritas de racionalização do trabalho (como o fordismo-taylorismo), momentos não-predominantes do novo regime de acumulação flexível.

Mas, o valor ontológico do toyotismo para o capital *não* se vincula apenas à sua morfologia intrínseca adequada a mercados restritos, mas a ser ele (o toyotismo) o resultado de um processo de luta de classes. O toyotismo é a expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja "intentio recta" é buscar debilitar (e anular) ou "negar', o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital.

Por isso, a construção do toyotismo é resultado sócio-histórico de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram importantes derrotas operárias, que tornaram possível a introdução de uma nova organização social da produção. Este é o exemplo do país capitalista de origem do toyotismo, o Japão. Por exemplo, a instauração do sindicalis-

2 Para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre gênese e validade. O exemplo clássico é a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal - e inclusive sua função de modelo - com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica (Marx, 1974). Se, como acreditamos, a observação de Marx tem um valor metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca do toyotismo, cujo modelo de gestão da produção capitalista, na etapa da mundialização do capital, não pode ser reduzida meramente às condições sócio-históricas originárias do Japão.

mo "por empresa", surgido nos anos 1950 no Japão, tornou-se uma das pré-condições do próprio desenvolvimento do toyotismo. Deste modo, a invenção e introdução do sistema *kan-ban* no Japão só ocorreu após uma profunda mutação do caráter do sindicalismo japonês, que passou de um sindicalismo de indústria, marcado por uma tradição e vontade de confronto de classe, para um sindicalismo de empresa, neocorporativo, mais disposto à cooperar com os interesses do capital (Coriat,1994).

É possível considerar, como uma das condições institucionais do comprometimento operário, a instauração de um *sindicalismo de envolvimento*, pró-ativo, que procure colaborar com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias.

O sucesso do sistema Toyota vincula-se, numa perspectiva histórica, às grandes derrotas da classe operária e à decapitação (e neutralização) do seu "intelectual orgânicos" no plano produtivo: o sindicato industrial, de classe, transformado num sindicato de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Este processo de *neutralização político-ideológica da classe operária* no espaço da produção é tão importante para o sucesso do toyotismo que, no país capitalista de origem, o Japão, uma das passagens essenciais que asseguram a promoção dos dirigentes e a formação das elites da empresa Toyota é a atividade sindical.

O que queremos salientar, portanto, é que, ao surgir como o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma "nova significação", *para além* das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculada com o capitalismo japonês.

Ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais e contingentes. São tais aspectos do toyotismo, isto é, seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova "captura" da subjetividade operária pela lógica do capital, que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições do capitalismo global.

Fordismo/taylorismo e toyotismo

O que consideramos como sendo o toyotismo pode ser tomado como a mais radical (e interessante) experiência de organização social da produção de mercadorias sob a era da mundialização do capital. Ela é adequada, por um lado, às necessidades da acumulação do capital na época da *crise de superprodução*, e, por outro lado, é adequada à *nova base técnica* da produção capitalista, sendo capaz de desenvolver suas plenas potencialidades de flexibilidade e de manipulação da subjetividade operária.

Os *princípios organizacionais* do toyotismo tenderam, no decorrer dos anos 1980, a serem adotados por várias corporações transnacionais nos EUA, Europa e Ásia (ou ainda América Latina), principalmente no setor industrial (ou até nos serviços). É claro que, nesse caso, seus *princípios organizacionais* tenderam a se adaptar às particularidades concretas da produção de mercadorias, surgindo como o "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva.

Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o fordismo/taylorismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho.

Ora, o *aspecto original do toyotismo* é articular a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista. É uma "ruptura" no interior de uma continuidade plena. Por isso, "embora consciente das diferenças e de suas contribuições específicas, Taichi Ohno [o "criador" do toyotismo – G.A] preferiu insistir antes sobre as continuidades que sobre as rupturas" [com relação a Taylor e Ford] (CORIAT, 1993).

Além disso, o próprio autor do rótulo pelo qual ficou conhecido o toyotismo, *lean production* ou Produção Enxuta, posteriormente consa-

grado mundialmente através do estudo do MIT (WOMACK *et al.*, 1990), observou que "muitos dos princípios de Ford em suas formas mais puras são ainda válidos e formam a própria base do que conhecemos agora como *Toyota Production System*...Fordismo original com um sabor japonês." (KRAFCIK *Apud* ZILBOVICIUS, 1997).

Tanto o fordismo/taylorismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização "científica da matéria viva, o trabalho vivo"), todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com *o controle do elemento subjetivo* no processo de produção capitalista.

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma *continuidade* com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma *nova subsunção real do trabalho ao capital*. O que significa, deste modo, que o toyotismo seria uma *descontinuidade* com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual ou espiritual do trabalho ao capital) (FAUSTO, 1989).

Por isso, é a introdução da *nova maquinaria*, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, o espírito do toyotismo, com a "captura" da subjetividade do trabalho sendo uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. Diz Fausto: "É como se a forma material exigisse uma posição adequada na forma". As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista.

Entretanto, como Ohno (e Krafcik) reconheceram, é mais importante insistir sobre as continuidades que sobre as rupturas do toyotismo com respeito ao taylorismo/fordismo. De certo modo, o toyotismo conseguiu "superar", no sentido dialético (superar/conservando), alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista sob a grande

indústria no século XX, inspirados no taylorismo e fordismo, que instauraram a parcelização e repetividade do trabalho.

Entretanto, por trás da intensificação do ritmo do trabalho que existe no toyotismo, em virtude da "maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens" (Coriat), persiste uma nova repetitividade do trabalho. É claro que existe uma ampliação do ciclo do trabalho em virtude da "desespecialização". Só que, ampliar o ciclo do trabalho não significa desenvolver o processo de 'requalificação' do trabalho. A "desespecialização" (ou polivalência do trabalho) não quer dizer que eles tenham se convertido em trabalhadores qualificados, mas representam, como salientou Aglietta, "o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto". Deste modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (que permite a ampliação das tarefas). O trabalho ampliado dos operários "pluri-especialistas", resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado (AGLIETTA, 1978).

Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo (ou da Produção Enxuta) continua sendo incrementar a acumulação do capital, através do aumento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria.

Por outro lado, cabe ao toyotismo articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de "captura" da subjetividade do trabalho, uma nova *forma* organizacional (e sócio-metabólica) capaz de aprofundar e dar uma nova qualidade a subsunção real do trabalho ao capital inscritas na forma material do capitalismo da III Revolução Científica e Tecnológica.

Surge então a pergunta: por que o *toyotismo* pode ser considerado valor universal da produção de mercadorias sob as condições da mundialização do capital?

Em primeiro lugar, as suas condições histórico-ontológicas originárias, determinaram suas próprias possibilidades de universalização. É preciso salientar, mais uma vez, que o toyotismo é instaurado, originariamente, pela lógica dos "mercados restritos", surgindo sob a égide do capitalismo japonês dos anos 1950, caracterizado por um mercado interno débil. Por isso, tornou-se adequado, em sua forma de ser, às condições do capitalismo mundial dos anos 1980, caracterizado por uma crise de superprodução, que coloca novas normas de concorrência. Foi o desenvolvimento (da crise) capitalista que constituiu, portanto, os novos padrões de gestão da produção de mercadoria, como o toyotismo, e não o contrário.

Em segundo lugar, a constituição do toyotismo tornou-se adequada à nova base técnica da produção capitalista, vinculada à III Revolução Industrial, que exige uma *nova subjetividade do trabalho*, pelo menos dos trabalhadores assalariados centrais à produção de mercadorias. As novas tecnologias de base microeletrônica, em virtude de sua complexidade e altos custos, exigem uma nova disposição subjetiva dos trabalhadores assalariados em cooperar com a produção.

Ora, é o toyotismo que irá propiciar, com um maior poder ideológico, no campo organizacional, os apelos à administração participativa e ao "gerenciamento pós-moderno". Como observa Haefliger, "agora, são os valores dos colaboradores, suas crenças, sua interioridade, sua personalidade que são cobiçadas." (HAEFLIGER, 2003) Além disso, é o espírito do toyotismo que salienta a necessidade do sindicalismo de participação e dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade); reconstituindo, para isso, a linha de montagem e instaurando uma nova forma de gestão da força de trabalho.

Nuances da nova hegemonia do capital

O valor universal do toyotismo como "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva (e como nova ofensiva do capital

na produção) é instaurar, no plano da produção de mercadorias, uma nova hegemonia do capital, articulando, de modo original, *coerção capitalista e consentimento do trabalhador*. O fordismo/taylorismo, sob as condições de racionalização propiciadas pelo desenvolvimento histórico no século XX, principalmente nos EUA, tornou-se, a partir dos anos 1920, o pioneiro na articulação entre coerção capitalista e consentimento do trabalhador. Com ele, procurou-se operar, de modo pleno, a subsunção real da subjetividade do trabalho à lógica do capital, a articulação hábil da "força" (destruição do sindicalismo de base territorial) com a "persuasão" (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima"). Como diria Gramsci, com o fordismo, "a hegemonia vem da fábrica" (GRAMSCI, 1985). De certo modo, o toyotismo dá continuidade à lógica de racionalização do trabalho na perspectiva da hegemonia do capital na produção.

Entretanto, no taylorismo e no fordismo, a "integralização" da subsunção da subjetividade do trabalho à lógica do capital, a "racionalização total", ainda era meramente formal (ou "formal-material", como poderia dizer Fausto), já que, como salientou Gramsci, na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao "aspecto físico maquinal" (GRAMSCI, 1985). O fordismo ainda era uma "racionalização inconclusa", pois, apesar de instaurar uma sociedade "racionalizada", *não* conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção, as variáveis psicológicas do comportamento do trabalhador assalariado, que o toyotismo procura desenvolver através dos mecanismos de comprometimento do trabalho vivo, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Sob o fordismo, a hegemonia vinha da fábrica, embora não se sustentasse apenas sobre ela. O "compromisso fordista" implicava a constituição de um "modo de desenvolvimento" de base keynesiana, capaz de sustentar a "racionalização inconclusa" na produção do capital (HARVEY, 1993). Se o fordismo não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, o toyotismo o fez com desenvoltura.

A partir da década de 1970, a crise do fordismo-keynesianismo e a incapacidade de constituição de um novo *modo de desenvolvimento* capitalista na época da decadência histórica do capital, tenderam a colocar a necessidade de recompor a forma de subsunção real do trabalho ao capital. Constitiu-se um novo *regime de acumulação flexível*, cujo "momento predominante" é o toyotismo. Entretanto, se o fordismo conseguiu ampliar sua base hegemônica para além da fábrica, o mesmo não ocorre com o toyotismo (embora seus dispositivos ideológicos tenham se disseminado pelas instâncias sócio-reprodutivas).

O fordismo se constituiu como *modo de desenvolvimento* não devido apenas às suas virtuosidades enquanto dispositivo de organização do trabalho propriamente dito, mas porque se articulou, num determinado contexto geopolítico e de luta de classes, com um modo de desenvolvimento de cariz keynesiano, capaz de garantir demanda efetiva para a produção de massa, num período de ascensão histórica do capital. Tais condições históricas não existem hoje para o toyotismo como modo de organização do trabalho capitalista. O toyotismo não possui a pretensão de instaurar uma sociedade "racionalizada", mas apenas uma "fábrica racionalizada". É a partir do processo de produção intra-fábrica e na relação entre empresas, que ele procura reconstituir a hegemonia do capital, instaurando a subsunção real da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. O toyotismo procura reconstituir algo que era fundamental na manufatura: o "velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado - a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho" (GRAMSCI, 1984). Entretanto, cabe salientar, estamos diante de um *simulacro* de inteligência humana ou de polivalência do trabalho.

O toyotismo restringe o nexo da hegemonia do capital à lógica da produção, recompondo, a partir daí, a articulação entre consentimento do trabalhador e controle capitalista. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estratégica de seus protocolos organizacionais, institucionais e valorativos. É apenas sobre eles que se articulam a hegemonia do capital na produção. Esta *hegemonia produtivista*, mesmo que consiga ir além da esfera intra-fabril, permanece eivada dos

nexos da produção, sendo este, com certeza, o "calcanhar de Aquiles" do toyotismo. Por isso, sob o toyotismo, agudiza-se uma das contradições candentes do mundo social do capital, a contradição entre *racionalidade intra-empresa* e *irracionalidade social*.

VIDA É *BUSINESS* OU A IDEOLOGIA DO AUTO-EMPREENDEDORISMO

A disseminação de *valores* do novo produtivismo toyotista na "sociedade civil", isto é, a impregnação do léxico produtivista não apenas nos locais de trabalho, mas também nas instâncias sócio-reprodutivas, expõe uma nova dinâmica de constituição da hegemonia do capital na produção que se dá através da corrosão das delimitações inscritas do espaço da produção e do espaço da circulação e da vida social.

É por reduzir o nexo de sua hegemonia à esfera intra-fabril, que o capital é levado a tornar a sociedade uma imensa fábrica. Nesse caso, a produção é posta como totalidade social, uma totalidade social que "agrega" valor. Deste modo, o discurso toyotista da produção e do produtivismo (ou do empreendedorismo universal) impregna a sociabilidade social reduzida à esfera da circulação de homens-mercadorias.

É a vida social que se *interverte* numa esfera de produção de valor. A vida é *business*. A vida se torna "o capital mais precioso". A sociedade do toyotismo é uma sociedade de produtores, isto é, sociedade do produtivismo universal, que se expressa, por exemplo, através do léxico de "capital humano". Como observa Gorz, "*a pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa*." (é o que nos sugere o título de uma revista da Editora Abril: "Você S/A"). E prossegue ele: "Ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a

competitividade da *empresa que ela é*. Em suma, o regime salarial deve ser abolido." (GORZ, 2005)

É claro que se trata de uma nova ideologia do capital, uma operação complexa levada a cabo pelo novo regime de acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, que busca ocultar as contradições candentes de capitalismo em sua etapa de crise estrutural. A verdade da ideologia é mascarar as contradições. A mascara do toyotismo é a máscara do auto-empreendedorismo. É a ideologia extrema da abolição do regime salarial, cujo sonho toyotista é um mundo da produção constituído apenas por empresas individuais de prestação de serviços individuais.

A ideologia do auto-empreendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. Como observa Gorz, "cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação [para ter empregabilidade – G.A] e compreender que a possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la." (GORZ, 2005)

É através da ideologia do auto-empreendedorismo que o toyotismo como modo de organização do trabalho capitalista em sua etapa de crise estrutural busca constituir uma nova hegemonia social. A ideologia não apenas mascara as contradições sociais, mas elabora uma *nova mitologia*. Deste modo, surge o mito do auto-empreendedor, que é o colaborador da empresa toyotista. Nesse caso, a grande firma não conserva senão um pequeno núcleo de assalariados estáveis e em período integral. O restante de "seu" pessoal, ou seja, 90% no caso das cem maiores empresas americanas, será constituído de uma massa variável de colaboradores externos, substitutos temporários, autônomos, mas igualmente de profissionais de alto nível.

Um dos nexos compositivos da organização toyotista é a *terceirização*, expressão da produção difusa. A nova empresa capitalista consti-

tui em torno de si uma rede de subcontratações. Observa Gorz: "A firma pode se desincumbir, no que diz respeito a esses externos, de uma parte crescente do custo (do valor) de sua força de trabalho. Ela se desfaz, às expensas deles, dos custos da sua formação contínua, de seu seguro-saúde, de sua pensão. Ela compra seus serviços negociando o preço pela tarefa ou pelo tempo ocupado, põe-nos em concorrência uns com os outros, atribui-se a possibilidade de fazer variar fortemente o volume de trabalho que lhes demanda sem se preocupar com a duração do trabalho, sem ter de conceder licenças, contratar, indenizar." (GORZ, 2005).

Os trabalhadores auto-empreendedores, colaboradores externos, terceirizados, a miríade complexa de ocupações de prestação de serviços às firmas industriais, aparecem como os novos proletários do "capitalismo pós-moderno". Por trás do mito da nova autonomia do Você S/A, subsiste um novo tipo de estranhamento capitalista ou de subsunção real do trabalho ao capital, com a disseminação do salariato precário e da precariedade hipermoderna.

Business é Vida

A nova dinâmica hegemônica do capital sob o modo toyotista de organização do trabalho não se reduz apenas à extensão da produção e da ideologia produtivista à totalidade social (isto é, a vida é *business* e o mito do auto-empreendedor). O movimento contrário também é verdadeiro: o campo da produção propriamente dita se impregna do discurso do mercado como instancia reguladora da vida social. Se toda atividade vital deve tornar-se um negócio, todo negócio deve tornar-se atividade vital, isto é, a empresa tende a tornar-se um imenso mercado, instância de intercâmbio vital, constituída por grupos de trabalho que prestam serviço uns aos outros, que colaboram entre si, e onde se oculta os interesses antagônicos entre capital e trabalho assalariado. Como diz Marx, "o que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade..." Por isso que na ótica da empresa toyotista, no local de trabalho, todos passam a

ser "colaboradores" ou mesmo "clientes", supostamente pessoas livres, juridicamente iguais. Diz ainda Marx, "o único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados." (MARX, 1985)

A nova linguagem toyotista, que semeia o gerenciamento pós-moderno, que expressa a visão neoliberal do futuro do trabalho, expõe o agudo fetichismo da mercadoria que impregna a esfera da produção. Como toda ideologia orgânica, o toyotismo é uma nova mitologia do trabalho estranhado. Eis o sintoma da fragilidade sistêmica que atinge a produção toyotista.

Portanto, sob o capitalismo tardio, a reestruturação produtiva tende a ser, cada vez mais, *cum grano salis*, uma *reestruturação sócio-reprodutiva*. Ou melhor: as inovações sócio-metabólicas tendem a ser, como as inovações tecnológicas e inovações organizacionais, uma das dimensões compositivas do novo complexo de reestruturação produtiva.

É claro que, por um lado, a extensão da instância produtiva, a "produção como totalidade social", expõe a constituição de uma sociedade do trabalho cada vez mais social, no sentido da divisão social do trabalho e do trabalho socializado. Entretanto, sob o modo de produção capitalista, que é a sociedade do trabalho estranhado, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho. Produção do capital é produção destrutiva. Por isso, na medida em que a produção se põe como totalidade social, instaura-se, por outro lado, as condições sócio-materiais para a barbárie social. Pierre Lévy se referiu a essa derivação problemática do capitalismo toyotista, da sociedade em rede, rede que exponde o tráfico mercantil, de modo mais eloqüente:

"A partir de então, todo o mundo faz comércio (...). Todo mundo estará constantemente ocupado fazendo *business* com tudo: sexualidade, casamento, procriação, saúde, beleza, identidade, conhecimentos, relações, idéias, etc (...) Nós já não sabemos muito bem quando trabalhamos e quando não trabalhamos. Nós estaremos constantemente ocupados em fazer todos os tipos de negócios (...) Mesmo os assalariados serão empreendedores individuais, gerindo suas carreiras como a de uma pequena

empresa (...), prontos a se conformarem às exigências das novidades. A pessoa se torna um empreendimento (...) Não há mais família nem nação que importe." (LÉVY, 2000)

O discurso de Lévy possui certa dose de exagero (e mistificação) na apreensão das tendências de desenvolvimento do capitalismo global. Entretanto ele expõe um circuito ideológico de construção de uma nova hegemonia do capital na produção e na vida social. É um construto sinistro que ignora a precariedade e a contingência do novo mundo do trabalho. Ela ignora o dado crucial de que os supostos empreendedores independentes estão subsumidos (e subordinados) às grandes corporações capitalistas, que os submetem aos ciclos incertos dos negócios e ao acaso do jogo do mercado; e que os clientes aos quais os auto-empreendeodres vendem seus serviços são eles próprios individualidades de classe, imersos na precariedade e submetidos ao espectro da insolvência.

No plano sócio-metabólico, a exacerbação do fetichismo da mercadoria por meio da *mercantilização universal* festejada por Pierre Lévy, possui uma função sistêmica. Ele busca evitar que a *crise de não-adequação* entre forma material (a riqueza de possibilidades objetivas de desenvolvimento humano-genérico aberta pelo processo civilizatório) e forma social do capital (as relações sociais baseadas na apropriação privada do trabalho socializado), que assume hoje dimensões candentes se converta em crise irremediável da dominação burguesa (o que já ocorre em alguma medida).

A ampliação do "nexo produtivo" às instâncias sócio-reprodutivas expõe a coletivização do trabalho, sob a forma de *trabalho abstrato* (o que é perceptível, por exemplo, através das tênues linhas de delimitação entre tempo de trabalho e tempo de vida e entre espaço do empreendimento capitalista e o espaço doméstico). O processo de mercantilização universal, conduzida pelas políticas neoliberais dos últimos trinta anos, e a crise estrutural do trabalho abstrato, decorrente da intensificação alucinada da produtividade do trabalho, constitui a base formal-material para as alterações do espaço-tempo na sociedade do capital. Ora, o

toyotismo tende a aproveitar-se das mutações orgânicas do capitalismo tardio para instaurar sua nova (e precária) hegemonia social.

Toyotismo e luta de classes

As contrapartidas do capital sob o toyotismo são de natureza histórica. Existe um vinculo ineliminável entre o toyotismo, luta de classes e etapa sócio-histórica do capitalismo mundial. A série de contrapartidas do toyotismo destinadas à "captura" da subjetividade do trabalho, capazes de permitir o pleno desenvolvimento dos nexos contingentes do toyotismo, podem assumir diversas particularidades sócio-históricas (e culturais). Elas se alteram, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo mundial (e da própria luta de classes).

É o que podemos constatar hoje, por exemplo, com a debilitação relativa de algumas condições sócio-institucionais que garantiram, no passado, sob o período de crescimento do capitalismo japonês e de ascensão histórica do capital, a moldura do toyotismo original. A crise do capitalismo no Japão nos anos 1990, os "mercados internos" das empresas, o emprego vitalício e o salário por antiguidade, por exemplo, estão sendo revistos pelas corporações transnacionais sediadas no Japão.

A generalização universal do toyotismo, sob a forma da *lean production*, implica adequá-lo, em suas contrapartidas para o trabalho assalariado, às novas realidades sócio-históricas da concorrência capitalista mundial. Diante da debilitação estrutural do mundo do trabalho, a partir da década de 1980, em decorrência da lógica da modernização capitalista, as contrapartidas sociais clássicas do toyotismo tenderam a ser precarizadas, revistas (ou abolidas) pelo capital, com suas condições institucionais originárias (tal como se constituíram no seu país capitalista de origem, o Japão) sendo negadas em virtude de seu próprio desenvolvimento mundial.

O predomina no discurso toyotista é o estímulo individual através da concessão de *bônus salariais* (o que se tornaram no Brasil as PLR's –

Participações em Lucros ou Resultados), debilitando, deste modo, alguns protocolos institucionais clássicos, como o emprego vitalício. Por exemplo, a Fujitsu e a Nissan tendem a abolir o emprego vitalício, instaurando o contrato de trabalho renovado anualmente e um sistema de concessão dos *bonasu* (gratificações) aos seus empregados, com base no que chama de satisfação do consumidor (GAZETA MERCANTIL, 1997).

Esta operação de *precarização* das contrapartidas toyotistas para o trabalho assalariado, decorre, portanto, da falência das condições político-institucionais originárias do toyotismo clássico e do novo padrão de concorrência do mercado mundial. É importante salientar a crescente concorrência na oferta de força de trabalho, a partir da entrada da China e do Leste Europeu no mercado mundial, sob a crise estrutural do capital, com as corporações transnacionais capitalistas buscando um novo patamar de acumulação através do recurso clássico do aumento da taxa de exploração.

Além disso, expressa um elemento do processo de fetichismo social do capitalismo neoliberal, isto é, a troca de *contrapartidas qualitativas* como o emprego vitalício ou direitos sociais, por *contrapartidas quantitativas* como gratificações ou bônus salariais, que reforçam, no plano da consciência social, o fetichismo do dinheiro. Como disse Marx: "O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante." (MARX, 1989).

Toyotismo e sócio-metabolismo da barbárie

O que irá instaurar as condições sócio-metabólicas, sejam de ordem simbólica ou de ordem material, para a "captura" da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, uma das precondições para o desenvolvimento do toyotismo e seus dispositivos organizacionais e tecnológicos, é o que denominamos de *sócio-metabolismo da barbárie*, com suas múltiplas formas de irracionalidades societárias e dessocialização

do mundo do trabalho através do processo de precarização e da nova precariedade.

Como o sistema do capital não consegue realizar as possibilidades objetivas de constituição da nova sociabilidade humano-genérica, contidas no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que contribuem para o "recuo das barreiras naturais", elas tendem a se interverter em forças destrutivas da sociabilidade moderna,

O conceito de *sócio-metabolismo da barbárie* sugere uma matriz analítico-crítica capaz de identificar o complexo social ampliado de irracionalidades psicossociais as mais diversas, cuja principal saliência diruptiva são as múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho e do trabalho vivo. Deste modo, consideramos que existe um *vínculo orgânico* entre o sócio-metabolismo da barbárie e o novo regime de acumulação flexível que se desenvolve sob o capitalismo global, caracterizado, por um lado, pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista e por outro, pela novo complexo de reestruturação produtiva sob o espírito do toyotismo.

Embora o desenvolvimento do capital tenha ocorrido por meio da exploração da força de trabalho, ele significou historicamente e de forma contraditória, a construção das bases materiais da *civilização,* ou seja, a *civilização* como possibilidade objetiva que é efetiva apenas como pressuposto negado, um "ainda-não-ser" exacerbado (o *noch-nicht-sein* de Ernst Bloch). Apesar de ser pressuposto negado, a dimensão civilizatória do capital nunca perdeu sua *efetividade concreta*, que se manifesta como *espectralidade utópica* cujo conteúdo explicita as agudas contradições do capital em processo (BLOCH, 1956; ALVES, 2001).

O capital, salientava Marx, é uma "contradição viva" e seu desenvolvimento crítico possui uma função histórica: repor suas formas estranhadas de apropriação do mais-valor. Entretanto, em sua etapa tardia de desenvolvimento histórico, as contradições estruturais do capital assumiram uma dimensão insuportável. No século XXI, a barbárie social deixou de uma possibilidade concreta (socialismo ou barbárie), para tornar-se a própria forma de ser da civilização do capital.

Apesar disso, reiteramos a dimensão contraditória do desenvolvimento crítico do capital, isto é, o *processo civilizatório* continua sendo, apesar do sócio-metabolismo da barbárie, um *pressuposto negado* do desenvolvimento do capital. E cabe salientar: o que é *negado*, não deixa de ser *efetivo*, tendo em vista que é o espectro da nossa *potentia* irrealizada que impulsiona, em si, os novos movimentos de contestação social que abrem perspectivas para novas utopias sociais.

Como forma de ser da civilização do capital, a barbárie social tende a "dissolver" as perspectivas transcendentes da práxis cotidiana, sedimentando afetos regressivos na subjetividade das individualidades de classe. Por isso, ela (1) corrói a memória história e os laços com as experiências do passado. Além disso, (2) submete os homens a formas agudas de fetichismo, com destaque para os valores-fetiches e os tráficos de afetos regressivos, como o medo, que sedimentam os consentimentos espúrios exigidos pelo espírito do toyotismo sob a ordem neoliberal.

No plano da objetividade social, o sócio-metabolismo da barbárie é instaurado pela posição do desemprego de massa, a precarização do trabalho e as novas formas de precariedade como nova dinâmica estrutural do mercado de trabalho que coloca obstáculos à organização sindical e política do proletariado. Esta fragmentação de classe exigira novas experiências de associativas e culturais de classe capazes de constituir a consciência de classe necessária.

É claro que o movimento do capital como processo civilizatório sempre possuiu, por um lado, uma direção progressiva, dado pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, e, por outro lado, um sentido regressivo, dado pela apropriação privada da riqueza social. A história do capitalismo moderno é constituída por momentos de barbárie. Aliás, ela é parte compositiva da própria ordem do capital que surge a partir do século XV.

Entretanto, a amplitude (e intensidade) da barbárie social, que se desenvolve no bojo da crise estrutural de amplo espectro e larga duração da civilização do capital, tendeu a promover mudanças *qualitativamente novas* na sua forma de ser. O que temos hoje é o que podemos

denominar de *barbárie social*, uma barbárie de novo tipo, que expõe, nesta etapa de desenvolvimento histórico, as mais agudes contradições sociais da ordem sócio-metabólica de controle do capital. Aliás, o século XX é o século da "nova barbárie", como denomina Walter Benjamin, e da barbárie social, que expõe hoje, sob a mundialização do capital, seu sócio-metabolismo.

É objetivo das ciências sociais comprometidas com a critica social investigar não apenas como a barbárie social se manifesta na objetividade e subjetividade das individualidades de classe, mas como se constituem hoje, as novas contradições estruturais da civilização do capital. É importante apreender no complexo da barbárie social do capital, elementos de suas promessas irrealizadas, espectros de possibilidades concretas de emancipação humano-genérica contidas (e negadas) pela civilização do capital. Este é o modo de resgatarmos, pelo menos no plano do pensamento social, a utopia e a esperança como categorias sócio-históricas, numa perspectiva materialista.

Mundialização do capital e financeirização

Uma reflexão sobre o mundo do trabalho exige clareza sobre o conteúdo sócio-histórico da etapa presente de desenvolvimento do capitalismo mundial. Uma apreensão legítima da economia política do capitalismo mundial em sua fase hipertardia torna-se indispensável. O capital em seu processo de expansividade global irrefreável e incontrolável aparece, mais do que nunca como uma "totalidade concreta" em movimento sistêmico, permeada de contradições dilacerantes.

Além de apreender na ótica da economia política do capitalismo global, com sua dinâmica particular-concreta, com diferença em relação ao capitalismo dos primórdios do século XX ou ainda do pós-guerra, é importante, apreender o sistema do capital como intrinsecamente contraditório. O que significa apreender não apenas o *ser-aí* do sistema do

capital, mais inclusive o *ainda-não ser*, posto como possibilidade concretas negadas, base material que abre as portas da utopia social.

O sistema do capital possui hoje as seguintes características essenciais:

1. A dinâmica do capitalismo global está sob a hegemonia do *capital financeiro*, no sentido conceitual exposto por François Chesnais em seu livro "A Mundialização do Capital", de 1994, ou seja, um processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia de uma fração do capital, o capital financeiro no sentido de *capital especulativo-parasitário* que tende a imprimir sua marca sob as demais frações do capital (o capital industrial e o capital comercial). O capital financeiro representa aquela fração de capitalistas que buscam valorizar o capital-dinheiro sem passar pela esfera da produção de mercadorias, permanecendo, deste modo, no interior do mercado financeiro. (CHESNAIS, 1994)

O desprezo pelo investimento produtivo e a busca avassaladora da rentabilidade liquida e segura são os traços principais da natureza do capital financeiro. Ele floresce nos empreendimentos com papéis (ações, moedas e títulos públicos) que se disseminaram nos últimos vinte anos. A *financeirização da riqueza* se origina, em suas determinações essenciais, tanto da busca exacerbada de valorização de uma massa de capitais-dinheiro contida em sua valorização real por uma crise estrutural de superprodução do capital e depois, por uma crise fiscal do Estado capitalista e sua busca desesperada de financiamento de seu déficit público (ALVES, 2001).

2. O sistema da mundialização do capital é o sistema de metabolismo social da *produção destrutiva*, isto é, ser a expressão mais desenvolvida da lei da queda tendencial da utilização dos valores de uso, do desperdício generalizado, tal como nos apresentou István Mészáros em seu livro "Para Além do Capital", em 2002 (MÉSZÁROS, 2002). Em sua fase desenvolvida hipertardia, o capital constitui uma nova forma de sócio-metabolismo, o *sócio-metabolismo da barbárie* com características especifica que a diferenciam do sócio-metabolismo de outras etapas de desenvolvimento capitalista. O cerne do sócio-metabolismo da

barbárie é sua lógica destrutiva que atinge não apenas a objetividade da produção, mas a subjetividade do trabalho vivo.

É na etapa do sócio-metabolismo da barbárie que o sistema mundial do capital explicita a contradição que o capital carrega irremediavelmente consigo, isto é, a contradição entre *civilização* e *barbárie*, ou seja, entre o desenvolvimento das forças produtivas humano-genéricas enquanto *pressuposto negado* (mas efetivo) do processo civilizatório; e o desenvolvimento das relações sociais do capital baseadas na divisão hierárquica do trabalho e na propriedade privada postas como obstáculos à plena realização das possibilidades concretas de emancipação humano-genérica, pressupostas nos objetos de uso, produto do trabalho socializado e da técnica (ALVES, 2001).

A mundialização do capital expõe com vigor a lógica destrutiva do capital. Ela se manifesta através do desemprego de massa e da miséria física e espiritual das massas. O lúgubre cenário de pós-modernidade é reflexo social da financeirização da riqueza capitalista. O novo dado da economia política do capital altera a dinâmica sistêmica e atinge sua base de reprodução social. Na ótica da financeirização, a produção propriamente dita perde sua centralidade sistêmica. Entretanto, como uma contradição insana, a lógica da produção de mercadorias e o mundo do trabalho abstrato continuam sendo o centro de gravidade da sociedade do capital.

A *financeirização da riqueza capitalista* possui repercussões profundas não apenas na economia política do capitalismo global, mas na ordem da produção de valor, com a instauração de um novo regime de acumulação de capital, isto é, o regime de *acumulação flexível*. Ao colocar a financeirização da riqueza capitalista como elemento estruturador da lógica sistêmica do capital, Chesnais explica, por exemplo, o significado da voracidade das novas práticas de *reengenharia empresarial*, que surgem sob o espírito do *toyotismo*, a nova ideologia orgânica da organização do trabalho capitalista. A grande empresa industrial tende a incorporar o espírito do capital financeiro, imbuindo-se do horizonte de curtíssimo prazo em seus investimentos produtivos. Ela busca apresentar para seus acionistas, sedentos de uma rentabilidade voraz, resultados

cada vez mais espetaculares, mesmo que seja às custas de dolorosos processos de reengenharia (com cortes de pessoal em massa) ou de trapaças contábeis (cujo caso exemplar é o da Enron, durante os anos dourados da bolha especulativa nos EUA). O capital industrial incorpora a lógica da acumulação flexível em suas múltiplas instâncias.

É no bojo da *mundialização financeira* que se desenvolve o novo regime de acumulação flexível e com ele, um novo complexo de reestruturação produtiva, cujo "momento predominante" é um "novo modelo produtivo", o *toyotismo*. A ideologia orgânica do toyotismo, que se desenvolve no interior de uma III Revolução Tecnológica e Científica que atinge a produção de mercadorias, tende a se disseminar e influenciar as novas determinações do mundo do trabalho.

O novo regime de acumulação do capital, a *acumulação flexivel*, que se disseminou pelo mundo capitalista nas últimas décadas, satisfez as exigências do capitalismo mundial com as novas condições da concorrência, valorização do capital e com o novo patamar da luta de classes na produção. Como salientamos, é o regime de acumulação flexível que constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva cujo "momento predominante" passou a ser o toyotismo. De inicio, o toyotismo passou a ser identificado com o "modelo japonês" e com o sucesso da indústria manufatureira japonesa na concorrência internacional. Durante os anos 1970 e 1980, várias *técnicas de gestão* foram importadas do Japão. Mas, no decorrer da mundialização do capital, o sistema Toyota com sua filosofia produtivista assumiu um valor universal para o capital em processo. O toyotismo passou a incorporar uma "nova significação" para além das particularidades de sua gênese sócio-histórica (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês.

Ora, como salientamos neste capítulo, o aspecto essencial do toyotismo é expressar por meio de seus *dispositivos e protocolos organizacionais (e institucionais*), uma nova hegemonia do capital na produção voltada para realizar uma nova "captura" da subjetividade do trabalho pela lógica do capital.

O que significa que a financeirziação da riqueza capitalista possui repercussão também na psicologia social. Inclusive, pode-se falar, nesse caso, de uma subjetividade "financeirizada", tão volúvel quanto o capital fictício que prolifera nos circuitos financeiros. Talvez seja o que Richard Sennet identifica como sendo a *corrosão do caráter*. Eis um aspecto da barbárie social que não se restringe apenas à miséria física, mas a degradação espiritual das massas proletárias. É nestas condições sócio-metabólicas que ocorre o nexo esencial do toyotismo: a "captura" da subjetividade do trabalho vivo. O que Sennet indica como sendo a corrosão do caráter talvez seja apenas um elemento de um *complexo de dessocialização do trabalho vivo* (o que denominamos de sócio-metabolismo da barbárie) em virtude do protagonismo da lógica do trabalho abstrato e sua exacerbação social. Caso não haja obstáculos, como o Estado social, a lógica do auto-valorização do valor tende a degradar física e moralmente, o homem (SENNET, 1998).

É importante salientar, por outro lado, que o sócio-metabolismo da barbárie é produto de uma institucionalidade liberal constituída a partir da luta de classes e das derrotas políticas (e sociais) do mundo do trabalho. Ela é portanto, resultado da derrota histórica do trabalho no século XX. Apesar de ter-se constituído nos últimos trinta anos, seu percurso histórico é contraditório, pois colocou, ao mesmo tempo, possibilidades concretas ampliadas de novas utopias sociais e de resistência de classe que se acumulam e que põe a *esperança* como valor ontológico de um *ainda-não-ser* para além do capital.

O espírito do capitalismo financeiro exacerbado é base estrutural de uma série de novos fenômenos ideológicos, políticos e culturais. A disseminação da ideologia da flexibilização de conquistas sociais do mundo do trabalho, seja no campo da legislação trabalhista, seja dos direitos previdenciários, decorre das pressões nada sutis da lógica da financeirização. Para os investidores, tudo; para o trabalho, nada - ou só as migalhas da ordem vociferante do capital. As necessidades e desejos do capital financeiro, organizados no plano do imaginário social pela mídia dominante, incorporam-se no cotidiano da linguagem e do senso

comum de homens e mulheres. Por isso, como reflexo da lógica sistêmica do capital parasitário-especulativo, a financeirização não é apenas uma política ou uma ideologia, mas também é uma cultura hegemônica do sistema do capitalismo global, constituindo uma cultura dominante: a *cultura pós-moderna*, que se fez à imagem e semelhança da lógica societal da financeirização (a fluidez e o indeterminismo são os traços centrais de um mundo de fragmentação que proclama a morte do Sujeito e o fim da História). A cultura pós-moderna traduz o fetichismo intenso que penetra a sociabilidade do capitalismo global. Essa fluidez da vida social em suas múltiplas instâncias, inclusive fluidez do próprio caráter, é reflexo da nova base sócio-produtiva do capital. É claro que em cada campo particular, como as instâncias da política, ideologia e cultura, ou ainda, do trabalho e da organização da produção capitalista, a construção de uma lógica interna adequada à financeirização da riqueza capitalista segue legalidades próprias, articulando inclusive elementos passados e presentes do sistema de capital.

Na verdade, o desenvolvimento da *mundialização financeira* não promove uma ruptura com o desenvolvimento do capital, mas apenas (ex)põe novas determinações complexas, instaurando um salto qualitativo em seu desenvolvimento sócio-histórico. Mészáros tem ressaltado a dimensão da *produção destrutiva*, não destacando (como Chesnais, por exemplo) o novo caráter financeirizado da riqueza capitalista. Para Mészáros, as contradições do capitalismo global decorrem de defeitos estruturais de controle do capital. Por outro lado, Chesnais salienta a nova dinâmica financeirizada do capital que poderia ser explicada como uma dimensão da produção destrutiva do capital destacada por Meszáros, e como desdobramento sistêmico da crise de superprodução ressaltada por Robert Brenner, autor do livro *O Boom e a Bolha*, onde procura vincular crise estrutural de superprodução e bolha especulativa nos EUA na década de 1990.

Capitulo 7

Toyotismo e "Captura" da Subjetividade

O processo de precarização do trabalho que ocorre no sistema do capitalismo global nos últimos trinta anos, a partir da crise estrutural do capital, atinge objetividade e subjetividade de classe. A sociologia e economia do trabalho que tratam da disseminação da precarização do trabalho tendem, em geral, a salientar a deterioração dos estatutos salariais, desprezando uma das dimensões perversas da precarização do trabalho que é a intensificação dos mecanismos sistêmicos voltados para a manipulação da subjetividade do trabalho e a sua "captura" pelos dispositivos ideológico-organizacionais do capital.

Enfim, estamos diante de um intenso processo de luta de classes no terreno da ideologia. É no interior da subjetividade humana que se deflagram as grandes lutas pela hegemonia social. Por isso, o capitalismo global é acima de tudo, capitalismo manipulatório. Temos salientando que o eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) do toyotismo, o "momento predominante" da reestruturação produtiva, é a "captura" da subjetividade do trabalho indispensável para o funcionamento dos dispositivos organizacionais do toyotismo (just-in-time/kanban, kaizen, CCQ, etc) que sustentam a grande empresa capitalista. Mais do que nunca, o capital precisa do envolvimento do trabalhador nas tarefas da produção em equipe ou nos jogos de palpites para aprimorar os procedimentos de produção. A organização toyotista do trabalho

capitalista possui maior densidade manipulatória do que a organização fordista-taylorista. Não é apenas o "fazer" e o "saber" operário que são capturados pela lógica do capital, mas sua disposição intelectual-afetiva que é mobilizada para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar "pró-ativamente", a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, por exemplo, no plano sindical, as estratégias neocorporativas de cariz propositivo).

Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, de mobilização constante da mente e corpo do operário e empregado, onde o capital não dispensa, como fez o fordismo, o "espírito" operário. Aliás, não é que, sob o fordismo, o operário na linha de montagem convencional não pensasse. Pelo contrário, como salientou Gramsci, sob o fordismo, "...o operário continua 'infelizmente' homem e, inclusive [...] durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá –lo a um curso de pensamentos pouco conformistas". (GRAMSCI, 1984)

Com certeza, Henry Ford tinha consciência de que operários não eram "gorilas domesticados". No entanto, ele procurava resolver o dilema da organização capitalista através de iniciativas "educativas" extrafábrica. O toyotismo, pelo contrário, através da recomposição da linha produtiva, com seus vários protocolos organizacionais (e institucionais), procura "capturar" mente e corpo do trabalhador, operário ou empregado, integrando suas iniciativas afetivas-intelectuais nos objetivos da produção de mercadorias. É por isso que, por exemplo, a *auto-ativação* centrada sobre a polivalência, um dos nexos contingentes do toyotismo, é uma iniciativa "educativa" do capital, é, entre outros, um mecanismo de integração (e controle) do trabalho à nova lógica do complexo produtor de mercadorias (CORIAT, 1985).

A NATUREZA DA "CAPTURA" DA SUBJETIVIDADE

Se no modo de organização fordista do trabalho tínhamos uma integração "mecânica" do corpo produtivo, no toyotismo temos uma integração "orgânica" do coletivo de trabalho, o que pressupõe, portanto, um novo perfil do trabalhador assalariado central. O toyotismo reconstitui, sob novas condições sócio-técnicas (e culturais), o trabalhador coletivo como força produtiva do capital. A constituição das equipes de trabalho e a empresa em rede são manifestações concretas deste novo trabalhador coletivo. Exige-se, deste modo, cada vez mais, habilidades comunicacionais necessárias para a consecução das redes informacionais que constituem as equipes de trabalho e o trabalho em rede. A vigência do trabalho imaterial explicita tão-somente o novo trabalhador coletivo sob o espírito da "integração orgânica" do toyotismo (RAVELLI, 1995)..

Entretanto, o que é integração "orgânica" para o capital, aparece como "fragmentação sistêmica" da classe dos trabalhadores assalariado, isto é, "fragmentação" de consciência de classe contingente e de seus estatutos salariais com a constituição do precário mundo do trabalho a partir da proliferação dos contratos de trabalho atípico. E mais ainda, como salientamos, no tocante à extensão do espírito da produção toyotista para a vida social, observamos o sócio-metabolismo da barbárie expresso por meio da lógica da produção destrutiva (MESZAROS, 2002).

Apesar disso, em plena época da III Revolução Industrial e da IV Revolução Tecnológica, com suas novas maquinas microeletrônica e redes telemáticas e informacionais, o sistema do capital continua dependendo, mais do que nunca, da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano (ou do que alguns autores chama de "inteligência coletiva"), como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias (LEVY, 1998).

Ora, enquanto persistir a presença do trabalho vivo no interior da produção de mercadorias, o capital possuirá, como atributo de si mesmo, a necessidade obsessiva de instaurar mecanismos de integração (e controle) do trabalho humano, mantendo viva a "tensão produtiva" e

buscando dispersar os ineliminâveis momentos de antagonismo (e contradição) entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalho assalariado, antagonismo estrutural intrínseco à objetivação das relação sociais de produção capitalista.

Temos utilizado a expressão "captura" da subjetividade do trabalho para caracterizar o nexo essencial do modo de organização toyotista do trabalho capitalista. É importante destacar que colocamos "*captura*" entre aspas para salientar o caráter problemático da captura, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo utilizado poderia supor. Estamos lidando com um processo social que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de "captura" da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório, constituído por um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que se interage com uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social. Além disso, o processo de "captura" como inovação sócio-metabólica do capital tende a dilacerar/estressar não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, dilaceramento que se manifesta através de sintomas de doenças psicossomáticas que atingem o trabalhador. Por outro lado, cabe se interrogar: por que os homens e mulheres que trabalham, "colaboram" e até que ponto eles "colaboram" com a empresa? Quais as múltiplas nuances do jogo do "consentimento", "colaboração" e "engajamento" pessoal?

A irrupção do regime de acumulação flexível *não* tende a amenizar (ou extinguir) a luta de classes e os conflitos entre capital e trabalho no interior da produção ou mesmo na sociedade civil. Pelo contrário, eles agudizam-se e assumem novas formas sociais, deslocando-se para dimensões invisíveis do cotidiano, com destaque para as esferas da subjetividade da força de trabalho. A crise das instituições defensivas do trabalho (sindicato e partido socialista) expressa, em parte, as dificuldades destas instituições políticas (e sindicais) de enfrentarem a "guerra

de posição" que ocorre no campo da subjetividade das individualidade de classe do trabalho.

Uma ampla névoa de invisibilidade desce sobre o precário (e novo) mundo do trabalho. A luta de classes, em seu aspecto contingente, se expressa no cotidiano dos locais de trabalho, por meio de resistências e simulações contingentes do trabalho vivo que se rebela contra o novo patamar de exploração (e manipulação) da força de trabalho que o toyotismo impulsiona nas grandes empresas.

Portanto, o toyotismo, o novo espírito da racionalização capitalista no local de trabalho, tende a agir sobre o trabalho organizado e sua subjetividade, precarizando-a e buscando subsumi-la aos interesses da reprodução do capital como sistema sócio-metabólico. Ele se expressa com mais intensidade nos *loci* mais dinâmicos de acumulação de capital (o que significa que, no caso do Brasil, por exemplo, o toyotismo assume sua forma mais desenvolvida nas grandes empresas).

O desenvolvimento do toyotismo é desigual e combinado, articulando-se com as formas de racionalizações pretéritas do capital, como o taylorismo e fordismo. O toyotismo as inclui, tendo em vista que não deixa de ser parte do que elas representam, isto é, formas de racionalização do trabalho vivo no século XX. O que o toyotismo faz é incrementar, no plano da implicação subjetiva, dispositivos fundamentais da racionalização do capital. O toyotismo *não* é meramente um neofordismo ou neotaylorismo, pois a implicação de manipulação da objetividade/subjetividade da força de trabalho pela lógica do capital possui um caráter qualitativamente novo, não se reduzindo às suas formas pretéritas fundamentais. Na verdade, a "captura" da subjetividade levada a cabo pelo toyotismo pressupõe um complexo de inovação sócio-metabólicas que, por um lado, *estende* a produção (e o discurso do produtivismo do capital) para a totalidade social e, por outro lado, *reduz* a vida social à lógica neoprodutivista do toyotismo. Este é o movimento contraditório de constituição da nova hegemonia toyotista.

Deste modo, o toyotismo busca a consecução de seus dispositivos organizacionais contingentes por meio da construção de determinado

modo de subjetivação adequado ao precário mundo do trabalho. A subjetividade "capturada" do toyotismo se constitui não apenas no local de trabalho, mas principalmente nos espaços da reprodução social degradados. Isto é, espaços-tempo de vida social imersos na mercantilização universal. Na medida em que a política neoliberal significou a corrosão da esfera pública e a vigência dos valores mercantis e do individualismo de mercado, ela contribuiu para a precarização da reprodução social.

Ao dizermos que o nexo essencial do modo toyotista de organização do trabalho capitalista é a "captura" da subjetividade do trabalhador assalariado, salientamos, mais do que nunca, por um lado, os laços orgânicos entre a instância da produção e a instância da reprodução social e, por outro lado, a exacerbação da manipulação social pelos valores de mercado, a ocultação das contradições sociais pela ideologia do autoempreendorismo, a "colonização" da vida social pelos valores-fetiches que impregnam a nova pedagogia empresarial.

O novo complexo de reestruturação produtiva cujo "momento predominante" é o toyotismo, implica, deste modo, não apenas inovações tecnológico-organizacionais, mas *inovações sócio-metabólicas*, o que significa a constituição de novos *cluster* de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. É através das práticas sócio-metabólicas que se constitui a subjetividade humana. Por isso, o toyotismo precisa estender, pelo menos no plano do discurso, a lógica (e materialidade) da produção do capital para a totalidade social. A extensão problemática da sociabilidade neoprodutivista é uma necessidade estrutural do desenvolvimento do novo regime de acumulação de capital nas condições sócio-técnicas da III Revolução Industrial, e da crise estrutural do capital.

A posição problemática da produção como totalidade social *não* significa que produção se torne circulação ou vice-versa ou que, por exemplo, trabalho improdutivo torne-se trabalho produtivo, embora as linhas de demarcação tornem-se tênues. O que ocorre é circulação, distribuição e consumo tornam-se, de modo mais concreto, instâncias articuladas da totalidade da produção social. Na verdade, sob as condi-

ções históricas do capitalismo global, a produção de valor adquire maior concreção.

O processo de expropriação/apropriação da riqueza complexa da subjetividade humana que surge nas condições históricas do processo civilizatório tardio, exige um aprimorado mecanismo de manipulação social. Portanto, foi com lucidez que o velho Lukács iria denominar o capitalismo tardio de "capitalismo manipulatório", pois a instância da manipulação social tornar-se-ia elemento estrutural na produção e reprodução social.

Além de salientar a morfologia social da nova dinâmica do capital por meio do modo toyotista de organização do trabalho capitalista, é importante destacar as candentes contradições sociais que ela instaura ou nas quais deve operar. Isto é, a subjetividade do trabalho vivo no capitalismo global é uma subjetividade alucinada, ou como Marx diria, *subjetividade em desefetivação*, atingida pelo estresse, imersa nesta implicação contraditória da relação-capital.

Deste modo, o "núcleo humano" da subjetividade do trabalho está afetado por uma das contradições agudas da civilização do capital nesta etapa de seu desenvolvimento histórico, isto é, aquela entre o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, concedendo-lhe mais tempo livre para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais, e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisiona o homem no tempo de vida como tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa.

Elementos mediativos da "captura" da subjetividade

O avanço do espírito do toyotismo tem sido significativo na produção do capital nas últimas décadas do século XX. Interessa-nos destacar as instâncias sócio-reprodutivas envolvidas diretamente na construção do novo modo de subjetivação estranhada da produção do capital. Ao lado das

inovações técnico-organizacionais do complexo de reestruturação produtiva, as inovações sócio-metabólicas do capital dizem respeito diretamente à constituição da nova subjetividade do trabalho assalariado.

Em primeiro lugar, as inovações sócio-metabólicas do capital tratam do cultivo sistemático e intenso de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado, disseminados, em geral, pelo aparato midiático e sócio-reprodutivo do capital. O universo locucional é tomado, por exemplo, pelas palavras-chaves de competência, empregabilidade, empreendedorismo que se tornam senso comum dos discursos das inovações empresariais.

Entretanto, o que nos interessa destacar, por um lado, neste momento, são as mediações da produção que contribuem para a "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital, isto é, os mecanismos de contrapartida salarial e de gestão da organização do trabalho (trabalho em equipe), ou mesmo de constituição do precário mundo do trabalho que promove a emulação individual através do medo.

Por outro lado, a "captura" da subjetividade do trabalho pela lógica do capital tende a ocorrer no campo da reprodução social, com *valores-fetiches* e disposições sócio-metabólicas que sedimentam os novos consentimentos espúrios. A sociedade do desemprego e da *precarização* do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial) constitui o que podemos denominar de *afetos do sócio-metabolismo da barbárie* (novas formas de estranhamento e fetichismo e a subjetivação do medo). Ora, nestas condições sócio-históricas específicas, tende a exacerbar-se a individualidade de classe e o império da contingência salarial. Podemos dizer que foi a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, que contribuiu para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas "metas" da produção toyotista. É claro que estamos diante de um processo contraditório de construção de nova hegemonia do capital na produção, envolvendo nexos geracionais que tendem a resistir, mais ou menos, às novas implicações subjetivas do toyotismo.

Vejamos com mais detalhes o que podemos considerar como sendo os elementos mediativos da "captura" da subjetividade do trabalho no processo de produção do capital sob o toyotismo. É importante apreende-los como tendo um vínculo orgânico com os valores-fetiches e disposições sócio-metabólicas que sedimentam os novos consentimentos espúrios. São eles: as novas formas de pagamento, o trabalho em equipe e a constituição do precário mundo do trabalho que contribuem para a "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital.

Novas formas de pagamento

A estratégia clássica de "captura" do consentimento do trabalhador do toyotismo era a *emulação individual* através das estruturas estimulantes dos mercados internos e das carreiras vitalicias no interior das grades empresas. Entretanto, hoje, com a *mutação das contrapartidas toyotistas*, a emulação individual no *locus* fabril tende a ocorrer, principalmente, através dos novos sistemas de pagamento. Por exemplo, salário por antiguidade, e mais ainda, os bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados ou PLR.

No caso do capitalismo japonês, por exemplo, Ben Watanabe descreve a matriz motivacional inscrita nos sistemas de pagamento do toyotismo clássico. Diz ele: "[...] o sistema de pagamento japonês é caracterizado pelo sistema de '*seniority*' (antiguidade na empresa) e pelo sistema de bônus bianual. O '*seniority*' estimula o trabalhador a permanecer no serviço em uma mesma companhia, e também a amoldar-se à filosofia do '*living wage*' e '*family wage*'. O sistema de bônus bi-anual funciona como um meio de ajustar o pagamento às condições do negócio e, também, em curto prazo, de premiar a '*perfomance*' individual dos trabalhadores. Não somente a promoção para os mais altos postos, mas também o aumento salarial anual dos trabalhadores e a bonificação são determinados, tomando como base a avaliação do desempenho individual, embora o nível médio das taxas de pagamento aumente, e os bônus

sejam fixados através de barganha coletiva." (WATANABE, 1995 *Apud* SILVA, 1997).

Além, é claro, do sistema de pagamento, existe um sistema de avaliação de desempenho que incentiva o espírito de competição entre operários e empregados: "Enquanto o emprego e o sistema de pagamento motivam os trabalhadores a serem 'leais' ou 'devotados' às suas companhias, e o trabalho dá aos trabalhadores um sentimento de segurança, o sistema de avaliação de desempenho inspira-os com o espírito de competição. Uma vez que a cooperação e a comunicação com os companheiros de trabalho são altamente valorizados na avaliação, a competição entre eles não pode ser individualista e prejudicar o trabalho em equipe (WATANABE, 1995 *Apud* SILVA, 1997, p.45 –46).

Na ótica do capital, o essencial é instaurar, por um lado, um elo direto entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários ou empregados. Por exemplo, no caso da Toyota, como observou Coriat (1994), às vezes um bônus salarial, ou o que conhecemos no Brasil como a Participação em Lucros e Resultados (PLR), corresponde a um terço do salário anual. Mas, o sistema de bônus pode ser reduzido e até eliminado, se a empresa tiver uma baixa *performance*.

É preciso salientar que utilizar o incentivo salarial como modo de gerenciar o comportamento operário e elevar a produtividade *não* é criação do toyotismo. Mais uma vez, o toyotismo apenas desenvolveu, com seus protocolos de emulação individual, principalmente os novos sistemas de pagamentos e, inclusive, *o trabalho em equipe*, um "meio refinado e civilizado" de exploração da força de trabalho, denunciado por Marx. Porém, nem tão civilizado e refinado, é claro, se levarmos em consideração, no caso do Japão, o país capitalista de onde se originou o toyotismo, os casos de morte súbita no trabalho, intitulado *karochi*, e outras psicopatalogias do trabalho, provocados pelo ritmo e intensidade, que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade (WATANABE, 1993).

Os *incentivos salariais* utilizados pelo toyotismo e voltados para a "captura" da subjetividade do trabalho, reproduzem, em sua essência,

os mecanismos de envolvimento operário criados por uma forma de pagamento de salário, analisado por Marx no capítulo XIX de "O Capital", intitulado "Salário por peça" (a importância deste mecanismos salarial para a "captura" da subjetividade do trabalho é tão importante que Marx dedicou todo um capítulo a ele).

Segundo Marx, o salário por peça "é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção". Observa que, com o salário por peça, " [...] a qualidade e a intensidade do trabalho [são] controlados pela forma de salário, tornando em grande parte desnecessário o trabalho de inspeção." Ou ainda: "No salário por peça, [o trabalho se mede] pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo. [...] Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho. É também *interesse pessoal* do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal." E ainda: "A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da *exploração do trabalhador pelo trabalhador*" [o grifo é nosso] (MARX, 1984).

As novas formas de pagamento de salário reproduzem, em sua essência a lógica do salário por peça, considerada por Marx a forma mais adequada ao modo de produção capitalista. No salário por peça a exploração dos trabalhadores pelo capital é mediada pelos próprios trabalhadores como força de trabalho como mercadoria. Na verdade, na medida em que são individualidades de classe e não individualidades pessoais, os trabalhadores possuem dentro de si, disposições fetichizadas, ligadas à força de trabalho como mercadoria, que tendem a oprimi-los e a oprimir os demais trabalhadores.

Por isso, como observa Marx acima, é "...*interesse pessoal* do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal." Ou ainda, "a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da *exploração do trabalhador pelo trabalhador*". Eis, portanto, a ilustração daquilo que Marx em 1844

iria considerar como sendo *alienação* e *auto-alienação*. Isto é, deixados por si só submetidos à lógica do mercado, o trabalhador não apenas oprime outros trabalhadores, ou melhor, torna-se agente da exploração de outros trabalhadores, como iremos ver a seguir através da equipe de trabalhos, mas ele se auto-oprime, assumindo como seu interesse pessoal, sua própria exploração a serviço do capital.

Equipes de trabalho e engajamento estimulado

O toyotismo considera importante estimular o comprometimento do trabalhador através da pressão coletivamente exercida pela *equipe de trabalho* sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracterizou como sendo uma técnica de controle social denominada "ostracismo"). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas, pela integração, ou *engajamento estimulado*, da equipe de trabalho com o processo de produção.

Eis, portanto, outro elemento da "exploração do trabalhador pelo trabalhador". O primeiro, como salientamos acima, era dado pelas novas formas de pagamento vinculado a bônus salariais. O trabalhador era carrasco de si mesmo. O segundo, é a pressão coletiva exercida pela equipe de trabalho. Nesse caso, o carrasco dos trabalhadores é o próprio coletivo de trabalho constituído pelo capital. O que pressupõe, portanto, incrementar a manipulação através da supervisão e do controle operário, exercido pelos próprios operários – o que dispensa a "[...] presença física de uma burocracia de enquadramento especialmente formada e paga para se consagrar a tarefas de controle, de medida e de avaliação da conformidade dos trabalhos efetuados em relação aos objetivos determinados (CORIAT, 1994).

Sob o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseca à idéia de "trabalho em equipe". Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papéis centrais no trabalho em equipe (no caso do Japão,

os líderes da equipe de trabalho, isto é, do *team,* são, ao mesmo tempo, avaliadores e representantes dos sindicatos). Permanece ainda, de certo modo, uma supervisão rígida, mas incorporada (ou integrada) à própria subjetividade do trabalho. Em virtude do incentivo à competição entre os operários, cada um tende a se tornar supervisor do outro. *Somos todos chefes*, é o lema do trabalho em equipe sob o toyotismo: "A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores. Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia. O mesmo tipo de controle é feito sobre o absenteísmo" (WATANABE, 1993).

A constituição das equipes de trabalho é a manifestação concreta do *trabalhador coletivo* como força produtiva do capital. Além disso, é resultado da "captura" da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade, mais manipulatória.

O precário mundo do trabalho e a emulação pelo medo

É preciso salientar também, como pressupostos material das novas formas de subjetivação estranhada do toyotismo, a constituição de um precário mundo do trabalho, produto das políticas neoliberais nas últimas décadas, que tende a contribuir, de certo modo, para controlar o comportamento do homem que trabalha e elevar a produtividade da força de trabalho por meio da emulação pelo medo. Esta é uma das formas regressivas de *emulação* do homem que, sob o sócio-metabolismo da barbárie, tem-se disseminado na civilização do capital.

Através do *medo do desemprego* o trabalhador assalariado *consente* maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo. Como já dizia Freud, o *medo* é a moeda de troca dos afetos humanos. É cultivando o medo que o capital busca constituir novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social. O medo tende a "dissolver" o sujeito e a subjetividade humana. É o

estofo do fetichismo agudo que permeia as relações estranhadas da civilização do capital nesta etapa de desenvolvimento histórico. Enfim, cabe investigar como se articula, no plano da produção social, a manipulação da subjetividade humana através do afeto regressivo do medo.

Deste modo, a elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da "década neoliberal" contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, intimidando o sindicalismo combativo de luta de classe; mas possuiu uma função sócio-reprodutiva, ou seja, criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envolvimentos estimulados pelo medo do desemprego. No novo ambiente social da "década neoliberal" proliferaram valores, expectativas e utopias de mercado, impregnados de um individualismo liberal que aparece como novo pragmatismo.

Juventude e inovações sócio-metabólica

Ao se discutir o processo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho pouco se trata de um aspecto importantíssimo deste processo: as agudas alterações geracionais que ocorrem no local de trabalho das grandes empresas. A reestruturação produtiva não trata apenas de inovações tecnológicas ou organizacionais, mas também, de *inovações geracionais* do trabalho vivo que ocorrem por meio da destruição (e reconstituição) de coletivos compostos por trabalhadores e trabalhadoras de determinadas faixas etárias e com determinados acervos de experiências de vida e de luta de classes, sendo portadores de determinados valores morais e sociais. As inovações geracionais são uma forma de inovação sócio-metabólica.

No caso do Brasil, principalmente a partir de 1990, ocorreu uma verdadeira reestruturação de coletivos de trabalho vivo nas empresas, que "expulsaram", através do Programas de Demissão Voluntária (PDV), ou simplesmente demissões sem justa causa, um grande contingente de

operários e empregados herdeiros das experiências vividas e percebidas da luta de classes da década anterior. Enfim, o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação das gerações de trabalhadores que constituem os coletivos das empresas.

A nova gestão exige não apenas a "captura" da subjetividade, no sentido de buscar envolver operários e empregados com os novos ideais de produtividade e desempenho; mas a constituição de novos coletivos de trabalho vivo, novas subjetividades etárias, sem vínculos com as experiências passadas de luta ou de resistência de classe. Aliás, o transformismo do contingente etário de uma empresa é um aspecto daquilo que temos denominado de "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital.

Um aspecto do dispositivo da "captura" da subjetividade é o *esquecimento de experiências passadas*, o apagar de memória de lutas e resistências e a construção ideo-politica de um novo mundo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais. Por exemplo, instaura-se uma nova linguagem empresarial, onde o trabalhador deixa de ser chamado de "operário" e "empregado" e passa a ser "colaborador". Ao mudar a *linguagem,* elemento crucial do metabolismo social, o capital busca constituir um novo universo locucional adequado ao admirável mundo novo da colaboração de classe. Deste modo, tende a emergir uma nova percepção do espaço-tempo social, adequada à nova conjuntura histórica de reação capitalista. Na verdade, a constituição do novo coletivo de trabalho vivo e da nova linguagem é parte do novo metabolismo social, da organização do tempo de trabalho e do tempo de vida, isto é, do cotidiano, adequada à nova produção (e reprodução social) capitalista.

É importante salientar que o processo de reestruturação produtiva acompanha um processo de reestruturação do metabolismo social que atinge o capitalismo mundial nas décadas de 1980 e 1990. A ofensiva do capital na produção é parte de uma ofensiva do capital mais ampla nas instâncias da ideologia, política e cultura. É preciso mudar a empresa, tendo em vista que a "sociedade civil", ou a sociedade burguesa, está mudando com vigor.

Enfim, busca-se recompor, num plano sistêmico, a base produtiva e sócio-metabólica da acumulação de capital. É por isso que autores como David Harvey e François Chesnais indicam o surgimento, com a globalização da economia, de uma novo modo de regulação social, o regime de acumulação flexível ou modo de acumulação predominantemente financeiro. Desde meados de 1970, o sistema global do capital é atingido por uma "contra-revolução cultural". O que ocorre nas empresas mais dinâmicas é só um aspecto crucial da nova "epiderme" do capitalismo mundial. A queda do Muro de Berlim e a implosão da URSS, o *boom* das novas tecnologias de comunicação e informação, com a Internet; e as reformas monetárias da década neoliberal, aparecem como "fatos metafísicos", que dão plena legitimidade à ideologia da mudança necessária que deve ocorrer nas empresas modernas. Por trás do "tempo de mudanças" a qual todos devem se adaptar, oculta-se a extinção de experiências passadas e a destruição da memória social, mesmo que ela diga respeito a verdades essenciais. Foi nesse redemoinho social, político e cultural que se legitimou a reestruturação produtiva e criou-se a base da "captura" da subjetividade como novo modo de controle social.

A rigor, podemos dizer que a empresa não "captura" subjetividades dos velhos coletivos de trabalho, mas sim, incorpora em seu coletivo de trabalho vivo, subjetividades novas "capturadas" pelo novo sócio-metabolismo do capital. Emprega-se a *nova geração* de jovens recém-egressos das Faculdades de Administração de Empresas e Economia, jovens imersos em valores, expectativas e utopias de mercado, mais disposta a "colaborar" com as metas do novo capitalismo (basta observar as mudanças conceituais dos novos sistemas de recrutamento das empresas).

O capital não se restringe aos *locis* empresariais. Ele é um sistema de controle do metabolismo social que perpassa não apenas os locais de trabalho, mas as diversas instâncias da vida cotidiana. O toyotismo busca, como o velho fordismo, constituir um novo modo de vida e um conjunto de valores sociais e políticos (o que temos denominado de valores-fetiches). Deste modo, reiteramos que a reestruturação produtiva *não* implica apenas em novas formas de gestão da produção ou novas

tecnologias microeletrônicas, mas sim a constituição de novos coletivos geracionais de operários e empregados com novas experiências de vida e valores sociais e morais. Os sindicatos de trabalhadores com políticas de viés propositivista, se adaptaram às novas contingências do novo sócio-metabolismo do capital.

O sociólogo norte-americano Richard Sennet em seu livro "A Corrosão do caráter" tratou do problema geracional do novo capitalismo ao expor o contraste das experiências de vida e de trabalho de um pai, Enrico e do seu filho, Rico. Sennet explicitou os impactos do novo capitalismo sobre o caráter das pessoas. O primeiro capítulo se intitula "Deriva". É bom que se diga que o jovem Rico ainda possui laços com os valores e com o metabolismo social anterior que o vincula ao pai. Muito provavelmente, os netos de Rico não possuirão tais laços ou vínculos afetivo-sociais. O que significa que o filho de Enrico ainda pertence a uma geração que poderíamos denominar de "geração de transição", uma geração que está à *deriva* e que, como salienta Sennet, não pertence mais ao passado fordista, mas que ainda não está totalmente submersa na nova temporalidade do capitalismo flexível, pois preserva laços afetivos com um passado problemático. Assim, Rico vive sua angustia, pois *não* consegue educar seus filhos como o pai lhe educou. Ele vive a tragédia das "gerações de transição" (como é aquela, no caso do Brasil, que ingressa no mercado de trabalho, por exemplo, na década de 1990). Enfim, a "geração de transição" é a geração que aceita a mudança, mas que mantém uma margem de *estranhamento* (o que Sennet irá chamar de "deriva").

No caso do Brasil, é possível distinguir, a título de ilustração, três contingentes de trabalhadores que vivem diferentes *temporalidades geracionais*: o primeiro, de fins da década de 1970 até meados da década de 1980, que se incorpora no bojo do *fordismo-taylorismo*; o segundo, que se constitui em fins da década de 1980 e avança na década de 1990, com marcas do *toyotismo inconcluso*; e o último, que surge na década de 2000 e que são recrutados no espírito do *toyotismo sistêmico*.

É claro que apresentamos acima apenas uma periodização que visa a discriminar nuances da "reestruturação" das gerações laborais que

compõem os coletivos de trabalho vivo (tratei mais detalhadamente das categorias de "toyotismo incompleto" e "toyotismo sistêmico" no livro "O Novo e Precário Mundo do Trabalho", editora Boitempo). Por exemplo, os Planos de Demissão Voluntária (PDV's), adotados pelas empresas brasileiras, no decorrer dos últimos quinze anos, visam atingir tanto a primeira geração (pelo menos os que conseguiram sobreviver), quanto a segunda geração (a do toyotismo incompleto), que ainda preserva, em alguma medida, laços de experiência com o passado "maldito" da luta de classes. As novas contratações que ocorrem a partir na última metade da década de 1990 e que prosseguem na década de 2000, constituem a terceira geração que parece *não* manter viva, experiências "coletivistas" e de luta política no local de trabalho.

No decorrer do processo de reestruturação produtiva (incluso a reestruturação geracional dos coletivos de trabalho vivo), a política e a percepção ideológica do sindicato tende a se alterar (o exemplo marcante é a trajetória da CUT e dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC). São alterações sutis, mas significativas, que expressam as mudanças sócio-metabólicas da categoria assalariada de base, tanto no local de trabalho, com os novos coletivos recrutados, quanto nas instancias do cotidiano e da circulação social (espaço urbano, lazer, consumo e expectativas geracionais).

"Quem mexeu no meu queijo?"

Um dos aspectos cruciais do novo complexo de reestruturação produtiva que contribuiu para o avanço do toyotismo sistêmico nas empresas é o que temos denominado de *inovações sócio-metabólicas*, isto é, mudanças no metabolismo social que propiciaram um ambiente ideológico (e emocional) favorável ao novo tipo de precariedade do trabalho que surge com o capitalismo flexível. As inovações do metabolismo social contribuem para o novo clima ideológico (e emocional) dentro das grandes empresas.

As inovações toyotistas que ocorrem no local de trabalho têm sua base reprodutiva no cotidiano de homens e mulheres. Embora o toyotismo diga respeito a inovações empresariais, ele se sustenta por meio de novas formas sócio-metabólicas que se desenvolvem fora da empresa. Precisamos, deste modo, ir além do local de trabalho e inclusive da cadeia produtiva, para encontramos os elementos ideológicos (e emocionais) que constituem o lastro da nova subjetividade toyotista mais disposta a colaborar com as novas implicações organizacionais do capital.

Os novos coletivos geracionais de trabalhadores que se desenvolveram na década de 1990, tenderam a incorporar em si, novas experiências ideológicas e emocionais do sócio-metabolismo do capitalismo toyotista. O que significa que os jovens trabalhadores são mais receptivos aos *valores, expectativas e utopias de mercado* que se disseminam com a crise estrutural do capital e a reestruturação capitalista.

Enquanto sistema social, o capitalismo mundial se reproduz por meio da constituição de *novas formas de subjetivação*, isto é, da produção (e reprodução) de sujeitos capazes de lidar com as novas experiências históricas postas. Por isso, a busca da produção e reprodução de novos valores morais e emocionais adequados a um novo (e precário) mundo do trabalho. A ofensiva do capital não se restringe à produção, mas principalmente à reprodução social, por meio da ofensiva ideológica constante que busca, no tocante às novas gerações de empregados e operários, formar mentalidades e subjetividades produtivas.

A sociologia do trabalho não tem dado a devida atenção à análise de valores e ideologias que proliferam na instância social e que sustentam, por exemplo, as *novas atitudes* produtivas do local de trabalho. As novas atitudes nascem na fábrica, tendo nela sua implantação sistêmica fundamental. Mas, nascer da fábrica não quer dizer se restringir a ela. Pelo contrário, mais do que nunca, a totalidade social do capitalismo flexível, tornou-se um imenso campo de exploração, presencial ou virtual, de trabalho abstrato.

As novas atitudes de *valores, expectativas e utopias de mercado* proliferam, por exemplo, nos conteúdos midiáticos da indústria cultural

e da literatura de auto-ajuda que buscam tratar de problemas concretos (e legítimos) para homens e mulheres trabalhadores: o que fazer com vidas despedaçadas (e desperdiçadas) pelo "moinho satânico" do mercado e do sócio-metabolismo neoliberal?

A reestruturação produtiva da "década neoliberal" destruiu milhares e milhares de carreiras profissionais, seja através de demissões sumárias ou Programas de Demissão Voluntária. Diante do novo padrão de concorrência, a aguda incerteza se abateu sobre coletivos de trabalhadores e trabalhadoras nas empresas. A década de 1990 no Brasil foi a *década da precarização do trabalho e da nova precariedade*. Diante de um cenário de intensas mudanças no mundo do trabalho e na vida pessoal, existe uma aguda necessidade de homens e mulheres que trabalham em dar respostas existenciais ao sofrimento e às perdas. Por isso, o crescimento de vendagem de títulos da literatura de auto-ajuda. A necessidade de respostas existenciais é legitima, mas a resposta, imbuída de valores individualistas de mercado, é absolutamente espúria.

Na verdade, nunca o poder da ideologia esteve tão intenso sob o capitalismo global. A "sociedade em rede" é a sociedade da ideologia concentrada em imagens e fluxos intensos de informações. Internet, televisões a cabo com suas centenas de canais, celulares, aparatos eletrônicos portáteis de processamento de texto e de informações; nunca a ideologia encontrou para si um grau tão intenso de materialidade midiática. Ela parece acompanhar a presença totalizadora do trabalho abstrato, que se virtualiza, sai do local de trabalho e preenche espaços do lazer e do lar. Nosso tempo livre parece ser mera "extensão" da empresa. As tarefas do trabalho invadem a esfera doméstica. A nova base técnica da "sociedade em rede" contribui para o novo avassalamento do tempo livre. O ócio parece tornar-se impossível nas condições do capitalismo global. O trabalho estranhado envolve tudo e a todos, inclusive as relações afetivo-existenciais, medidas sobre os parâmetros lingüístico-comunicativos dos valores de desempenho e produtividade.

Nas condições do novo controle sócio-metabólico do capital, a *ideologia da empresa* prolifera, constituindo dispositivos morais de

escolhas existenciais no novo capitalismo flexível. Nossa vida tornou-se a vida da empresa. Aos homens e mulheres desempregados, exige-se que se tornem empresários de si próprios. Disseminam-se as ideologias do empreendendorismo e da empregabilidade. É quase que um elixir para a crise do mercado de trabalho capitalista.

Por trás dos signos culturais da hipermodernidade estão os valores socias, morais e emocionais que sustentam a nova ideologia da produção capitalista. São valores sócio-metabólicos que buscam envolver homens e mulheres em sua integridade existencial. Ora, o capitalismo flexível é um "capitalismo integrista" ou "capitalismo fundamentalista", pois exige de homens e mulheres *decisões existenciais fundamentais*. É por mobilizar com intensidade e profundidade a alma humana, que o novo capitalismo, com sua nova cultura da fluidez e precarização, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas. As doenças do novo capitalismo atingem mais o homem integral, sua mente e corpo, com o estresse e a depressão sendo sintomas da colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais (é o que veremos adiante).

As inovações sócio-metabólicas exigem novas atitudes de colaboração, de mentalidade positiva, um novo fundamentalismo de mercado, que se parece com a utopia integrista do fordismo primordial (Antonio Gramsci conseguiu apreender em seu texto seminal "Americanismo e fordismo", as implicações complexas do capitalismo fordista nascente). O que significa que o toyotismo, tal como o fordismo em sua etapa de constituição primordial, buscou constituir um *novo homem produtivo*, capaz de dar resposta às novas implicações sócio-metabólicas do capitalismo flexível.

O toyotismo parece exigir, com mais intensidade e de forma mais sinistra, o que o fordismo exigiu em sua etapa histórica de constituição. Isto é, mais do que o fordismo, que também instituiu uma implicação subjetiva (ou "nexo psicofísico", como diria Antonio Gramsci), o toyotismo coloca, de forma mais aguda, a "captura" da subjetividade, tendo em vista as novas condições históricas de desenvolvimento do sistema do capital.

Como salientamos, enquanto o fordismo-taylorismo surge e se desenvolve numa etapa de ascensão histórica do capital, o toyotismo se compõe no período histórico da crise histórica do capital. Além disso, devido à nova base técnica em redes sociais a produção de valor exige maior mobilização da subjetividade humana. Por isso, as inovações sócio-metabólicas para o toyotismo tendem a ser mais cruciais, acirrando as contradições entre os requisitos da produção de valor e o núcleo humano da personalidade. Eis, portanto, a matriz das *novas doenças da alma*.

A título de exemplo, salientemos um livro de auto-ajuda de grande sucesso editorial que tem sido utilizado com freqüência pelos consultores empresariais. É o livro "Quem Mexeu no Meu Queijo?", de Spencer Johnson (Rio de Janeiro: Editora Record, 2001). Ele é um exemplo curioso de como o capital em movimento mobiliza com ardor o metabolismo social. Enfim, o discurso das empresas torna-se não apenas um discurso para o local de trabalho, mas um discurso para a vida. É o principio das inovações sócio-metabólicas.

Como nos diz a chamada comercial, o livro é uma parábola simples que revela verdades profundas sobre a *mudança*, e nesse caso, mudanças no trabalho e na vida. É interessante o vínculo que se faz entre trabalho e vida (ao mesmo tempo, como névoa ideológica, tendem a proliferar as ideologias da perda da centralidade social do trabalho). Isto é, o foco do discurso das empresas é a própria existência do individuo em questão.

A parábola do livro nos apresenta quatro personagens - dois ratos e dois humanos do mesmo tamanho dos roedores - que vivem em um labirinto em eterna procura por queijo, que os alimenta e os faz felizes. O "queijo" é uma metáfora daquilo que se deseja ter na vida, seja um bom emprego, um relacionamento amoroso, dinheiro, saúde ou paz espiritual. O "labirinto" é o local onde as pessoas procuram por isso (a empresa onde se trabalha, a família ou a comunidade na qual se vive).

A forma parabólica da mensagem do capital expõe sua clara função sócio-metabólica e não apenas empresarial. Nesta história, os personagens se defrontam com mudanças inesperadas. Um deles é bem-sucedido, e escreve o que aprendeu com sua experiência entre as paredes do la-

birinto. Incentiva o sucesso através do esforço individual. Suas palavras ensinam a lidar com a mudança para viver com menos estresse e alcançar mais sucesso no trabalho e na vida pessoal na vida e no trabalho. Como todo jogo ideológico, o discurso de Spencer Johnson tende a ocultar que o mercado não é para todos e que a busca do sucesso no trabalho e na vida pessoal exige, com certeza, mais estresse e sacrifícios pessoais.

Enfim, por trás desta pequena fábula, existe pura ideologia, que sustentada através de valores, contribui para a reprodução de nova ordem do capitalismo flexível. Nas entrelinhas sugere-se aceitar não apenas a *precarização* do trabalho e da vida (ilustrada com a metáfora do desaparecimento do queijo), mas a *nova precariedade* do trabalho e da vida, expostas através das ideologias da empregabilidade e do empreendendorismo e a atitude pro-ativa, propositiva e concertativa no âmbito da ordem dominante, sem contestá-la com pensamentos complexos. É, deste modo, um exemplo magistral da inovação sócio-metabólica como pressupostos da reestruturação produtiva e do novo homem toyotista almejado pelo sistema do capital global.

Capitulo 8

Trabalho, Corpo e Subjetividade

Na época do capitalismo global ocorreram transformações significativas nas diversas instâncias do ser social, com destaque para o mundo do trabalho e da reprodução social. É importante apreendermos as novas determinações do sócio-metabolismo do capital, buscando explicitar as candentes contradições objetivas (e subjetivas) que emergem no período histórico da crise estrutural do capital. Mais do que nunca, exige-se imaginação sociológica, capaz de nos permitir apreender não apenas as misérias do presente, mas as riquezas do possível (GORZ, 2000).

O toyotismo é o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva, a ideologia orgânica da produção capitalista, que tende a colocar novas determinações nas formas de ser da produção e reprodução social. O mundo do trabalho, com destaque para seus pólos mais dinâmicos de acumulação de valor e de base técnica mais desenvolvida, tende a incorporar o espírito do toyotismo. Seu léxico penetra não apenas a indústria, mas os serviços e a própria administração pública. O mundo social do capital parece ter-se tornado uma imensa fábrica global. Por isso, é importante buscar apreender seus significados histórico-categoriais para explicarmos as mutações estruturais do capitalismo global.

É claro que o toyotismo tende a colocar novas determinações para a produção do capital. Ele se articula com dispositivos pretéritos da racionalização capitalista (isto é, o taylorismo-fordismo). O que significa

que o toyotismo não aparece de forma pura. O que nos cabe é tentar apreender "a descontinuidade no interior de uma continuidade plena". A descontinuidade instaurada pelo *toyotismo* nos *locis* mais dinâmicos da acumulação de valor representa a nova "implicação subjetiva", ou seja, a "captura" da subjetividade do trabalho vivo pelo capital. Como o novo complexo de reestruturação produtiva possui como seu nexo essencial a "captura" da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, é importante tecer algumas reflexões sobre o significado (e conteúdo) da subjetividade do *trabalho vivo*. É o que tentaremos fazer a seguir.

Subjetividade como *consciência*, *pré-consciência* e *inconsciente*

Num primeiro momento, é importante distinguir, em sentido heurístico, os elementos compositivos da subjetividade humana, isto é, *consciência, pré-consciência e inconsciente*. Deste modo, ao tratarmos da subjetividade e da sua "captura", nos referimos não apenas à *consciência*, mas às outras instâncias do psiquismo humano, isto é, a pré-consciência e o inconsciente. As técnicas de manipulação utilizadas pelos aparatos midiáticos do sistema do capital tendem a atingir o conteúdo oculto ou disperso da pré-consciência e do inconsciente, buscando influenciar o comportamento humano. Duas observações são importantes:

Em primeiro lugar, as instâncias do psiquismo humano não são meras estruturas instintivas do individuo. Existe uma dialética entre a natureza e a civilização, uma dinâmica biológica e ao mesmo tempo, sociológica, que constitui a anatomia da personalidade mental. A tripartição do psiquismo humano utilizado acima é de origem freudiana. Foi elaborada por Sigmund Freud no clássico "A Interpretação dos Sonhos" (de 1900). Consideramos a psicanálise a ciência da subjetividade burguesa. Por isso, as categorias freudianas são deveras importantes para a apreensão da dinâmica subjetiva da individualidade de classe que surge com a civilização do capital.

As categorias freudianas tratam menos de uma natureza pura (o que poderíamos acusá-lo de "biologismo") que de uma "segunda natureza", uma história cristalizada. Observa Jacoby: "O que cria no individuo sua segunda natureza é apenas a história acumulada e sedimentada: uma história entorpecida, por ter sido tão prolongadamente não-liberada e uniformemente opressiva. A segunda natureza não é simplesmente natureza ou história, é a história cristalizada que se afigura como natureza." O que significa que consciência, pré-consciência e inconsciente possuem um caráter histórico, tendo em vista que dizem respeito a modos de operar (e relações) intrinsecamente histórico-sociais do psiquismo humano diante do mundo exterior (de si e dos outros, isto é, pessoas e objetos). Deste modo, o inconsciente, que, na aparência, se compõe de "pulsões arcaicas", quase-biológicas, é, em si mesmo, o indicador de uma situação social reificada. Jacoby cita, por exemplo, uma carta publicada por Jones, em que Freud escreveu: "Toda barreira *interna* do recalcamento é o resultado histórico de uma barreira *externa*. Portanto, é a internalização das resistências: a história da humanidade está depositada nas atuais tendências inatas ao recalcamento." (JACOBY Apud ZIZEK, 1992)

Em segundo lugar, não podemos identificar as instâncias do psiquismo humano como substâncias, coisas ou mesmo lugares, ou seja, um lugar substancial, anatômico e corporificável. Como destacamos acima, elas dizem respeito a modos de operação do psiquismo humano, formas de relações de ordem simbólica, diante do mundo exterior. Muitas vezes, a utilização de metáforas na descrição das operações das instâncias psíquicas nos leva a substancializá-las. Por exemplo, a própria utilização por Freud da concepção tópica com seus "lugares psíquicos" contribuiu para esta substancialização. Deste modo, por exemplo, consciência, pré-consciência ou inconsciente não são lugares anatômicos, reais, análogo aos cômodos de um apartamento.

Observa Garcia-Roza: "O termo 'conteúdo do inconsciente' não designa uma relação de conteúdo análoga a quando dizemos que o copo contém água. Dizer que uma representação é inconsciente ou que está no inconsciente não significa outra coisa senão que ela está submetida a

uma sintaxe diferente daquela que caracteriza a consciência. O inconsciente é uma forma e não um lugar ou uma coisa." E salienta adiante: "Assim sendo, a cisão produzida na subjetividade pela psicanálise não deve ser entendida como a divisão de uma coisa em dois pedaços, mas como uma cisão de regimes, de formas, de leis [...] o que define, portanto, o inconsciente não são os seus conteúdos, mas *o modo segundo o qual ele opera, impondo a esses conteúdos uma determinada forma*." [o grifo é nosso] (GARCIA-ROZA, 2004).

A pré-consciência

Em "O Principio Esperança", o filosofo Ernst Bloch trata da *pré-consciência* como sendo o "ainda-não-consciente". É como iremos considerar a pré-consciência. Para Bloch, o inconsciente freudiano, "cerca a consciência como se fosse um anel", estando "fixado na escuridão e fechado em relação ao futuro" (observe-se que Bloch se utiliza de metáforas incisivas para descrever o modo de operação do inconsciente). Para ele só a pré-consciência é capaz de romper esse fechamento (ou cerco) do inconsciente. A pré-consciência é uma "nova classe de consciência" que representa a camada da vida psíquica capaz de produzir um "sonhar para a frente", indicando "algo futuro" ou "vindouro" (BLOCH, 2006).

O "conteúdo" da instância do pré-consciente, apesar de não estar presente na consciência, continua acessível a ela, diversamente dos "conteúdos" do sistema inconsciente. Deste modo, o inconsciente seria o "não-mais-consciente", isto é, aquilo que caiu numa "camada profunda" da psique, ficando depositado, segundo Bloch, numa espécie de "paisagem lunar da perda cerebral", passando a representar o resto esquecido da psique (e que nem por isso é menos importante) (BLOCH, 2005).

Para Arno Munster, o "ainda-não-consciente" de Ernst Blcoh está para o "inconsciente" de Freud como o "sonho diurno" está para os "sonhos noturnos". Bloch destaca a importância do "sonho diurno", que é, segundo ele, a porta, o critério e o sintoma principal para a determinação

da classe de consciência do "ainda-não-consciente". A pré-consciência para ele "representa o espaço propriamente dito da disponibilidade para o novo e a produção do novo". Os sonhos diurnos são, em sua estrutura básica, "sonhos para a frente", isto é, carregados com "conteúdos" da consciência e com material proto-utópico que cintila do interior do futuro (MUNSTER, 1997; BLOCH, 1957).

Por conseguinte, na condição de imagens prenunciadoras do utópico que se manifestam na consciência, os "sonhos diurnos" da pré-consciência são conteúdos da consciência de algo futuro/vindouro e, ao mesmo tempo, momentos desencadeadores da produtividade criadora. Por isso, a instância da pré-consciência tende a tornar-se objeto de "captura" do capital em processo, que busca não apenas se legitimar, mas espoliar as riquezas ampliadas da subjetividade humana complexa.

É importante salientar que o capital como sistema de controle sócio-metabólico se reproduz constituindo (e instituindo) formas de subjetivação. A subjetividade como categoria legítima, embora problemática, no plano do ser social capitalista, é produto irremediável do desenvolvimento do processo civilizatório.

Disse-nos William Shakespeare, através de seu personagem Laertes, em *Hamlet*: "Pois a natureza não nos faz crescer apenas em forças e tamanho. À medida que este templo se amplia, se amplia dentro dele o espaço reservado pra alma e pra inteligência." O que significa que, por trás da ampliação do *templo* da alma humana, com destaque para a pré-consciência com seus sonhos diurnos e momentos desencadeadores da produtividade criadora, está o processo civilizatório humano-genérico, o desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele amplia "o espaço reservado pra alma e pra inteligência".

Talvez, o que o escritor inglês não conseguiu apreender no século XVI, é que o processo civilizatório que ocorre no interior do desenvolvimento do capital, é intrinsecamente contraditório. Na medida em que se desenvolve o espaço da subjetividade (e as formas de subjetivação), o sujeito moderno (e os espaços da subjetividade) é negado, invertido e obliterado pelas relações sociais capitalistas de produção da vida social.

Na verdade, o capital desenvolve e amplia este *templo* para dele se apropriar/espoliar, no caso da pré-consciência, os sonhos diurnos e os modos da "consciência-ainda-não" no arco antecipatório que liga matéria e utopia. Isto é, o "sonho para frente" do capital e suas utopias de mercado são meras reiterações da coação exterior, incapaz de sair de algo, de sair da própria imaturidade e do cárcere do sócio-metabolismo estranhado imerso em valores-fetiches.

O desenvolvimento e ampliação do "templo" da subjetividade humana expressa uma determinação intrínseca do capital que, desde que se constituiu como sócio-metabolismo sistêmico, desenvolve e, ao mesmo tempo, se apropria das forças da Natureza liberadas por ele, uma apropriação/expropriação dialética e contraditória. Entretanto, a forma social do capital é incapaz de conter o conteúdo ampliado da humanidade obliterada. É o que Marx traduziu na contradição entre desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção.

O inconsciente

O *inconsciente* diz respeito aos processos mentais que *não* são conscientemente pensados. É uma fonte de imagens mentais (o inconsciente é constituído, sobretudo de representações imagéticas, ficando a linguagem restrita ao campo do pré-consciente-consciente). Segundo Freud, o inconsciente é uma instancia constituído por "conteúdos" *recalcados*, isto é, a parcela inconsciente do eu.

Na civilização do capital, o processo de subjetivação tende a ser instituído por relações sociais de produção da vida estranhadas. Na sociedade capitalista, o homem tende a perder o controle da produção da vida social. O homem burguês é um homem alienado. Ele está imerso num mundo de objetos, *objetos* que se tornaram *coisas*, isto é, coisas-mercadorias que são *fetiches*, fetiches que são representações imagéticas que se impõem como coerção exterior às individualidades de classe.

O fetichismo da mercadoria é a *forma-fetiche* relativamente mais simples. O mundo do trabalho estranhado que é o mundo do capital, é constituído por múltiplas formas-fetiches, onde podemos salientar o fetichismo do dinheiro, através do qual o enigma do fetichismo da mercadoria torna-se visível e ofuscante, até o fetichismo do Estado ou fetichismo da técnica. A sociedade burguesa ou a sociedade das mercadorias é permeada de valores-fetiches que movem as individualidades de classe em suas escolhas existenciais. É através dos *valores-fetiches* que ocorrem a construção de implicações subjetivas ou o que salientamos como inovações sócio-metabólicas.

As inovações sócio-metabólicas operam a disseminação de valores-fetiches adequados à constituição de novos consentimentos na produção social. O toyotismo pressupõe, deste modo, a constituição de uma nova implicação subjetiva, novos consentimentos espúrios, a "captura" da subjetividade pela lógica do capital. Nesse caso, a constituição dos consentimento espúrios ocorrem *não* apenas através da mediação da *pré-consciencia*, como salientamos acima, mas do que iremos denominar "inconsciente extendido" ou "mais-inconsciente" (utilizando a metáfora de Bloch, diríamos que, numa sociedade hiperfetichizada, o inconsciente é como um "anel que cerca a consciência [...] fixado na escuridão e fechado em relação ao futuro").

Por exemplo, o sistema pré-consciência/consciência mobiliza o *medo* do desemprego para compor os novos consentimentos do trabalho. O medo é um dos afetos regressivos da alma humana. Vejamos como opera a pré-consciência/consciência de uma individualidade de classe diante do desemprego. A representação consciente dela abrange a representação do *afeto* (medo) mais a representação da *palavra* (desemprego). Por outro lado, em sua representação inconsciente, temos operando apenas a representação da *coisa*, isto é, o desemprego aparece como *coisa* ou imagem-fetiche, representação imagética da aguda desefetivação, espectro que persegue o precário mundo do trabalho.

Além disso, uma das características da mente inconsciente é que nela algo meramente imaginário tende a ser percebido como real. A ma-

nipulação do imaginário, através das imagens-fetiches do desemprego em massa, por exemplo, é um dos elementos da "captura" da subjetividade (a emulação através do medo é uma dos modos espúrios de construção do consentimento do operário ou empregado). Ora, o inconsciente opera as formas-fetiche. O medo do desemprego tende a ser posto como objeto de pavor, *coisa* atemporal, portanto, ahistórica, quase natural, cuja imagem-condensação tende a reunir muitos significados diferentes. Como observa Freud: "O sistema inconsciente contém as catexias das coisas dos objetos, as primeiras e verdadeiras catexias objetais". Na linguagem freudiana, *catexias* são investimentos de energia psíquica ligada a objetos externos.

Ora, uma sociedade de mercadorias constituída por apelos intensos de propaganda e marketing, exige das individualidades de classe, a ocupação (ou catéxis) contínua das nossas energias psíquicas nos objetos externos que aparecem como coisas. Na medida em que a sociedade das mercadorias é uma sociedade das formas-fetiche e de objetos externos tornados coisas, ela impõe um determinado *modo de operação* da subjetividade, e, portanto, um determinado processo de subjetivação que implica no que consideramos como um "alargamento" do inconsciente. Temos o "inconsciente estendido", indicador de uma situação social reificada e que mobiliza cada vez mais a construção dos consentimentos espúrios.

Os medos que apavoram as individualidades de classe do século XXI são medos "fetichizados", ou melhor, medos "reificados", portanto, afetos racionalizados, medos intensos de uma subjetividade complexa obliterada pelas relações sociais de produção capitalista. Por isso, ele são catalisadores do estresse, doença crônica da sociedade do toyotismo.

O "alargamento" da instância do inconsciente ou a constituição do "inconsciente estendido", que ocorre nas condições do capitalismo global, é um dos pressupostos de negação da atividade praxeológica, consciente e racional do homem, Na medida em que se agudiza o fetichismo da mercadoria e a reificação, o inconsciente se estende, tornado-se o pressuposto irremediável do sócio-metabolismo da barbárie. Marcuse reconheceu, por exemplo, uma das implicações políticas da teoria freudiana: "As transformações fundamentais na sociedade industrial são

acompanhadas de transformações igualmente fundamentais nas estruturas psíquicas primárias" (MARCUSE, 1998)

Ora, como salientamos acima, o *inconsciente* é uma categoria ontogenética do homem com um conteúdo radicalmente histórico. Pode-se dizer que a instância do inconsciente surge da luta do homem contra a escassez, da luta pela existência do animal homem através do trabalho, que tem lugar num mundo hostil.

Diz Lukács: "Os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo 'sob pena de se arruinarem'. Eles devem, em última análise, realizar .por si as próprias ações, ainda que *freqüentemente atuem contra sua própria convicção*". E mais adiante: "De fato, existem inúmeras situações nas quais, sob pena de se arruinar, é absolutamente necessário que o homem aja embora tenha clara consciência de *não poder conhecer senão uma parte mínima das circunstâncias*. E, no próprio trabalho, o homem muitas vezes sabe que pode dominar apenas uma pequena faixa de elementos circunstantes; mas sabe também, já que o carecimento urge e, mesmo nessas condições, o trabalho promete satisfazê-lo, que ele, de qualquer modo, é capaz de realizá-lo". E ainda: "o trabalho se torna cada vez mais variado, abarca campos cada vez maiores, sobe de nível tanto em extensão quanto em intensidade. Na medida, porém, em que esse processo de aperfeiçoamento não pode eliminar o fato de fundo, ou seja, a *incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias*, esse modo de ser do trabalho, paralelamente ao seu crescimento, desperta também a sensação íntima de uma realidade transcendente, cujos poderes desconhecidos o homem tenta de algum modo utilizar em seu próprio proveito." (os grifos são nossos) (LUKACS, 1978)

O que significa que o *inconsciente* como categoria social é, em si, elemento constitutivo do processo da práxis humana do trabalho e do processo de objetivação/exteriorização do homem como ser genérico que "não pode eliminar o fato de fundo, ou seja, a incognoscibilidade do conjunto das circunstâncias". Podemos considerar o inconsciente a instância mental não apenas do *recalcado* e *reprimido*, como salientou Freud, mas a instância mental do *desconhecido* que nas circunstâncias

de uma sociedade da mercadoria se interverte na instância mental do *estranho*, do *objeto* que se tornou *coisal* (como observa Marx nos "Manuscritos de 1844").

Por exemplo, é o *inconsciente* que constitui, no plano da subjetivação, as formas-fetiche (diz Freud, a "representação inconsciente é a representação da coisa". Diríamos nós, *coisa-objeto* em sua origem primordial e hoje, na sociedade das mercadorias, *coisa-fetiche*).

Na ótica histórico-materialista, o que institui e constitui o "sujeito", no sentido de "sujeito sujeitado" é, no sentido ontogenético, a *Natureza primordial*, o mundo hostil, o *desconhecido*; e no sentido sócio-histórico, o capital e o trabalho estranhado que constitui e institui um mundo social hostil *estranhado* às individualidades de classe. (utilizamos a acepção mais antiga do termo "sujeito", isto é, *subjectus*, que significa arremessado/lançado embaixo [*sub*] de algo ou de alguém).

Deste modo, podemos dizer que, a principio, o inconsciente é o que *assujeita* o sujeito e que ele o *desconhece*. E numa sociedade de mercadoria e seu fetiche, o homem não apenas *desconhece* o que o assujeita, mas é levado a *ignorar*. Existe uma distinção entre *desconhecimento* e *ignorância*. O desconhecimento tem um compromisso com a verdade, isto é, com o conhecimento, e é constituído a partir deste último (para Agostinho, por exemplo, o desconhecimento é a presença de uma ausência). Diferentemente do desconhecimento, a ignorância é o vazio. O que significa que o inconsciente da sociedade do capital possui um "compromisso" com a ignorância e não com o desconhecimento. Ele é mobilizado pelos aparatos do poder e do dinheiro para negar o sujeito e não para afirmá-lo. Parafreasendo Freud, diríamos que "a representação inconsciente é a representação do fetiche". É por meio deles que se constitui os processos de subjetivação estranhada que constituem a nova hegemonia do capital.

Deste modo, o inconsciente do homem burguês possui a legalidade de uma sociedade histórica de classe, sociedade mercantil complexa, onde a condição de classe e a condição de proletariedade da força de trabalho e do trabalho vivo subsumido às condições objetivas do capital, in-

corporam-se, no decorrer do desenvolvimento histórico moderno, como a verdadeira condição do inconsciente.

Na medida em que se amplia o espectro do fetichismo da mercadoria e dos múltiplos fetichismos da ordem do capital, com a disseminação das relações mercantis, o inconsciente como instância do psiquismo humano tende a tornar-se mais denso e profundo. É através do "inconsciente extendido" que a ordem sócio-metabólica do capital constitui o tráfico dos consentimentos dominantes. É do seu "alargamento" que provém as imagens-fetiches que compõem as sintomatologias das "novas doenças da alma" diante de um precário mundo do trabalho.

O inconsciente é elemento compositivo do *processo de subjetivação do fetichismo*. Isto é, como os processos da mente inconsciente são atemporais (as idéias não são ordenadas cronologicamente e não se alteram com a passagem do tempo) (MOLLON, 2005), eles tendem a constituir as *formas-fetiches*, cuja principal característica é a negação da memória e do passado histórico. Por isso, para Adorno e Horkheimer, *a luta contra o fetichismo é a luta contra o esquecimento*. Walter Benjamin observa que o exercício da rememoração (*Eingedenken)* nos ensina a estabelecermos com o passado uma relação viva. É claro que a "rememoração" é impotente para nos libertar dos grilhões do presente (só a revolução pode fazê-lo), porém desempenha um papel fundamental no resgate libertador do que aconteceu, do que poderia ter acontecido (BENJAMIN Apud KONDER, 2005). Adorno e Horkheimer diriam: "... não se trata de conservar o passado, mas de recuperar as esperanças pretéritas" (ADORNO e HORKHEIMER, 1985).

É a vigência do "inconsciente extendido" que explica um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX: a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas. Diz ele: "Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relações orgânica com o passado público da época em que vivem." (HOBSBAWN, 2001).

Os elementos do *pré-consciente* são capazes de romper o fechamento presente do inconsciente. Entretanto, a ordem sócio-metabólica do capital tende a incorporar também a pré-consciência, isto é, "capturar" a zona do "despertar" (Benjamin) como "simulacro" de futuro, cujo "sonhos diurnos" se afirmam e se amesquinham em suas pretensões mercantis. É da instância da pré-consciência que se disseminam valores, expectativas e utopias de mercado, um "algo futuro" e vindouro que tende a ser mera reiteracão do presente. Na verdade, é da pré-consciência que o capitalismo de consumo de massa e da contingência salarial retira (e elabora) suas imagens – as "Marcas" - fugazes e fluidas do lugar do "novum".

Deste modo, a manipulação da subjetividade é, acima de tudo, não apenas a manipulação do inconsciente, mas a manipulação dos "sonhos diurnos" e da "zona" de despertar de homens e mulheres proletários. Na pré-consciência as possibilidades do futuro aparecem diretamente em *imagem* sem a mediação do *símbolo* (o pré-consciente, como o inconsciente, é fonte de imagens mentais, embora seja também fonte da linguagem). Por isso, o sistema do capital, que busca "travar" a futuridade em prol da reiteração constante do presente, isto é, da acumulação de valor abstrato, é, hoje um sistema social de produção de imagens, imagens que carregam livremente o desejo, assumido ao nível da consciência.

As imagens-fetiches são imagens de consumo e desejo de mercadorias. Elas são imagens-alegorias que reiteram a ordem sócio-metabólica do capital. Aliás, a propaganda e o marketing usam (e abusam) de imagens-alegorias, isto é, imagens que dizem uma coisa sabendo que significa outra. O recurso à alegoria, com o observou Walter Benjamin, nos é imposto pelas condições históricas em que nos encontramos. Para ele, somos sobreviventes de uma destruição paulatina de todos os grandes valores antigos, que foram aviltados e transformados em escombros pela mercantilização da vida: "As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas." (BENJAMIN, 1990).

A nova ordem neoliberal busca disseminar através dos aparatos midiáticos e de suas imagens-alegorias de desejos, sonhos exclusivamente

individuais, desejos de mercado, utopias ideológicas, onde se sonha possuir uma casa transbordante de quinquinharias eletrônicas. Por isso, as inovações sócio-metabólicas buscam disseminar uma imaginação utópica do mercado através das *marcas* que carregam desejos de consumo e que simulam, como elementos fictícios, "viradas no tempo", tempos de "aurora" ou mesmo "juventude", utilizando as expressões de Bloch.

Subjetividade como *corpo e mente*

É importante destacar que não apenas a mente, mas também o corpo é elemento compositivo da subjetividade humana. O corpo se torna também campo de luta da "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. Iremos apresentar algumas hipóteses sobre a relação corpo-mente e sua nova dinâmica sob a acumulação flexível e a lógica sócio-reprodutiva do capitalismo global. Nossa hipótese de trabalho é que, sob o novo regime de acumulação flexível, tende a ocorrer, pelo menos como promessa frustrada do capital, o que iremos denominar "compressão psicocorporal". É um elemento da nova disposição sócio-subjetiva instaurada pelo toyotismo e que caracteriza o novo modo de articulação corpo-mente, tanto no processo de trabalho, quanto no processo sócio-reprodutivo.

A suprema contradição histórica que surge com a mundialização do capital, e que torna mais agudos os fenômenos do estranhamento, imprime sua marca na subjetividade do trabalho vivo. Ela se distingue da forma dominante no sistema taylorista-fordista, que tendia, por exemplo, a "separar" *mente* e *corpo*. Como salientava Gramsci, com argúcia, sob o fordismo, "o cérebro está livre para outras ocupações", enquanto o corpo é capturado pelas prescrições mecanizadas (GRAMSCI, 1984).

No contexto do fordismo-taylorismo ocorreu a decomposição da figura humana, ou do sujeito (e da subjetividade) do trabalho, tendo em vista que, como salientamos, no interior da linha de produção de mercadorias, o cérebro tende a se separar do corpo, imerso nas prescrições tayloristas-fordistas. Um detalhe: o imaginário modernista do século XX contém

a idéia do *corpo impossível*, que expressa, de certo modo, a implicação subjetiva constitutiva da lógica taylorista-fordista (MORAES, 2002)

Esta relação problemática entre *corpo* e *mente* é um dos elementos de crise do fordismo-taylorismo. Sob a produção toyotista, mente e corpo *tendem a* serem mobilizados pelo capital para se integrarem à produção do valor. A busca de uma nova implicação subjetiva na produção "pós-fordista" supõe uma nova relação corpo-mente, ou seja, não apenas uma nova disposição psicocognitiva, mas uma nova postura corporal capaz de recompor a subjetividade do trabalho vivo nas condições da acumulação flexível.

Entretanto, a promessa do toyotismo de constituir a figura humana no interior da produção de mercadorias racionalizada é tão-somente virtual. É uma promessa frustrada, e, portanto, problemática, de "recomposição" mente-corpo, ápice da aguda racionalização do trabalho subsumido ao capital. É no contexto problemático do toyotismo que surgem as novas doenças da alma humana.

Portanto, cabe salientar que estamos diante de uma *implicação virtual*, uma *promessa* de emancipação inscrita no toyotismo (incluso nas instâncias sócio-reprodutivas), *frustrada* pelo capital como sistema sócio-metabólico. Apesar disso, possui *plena efetividade*, pelo menos no plano da representação imaginária e simbólica dos sujeitos/agentes sociais.

O que denominamos de "compressão psicocorporal" é tão problemático quanto a suposta cisão corpo-mente que caracterizou a implicação moderna do capital na produção de mercadorias. Ela é expressão de uma contradição lancinante que dilacera a subjetividade do trabalho vivo na época da decadência histórica do capital (MÉSZAROS, 2002).

Finalmente, é importante problematizar a categoria de "subjetividade". É importante fazer considerações sobre ela, tendo em vista que, numa perspectiva dialético-materialista, subjetividade e objetividade são determinações reflexivas. Não podemos hipostasiar a *subjetividade,* desvinculando-a das condições objetivas de produção da vida social (o que nos levaria a cair no *psicologismo*). Além disso, é importante res-

saltar a dimensão problemática, em si, da subjetividade na ordem sócio-metabólica do capital.

A categoria "subjetividade" é problemática, tendo em vista que pressupõe o sujeito autônomo que surge no período histórico da modernidade capitalista. Mas o sujeito autônomo é uma ficção burguesa. É provavelmente a principal promessa civilizatória frustrada pelo capital. Diante de um processo histórico-dialético intrinsecamente contraditório: o capitalismo em seu devir histórico, como sistema social produtor de mercadorias, constituiu (e, ao mesmo tempo, desconstituiu) o sujeito humano autônomo. Ao mesmo tempo em que criou as bases materiais para o pleno desenvolvimento da individuação social, o capital limitou e obliterou o desenvolvimento humano-genérico. É um processo histórico cumulativo de restrições e constrangimentos sistêmicos que Marx procurou traduzir na categoria de subsunção do trabalho ao capital.

Mesmo em seu estatuto precário, a subjetividade como instância da atividade prático-sensível do sujeito humano é constituído, em si, tanto pela *personalidade mental* quanto pela *corporalidade viva*. São dimensões inalienáveis do sujeito, cuja separação é meramente heurística. O estranhamento ou a *desefetivação* humano-genérica intrínseca à lógica do trabalho capitalista, atinge as duas dimensões da subjetividade. O impacto na instância psíquica é flagrante. No tocante à corporalidade viva, isto é, à dimensão do corpo, a desefetivação humano-genérica assume determinadas representações particulares. Na medida em que o toyotismo altera a implicação subjetiva do fordismo, a nova implicação subjetiva repercute na instância do corpo como parte constitutiva da subjetividade. Deste modo, podemos dizer que o toyotismo tende a constituir uma nova forma de organizar o tráfico mente-corpo.

O fordismo-taylorismo criou a rigidez na disposição mente-corpo, que o toyotismo tende a flexibilizar Alias, ele é obrigado a *flexibilizar* para poder constituir a nova forma de subsunção do trabalho vivo ao capital, que é intrínseca ao novo modo de organização da produção de mercadorias. Nesta nova implicação subjetiva, o *corpo* parece ser a última fronteira de subversão do capital.

A compressão psicocorporal

Uma de nossas teses, neste capítulo, é que o toyotismo tendeu a constituir um tipo de *compressão psicocorporal*, similar à compressão espaço-tempo constatada por David Harvey em sua "Condição Pós-Moderna" e que diz-respeito ao novo regime de acumulação flexível. Na verdade, a compressão psicocorporal é um elemento da experiência da condição pós-moderna, a experiência do corpo instaurada pelo desenvolvimento de um novo regime de acumulação capitalista.

É claro que as múltiplas mudanças nas experiências do espaço e do tempo, tratadas por David Harvey no capítulo "A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna", não poderiam deixar de ter rebatimentos nas experiências corporais, tendo em vista que o corpo é elemento ineliminável do sujeito e, portanto, da subjetividade. Como diria Foucault, desde o surgimento da modernidade do capital, o corpo tornou-se objeto de *práticas subjetivadoras* da "sociedade disciplinar".

As transformações estruturais na dinâmica capitalista a partir de sua crise estrutural alteram as *práticas subjetivadoras* da sociedade do capital. É através das *práticas subjetivadoras* que o sujeito pode pensar-se enquanto sujeito. É por meio delas, ao constituir sua relação com o trabalho, que o ser humano se transforma em sujeito de si para si (técnicas de si). Como Foucault observa, não existem apenas técnicas de produção, de comunicação ou de poder, mas existem também técnicas para voltar-se para si, as *tecnologias do eu* (FOUCAULT, 1994).

Na nova etapa do desenvolvimento capitalista, em virtude da instauração do novo regime de acumulação do capital e do desenvolvimento do toyotismo, suregem novas *tecnologias do eu*. Destacamos, nesse caso, a alteração da experiência do corpo, dimensão crucial do próprio *self*. Diz Foucault: "A relação entre a manipulação de objetos e a dominação aparece claramente em 'O Capital' de Karl Marx, onde cada técnica de produção exige uma modificação da conduta individual, exige não só aptidões, mas também atitudes." (FOUCAULT, 1994)

Ora, na etapa da acumulação flexível, surge uma nova atitude problemática do sujeito para consigo mesmo, através da relação dele com seu próprio corpo. É parte da experiência de "subjetividades complexas" problemáticas. Altera-se o tráfico corpo-mente, com o toyotismo tendendo a dissolver a antiga atitude disciplinar que o corpo tinha não modo de organização taylorista-fordista. Na verdade, o corpo *não* se emancipa da disciplina do capital, mas constitui-se uma nova relação psicocorporal que busca preservar um componente essencial das sociedades "modernas" ou "pós-modernas": um corpo útil, produtivo e submisso.

A "compressão psicocorporal" pode ser constatada, por exemplo, nas experiências de *ginásticas laboral*, onde a postura corporal e, portanto, subjetiva, do trabalhador torna-se indispensável para a obtenção da produtividade sob as condições da nova técnica flexível e da intensificação/exploração do trabalho, como é próprio do toyotismo. O novo regime de acumulação flexível impõe o novo tráfico corpo-mente como *meio* de "administrar" o estresse que atinge o trabalhador assalariado sob o modo toyotista de organização do trabalho capitalista, e não como emancipação do corpo-sujeito da disciplina do capital.

Um das entusiastas da ginástica laboral observa: "A prática de exercícios físicos, realizada coletivamente, durante a jornada de trabalho, prescrito de acordo com a função exercida pelo trabalhador, tem como finalidade a prevenção de doenças ocupacionais, promovendo o bem- estar individual por intermédio da consciência corporal: conhecer, respeitar, amar e estimular o seu próprio corpo" (LIMA, 2004)

A longa transcrição da reportagem, sob o título "Empresa adota ginástica contra o stress", publicada no jornal *A Noticia*, de Joinville (SC), de novembro de 2000, é bastante interessante, pois expressa um relato típico do que ocorre nos locais de trabalho no Brasil nos últimos anos. Por exemplo, relata-se uma experiência de adoção da ginástica laboral numa empresa têxtil da cidade de Joinville (SC), Brasil. Diz a reportagem:

"A quebra da rotina em busca da saúde do corpo e da mente. Nos primeiros dez minutos de expediente da empresa, o chão de fábrica se transforma num local de aquecimento para o trabalho. No lugar de má-

quinas funcionando a todo o vapor, ao som da sirene, a cena é outra. Homens e mulheres completam uma série de exercícios indicados pelos monitores. A ginástica laboral na empresa têxtil de Joinville é apenas um exemplo da preocupação que toma conta dos gestores de recursos humanos das indústrias da cidade para proporcionar maior qualidade de vida ao funcionário, garantir maior produtividade. Os benefícios da ginástica estão sendo sentidos tanto pelo funcionário, que passou a sofrer menos com doenças ocupacionais e com o estresse, quanto pelas empresas, que reduziram o número de licenciados em decorrência dessas doenças. A funcionária Célia Catarina Miglioli, 35 anos, acompanhou todo o processo de implantação da ginástica na fábrica, desde de abril de 1997. Ela trabalha na empresa há 10 anos e sentiu a diferença de rendimento. 'Antes eu tinha muita dor nas costas. Com os exercícios eu consigo relaxar, me sinto melhor e *consigo produzir mais*', garante. A novidade foi tão bem aceita pelo quadro de funcionários da área de confecção, formado principalmente por mulheres, que Célia e suas companheiras fazem questão de praticar os exercícios em casa. A empresa já está interessada em ampliar o programa, atualmente desenvolvido pelo Sesi, e levar a ginástica para os outros setores. Para a funcionária Joice Maria Vestena, 25, que trabalha na empresa há oito meses, os benefícios da ginástica podem ser sentidos ainda nos primeiros dias. 'A ginástica ajuda a relaxar e *esquecer os problemas lá fora*', relata. Conforme o técnico de segurança do trabalho Flávio José de Souza, 50% dos 771 funcionários da empresa fazem aquecimento, alongamento e relaxamento todos os dias antes do expediente. 'Numa pesquisa feita no final de 1999, a ginástica teve 94% de aprovação entre os funcionários. *Mais de 20% deles também fazem os exercícios em casa*", afirma.' (*A Noticia*, Joinvile, SC)

Embora seja legitimo, da ótica do trabalho, o objetivo em reduzir as doenças ocupacionais, o que se oculta, por outro lado, é a natureza intensificada e de superexploração do trabalho sob o regime de produção toyotista. Preserva-se um corpo útil, disciplinado e submisso, não apenas no local de trabalho, mas inclusive em casa (a lógica do capital tende a invadir o espaço doméstico).

O toyotismo se caracteriza pela vigência da superexploração da força de trabalho. Com o capitalismo global, marcado pela IV Revolução Tecnológica, o salário real tende mais do que nunca, a não acompanhar a produtividade do trabalho social. É possível até ocorrer, sob certas circunstâncias, um incremento do salário real de operários e empregados, mas o "arrocho" do salário relativo é um traço constitutivo do novo regime de acumulação flexível do qual o toyotismo é seu "momento predominante".

Por outro lado, no tocante à dimensão sócio-reprodutiva, a compressão psicocorporal pode ser constatada através da proliferação do "culto ao corpo" ou de transgressões do imaginário do corpo como território indevassável (tatuagens e os *piercing* não deixam de ser sintomas do devassamento do corpo como experiência psicocorporal problemática, como é o caso do toyotismo).

A estética do modernismo tendia a separar corpo e mente. É o que Eliane Robert Moraes caracterizou como sendo o *corpo impossível* (Moraes, 2002). É curioso que, no plano estético, o romance fantástico *Frankenstein*, de Mary Shelley (1815), parece nos sugerir que a reconstituição do corpo nas condições do capitalismo industrial do século XIX, da grande indústria de base técnica rígida, tenderia apenas a produzir monstros, tão inflexíveis quanto autômatos desconjuntados. Enfim, o corpo impossível da estética modernista pressupunha um tipo de tráfico psicocorporal particular, que o fordismo-taylorismo traduziu, em sua tipicidade, como a separação corpo e cérebro.

Por outro lado, a estética do pós-modernismo tende a fundir corpo e mente através do homem pós-orgânico. O corpo é refundado através das técnicas digitais e de virtualização (Sibilia, 2002). Deste modo, a "crise do fordismo" é também a crise de uma experiência do corpo útil, produtivo e submisso. É a crise de uma prática subjetivadora que precisava ser reconstituída, segundo a lógica da acumulação flexível.

Mas a reconstituição psicocorporal do toyotismo é problemática, cabe ressaltar. Se ela tende a fundir corpo e mente, ao flexibilizar o corpo rígido, tornando-o maleável para a nova subsunção do trabalho ao

capital, ela *não* o emancipa, nem o poderia. De fato, o toyotismo, como salientamos acima, possui elementos de continuidade com o taylorismo e fordismo que impedem/subvertem essa nova disposição/organização pressuposta no novo modo de subsunção que exige a base técnico-civilizacional que o toyotismo procura representar, sem consegui-lo, pois contém a perversão da utopia do trabalho.

As implicações toyotistas, tanto no campo da produção, quanto da reprodução social, são "espectralidades sociais", isto é, promessas frustradas repostas como pressupostos negados do sistema produtor de mercadorias. A "compressão psicocorporal" ou o reencontro do *corpo* com o *cérebro*, o gesto físico flexível, ou melhor, espontâneo, a negação da cisão da subjetividade, são promessas frustradas do toyotismo. Entretanto, não deixam de ser elementos de plena efetividade no plano da representação imaginária (o que é mais visível na instância sócio-reprodutiva através dos sonhos contingenciais do corpo emancipado). Na verdade, estamos diante de uma aguda contradição objetiva do capitalismo monopolista em sua etapa de crise estrutural.

A título de ilustração desta hipótese, onde vinculamos modo de produção, forma de organização do trabalho e dinâmica psicocorporal, podemos utilizar alguns filmes do cinema que sugerem que a dominação do capital e a resistência/conformação do trabalho vivo se desdobra na instância corporal. O *corpo*, como instância ineliminável da subjetividade do trabalho vivo, é hoje, mais do que nunca, um campo de batalha. É possível apreender, por exemplo, a rigidez corporal-psiquica no andar mecânico dos operários em "Metropolis", de Fritz Lang (1926); e dos gestos monótonos e repetitivos de Carlitos em "Tempos Modernos" (1936). São filmes clássicos que expressam a disciplina fordista-taylorista que atinge a corporaldade viva (se bem que, ao ter o surto nervoso, Carlitos baila na linha de produção, sugerindo que quer subverter a disciplina psicocorporal imposta pela linha/posto de trabalho taylorista/fordista.).

Por outro lado, em filmes como "Flash Dance", de Adryan Lyne (1983) e, mais tarde, "Ou Tudo Ou Nada", de Peter Cattaneo (1997), narrativas da época de crise do fordismo-taylorismo e de disseminação do

toyotismo sistêmico, as personalidades problemáticas, buscando adaptar-se e enfrentar a aguda contradição que atinge a "subjetividade" toyotista, flexibilizam, nas instâncias sócio-reprodutivas, a disposição corpo-mente. A insurgência da nova relação corpo-mente se expressa por meio da *dança* (o mesmo *bailar* de Carlitos em *Tempos Modernos*, de 1933) que tende a subverter, pelo menos no plano sócio-reprodutivo, a disciplina rígida mente-corpo instaurada pelo sistema do capital.

Mas como salientamos, a "compressão psicocorporal" nestas narrativas fílmicas só se manifestam nas instâncias sócio-reprodutivas. Isto é, em "Flash Dance" não se pode bailar na fábrica, mas apenas fora dela, onde a personagem principal buscando realizar seus sonhos através da utopia ideológica do sucesso profissional. Em "Ou Tudo Ou Nada" não existe fábrica para os personagens centrais, ex-operários desempregados, vítimas das políticas neoliberais de Margaret Thatcher. O filme trata do drama do desemprego, com sua dinâmica inerte, que impõe, por si, um tipo de disciplina psicocorporal tão rígida quanto a disciplina fordista. O bailar (e inclusive o despir), a exposição do corpo, sugerindo um ethos dessublimativo, é uma forma de subverter a disciplina e realizar/sugerir o "sonho" prometido pelo suposto pós-fordismo, o sonho do "corpo emancipado". Entretanto, nesse caso, os trabalhadores desempregados continuam imersos na mera unilateralidade, pois, tão-somente no plano sócio-reprodutivo, os corpos bailam. De fato, a *vida desefetivada* os impede de expressarem o gesto psicocorporal pleno e emancipado.

Tanto em "Flash Dance", quanto em "Ou Tudo Ou Nada" (ou "Billy Elliot", de Stephen Daldry, de 2000), estamos diante do simulacro da dança como dessublimação reprimida. Os personagens continuam sem perspectivas de trabalho e de vida (a jovem operária em "Flash Dance" está imersa nas utopias ideológicas do casamento e do sucesso profissional). O que tais narrativas de crise do taylorismo-fordismo nos mostram são meras disposições contingentes que não conseguem ir além da lógica social do capital sob a modo organizacional do toyotismo.

Assim, os obstáculos para a realização da "compressão psicocorporal", promessa frustrada capaz de reconstituir o sujeito produtivo como

produtor emancipado, são determinações intrínsecas do modo de organização capitalista do trabalho toyotista e do sócio-metabolismo da barbárie do capital. Destacaríamos (1) a intensificação do ritmo de trabalho e da racionalização do trabalho estranhado sob o toyotismo, o que caracteriza sua continuidade com o taylorismo-fordismo. Sob as novas bases técnicas, ocorre o que já destacamos como sendo a superexploração do trabalho. Ora, sob o toyotismo, a politecnia se interverte em polivalência que se expressão através da intensificação das rotinas de trabalho. No local de trabalho toyotizado, o sofrimento tende a se alargar, se deslocando para a mente e imprimindo seu estigma no corpo. Deste modo, a "compressão psicocorporal" se interverte em compressão/esmagamento do corpo pela mente/cérebro, negação da efetividade humano-genérica, alienação/estranhamento em alto grau. Prolifera surtos de estresses, LER e as novas doenças psicossomáticas. A promessa "pós-fordista" explicita sua *farsa* e *ironia*. O toyotismo, mais que o fordismo, expõe mais uma contradição aguda decorrente desta forma de tráfico corpo-mente.

Além da intensificação do trabalho e do sofrimento psíquico, o toyotismo contém, em si, (2) elementos de dessocialização do ser social e de desefetivação do ser genérico do homem, em virtude do seu vínculo estrutural com a barbárie social que representa o modo de ser da produção destrutiva do capital na época de sua crise estrutural (o desemprego e a precarização do estatuto salarial são exemplos candentes desta dessocialização capitalista). Como elo contraditório, os elementos de dessocialização comprometem a disposição/subsunção de novo tipo mente-corpo que o toyotismo busca instaurar. Por isso, a flexibilidade aparece como dilaceração e auto-flagelação inconsciente do corpo (ela é constatada, por exemplo, através do imaginário sócio-reprodutivo das novas gerações de força de trabalho e das representações do corpo transgredido por meio de *piercing* e tatuagem que cativam os jovens, expressão do corpo ocupado e tentativa de dar novas significações a uma corporalidade impossível).

Na verdade, os novos dispositivos do toyotismo, que se constituem na instância da produção e se disseminam pela dimensão sócio-repro-

dutiva, tendem a serem subvertidos pela lógica do capital, que é a lógica do trabalho estranhado e que traz, em si, como elemento constitutivo e tendência irremediável de seu desenvolvimento, a *desefetivação* do homem que trabalha e, portanto, desefetivação da subjetividade ou da personalidade/corpo.

Capitulo 9

Toyotismo e Estresse

O novo complexo de reestruturação produtiva do capital que ocorre sob o espírito do toyotismo implica não apenas inovações tecnológico-organizacionais, mas inovações sócio-metabólicas que significam a disseminação na vida social, de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Deste modo, a reestruturação produtiva do capital tende a atingir *não* apenas os locais de trabalho, mas principalmente os espaços da reprodução social. É por meio das novas práticas sócio-metabólicas que se constitui a subjetividade do trabalho capaz de articular novos consentimentos do trabalho.

O processo de precarização do trabalho que surge na "década neoliberal" atinge não apenas a objetividade de classe, mas a subjetividade das individualidades de classe. As novas práticas sócio-metabólicas que surgem na sociedade neoliberal tendem a constituir subjetividades precárias, ou *subjetividade em desefetivação*, atingidas pelo estresse e subsumidas às implicações contraditórias da relação-capital.

Uma das contradições candentes da civilização do capital, nesta etapa de seu desenvolvimento histórico é aquela entre o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, que poderiam libertar o homem do trabalho heterônomo, concedendo-lhe mais tempo livre para o desenvolvimento de suas faculdades físicas e espirituais; e as relações capitalistas de produção da vida social, que aprisionam o homem no tempo de vida como tempo de trabalho estranhado ou tempo de trabalho negado como atividade prática significativa.

O que surge do nexo contraditório do estranhamento pós-moderno é uma *subjetividade em desefetivação*. O impacto da contradição social aguda na objetividade (e subjetividade) das individualidades de classe é alucinante. No plano epidemiológico, como iremos tratar neste capítulo, ela se expressa através do surto de *estresse* que atinge a civilização do capital. Para a OMS (Organização Mundial da Saúde) o estresse é uma das maiores ameaças à saúde humana no século XXI. Por exemplo, especialistas americanos estimam que cerca da metade das internações diárias nos Estados Unidos atualmente é causada por distúrbios decorrentes do *stress*: são 225 milhões por ano! (SANDMAYER, 2006). Nas livrarias crescem os títulos da literatura médica e de auto-ajuda que tratam do estresse (por exemplo, só na Livraria Cultura constam cerca de 53 titulos em língua portuguesa que tratam do estresse).

Alguns Títulos de Livros Que Tratam do Estresse

COMO CONTROLAR O ESTRESSE DE MANEIRA EFICAZ
VIVA O ESTRESSE - COMO TRANSFORMAR AS PRESSOES
ESTRESSE & CARREIRA
ELIMINANDO O ESTRESSE
ADMINISTRAÇAO DO ESTRESSE
GERENCIAMENTO DO ESTRESSE
ESTRESSE MASCULINO
ESTRESSE, AUTO-ESTIMA, SAUDE E TRABALHO
ESTRESSE INFANTIL
ESTRESSE - CONHECER PARA SUPERAR
APRENDENDO A LIDAR COM O ESTRESSE
SOBREVIVENDO AO ESTRESSE DO TRABALHO
TESTE SUA RESISTENCIA AO ESTRESSE
MENOS ESTRESSE, MAIS SUCESSO
FIM DO ESTRESSE
TECNICAS DE CONTROLE DO ESTRESSE
O ESTRESSE FEMININO
ADOLESCENTES SEM ESTRESSE
ESTRESSE - O IMPULSO DA VIDA
CONTROLANDO O ESTRESSE NA EMPRESA
ESTRESSE NO COTIDIANO

O *estresse* é a doença universal da "sociedade toyotista". O toyotismo é considerado como "management by stress". O estresse é uma sindrome que atinge corpo e mente e que expressa o caráter totalitário e totalizante das novas implicações objetivas (e subjetivas) da produção de valor. O estressse é sintoma epidemiológica do sócio-metabolismo da barbarie e das novas condições da produção do capital. Como salientamos, o toyotismo não é uma mera ruptura com o fordismo-taylorismo. Ele dá continuidade à lógica da racionalziação do trabalho vivo na produção de mercadorias. Só que, nas condições da III Revolução Tecnológica e da crise estrutural do capital, a racionalização do trabalho exige uma nova implicação subjetiva do trabalho, mais intensa (e extensa) à lógica do capital. Mais do que nunca, exige-se a "captura" da subjetividade do trabalho capaz de operar os novos dispositivos técnico-organizacionais da produção de mercadorias.

O toyotismo e seus dispositivos organizacionais têm como nexo essencial um novo consentimento do trabalho que implica um "engajamento" integral aos valores-fetiches da empresa. Para faze-los funcionar a contento, o trabalho vivo precisa não apenas vestir a camisa da empresa, mas dar a alma (corpo e mente) aos interesses do capital. O precário mundo do trabalho e o medo do desemprego constituem o ambiente psicossocial capaz de emular o engajamento estranhado.

A "captura" da subjetividade do trabalho vivo implica não apenas a manipulação da instância da consciência/pré-consciência das individualidade de classe, com a corrosão da memória histórica e a manipulação intensa das expectativas e utopias; mas implica também a manipulação da instância do inconsciente ou daquilo que denominamos "inconsciente estendido", modo ampliado de operar os valores-fetiches através do qual exercemos nossas escolhas morais e tecemos os consentimnetos espúrios.

O *estresse* não nasce com o modo toyotista de organização da produção capitalista. Ele é uma reação natural que auxilia o homem (e todos os vertebrados) a enfrentar situações de perigo. Como observa Kraft, "sem que tenhamos consciência, o cerébro percebe riscos potenciais e – por meio de um mecanismo ancestral, do ponto de vista filogenético

– põe o corpo em estado de alerta numa fração de segundo." (KRAFT, 2006). Diante de uma situação de perigo extremo, o organismo do homem primitivo disparava um processo de adaptação caracterizado pelo aumento da secreção de adrenalina e cortisol. Há 5 mil anos, ocorre da mesma maneira e independentemente da nossa vontade, de forma tão automática, como por exemplo, o programa de defesa do sistema imunológico contra a gripe.

No passado, a quantidade de "agentes estressores" era menor. A civilização industrial e os mecanismos capitalistas de racionalização do trabalho produziram novos focos estressores na vida humana. Inclusive, o termo *stress* surge no ápice do desenvolvimento do fordismo-tayorismo. Mas é a partir da crise estrutural do capital e do desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva, com o processo de precarização do trabalho e da constituição dos novos estatutos salariais de proletariedade no bojo do sócio-metabolismo da barbarie, que a quantidade de "agentes estressores" se multiplicou. O estresse é sintoma daquilo que salientamos como sendo a *subjetividade em desefetivação*.

Aliás, a "captura" da subjetividade pela lógica do capital, nexo esencial do toyotismo, é "agente estressor" de maior intensidade, tendo em vista que exige a mobilização intensa da subjetividade humana (consciencia/pré-consciência e inconsciente) pelos dispositivos organizacionais da produção toyotista (novas formas de pagamento, trabalho em equipe e emulação pelo medo).

Os agentes estressores não são apenas ameaças reais, mas inclusive, ameaças imaginárias que fazem, por exemplo, com que o organismo humano, diante de situação de risco e de insegurança social, reaja como se estivesse, por exemplo, face a face com um animal selvagem. A instância psiquica do inconsciente independe da realidade externa, mas representa a realidade psiquica interna. Deste modo, tende a perceber ameaças imaginárias, como o desemprego, por exemplo, como ameaças reais que estressam a subjetidade humana. É o chamado *estresse psicológico provocado por antecipação*. Diferentemente de uma ameaça real à vida, a antecipação é uma espécie de estresse imaginário: "O sim-

ples pensar em uma situação que pode ocorrer ou não, como o medo de sofrer sequestro relampago toda vez que se vai a um caixa eletrônico, já é suficiente para acionar os mecanismos biológicos relacionados ao estresse, que estima-se, atinge entre 10% e 20% da população nos países desenvolvidos." (Reportagem "Viver é muito perigoso", Revista Pesquisa FAPESP, novembro de 2006). Um detalhe: nesta mesma reportagem, observa-se que o estresse prolongado intensifica inflamação cerebral ligada à morte de neuronios.

Por isso, o espectro do desemprego aberto e do precário mundo do trabalho é um poderoso "agente estressor". A condição de proletariedade e de insegurança social em suas múltiplas formas, colocam no dia-a-dia, homens e mulheres diante de reações de seu organismo não muito diferentes das de seu ancestral diante de um lobo.

A degradação da qualidade de vida das grandes metropoles e a reengenharia toyotista dos locais de trabalho, sobre a qual homens e mulheres não têm o menor poder de participação ou decisão, impõe a liberação constante pelo organismo humano, de adrenalina e cortisol. "Nos últimos dez ou 15 anos, principalmnete nas grandes cidades, a vida tornou-se mais rápida e mais agitada. Hoje, sentir-se estressado praticamente integra o cotidiano profissional", observa Schedlowski (KRAFT, 2006).

O fisiologista canadense Hans Selye (1907-1982) foi o primeiro a definir o *estresse* para indicar a "síndrome produzida por vários fatores nocivos", em trabalho publicado na revista *Nature* em 1936, um período de aguda inovação tecnológica de cariz fordista-taylorista nos EUA (um detalhe, em 1936, Charles Chaplin lançaria o filme clássico "Tempos Modernos", um dos libelos contra a civilização fordista-taylorista).

Poucos anos antes, entre 1910 e 1920, o fisiologista norte-americano Walter Cannon havia introduzido o termo *stress* em fisiologia, transportando-o do jargão da engenharia. *Stress*, em inglês, significa *esforço, tensão* e era usado para indicar a capacidade de resistência de uma ponte. Essa imagem se adaptava bem ao significado de *stress* como resposta a mudanças: passagem de um ponto a outro, como através de uma ponte mais ou menos resistente (assim, os ingleses já usavam a palavra no sé-

culo XIV). Mas, como ensina Manlio Cortellazzo e Paolo Zolli, no *Dicionário etimológico da língua Italiana* (Zanichelli), a palavra *stress* tem origem na lingua latim. No jargão popular, *districtia* significava aperto, angústia ou aflição. Os franceses a transformaram em *distress* e os italianos receberam de volta o neologismo que tem suas raízes no verbo *strizzare*. Atualmente *stress* – ou estresse, na lingua portuguesa - continua a ter significados vagos e nem sempre claros.

Na linguagem comum, *estresse* é sinónimo de cansaço, fadiga, ansiedade e preocupação, significados que acabam por trocar a causa pelo efeito. Esse equívoco não é raro em medicina. O mesmo ocorreu, por exemplo, com o termo colesterol, entendido como algo nocivo e sintoma de doença, antes de ser reconhecido como um dos componentes indispensáveis das células e do metabolismo. Entretanto, o que ocorre é que o modo de vida e trabalho capitalista tende a dar um novo significado ao *stress* humano, intervertendo-o em elemento de *desefetivação* da subjetividade, isto é, do corpo e mente do homem como ser genérico.

Deste modo, se o estresse, como reação natural do organismo humano diante de situações de perigo ou de solicitações externas inesperadas, é um elemento ineliminável da atividade prática-sensivel do animal homem, tendo em vista que, como obervou Lukács, a atividade do trabalho possui sempre componentes de incognoscibilidade, o excesso de estresse que se vincula a situações de estranhamento/alienação ou de perda de controle da atividade social ou ainda do agudo fetichismo que se dissemina na sociedade produtora de mercadorias, tende a negar a atividade humano-genérica, tornando-se aquilo que o jovem Marx indicou como *desefetivação* do ser genérico do homem.

Uma pesquisa empírica da *ISMA* -Brasil

Iremos comentar, a título de ilustração, uma pesquisa social realizada pela *International Stress Management Association* (ISMA), no Brasil, em 2004, com cerca de 752 profissionais de empresas brasileiras.

O estudo foi publicado, em parte, no suplemento "Empregos", do jornal "Folha de S. Paulo", em 1º. de maio de 2005, sendo assinado pelo jornalista Cássio Aoqui. O que nos interessa é utilizar os dados empíricos da pesquisa, sem levar em consideração possíveis vieses metodológicos. A pesquisa da ISMA-BR abrangeu o universo de executivos e empregados administrativos de grandes e médias empresas (o nível gerencial, por exemplo).

É importante salientar que nos últimos anos, o toyotismo foi implantado, em maior ou menor proporção, nos locais de trabalho no Brasil. Do escritório ao chão de fábrica, instaurou-se o que salientamos como sendo o "toyotismo sistêmico", que mesclado com determinações fordistas-tayloristas, aprofundou os nexos do trabalho estranhado no País (ALVES, 2000).

A pesquisa tratou, em especial, do universo de executivos e empregados administrativos. Ora, se o topo executivo de empregados dos *locis* de produção do capital sofre, desta forma, do estresse, é provável (e apenas provável) que os de baixo, os operários do chão de fábrica, subsumidos à heteronomia plena, sejam atingidos, inclusive com mais intensidade, pelo estresse. O espírito do toyotismo, nos *locis* mais dinâmicos de acumulação de valor, permeia o edifício produtivo do capital, da base ao topo administrativo, implicando numa intensificação e sobrecarga de trabalho.

Os depoimentos expõem de forma candente, o caráter negativo do estresse vinculado ao trabalho estranhado. As condições do capitalismo neoliberal tendem a esmagar as individualidades de classe, subsumindo-as cada vez mais às teias dessocializadoras da alienação. Diz, por exemplo, na reportagem, a gerente de recursos humanos, Flávia Pettine Gaeta, 28 anos: "Minha vida era só o trabalho, tinha abandonado o lado pessoal. Até que um dia, ao chegar em casa após uma crise de choro, desmaiei. Quando acordei, estava num quarto do [hospital] São Luiz, sem vontade de viver". *(apud* AOQUI, 2005) Nesse breve e significativo depoimento podemos perceber todos os elementos do *trabalho estranhado* em sua forma aguda, expressos não por um operário da produção, mas por um agente administrativo da grande empresa, uma gerente de recursos humanos.

Em 1844, quando o jovem Marx escreveu o terceiro manuscrito intitulado *O trabalho estranhado* (dos "Manuscritos Econômico-Filosóficos"), ele tinha em mente o proletariado industrial, isto é, o operário do chão de fábrica. Nos últimos 150 anos, o capitalismo industrial se desenvolveu de modo intenso, ampliando suas determinações estranhadas, subsumindo, cada vez mais, o trabalho vivo e expandindo os espaços de alienação. Na verdade, em nossos dias, o trabalho estranhado e suas manifestações psicossomáticas, atinge a *totalidade viva do trabalho*, da linha de produção propriamente dita às linhas de escritórios administrativos; do operário ou empregado pouco qualificado às chefias executivas com cargo de responsabilidade, todos implicados nas metas de produtividade e desempenho da produção e reprodução capitalistas.

O *trabalho estranhado*, na medida em que envolve todos os *loci* da produção do capital, inclusive seus capatazes diretos, tende a ser a própria manifestação social de anulação da *pessoa humana*. É o que Marx denominaria processo de *desefetivação* do ser ge'nerico do homem. Imerso em seu particularismo, o sujeito humano se dissolve como ser genérico: "O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal [*sachlich*], é objetivação (*Vergegenstandlichung*) do trabalho. A efetivação [*Verwirklichung]* do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece [...] como desefetivação [*Entwirklichung*] do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento [*Entfremdung*], como alienação [*Entausserung*]. [...] A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer". (MARX, 2004).

Nesta importante passagem, é importante destacar o sentido de perda/interversão da atividade prático-sensível do homem. O trabalho/objetivação que significa apropriação e vida humano-genérica se *interverte* em estranhamento e desefetivação. Marx iria explicar o processo de perda do homem através das relações sociais de produção capitalista (o que descarta as explicações psicologizantes).

No caso da pesquisa empírica da ISMA, é importante considerar o aspecto de *gênero*, isto é, hoje, o mundo do trabalho constituído hoje, em

sua maioria, por mulheres, que, como os homens, são vítimas do estresse. Segundo outra pesquisa realizada pela ISMA-BR, a qual foi apresentada pela presidente da entidade, Ana Maria Rossi, Ph.D. em psicologia, em Congresso da ISMA Internacional, realizado na Inglaterra, de 3 a 7 de julho de 2004, sob o título "Taking the Stress out of Work", as mulheres profissionais tendem a se adaptar melhor aos desafios e pressões, sendo menos suscetíveis às doenças que se originam do excesso de estresse (a pesquisa de Rossi abrangeu um universo de 220 profissionais brasileiros, 110 homens e 110 mulheres, não se discriminando o setor profissional). Rossi sugere que as mulheres "vivem mais e melhor" o trabalho estressante. Ela enumera quatro razões: (1) elas têm mais facilidade para verbalizar suas emoções; (2) têm maior conscientização das suas condições físicas e emocionais, buscando ajuda nos primeiros sinais dos sintomas de estresse; (3) têm mais disciplina na prática regular de relaxamento; (4) e cultivam uma crença religiosa, demonstrando mais fé. Segundo a pesquisa, os homens fazem duas vezes mais atividades físicas – 51% (H) e 26% (M). Entretanto, são as mulheres que sabem relaxar muito mais – 18% (H) e 17% (M). É no item *Comunicação*, entretanto, na facilidade de verbalizar suas emoções, que as mulheres ganham longe do universo masculino – 29% (H) e 84% (M), enquanto, em termos de *Socialização*, os homens são mais hábeis, sabem tirar da cabeça os problemas numa proporção de 71% (H) para 16% (M).

Outro depoimento citado na reportagem do jornal "Folha de São Paulo" é a da analista de sistemas E.Z., 29 anos, que compara o estresse no trabalho com "um tsunami que passou e deixou seqüelas até hoje". Diz ela, com mais detalhes, relatando sua experiência de vida: "Participei de um projeto horrível, que me obrigou a abrir mão da vida pessoal. Não via a família e mal tinha fim de semana, já que virava a noite aos domingos". Segundo ela, as maiores fontes de estresse eram a pressão e a sobrecarga na equipe de trabalho inteira. Prossegue dizendo: "Vi todos chorarem ao menos uma vez durante o projeto. E, no pior dos casos, uma amiga, que chegou a pesar 33 kg, desmaiou no dia em que tirou férias. Teve complicações na tireóide e gastou os cinco meses de horas extras acumuladas

para tratar a doença". Ora, o depoimento acima expõe a "lógica do medo" que é intrínseca ao toyotismo como dispositivo de "*captura*" da subjetividade do trabalho. A analista de sistemas conclui dizendo que ainda não se recuperou do *tsunam*i do estresse: "Não voltei ao normal. Mas disso tirei a maior lição: aprendi a falar 'não'" (apud AOQUI, 2005).

No depoimento acima é perceptível a dimensão *fetichizada* da "captura" da subjetividade do trabalho. A analista de sistemas, E.Z., por exemplo, tende a comparar o estresse no trabalho com um *tsunami* (uma onda gigante que atingiu alguns países da Ásia em dezembro de 2004). Embora um *tsunami* seja um fenômeno natural, o estresse no trabalho é um fato social causado pelo espírito do toyotismo, pela maior intensificação e sobrecarga de trabalho estranhado.

Como temos salientado, o *toyotismo* é um modo de organização da produção de mercadorias que se vincula a uma etapa de crise de superprodução do capital. Ele surge e se desenvolve num cenário de aguda concorrência entre os capitais e de busca intensa por extração de sobretrabalho. O que significa que a "captura" da subjetividade e os novos consentimentos do trabalho ocultam dimensões da sanha da valorização do capital. É provável que a adoção das *novas formas de pagamento*, como a PLR - Participação em Lucros e Resultados, e do *trabalho em equipe*, contribuiu para que o trabalhador seja carrasco de si mesmo ou capataz de outros trabalhadores, tornando-se estas inovações organizacionais agentes estressantes de maior intensidade. Provavelmente ambientes de trabalho de mais alto estresse são os que vinculam o salário ao desempenho nas tarefas. Além disso, a emulação pelo *medo*, um dos eixo-chave da construção do *novo consentimento toyotista,* tende a possuir um sentido perverso para a subjetividade do trabalho. Como salienta a empregada analista de sistemas, "Percebi que, por medo, não se dá um basta, aceita-se tudo" (AOQUI, 2005).

Outro dado da pesquisa da ISMA-BR, destacada na reportagem da "Folha de São Paulo" é que o maior percentual de trabalhadores estressados se dá entre 36 a 45 anos, a faixa etária de operários e empregados de risco (38% por entrevistados). Até 25 anos, o stress atinge 11% dos

entrevistados; de 26 a 35 anos, 19%; de 46 a 55 anos, 23%. Ora, a perda de emprego nas faixas de idade de 36 a 45 anos e de 46 a 55 anos é deveras preocupante, tendo em vista a dificuldade de encontrar um novo emprego. É uma fase de maturidade profissional. Se somarmos a faixa etária de 36 a 45 e de 46 a 55 anos, teremos 61% dos empregados atingidos pelo estresse do trabalho nesta faixa de risco, tendo em vista o comportamento desfavorável do mercado de trabalho.

Segundo esta pesquisa, o nível de estresse atingiu um nível preocupante para 37% dos trabalhadores entrevistados. E mais uma vez, se somarmos o nível regular (28%) e preocupante (37%) teremos mais da metade atingidos pela *desefetivação* do trabalho estranhado. É importante observar que a pesquisa ocorreu num cenário de conjuntura favorável da economia brasileira, apesar de suas perspectivas de incertezas. Isto é, a conjuntura da economia brasileira tende a não afetar diretamente o problema do estresse do trabalho. Tal como o desemprego e a precarização do trabalho, o estresse *não* recua de forma significativa em momentos de crescimento da economia. Na verdade, ele tende a se agudizar em conjunturas de crescimento, pois o "management by stress" se vincula à intensa concorrência entre capitais sob o capitalismo global.

No tocante aos sintomas físicos e psicológicos, verificamos, através desta pesquisa, certo equilíbrio perverso. O estresse se manifesta como preocupante e regular nas duas dimensões físicas e psicológicas. Não dá para separar o físico do psicológico, pois o trabalho estranhado tende a atingir a totalidade viva da força de trabalho. Muitas vezes, como se constata através de pesquisas epidemiológicas, o que se manifesta no corpo são sintomas de distúrbios psicológicos e de aguda insatisfação com o trabalho estranhado, como podemos verificar no crescimento paulatino de casos de LER (Lesões Por Esforço Repetitivo) na "década neoliberal". O crescimento de LER, principalmente entre empregados de escritório, decorre do estresse.

Esta pesquisa da ISMA-BR discrimina *fontes pessoais* e *fontes profissionais* de estresse. Esta distinção tende a produzir certo viés, pois oculta o vinculo irremediável entre trabalho e vida. Mesmo assim, 58%

dos trabalhadores entrevistados indicaram como fonte do estresse, a atividade profissional. E destes, cerca de 48% dos entrevistados, indicaram a sobrecarga do trabalho.

Mas é curioso verificar que o estresse que atinge os empregados, possui como fonte crucial não apenas variáveis intrínsecas ao local de trabalho (a sobrecarga de trabalho), mas variáveis externas à atividade profissional, isto é, às instâncias do metabolismo social e da vida pública constituídas como precário mundo do trabalho: 71% dos trabalhadores entrevistados acusam a violência e outros 57%, o desemprego. Ora, as causas do estresse decorrem da precariedade da vida e do trabalho no capitalismo global (48% dos trabalhadores entrevistados indicam a sobrecarga de trabalho; 42% , os relacionamentos e 31%, as finanças). Um detalhe: ao serem perguntados se aceitam novas responsabilidades quando sobrecarregado, 76% responderam "sim" e 24%, "não". A imposição de novas responsabilidades nas empresas, mesmo que sutil, contribui para o estresse.

Finalmente, a pesquisa da ISMA-BR trata dos sintomas do estresse que aparece como dores e cansaço na maioria dos entrevistados (86% dos trabalhadores entrevistados relataram dores e 69%, cansaço; 35%, insônia e 23%, distúrbios gástricos). É a explicitação plena da *desefetivação* da corporalidade viva do trabalho. Ela atinge *corpo* e *mente* da força de trabalho. Por exemplo, a ansiedade e a angústia aparecem como sintomas psicológicos mais evidentes (81% dos trabalhadores entrevistados relataram ansiedade e 78%, angústia. Irritação e raiva ficaram com 71% e 52% dos entrevistados, respectivamente). No traço comportamental, o álcool, cigarro e auto-medicação (com 46% dos entrevistados), além da agressividade (com 43% dos entrevistados), compõem o quadro intenso de estresse.

Capitulo 10

Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade

O nosso objetivo é apresentar um pequeno esboço sobre as perspectivas da educação profissional diante da mundialização do capital e do novo complexo de reestruturação produtiva do capital. Qualquer análise dos processos sociais deve ser precedida de uma apreensão *dialética* da natureza da fase histórica de desenvolvimento do capitalismo mundial. É a partir da totalidade concreta do novo momento de desenvolvimento do sistema de controle sócio-metabólico do capital que podemos apreender o significado essencial dos mais diversos processos sociais, principalmente aqueles ligados às novas ideologias da educação profissional, centrada nas novas qualificações e no conceito de empregabilidade.

Tentaremos esboçar uma crítica do conceito de *empregabilidade* enquanto elemento ideológico disseminado pelo espírito do toyotismo. Por um lado, ele traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, e por outro lado, tende a ocultar (e estamos diante de uma operação ideológica!) que seu substrato estrutural-organizacional, o toyotismo, possui como lógica interna a "produção enxuta" e uma dinâmica social de exclusão que perpassa o mundo do trabalho.

É por pertencer à lógica estrutural da mundialização do capital, que *não* está voltada para o crescimento e políticas de pleno emprego,

que o toyotismo e sua ideologia de formação profissional (a empregabilidade) tendem a *frustrar* qualquer promessa integradora do mundo do trabalho, tão comum na era do capitalismo fordista do pós-guerra.

Finalmente, salientaremos que a promessa frustrada de inclusão social vigente no fordismo, está sendo substituída pela promessa restrita de um novo trabalhador politécnico e liberado do taylorismo-fordismo, mais imerso numa nova forma de estranhamento e objetivações fetichistas (como o valor-fetiche da empregabilidade). É a lógica contraditória do toyotismo e suas implicações objetivas e subjetivas no tocante a qualificação da forca de trabalho que dá conteúdo à formação profissional e às políticas educacionais.

O espírito do toyotismo e a nova formação profissional

O toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo e fordismo. É por isso que alguns autores, como Aglieta e Palloix, o denominam de "neofordismo". No campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho; desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas (e tecnológicas), as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que diz respeito à racionalidade tecnológica. Poderíamos até afirmar que o toyotismo é o modo de organização do trabalho e da produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, que constituem uma nova base técnica para o sistema do capital, e da crise estrutural de superprodução, com seus mercados restritos. Entretanto, cabe salientar que o toyotismo é meramente uma inovação organizacional da produção capitalista sob a grande indústria, não representando, portanto, uma nova forma produtiva propriamente dita. O toyotismo tende a mesclar-se, em maior ou

menor proporção, com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. Por isso, tal como uma dialética integradora, que mescla o *novo* e o *arcaico*, o toyotismo aparece articulado com as formas tayloristas-fordistas restritas no processo de trabalho. Apesar disso, ele não deixa de ser o "momento predominante" do novo processo produtivo, impondo, articulando e constituindo as novas qualificações.

A preocupação fundamental do toyotismo é com o controle do *elemento subjetivo* no processo de produção capitalista, isto é, com a "captura" da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a "manipulação" do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelos principio de "autonomação" e de "auto-ativação", ou ainda, pelo *just-in-time/kan-ban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os CCQ's, programas de Qualidade Total, iniciativas de envolvimento do trabalhador, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (CORIAT, 1990).

O toyotismo, tal como o fordismo, opera a articulação hábil da "*força*" (destruição do sindicalismo industrial de massa) com a "*persuassão*" (remunerações flexíveis ligadas a desempenho individual e trabalho em equipe e intensa propaganda ideológica) – como ocorre sob o toyotismo (foi em seu ensaio seminal "Americanismo e Fordismo", que Antonio Gramsci tratou da natureza do fordismo como sistema de vida e não apenas como modo de organização do trabalho).

Finalmente, é importante salientar que o toyotismo tende a se distinguir do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um *salto qualitativo* na forma de subsunção *real* do trabalho ao capital. Tanto o fordismo quanto o toyotismo seriam formas organizacionais da grande indústria e, portanto da *subsunção real do trabalho ao capital*. Só que enquanto no fordismo tínhamos a *subsunção formal-material,* no toyotismo temos a *subsunção formal-intelectual (ou espiritual)*

do trabalho ao capital (para tal distinção vide o artigo de Ruy Fausto, "A Pós-Grande Indústria nos *Grundrisse* e para além deles", que saiu na Revista *Lua Nova*, de novembro de 1989). Deste modo, diferentemente do fordismo, o toyotismo *reconstitui,* no interior da grande indústria, o que era fundamental na manufatura: o "velho nexo psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho" (Gramsci).

É por isso que o toyotismo tende a exigir, para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, *novas qualificações* do trabalho que articulam *habilidades cognitivas* e *habilidades comportamentais*. Tais novas qualificações são imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica (a automação flexível). São elas que compõem a nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual).

Ao tratar das profundas mudanças nas qualificações exigidas para o trabalho industrial, Ana Teixeira observou: "Essa mudança poderia ser sintetizada como perda de importância das habilidades manuais em favor das habilidades cognitivas (leitura e interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual) e comportamentais (responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação). Essas novas qualificações poderiam ser organizadas em três grandes grupos: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho".(TEIXEIRA, 1998)

Novas Qualificações do Trabalho

Novos conhecimentos práticos e teóricos	Capacidade de abstração, decisão e comunicação	Qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho
HABILIDADES COGNITIVAS		HABILIDADES COMPORTAMENTAIS

Formação profissional, novas competências e empregabilidade

É a partir de tais mutações orgânicas da produção capitalista na era da globalização que podemos compreender a constituição de um *complexo ideológico* que irá determinar as políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de *empregabilidade e competência*.

O que temos caracterizado como novo complexo de reestruturação produtiva, cujo "momento predominante" é o toyotismo, promoveu mudanças estruturais no mercado de trabalho e na própria estrutura das qualificações profissionais, com rebatimentos decisivos nas políticas educacionais e demandas formuladas à escola.

O toyotismo é uma nova ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital, exigindo para o seu pleno desenvolvimento, uma "reforma intelectual e moral" do mundo do trabalho. Como ainda *não* se constituiu como um sistema de vida e modo de desenvolvimento do metabolismo do capital, o toyotismo possui uma hegemonia social precária. Na verdade, vivemos imersos num *elo de transição* para um novo modo de desenvolvimento do capital que ainda não se consti-

tuiu como tal e nada garante que possa se constituir (o que será determinado pela dinâmica da luta de classes).

As políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal, instituiu um poderoso mecanismo de produção da consciência e de construção de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos. As novas habilidades cognitivas e comportamentais possuem significação contraditória. Por um lado, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital. Por outro lado, expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital, buscando serem compatíveis com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Deste modo, não deixam de possuir uma legitimidade histórico-ontológica. Portanto, além de pertencer (e ser posto) como pertencendo à nova dinâmica de exploração da força de trabalho, as novas qualificações do trabalho são exigências pressupostas de um processo civilizatório da produção social.

Interessa-nos aqui esboçar uma crítica do conceito de *empregabilidade*, que pode ser considerado um dos eixos ideológicos da formação profissional sob o toyotismo. Ele traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento tardio do capital, ou seja, a lógica da *produção destrutiva* e da *exclusão social*.

O conceito de empregabilidade é um dos conceitos significativos da lógica do toyotismo determinando o âmago das políticas de formação profissional. Ele tende a tornar-se um senso-comum nas ideologias de formação profissional no capitalismo global. Diz Pablo Gentili: "A empregabilidade se incorpora no senso comum como significado que con-

tribui a estruturar, orientar e definir as opções (ou a falta de opções) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho, tornando-se também 'a' referência norteadora, o 'dever ser' dos programas de formação profissional e, inclusive, das próprias políticas educacionais" (GENTILI, 1998)

O conceito de empregabilidade representa, em si, os paradoxos do toyotismo, seja naquilo que ele representa de uma nova "verdade tecnológica" (Marcuse), com suas exigências de novas qualificações para o mundo do trabalho assalariado, seja naquilo que ele representa de uma incapacidade em realizar uma hegemonia social ampla (a crise da promessa integradora) (MARCUSE, 1995). O conceito opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da "produção enxuta", totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, com relativo consenso, nos discursos de neoliberais ou sociais-democratas, como requisito básico para superar a crise do desemprego.

Ora, é bastante irônico, para não dizer trágico, que um sistema mundial de produção de mercadorias que aboliu a sua capacidade de integrar todos à vida produtiva e que torna cada vez mais explicito o seu caráter de produção destrutiva, procure legitimar suas políticas de administração da crise social no mundo do trabalho através do conceito que supõe ainda a capacidade de ser "empregável" num mundo caracterizado pelo "horror econômico" (FORRESTER, 1991).

A mundialização do capital, sob a predominância da lógica da financeirização, implodiu a capacidade integradora do sistema do capital, a inclusão social relativa que permitiu a um contingente significativo de trabalhadores assalariados o acesso a vida civil, política, cultural e econômica. Criou-se na "idade de ouro' do capitalismo moderno do pós-Segunda Guerra Mundial, nos paises capitalistas centrais, uma perspectiva de integração de homens e mulheres ao mercado de trabalho e de

consumo, capaz de recriar nas condições de uma *mercantilização universal*, um novo espírito de comunidade à sombra da burocracia pública (o Estado-providência ou de Bem-Estar Social), modelo de emancipação humana possível para a social-democracia ocidental do pós-guerra. Nessa época, predominaram as políticas keynesianas de bem-estar social e o pleno emprego como prioridades das gestões macroeconômicas no centro capitalista.

Foi a promessa de integração sistêmica, desenvolvida sob o capitalismo do pós-guerra que engendrou a idéia de modernização e de construção da escola pública como instancia educativa das massas. A escola de massas tornou-se uma instituição central na criação de condições que deveriam permitir a integração plena dos indivíduos à cidadania. Sedimentou-se a função simbólica da escola e da própria formação profissional para o mundo do trabalho. Criou-se, a partir da promessa da modernização, um senso comum que articulava trabalho, educação, emprego e individualidade. A escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva.

Foi nessa época que se construiu a *teoria do capital humano* para legitimar a promessa integradora do sistema orgânico do capital. Sua concepção individualista admitia que, de posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais, o individuo estaria habilitado para a competição pelos empregos disponíveis (a educação era vista como um investimento em capital humano individual) (BATISTA, 2002).

Com a crise do capitalismo nos anos de 1970 e o desenvolvimento da mundialização do capital, com a política neoliberal e o novo complexo de reestruturação produtiva, ocorreu uma alteração significativa na dinâmica do desenvolvimento capitalista. A falência das políticas keynesianas de bem-estar social e a hegemonia das políticas neoliberais expressaram mudanças orgânicas na produção e reprodução do capital. A instauração de um regime de acumulação flexível capaz de contribuir para uma retomada dos patamares de acumulação de riqueza abstrata colocou em crise a promessa de inclusão social e explicitou que o desenvolvimento do capitalis-

mo se dá a partir da "produção enxuta" de mercadorias com a exacerbação do controle e manipulação do elemento subjetivo do trabalho.

A nova lógica da mundialização do capital significaria *não* o abandono da teoria do capital humano, que se disseminou na "época de ouro" do capitalismo, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia neoliberal, mas uma nova tradução da teoria do capital humano. É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a *nova tradução da teoria do capital humano* sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o individuo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao individuo um emprego no mundo do trabalho.

Entretanto, o que o aparato midiático salienta à exaustão é a necessidade dos indivíduos *consumirem* um conjunto de novas competências através de cursos de requalificação profissional. O que ocorre é a operação ideológica sutil de atribuir aos indivíduos, e apenas a eles, a "culpa" pelo fracasso na sua inserção profissional, demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de "culpabilizar" as vítimas.

O capital como "contradição viva"

É verdade que o complexo de reestruturação produtiva e o toyotismo impõem um novo perfil de qualificação no mundo do trabalho, legitimando, deste modo, a transformação educacional que ocorre no mundo capitalista. Só que, ao mesmo tempo, a mundialização do capital impõe uma lógica de exclusão social que limita a capacidade do sistema de produção de mercadorias integrar indivíduos numa vida produtiva. É um *limite estrutural* intrínseco à nova forma de acumulação capitalista. Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorve-los. O mercado não é para todos.

O discurso ideológico da empregabilidade nos apresenta uma "verdade critica" (utilizando uma expressão de Marcuse), ou seja, uma *promessa* humano-genérica, e ao mesmo tempo, sua irremediável *frustração*. É uma operação ideológica típica do metabolismo social do capital. A nova base técnica do capitalismo mundial coloca cada vez mais a possibilidade de desenvolvimento de uma *politecnia* e de um perfil omnilateral de individuo produtivo. O capital conseguiu frustrar a promessa de inclusão social dos indivíduos à vida moderna, com a economia de mercado demonstrando ser capaz de crescer e muito, excluindo homens e mulheres. Entretanto, sob o toyotismo, o capitalismo global nos apresenta a promessa (e *apenas* a promessa) da politecnia e da emancipação do homem do trabalho árduo e monótono. Isto é, as novas qualificações nos apresentam a *promessa* de um novo trabalhador. Esta "contradição viva" do capital é expressão da globalização como processo humano-genérico (ALVES, 2001). Só que é tão-somente uma *promessa*, tal como a promessa da inclusão social do capitalismo do pós-guerra, que historicamente demonstrou ser incapaz de ser realizada, e principalmente ampliada, em virtude da lógica destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Na verdade, no sistema do capital, a *politecnia interverte-se em polivalencia* Novas habilidades cognitivas e comportamentais exigidas pelo toyotismo apenas repõem a situação de *estranhamento* e de alienação humano-genérica. O trabalho árduo não é abolido. Pelo contrário, surgem novas formas de intensificação de trabalho com impactos perversos na estrutura psíquica (e mental) de homens e mulheres trabalhadoras, como demonstram as novas empresas toyotizadas e o contingente de operários e empregados estressados. O que significa que o desenvolvimento do toyotismo, com suas novas habilidades cognitivas e comportamentais, contribui para a disseminação de uma nova psicopatologia do trabalho, com o crescimento de doenças psicossomáticas ou ainda, "doenças da alma", expressão de uma subjetividade *visada* pelo capital.

É importante observar que, sob o metabolismo do capital, as novas qualificações não são propriamente atributos do "trabalho vivo",

mas são *objetivações imateriais* do "trabalho morto" e da relação-capital que se impõe a homens e mulheres trabalhadores (o capital representa o *poder social estranhado*) (MARX e ENGELS, 1985) Portanto, a rigor, as habilidades cognitivas e comportamentais não pertencem ao trabalho vivo, apesar dele as possuir enquanto força de trabalho (como *efetividade espectral*). As habilidades cognitivas e comportamentais em sua diemnsão instrumental, pertencem ao mundo do capital, o *capital social total*, que as apresenta como necessidades íntimas de sua própria produção e reprodução material. Elas tendem a perpetuar a existência do individuo como *instrumentalidade*, "que pode ser substituída a qualquer momento por outra instrumentalidade do mesmo tipo" (MARCUSE, 1995).

O capital como "contradição viva" é, em si, por um lado, poder social desenvolvido do ser humano-genérico, e por outro lado, representação perversa (e invertida) do estranhamento incontrolável e expansivo dos produtores diante de seu próprio poder social. Por isso, objetivações sociais (e coletivas), como as *objetivações intangíveis* das novas qualificações/habilidades da força de trabalho, assumem *formas fetichizadas*, se impondo a todos e a todas, e frustrando suas expectativas de realização humano-genérica.

O fetichismo da mercadoria é um modo de representação ideológica que *inverte* e *oculta* a natureza da mercadoria como produto do trabalho social. Em última instância decorre da perda de controle social. Por isso, na perspectiva clássica de Marx, o socialismo é, por principio, a re-apropriação do controle social da produção, o autogoverno dos produtores, capaz de abolir o *fetichismo* em suas múltiplas formas sociais. Deste modo, as novas habilidades cognitivas e comportamentais, as novas qualificações do trabalho ao serem (re)apropriadas pelo ser humano-genérico, desenvolverão novas atividades omnilaterais, deixando de ser objetos-fetiches do capital.

A ampliação de novas qualificações, por meio da extensão massiva da formação profissional, ao invés de garantir emprego a todos e a todas, cria, por um lado, a possibilidade do capital afirmar (e perpetuar) a exis-

tência de homens e mulheres como *instrumentalidades para si* (como é o caso da lógica do treinamento profissional). Mas por outro lado, explicitar, de modo candente, as contradições do sistema sócio-metabólico do capital.

Capitulo 11

O Precário Mundo do Trabalho no Brasil

Em 30 de janeiro de 2006, um dos jornais da grande mídia destacou a seguinte manchete: "Cresce número de pessoas que recebe menos que 1 mínimo, diz IBGE". Ou seja, dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada desde 2002, apontam que, em 2005, 14,5% dos trabalhadores receberam menos de R$ 300 por mês. Isto é, o número de brasileiros que recebem menos de um salário mínimo por mês atingiu novo recorde. O que a pesquisa confirma é que a concentração de renda, para baixo, experimentada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), não conseguiu ter reversão significativa no primeiro governo Lula (2003-2006).

Segundo a pesquisa, na média do ano passado, 14,5% dos trabalhadores ganharam menos de R$ 300 por mês. Esse percentual equivale a 2,876 milhões de pessoas. A maior parte desses trabalhadores, segundo o IBGE, estava no mercado informal de trabalho, onde, geralmente, os direitos trabalhistas são desrespeitados. O crescimento da concentração salarial ocorreu num ano em que o desemprego recuou em relação a 2004, ficando em 9,8%, e a renda média do trabalhador, depois de sete anos em queda, subiu apenas 2%.

Segundo o IBGE, o avanço do sub-rendimento, que representa o total de pessoas que recebem por hora menos do que o salário mínimo dividido pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, está diretamen-

te ligado à *informalidade*. "O aumento do sub-rendimento mostra que a informalidade continua crescendo nas vagas de menor remuneração", disse o gerente da pesquisa, Cimar Azeredo. Ele acrescentou que o comércio, a construção civil e os trabalhadores por conta própria sem carteira concentram a maior parte da população que recebe menos de um salário mínimo por mês.

Em síntese, os números indicam que boa parte das vagas criadas no mercado de trabalho se concentram em postos de baixa qualidade. Esse movimento caracteriza o que o que os economistas caracterizam como *precarização* do mercado de trabalho, com um crescente inchaço do setor informal (ou a constituição de uma nova precariedade salarial).

Mas em 2006, novas manchetes de jornais iriam expriir o surgimento da nova precariedade do trabalho no Brasil. Por exemplo, em 30 de julho de 2006, outra manchete da "Folha de São Paulo" dizia: "Emprego precário é o que mais cresce" E meses depois, noutro jornal, "O Estado de São Paulo", de 11 de dezembro de 2006 lemos a manchete: "Novo emprego paga salário-mínimo".

Entretanto, o que os dados sócio-estatisticos demonstram é um processo social que assume múltiplos contornos. É tão-somente a ponta do iceberg da *precarização* do trabalho que atinge *não* apenas o setor informal, imerso na precariedade estrutural e historicamente *precarizado*, mas a *totalidade viva do trabalho* em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas.

Embora a *nova precariedade* seja mais visível nos estratos do setor informal, ela aparece, sob múltiplas formas, nos estratos formais do mercado de trabalho, seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial; ou ainda da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas-extras não-pagas; seja através da insegurança no emprego e da carreira, como demonstram as reedições constantes dos Programas de Demissão Voluntária ou insegurança da representação sindical, abatida pela queda do poder de barganha da categoria assalariada, etc.

Mas o novo mundo da *precariedade* salarial é constituído não apenas pelo trabalhador assalariado empregado, do setor formal e do setor informal, mas pelo trabalhador imerso no desemprego de longa duração, com destaque para os estratos de jovens trabalhadores que têm imensa dificuldade de conseguir o primeiro emprego e que pressionam o mercado de trabalho (por exemplo, uma das manchetes da "Folha de São Paulo" em 26 de janeiro de 2006 era: "Jovem enfrenta maior dificuldades para conseguir emprego, diz IBGE").

Precariedade estrutural do trabalho no Brasil

Nos últimos trinta anos, e principalmente, no decorrer da "década neoliberal", a década de 1990, "a década que não acabou", a *precariedade estrutural* de amplos contingentes da PEA (População Economicamente Ativa), que envolve trabalhadores assalariados empregados e desempregados, assumiu novos contornos, muitos deles não visíveis através das estatísticas sociais.

É o que consideramos como a *nova precariedade*, decorrente, em maior parte, do processo de precarização que atingiu a totalidade viva do trabalho, por conta da ofensiva do capital em suas múltiplas dimensões, objetivas e subjetivas. Para a explicação histórica da *precariedade estrutural*, da *precarização* e da *nova precariedade* do trabalho no Brasil, podemos salientar *determinações causais de primeira, segunda e terceira ordem*. É o que esboçaremos a seguir.

Num primeiro momento, as determinações causais de *primeira ordem* que compõem a precariedade estrutural da força do trabalho no Brasil vinculam-se à natureza do modo de produção capitalista, baseado na divisão hierárquica do trabalho e na propriedade privada, e, portanto, na divisão da sociedade em classes sociais que se apropriam de modo desigual da riqueza social produzida. Ou seja, o Brasil é um país capitalista inserido no mercado mundial.

O Brasil é a nona economia do mundo capitalista, considerando seu Produto Interno Bruto pelo critério da paridade do poder de compra – US$ 1,13 trilhões em 2000 (o PIB é a soma das riquezas produzidas no país). O que se constata nos últimos trinta anos, e com intensidade na "década neoliberal", é diminuição da participação percentual do trabalho no bolo da riqueza social produzida no País (caindo abaixo de 50%).

Pode-se dizer que a concentração de renda no Brasil expressa, de certo modo, a desigualdade estrutural na apropriação de riqueza social, por conta da divisão da sociedade em classes sociais, fundada na *propriedade privada* e na *divisão hierárquica do trabalho*. Entretanto, nesta perspectiva, estaríamos num alto nível de abstração categorial. Não podemos explicar a precariedade estrutural, o processo de precarização e a nova precariedade do trabalho no Brasil tão-somente pela natureza do modo de produção capitalista. É importante apreender as mediações concretas que distingue a objetivação capitalista no Brasil de outras objetivações deste modo de produção.

É importante apreender não apenas as determinações mais abstratas, mas as determinações historico-particulares que marcaram a objetivação do capitalismo no Brasil e que explicam não apenas porque o Brasil é um país capitalista industrializado com desigualdade social e concentração de renda, mas porque a desigualdade social e a concentração de renda assume proporções iningualáveis. Embora o Brasil seja um país capitalista, nem todo país capitalista é o Brasil. Neste caso, o que consideramos como *determinações causais de segunda ordem* são aquelas vinculadas à particularidade da objetivação histórica do capitalismo no Brasil. O que vai exigir a apreensão de determinações historico-genéticas ligadas ao modo de objetivação da produção de mercadorias no País.

Temos importantes contribuições teóricas que buscaram apreender o modo particular de constituição da sociedade burguesa no Brasil. Autores como Paulo Prado e Sergio Buarque de Hollanda, e principalmente Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Celso Furtado, por exemplo, deram importantes interpretações do Brasil, buscando apreender a particularidade da nossa formação nacional. No campo do materialismo

histórico destacaríamos José Chasin, Carlos Nelson Coutinho, Jacob Gorender e Antonio Carlos Mazzeo, dentre outros, com importantes contribuições ao debate sobre nossa via de desenvolvimento capitalista.

O que destacaremos é, primeiro, a natureza colonial-escravista da nossa formação capitalista. Há pouco mais de cem anos, o Brasil era um país escravista, produtor de mercadorias para o mercado mundial. Esta clivagem racial no interior da determinação de classe tenderia a marcar, de modo indelével, a desigualdade social no País (os afro-descendentes constituem o maior contingente de pobres no Brasil).

Mesmo após a Abolição da Escravatura, em 1888, a segregação racial perdurou. Os industriais, com o apoio do governo republicano, optaram pela utilização nos pólos dinâmicos da indústria brasileira nascente, da força de trabalho de imigrantes brancos, ao invés da força de trabalho dos negros recém-libertos. Os proletários negros, excluídos da senzala, trabalhadores livres, se inseriam agora, em trabalhos precários, mal pagos e sem direitos trabalhistas. É um traço indelével da via colonial-escravista que imprime a sua marca na sociabilidade capitalista até os dias de hoje.

Na tessitura da precariedade estrutural, é importante salientar a promulgação em 1850, antes da Abolição da Escravatura, da Lei de Terra, que declarava que as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer através da compra, ou seja, só poderiam ser adquiridas por aqueles que tivessem condições de pagar por elas. Essa lei ajuda a entender porque o Brasil possui, por um lado, uma perversa concentração de terras, em parte constituída por latifúndios improdutivos, e por outro lado, uma grande massa de excluídos, os trabalhadores rurais sem terra. Ela impediu o acesso de imenso contingente de proletários brasileiros à posse da terra e, portanto, à pequena produção, condenando-os a serem massa subalterna do campo e da cidade, superpopulação relativa à mercê da superexploração do trabalho. Os que não conseguiram se inserir na indústria e serviços capitalizados, compuseram o contingente de massa urbana marginalizada do mercado de trabalho

Além da via colonial-escravista, de cariz oligárquico, a formação social capitalista no Brasil é marcada pelo caráter dependente e subalterno da economia produtora de mercadorias. O Brasil surge no cenário do capitalismo industrial mundial subsumido aos interesses imperialistas, primeiro da Grã-Bretanha e depois dos EUA.

Ora, diante da irresolução estrutural da *questão democrática*, tendo em vista a exclusão de imenso contingente de trabalhadores do campo e da cidade do acesso à propriedade da terra e ao mercado de trabalho com direitos sociais reconhecidos por lei e uma estrutura de poder oligárquico, que impediu qualquer movimento de contestação à ordem senhorial ligada ao latifúndio e a grande indústria, a *questão nacional* tornou-se irremediavelmente inconclusa, não apenas devido à marginalidade de imensos contingentes da PEA que caracterizou nossa formação capitalista, mas à subalternidade candente do País aos interesses dos centros imperialistas.

Se os paises de industrialização clássica (França e Grã-Bretanha) e inclusive de industrialização tardia (Alemanha, Japão e Itália) conseguiram solucionar a *questão democrática,* através da reforma agrária e da constituição de cidadãos/sujeitos de direitos, e a *questão nacional*, através de inserção soberana no mercado mundial, o Brasil assumiu uma objetivação capitalista de cariz autocrático-burguês e dependente aos interesses dos centros financeiros internacionais. Esta é a verdadeira "herança maldita" que nenhum governo conseguiu se desvencilhar, uma tradição dos mortos que pesa sobre os vivos. Os elementos da "via colonial-prussiana", como Antonio Carlos Mazzeo denomina a via de objetivação capitalista no Brasil, moldaram o mundo do trabalho no Brasil com uma peculiar precariedade estrutural de longa data, seja no plano objetivo, seja no plano da subjetividade (e consciência) de classe.

Finalmente, no caso das determinações causais de *terceira ordem* da precariedade estrutural, do processo de precarização e da nova precariedade do trabalho no Brasil, elas se vinculariam às mutações estruturais (e de conjuntura) do capitalismo brasileiro nos últimos trinta, com destaque para a "década neoliberal" -, no bojo da mundialização

do capital, que imprimiu a sua marca na "herança maldita" da via colonial-prussiana de objetivação capitalista no Brasil, acirrando elementos estruturais e alterando a dinâmica particular-concreta do capitalismo brasileiro.

Formas do proletariado no Brasil

A classe do proletariado no Brasil nas condições históricas da década de 2000 pode ser dividida do seguinte modo: *proletariado estável*, *proletariado precário* (com suas múltiplas configurações sociológicas) e *proletários de "classe média"*. Em nossa análise, nos deteremos apenas numa de suas dimensões materiais: a dimensão da *objetividade de classe*. É importante salientar que o conceito de *classe social* envolve não apenas a objetividade, mas principalmente a *consciência/subjetividade de classe,* o que exigiria apreender, através de uma análise concreta, as múltiplas experiências vividas e percebidas da classe do proletariado.

O núcleo orgânico do proletariado é composto por 27,6% dos proletários estáveis, que compõe o *mercado de trabalho primário* (possuem carteira). Segundo a atribuição da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), os proletários estáveis seriam os proletários ocupados com carteira ou estatutários, que desempenham atividades manuais ou simples (*exclusive* atividades de gerência ou que exigem conhecimento técnico/científico, o que significa que tais contingentes de operários, empregados ou funcionários públicos estariam na "classe média"). Nessa atribuição pertencem metalúrgicos e siderúrgicos, trabalhadores braçais, agentes da administração pública, vendedores e empregados no comércio, trabalhadores agropecuários, etc.

O núcleo "duro" de proletários, composto de operários, empregados e inclusive funcionários públicos subalternos, tende a representar hoje pouco menos de 30% do proletariado no Brasil (a classe dos trabalhadores assalariados). Eles são aqueles proletários inseridos em relações salariais formais e que compõem o núcleo orgânico da reprodução ampliada do ca-

pital no campo e na cidade, em atividades da indústria, serviços, comércio e agroindústria (inclusive da administração pública, ressaltando-se que o Estado político constitui nexo orgânico do sistema sócio-metabólico do capital). É neste núcleo "duro" do proletariado que teríamos os trabalhadores assalariados organizados em sindicatos, inclusive funcionários públicos (e que representam apenas uma fração destes 27,6%).

Nos últimos vinte anos, isto é, de 1985-2005, o contingente de proletários estáveis no Brasil cresceu cerca de 43% como atestam os dados da RAIS/PNAD. Apesar da crise do desenvolvimento capitalista no País, o modo de produção de mercadorias, inclusive da mercadoria-força de trabalho, se ampliou bastante. Seu maior crescimento ocorreu no setor agropecuário. A variação do proletariado estável neste setor atingiu cerca de 295%, principalmente em decorrência do crescimento do agronegócio na última década. O desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir de uma estrutura fundiária concentrada, baseou-se no crescimento dos grandes empreendimentos agropecuários, voltados para a exportação. Mas é no campo também que cresceu, nas últimas décadas, o movimento social dos excluídos da terra, os proletários precários, que levantam a bandeira da reforma agrária. O Movimento dos Sem-Terra (MST) é expressão tanto da estrutura fundiária concentrada e desigual, quanto do acirramento das contradições de classe em virtude do avanço do *agrobusiness*. Apesar do crescimento dos proletário estáveis do campo, como atestam as estatísticas sociais, eles ainda não adquiriram o nível de organização (e consciência) de classe dos proletários excluídos do campo, organizados em torno do MST.

Por outro lado, o contingente do proletariado industrial, no período de constituição do Estado neoliberal, teve um dos menores crescimento entre os setores da economia (apenas 6,4%), expressando o processo de reestruturação produtiva ocorrido, com a racionalização das plantas industriais e disseminação de rede de subcontratação precária, algumas inseridas na atividade de serviços (que teve um crescimento de 59,8%). Tal crescimento medíocre do proletariado industrial decorre também da adoção da política neoliberal que constrangeu o crescimento da produção

nacional. Pelo seu caráter de fronteira de modernização, existe ainda um amplo potencial de desenvolvimento da atividade manufatureira no Brasil. A abertura da economia na década de 1990 contribuiu sobremaneira para a extinção de elos da cadeia produtiva e a importação de produtos. Depois do contingente da agropecuária, o contingente de proletários estáveis que mais cresceu foi o vinculado a atividades do comércio (93,9%).

No período de constituição do Estado neoliberal, a renda salarial se estagnou, mantendo-se no patamar de 3 salários-minimos (s.m.), em média. A massa salarial encolheu, exprimindo a ofensiva do capital na produção. Mesmo em setores do proletariado estável que tiveram o crescimento significativo da massa salarial, como o da agropecuária (126,3%) e o do comércio (25,8), isso se explica mais pela ampliação de seu contingente do que pelo crescimento da renda do trabalho.

O caso da indústria é sintomático deste aumento espetacular da extração de mais-valia ou da taxa de exploração no Brasil nos últimos vinte anos. O aumento da produtividade em setores-chaves da economia industrial e de serviços não significou melhoria do rendimento do trabalho. Pelo contrário, a participação do trabalho na renda nacional tendeu a decair nas últimas décadas (a massa salarial da indústria caiu -37 % e o de serviços cresceu apenas 9,6%, apesar do crescimento de proletários estáveis dos serviços de 59,8%, o que demonstra o caráter predatório da *terceirização*, que criou uma ampla teia de serviços ligados à atividade industrial, mas com salários reduzidos).

Por outro lado, que uma parte significativa da massa de mais-valia extraída dos setores mais produtivos da economia brasileira, no caso da indústria e dos serviços, tem sido succionada pelo *capital financeiro*, seja através da alta carga tributária (via Estado), a título de manter o superávit primário e os compromissos com o capital financeiro internacional; seja através do alto patamar das taxas de juros básicas (o que significa que os bancos tem sido os maiores beneficiados pela lógica do capitalismo global no Brasil nas últimas décadas).

Por isso, no total, nos últimos vinte anos, a massa salarial caiu cerca de 8,8 % no Brasil, demonstrando o caráter predatório da acumulação

capitalista sob o Estado neoliberal. É importante salientar que a queda da massa salarial ocorreu nos setores do proletariado estável, isto é, no contingente de classe mais organizado (como é o caso da indústria), que não conseguiram reverter, apesar das lutas sindicais de cariz propositivo, a tendência estrutural de degradação do estatuto salarial.

Uma apreensão cuidadosa dos dados estatísticos dos últimos vinte anos, demonstra ainda que cresceu o contingente de proletários estáveis que ganha até 3 salários-mínimos, passando de 61,6 para 65,1% do contingente de classe. Por outro lado, verificou-se o pequeno crescimento da faixa salarial de 3,01 a 7,00 s.m., de 21,3 para 22,8%, e inclusive de mais de 7,01 s.m., que passou de 6,7 para 7,3% (de certo modo, tais indicadores de faixa salarial expressam, por outro lado, como iremos ver a seguir, a maior escolaridade e qualificação da classe operária).

Entretanto, se formos desagregar os dados, verificaremos que, no caso da *indústria*, a faixa salarial de mais de 7,00 s.m. tendeu a estagnar ou até a cair (de 8,4 para 8,3%) e por outro lado, a faixa de até 3.00 s.m tendeu a ter um crescimento significativo (de 58,7 para 64,3%). A faixa salarial da indústria, de 3,01 a 7,00 s.m teve uma pequena queda de 25,5 a 24,8%. A reestruturação industrial, buscando adotar estratégias defensivas, reduziu salários, apesar do crescimento significativo da escolaridade e qualificação da força de trabalho, contribuindo para o incremento da taxa de exploração, ou seja, de extração de mais-valia.

Se a faixa salarial da indústria, de 3,01 a 7,00 s.m, teve uma pequena queda de 25,5 a 24,8%., o mesmo não ocorreu, por exemplo, no *comércio*, cuja proporção cresceu de 11,8 para 14,00 %, provavelmente por conta da modernização relativa do setor na década passada, incorporando nichos mais capitalizados, que exigiram maior escolaridade e qualificação da força de trabalho (o que ocorreu também, de forma mais sistemática, nos *serviços*, cuja faixa salarial de 3.01 a 7,00 s,m cresceu de 22,1 a 26,01%; e na faixa salarial acima de 7,01 s.m., que cresceu de 7,2 a 9,4%).

Entretanto, no caso do *comércio*, cerca de 79,6% estão na faixa salarial de até 3.00 s.m. E no caso da *agropecuária*, apesar do crescimento do

contingente do proletariado estável ligado a este setor da economia nacional, a faixa salarial que tendeu a crescer (de 70,9 para 78%), foi a de até 3,00 s.m. A faixa salarial de 3,01 a 7,00 s.m. *decresceu*, seguindo a tendência do setor industrial, o que demonstra, de modo geral, o "arrocho salarial" em setores produtivos que agregam valor à mercadoria. É a vigência da superexploração da força de trabalho na "década neoliberal".

O que podemos inferir nos últimos vinte anos de avanço do novo complexo de reestruturação produtiva é que a reestruturação industrial, buscou, acima de tudo, adotar estratégias defensivas, por meio de redução de salários, apesar do crescimento significativo da escolaridade e qualificação da força de trabalho (o que significa mais um elemento de incremento da taxa de exploração).

Os dados da escolaridade e qualificação da força de trabalho demonstram mudanças significativas na capacidade da força de trabalho produzir valor, pelo menos daqueles contingentes de operários e empregados que estão no setor produtivo da economia nacional (um dado notável é que, na indústria, a faixa dos operários que possuem 8ª. série completa e 2º. grau incompleto passou, em vinte anos, de 16,6 para 32,4% e os que possuem 2º. grau e superior incompleto aumentou de 7,7% para 22,8%!).

Em termos agregados, o que podemos constatar é o crescimento da faixa de proletários estáveis que possuem 2º. grau e superior incompleto, que passou de 14,6% em 1985 para 30,5% em 2002. O mesmo ocorre com aqueles que possuem o superior completo que passou de 2,6% em 1985 para 4,3 % em 2002. Enfim, essa é uma tendência estrutural irreversível no mundo do trabalho, tendo em vista as exigências de contratação e o incentivo à empregabilidade pelo sistema empresarial e sindical do País.

Os dados da estatística social acima demonstram o incremento da extração de mais-valia do proletariado estável na "década neoliberal", tendo em vista que, como salientamos, o crescimento da capacidade de produzir mais-valia não tem sido acompanhado pelo melhoria da massa salarial (pelo contrário, o que se verifica é sua estagnação relativa). Na verdade, sob o Estado neoliberal, o aumento da taxa de exploração pela redução paulatina do *salário relativo* tem sido o mecanismo típico de acu-

mulação de capital numa situação de crise de superprodução. Aumenta-se a escolaridade e a qualificação da força de trabalho, e portanto, a produtividade do trabalho e sua capacidade de agregar valor, mas não se aumenta, pelo menos na mesma proporção, o preço da força de trabalho.

Ao arrocho salarial, mecanismo típico da forma estatal pretérita sob o Estado autocrático-bonapartista, acrescenta-se agora, como mecanismo predominante, sob uma conjuntura de inflação sob controle relativo, e de restrição do crescimento da economia nacional, o arrocho do salário relativo que sob o Estado neoliberal é mediado pelos constrangimentos ideológicos do apelo à empregabilidade e à expansão da qualificação profissional.

Finalmente, ainda se detendo na análise da estrutura objetiva de classe do *proletariado estável*, é importante tratar da questão de *gênero*, com o crescimento da presença das mulheres no mundo do trabalho estável e do mercado de trabalho primário. Se em 1985 elas compunham 30 % da classe trabalhadora estável, hoje, vinte anos depois, elas atingem, segundo dados da RAIS/PNAD, cerca de 37%. Por outro lado, o contingente masculino teve um decrescimento de 70% para 63%.

A presença de um maior contingente de mulheres no mercado de trabalho pode ser interpretado como um sintoma do processo de precarização do trabalho, tendo em vista que as mulheres trabalhadoras, em termos históricos, sempre receberam salários menores que os homens. Além disso, é o contingente feminino que ocupa postos de trabalho de menor qualificação, além de não terem tradição de participação sindical.

Se desagregarmos os dados, podemos inferir que, mais uma vez, a *indústria* nos indica a tendência geral de desenvolvimento do proletariado estável. De 1985 a 2002, a presença dos homens teve uma queda de 77,2% para 75,7%, com as mulheres crescendo de 22,8 para 24,3% (a mesma tendência se verifica no comércio, com a presença de homens caindo de 66,5 para 61,6% e das mulheres crescendo, de 33,5 para 38,4%). Na atividade de *serviços* o crescimento das mulheres é ainda mais significativo (passou de 36,2 para 45,4%), tendo em vista o surgimento de novas ocupações, vinculadas à privatização das telecomunicações e o

surgimento de novos serviços como o telemarketing, onde a presença das mulheres é maior.

No tocante à questão da *faixa etária* do proletariado, verifica-se, no núcleo estável do proletariado brasileiro, nos últimos vinte anos, o envelhecimento relativo da classe dos trabalhadores assalariados estáveis. O que supõe que, a maior presença relativa de proletários jovens, estejam imersos no *salariato precário* (o maior índice de desemprego aberto está entre jovens de 15 a 24 anos). De fato, como atestam os dados da PNAD/RAIS, cresceu a faixa de proletários estáveis entre 25 a 49 anos, de 61% para 66,5%; e cresceu também aqueles na faixa etária de 50 a 64 anos (de 7,7 para 9,8%). Em contraste, ocorre o decrescimento da faixa etária de jovens, de 15 a 24 anos, que caiu de 29,8 para 23,00%, demonstrando a dificuldade do primeiro emprego e a inserção jovem em atividade de salariato precário.

Existe uma outra dimensão do mundo do trabalho, composto pelos *proletários precário* (o que parece ser uma tautologia categorial, afinal, a condição de proletário expressa uma intrínseca precariedade), significa meramente a condição de estatutos salariais precários, sem acesso aos direitos do trabalho conquistados no decorrer do século XX. É, como salientamos uma condição histórica precisa da época da espoliação neoliberal. É de fato um contingente mais do que significativo – cerca de 37,5% dos trabalhadores brasileiros (pouco mais de 1/3 da PEA), o que explica as imensas possibilidades (e dificuldades) da consciência de classe no País.

Ora, o que denominamos *salariato precário* são os trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, imersos em situações de precariedade extrema, na indústria, no comércio, nos serviços e na agroindústria, inclusive alguns deles inseridos em atividades não-capitalista propriamente dita (o que não significa que não façam parte do sistema do capital).

O *salariato precário* seria composto, por um lado, pela classe trabalhadora assalariada do mercado secundário de trabalho (sem carteira), isto é, operários e empregados sem carteira com renda mensal supe-

rior ou igual a 1/2 s.m (salários-mínimos). Segundo dados da RAIS, eles compõem cerca de 14,8 % da classe trabalhadora no Brasil.

Além deles, temos o *exercito industrial de reserva*, ou seja, os proletários excluídos, isto é, os trabalhadores sem carteira autônomos e empregados domésticos com renda inferior a 1/2 s.m., desempregados abertos e não-remunerados. Eles compõem segundo tais dados, cerca de 22,7%, uma quantidade nada desprezível de proletários que vivem em situações de precariedade extrema, cultivando *ambições* e *sonhos* de inserção no mercado de trabalho estável, o que tende a dificultar sobremaneira o surgimento de uma consciência de classe anti-capitalista, apesar de sua radicalidade instintiva.

Ainda temos no salariato precário, o *setor não-capitalistas*, trabalhadores autônomos sem curso superior e com renda superior ou igual a 1/2 s.m. trabalhadores domésticos que recebem 1/2 salários mínimos ou mais e trabalhadores no setor de subsistência. O setor não-capitalista compõe as atividades alternativas de reprodução da força de trabalho. Podem representar um contingente de desemprego oculto. Poderíamos considerá-los como *exceção* à forma-mercadoria – exceção que confirma a regra da lógica do capital baseada na constante *expropriação, exploração e acumulação* de valor. Apesar de pertencerem ao setor não-capitalista estão imersos na sociabilidade do capital.

O setor dos *proletários precários* constitui o maior contingente de proletários, mesmo se retirarmos o *setor não-capitalista*. O salariato precário, levando-se em consideração a margem de erro, compõe quase metade do proletariado no Brasil. Não é possível desconsiderar o amplo contingente de trabalhadores proletários à margem do sistema mais dinâmico de produção do capital. Embora não façam parte do núcleo mais dinâmico da grande indústria, são parte intrínseca da formação social capitalista e de sua reprodução ampliada.

Nos últimos trinta anos, tais contingentes de classe proletária se ampliaram e assumiram inclusive feição moderna, no caso dos "novos pobres", produtos da reestruturação produtiva. Por uma série de razões, é bastante *problemática* o desenvolvimento da consciência de classes

nos trabalhadores proletários inseridos em relações salariais precárias, principalmente por serem contingentes sociais cuja precariedade atinge não apenas a renda e as condições de trabalho, mas a representação sindical (e política) e a consciência de direitos de cidadania.

Nas últimas décadas, o *salariato precário* tem sido composto por um contingente crescente de operários e empregados que podem se considerar uma "nova informalidade" decorrente do processo de reestruturação produtiva da "década neoliberal". Os "velhos informais" habitam o que poderíamos caracterizar como um "mercado terciário de trabalho", sendo eles, os verdadeiros *excluídos sociais;* e com as novas exigências de qualificação mínima para circular no mercado de trabalho primário e secundário, eles parecem estar cada vez mais distantes de um acesso ao emprego formal ou "informal" no núcleo dinâmico da economia capitalista, sendo obrigados a se deslocarem para o *setor não-capitalista* ("deslocamentos de classe" são importantes fenômenos sociais capazes de explicitar a natureza dinâmica da categoria de proletariado).

Por outro lado, uma parte significativa do *salariato precário* compõem o contingente de proletários marginais urbano-metropolitanos, a maioria deles imersos em atividades de baixa produtividade, inclusive alguns sem nenhuma proteção social e sem registro formal, lado a lado com o lumpensinato clássico. Estão imersos na velha informalidade estrutural que caracteriza a formação social capitalista brasileira, sendo compostos por um contingente de proletários e lumpen-proletários que não aparecem nas estatísticas sociais, devido a sua *invisibilidade de classe*.

O imenso contingente dos trabalhadores do *salariato precário* estão distantes da *experiência de classe* das categorias de trabalhadores assalariados organizados e com tradição de luta sindical e política e que representam 27,6% daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho primário.

Finalmente, é importante salientar a existência do que consideramos os *proletários de "classes médias"*. Eles abrangem cerca de 8,2 % da PEA, ou seja, trabalhadores ocupados com carteira e estatutários em atividades de gerência ou que exigem conhecimento técnico/profissio-

nal; e ocupados sem carteira, autônomos e desempregados com curso superior, que em sua parte maior é de proletários de colarinho branco. É um pequeno (mas influente) mundo do trabalho, capaz de formar opinião pública e que tende a disseminar as ideologias de expectativas/mobilidade sociais.

A crise do capitalismo "desenvolvimentista", a onda neoliberal e os processos de reestruturação capitalista na produção e nas políticas públicas, impuseram novas determinações à estrutura de classes sociais, promovendo novas clivagens no interior das classes sociais no Brasil. Nas últimas décadas, o proletariado se ampliou, diferenciando-se e complexificando-se. Deste modo, o debate sobre a natureza do proletariado nas condições sócio-histórica do Estado neoliberal e do sócio-metabolismo da barbárie assume hoje uma nova relevância teórico-analítica e política, pois irá nos habilitar a apreender a base social das transformações históricas possíveis no Brasil.

Precariedade e precarização do trabalho

As categorias de *precariedade* e de *precarização* do trabalho são intrinsecamente histórico-concretas, além de serem, multidimensionais (precariedade e precarização não são apenas do trabalho, mas dos modos de vida e da reprodução social). O que significa que assumem formas e modos de ser diferenciados no decorrer da história e no interior de cada sociedade nacional. É claro que utilizamos *precariedade* como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Deste modo, o trabalho assalariado é condição ontologicamente precária de classe. Mas o que merece investigação, no caso, é a forma sócio-histórica que assumiu a condição de precariedade salarial em paises de capitalismo hipertardio como o Brasil. É uma condição de classe que tem se alterado no decorrer do tempo (ser bancário ou metalúrgico não é o mesmo que há vinte ou trinta anos).

Além disso, na mesma direção, é interessante refletir, por outro lado, sobre a forma social e histórica que assumiu o processo de *precarização do trabalho* no Brasil, entendido, principalmente, como movimento de degradação da condição salarial. Assim, estamos lidando com um processo que se desenvolve no espaço-tempo e que atinge, de modo diferenciado, contingentes da classe. Por exemplo, algumas categorias profissionais perderam direitos trabalhistas ou tiveram seu estatuto salarial precarizado (ou "flexibilizado") nas últimas décadas, por conta das políticas neoliberais e do processo de reestruturação produtiva e globalização econômica.

Assim como a condição de precariedade salarial, o processo de precarização atinge de modo diferenciado categoriais profissionais no interior da classe. Além disso, é percebido de forma diferenciada por segmentos etários, étnicos, de gênero, com diferentes graus de qualificação ou segmentos de diferentes faixas salariais no interior desta categoria profissional. Temos a *experiência vivida* e a *experiência percebida* da classe, cuja condição de precariedade salarial é atingida por um processo de reestruturação que pode ser apreendido como processo de precarização com múltiplas nuances. Enfim, existem, particularidades sociais que merecem ser destacadas para que possamos compreender melhor, de forma concreta, a objetividade e a subjetividade do mundo do trabalho no Brasil.

O que se desenvolveu no Brasil após a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) foi um tipo de capitalismo subalterno à ordem capitalista imperialista e de cariz hipertardio em seu desenvolvimento industrial só ocorrido com maior intensidade e amplitude a partir da década de 1930. O capitalismo brasileiro preservou em sua gênese histórica, traços arcaicos derivados da ordem escravista-colonial que passaram a estruturar o mercado de trabalho no Brasil (por exemplo, a exclusão social do trabalhador negro do mercado de trabalho primário). O *salariato hipertardio*, como podemos denominar o tipo particular de regime salarial no Brasil, constituiu-se com um profundo clivo de desigualdade social, marcado, por um lado, pela não-incorpo-

ração do trabalho livre negro no mercado de trabalho. Após a abolição da escravatura um amplo contingente de proletários negros foi excluído das atividades produtivas mais dinâmicas. Preferiu-se importar colonos imigrantes brancos, inclusive com incentivo estatal. Por outro lado, pela concentração nas periferias das grandes cidades de um amplo contingente da superpopulação relativa, oriunda do êxodo rural decorrente de uma estrutura agrária concentrada e excludente que impediu (e impede) o acesso a terra. Desde a Lei de Terras de 1850 colocam-se obstáculos crescentes à posse da terra. Daí em diante as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer através da compra, ou seja, só poderiam ser adquiridas por aqueles que tivessem condições de pagar por elas. Essa lei ajuda a entender por que o Brasil possui uma extrema concentração de terra, latifúndios improdutivos e uma grande massa de excluídos, os trabalhadores sem terra.

Num primeiro momento, o capitalismo brasileiro se desenvolve tendo como seu centro dinâmico, atividades de produção agrário-exportadora, baseado na produção e exportação do café; e depois, a partir da década de 1930, com a aguda crise da produção cafeeira, ocorre o desenvolvimento da produção industrial nacional. Cresce o mercado de trabalho urbano, que preserva, entretanto, em sua estrutura, a marca da redundância estrutural da força de trabalho, seja com os afro-descendente, seja com os proletários redundantes das periferias da cidade e do campo, através do fechamento do acesso à terra. Depois, o caráter hipertardio da industrialização significa a utilização de máquinas pesadas que economizam, na produção mais dinâmica, o trabalho vivo, contribuindo mais ainda, para a redundância estrutural da força de trabalho no meio urbano. A chegada da grande indústria não significa a precarização do trabalho manufatureiro, tendo em vista que a grande indústria no Brasil convive, lado a lado, com a atividade manufatureira de menor composição orgânica do capital (a rigor, não tivemos a passagem clássica do artesanato para a grande indústria).

Um amplo contingente do mercado de trabalho urbano é obrigado a viver a margem dos direitos trabalhistas, sem capacidade de luta e

organização, incapaz de incorporar-se nos núcleos mais dinâmicos da economia capitalista em desenvolvimento. No século XX consolidou-se, deste modo, por um lado, um núcleo dinâmico, que cresce e se diferencia, constituído por corporações salariais organizadas, com direitos trabalhistas, muitos deles "concedidos" pelo Estado, que encontra em tais corporações salariais, base de legitimidade social; e, por outro lado, uma imensa borda de trabalho vivo, heteróclita, de estratos desiguais e de estatuto social precário, trabalhadores domésticos, da construção civil ou de empreendimentos da indústria e serviços, de atividades econômicas urbanas (e rurais) periféricas e menos dinâmicas, que incorporam os "excluídos" do mundo do trabalho; em geral, sem carteira, negros, mulatos, pobres, homens e mulheres, sem sindicato. Enfim, constituem outro mundo do trabalho no campo e nas cidades. Esses segmentos sociais amplos, constituído por uma população de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros migrantes, desenraizados e envolvidos em trabalhos assalariados (embora sem carteira), ou ainda, atividades (ou "bicos") por conta própria, falsos autônomos, ampla marginalidade social que não ocultam seu caráter de subalternidade, constituindo o trabalho vivo "invisível" da exploração capitalista no Brasil.

Constituiu-se o que poderíamos chamar de *salariato precário*, tendo em vista que a precariedade do trabalho é condição não apenas da "borda" desprotegida, mas do "núcleo" dinâmico (o que se verificou nos últimos trinta anos, com mais clareza). Com a industrialização, o "núcleo" dinâmico se ampliou, segmentou-se e se diferenciou a partir da industrialização pesada, nos últimos cinqüenta anos, inclusive compondo uma "classe média" assalariada, de maior escolaridade, ligada a atividades de serviços financeiros, consumo, propaganda e marketing. A expansão capitalista no País significou o incremento do contraste entre os dois "mundos do trabalho", o segmento protegido por leis trabalhistas, conquistas de luta sindicais e políticas, de maior escolaridade e com acesso ao consumo e ao crédito; e o segmento da massa laboral desprotegida, migrante, fluida, do campo e da cidade, proletários "invisíveis" que buscam ascensão social por meio do emprego com carteira.

A metropolização capitalista que "explode" na década de 1960 imprimirá sua marca no território urbano, com aglomeração de favelas, de um lado, e condomínios de "classe media", por outro lado. A industrialização pesada contribuirá para a intensificação dos fluxos migratórios inter-regionais. O acesso ao mercado de consumo urbano significa, para amplas parcelas do proletariado metropolitano, um ganho de status social. Até fins da década de 1970, a mobilidade social está no horizonte de classe do proletariado no Brasil.

A partir da "crise do milagre" nos anos de 1970 e na década de 1980 altera-se significativamente a dinâmica social e econômica no Brasil. Instaura-se um amplo processo de *precarização* para o mundo do trabalho que atinge os trabalhadores assalariados "integrados", por meio da perda de direitos e da instabilidade de carreira e ascensão social (por exemplo, a "crise do Estado", importante empregador no País, atinge categoriais assalariadas importantes ligadas às atividades produtivo-financeiras estatais); e para os trabalhadores proletários "excluídos" do mercado de trabalho formal, em virtude da crise do desenvolvimento econômico, variável importante de expansão da oferta de empregos formais, e o fechamento do universo de mobilidade social.

Ora, com o "capitalismo flexível" a partir da década de 1990, nada garante a perspectiva de carreira, nem para "os de dentro", muito menos para "os de fora". Assim, o processo de precarização como processo social se apresenta como o desmonte da perspectiva de formalização e o crescimento da informalização; a reestruturação produtiva de amplos setores protegidos da indústria, o crescimento do desemprego aberto. Ora, o processo de precarização atinge o *centro* e a *borda* do mundo do trabalho. A crise da economia brasileira dá cores trágicas ao cenário social nas últimas décadas, piorando a qualidade do emprego no mercado de trabalho.

Ao lado da conjuntura macroeconômica instável, surge um cenário de grandes transformações no espaço da produção capitalista, com o regime de acumulação flexível se impondo com a globalização da economia, instaurando-se nos núcleos mais dinâmicos um novo tipo de estatuto salarial, o "salariato flexível" que rompe com o padrão do "salariato

fordista" que caracterizou o modo de exploração da força de trabalho no Brasil do pós-guerra. Assim, à "crise de desenvolvimento" agrega-se uma alteração estrutural da dinâmica de acumulação e do seu regime salarial com impactos no núcleo dinâmica do mercado de trabalho, e por rebatimento, na borda periférica do mundo do trabalho informalizado.

Identificamos, por um lado, um processo de precarização do trabalho em categorias profissionais do núcleo dinâmico da economia, e por outro lado, o aumento, no plano macrossocial da informalização, com o crescimento dos trabalhadores sem carteira, significa maior concorrência entre a força de trabalho na borda periférica do mundo do trabalho, principalmente das atividades de "autônomos". Enfim, o processo de precarização atinge os mais diversos segmentos e contingentes da força de trabalho.

Nova Precariedade e Capitalismo Global

O que ocorre no mundo do trabalho no Brasil nos últimos trinta anos é parte integrante de um processo totalizador de desenvolvimento do capitalismo global. As principais tendências que identificamos na constituição do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil são plenamente perceptíveis em outros paises capitalistas, seja do centro orgânico do sistema do capital, o denominado Primeiro Mundo; seja da borda periférica industrializada, como é o caso da América Latina. Enfim, o que existe hoje é um sistema mundial de exploração do trabalho vivo e da força de trabalho que tende cada vez mais a assumir uma conformação global de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais.

Os agentes institucionais do novo e precário mundo do trabalho global são as grandes empresas multinacionais ou transnacionais, que têm, nas últimas décadas, alcançado um extraordinário poder de controle (e gestão) da ordem social global em virtude das políticas neoliberais, de desregulamentação e liberalização comercial adotadas pelos go-

vernos nacionais, com apoio das tecnoburocracias mundiais como FMI, Banco Mundial e OMC. A fraqueza dos Estados-nação subalternos aos interesses dos grandes centros financeiros (e militares) internacionais é expressão da potência vigente dos agentes corporativos industriais, financeiros e militares (com os EUA sendo o núcleo orgânico desta nova ordem global do capital). Mais do que nunca, o capital concentrado busca moldar o globo à sua imagem e semelhança.

A globalização é a *mundialização do capital,* tanto do capital financeiro, quanto do capital industrial. O poder ideológico e político da grande burguesia financeira globalizada contribui para a formatação do mundo do trabalho por meio do imperativo de alterações na legislação trabalhista em todos os países capitalistas. Há cerca de trinta anos o tônus discursivo dominante é o mesmo: flexibilização, desregulamentação e empregabilidade. Além disso, coloca-se o imperativo de alterações na subjetividade político-sindical com a disseminação das ideologias neocorporativas da concertação e da colaboração de classe. Nunca o poder da ideologia foi tão intenso, buscando adequar "corações e mentes" à nova etapa da acumulação flexível.

Enfim, estamos lidando com uma ofensiva global do capital corporativo que busca adequar o mundo do trabalho às novas exigências da valorização em crise, com apoio explicito de governos e tecnoburocracias mundiais. Enquanto a resistência dos trabalhadores do mundo ainda se limita, em geral, às fronteiras nacionais, o capital como agente da civilização das mercadorias e das finanças, atua como uma verdadeira Internacional do mercado universal.

Seria interessante tecer algumas considerações analíticas sobre o documento intitulado "Mudanças do Mundo do Trabalho", publicado na 95º. Reunião da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2006. Ela publicou uma nova análise sobre as tendências e os desafios presentes no mundo laboral na qual adverte sobre "a existência de uma distância cada vez maior entre as oportunidades sem precedentes aproveitadas por algumas pessoas e o aumento da incerteza que afeta a maioria delas". Ora, o que a OIT constata é tão somente uma tendência

estrutural do modo de produção capitalista que em sua etapa global, tende a explicitar com vigor suas características estruturais.

O documento da OIT, entre outras coisas, diz que:

(1) "A força laboral do mundo [ou o mundo do trabalho] está aumentando com rapidez. Neste momento, existem cerca de 3 bilhões de pessoas que trabalham ou estão procurando trabalho, às quais se agregarão cerca de 430 milhões de pessoas até 2015, a maioria proveniente dos países em desenvolvimento" (o que desmente a idéia de um suposto fim da "sociedade do trabalho").

(2) "Durante a próxima década serão necessários centenas de milhões de novos empregos. Na média, as economias deveriam gerar mais de 43 milhões de postos de trabalho anuais para reduzir o desemprego mundial, que passou de 157 milhões de pessoas em 1995 para 192 milhões de pessoas em 2005, o nível mais alto da história" (o que significa que nos últimos dez anos, aumentou em 35 milhões o contingente de desempregados no mundo).

(3) "O impacto do HIV/AIDS será cada vez mais forte. A epidemia, que afeta principalmente as pessoas em idade de trabalhar, poderia gerar perdas de até 270 bilhões de dólares nos 41 países mais afetados no ano 2020" (o documento trata de perdas financeiras e não de perdas humanas – apesar do desastre humanitário, o índice de desemprego mundial cresce paulatinamente).

(3) "As mulheres constituem 40 por cento da força de trabalho mundial. Entre 1991 e 2005 a força de trabalho feminina do mundo aumentou de menos de 1 bilhão para 1,220 bilhão. Apesar, disso, as mulheres continuam enfrentando numerosos obstáculos no mercado de trabalho". O crescimento da presença da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho é expressão da precarização do trabalho, tendo em vista que elas tendem a sofrer discriminação social, ocupando, em geral, empregos precários.

(4) "Durante a última década, as taxas de desemprego juvenil aumentaram globalmente de 12,1 para 13,7 por cento. Em 2005, os jovens das regiões em desenvolvimento tinham 3,3 vezes mais probabilidades

de ficar sem trabalho do que os trabalhadores adultos, enquanto nas economias desenvolvidas os jovens tinham 2,3 vezes mais probabilidades de estar desempregados do que os adultos". O crescimento do desemprego juvenil expressa a incapacidade desta ordem social de incorporar amplos contingentes de homens e mulheres jovens na produção social, jogando-os cada vez mais nas mãos do crime organizado e na marginalidade social. É a maior expressão de negação de futuridade do sistema social do capital.

(5) "Em 2004, havia 218 milhões de crianças aliciadas pelo trabalho infantil. Este número, porém, apresentou uma diminuição de 11 por cento nos últimos quatro anos". Apesar de toda campanha mundial contra o trabalho infantil, a redução de 11% é pífia, expressando as dificuldades desta ordem social global de eliminar uma das formas mais torpes de exploração da força de trabalho.

(6) "Em todo o mundo, o número de pessoas de 60 anos de idade ou mais está aumentando mais rapidamente que todos os demais grupos de idade. As taxas de participação na força laboral de mulheres e homens que têm mais de 50 anos aumentou em todo o mundo". Além da marginalidade social de jovens, a precarização do trabalho e da vida de homens e mulheres da Terceira Idade é uma das mais incisivas tendências sociais do capitalismo global no século XXI.

(7) "O setor de serviços aumentou sua participação como provedor de emprego mundial de 34,4 por cento em 1995 a quase 39 por cento em 2005. Este índice coloca o setor de serviços perto dos 40 por cento do setor agrícola. O setor industrial abrange 21 por cento dos empregos". Em geral, empregos em serviços tendem a ser precários e de difícil sindicalização. Além do mais, o crescimento dos serviços ocultam a expansão da indústria capitalista pelos mais diversos aspectos da vida humano-social.

Depois destes dados sócio-estatísticos, a OIT nos apresenta sua receita para os elementos de precarização do mundo do trabalho hoje. Diz Juan Somavia, Diretor-geral da Organização: "Isto requer um esforço para melhorar a produtividade, as receitas e as condições de trabalho a

fim de reduzir a pobreza que afeta cerca da metade dos trabalhadores do mundo". E prossegue: "Vivemos em uma época de oportunidades e incertezas na qual estão desaparecendo algumas das barreiras que impediram aos homens e mulheres realizar plenamente suas capacidades, mas ao mesmo tempo escasseiam os empregos de qualidade que proporcionam uma segurança fundamental para melhorar nossas vidas".

Ora, o discurso de Somavia é deveras ambíguo. A melhoria da produtividade em si, nas condições históricas atuais, tende a contribuir para a extinção de postos de trabalho e aumento do desemprego de massa. É o que se constatou nos últimos trinta anos. Embora, a produtividade em si não seja a única variável explicativa do desemprego de massa, com certeza, sob o sistema capitalista, seu incremento tende a significar redução do trabalho vivo na produção, circulação e distribuição de mercadorias (o imperativo da produtividade perpassa indústria, serviços e agricultura, cada vez mais capital-intensivos). Enfim, como explicar a pobreza que afeta cerca de metade de trabalhadores do mundo? O documento da OIT nada nos diz. Fica apenas o imperativo categórico-moral de reduzir a pobreza.

Há pouco mais de 150 anos, o jovem Karl Marx salientava que existe uma interconexão essencial entre riqueza e pobreza na sociedade do trabalho estranhado. Este traço estrutural da sociedade burguesa está mais explicito nas condições históricas de crise do Estado social e de hegemonia neoliberal.

A outra constatação de Somavia confirma apenas o que a análise marxiana salientara há pouco mais de um século e meio: o capitalismo desenvolve as forças produtivas do trabalho social. Entretanto, cada vez mais, elas tendem a se interverter em forças de destruição social. É o que István Meszáros irá denominar de vigência da produção destrutiva. Como o diretor-geral da OIT nos diz: "...escasseiam os empregos de qualidade que proporcionam uma segurança fundamental para melhorar nossas vidas." Tais tendências são perceptíveis no mundo do trabalho do Brasil neoliberal.

Por outro lado, o relatório da OIT prossegue identificando quatro forças que estão interagindo e provocam transformações nos mercados de trabalho: "O imperativo do desenvolvimento, que se origina da necessidade urgente de reduzir a pobreza e a desigualdade dos países e entre eles; a transformação tecnológica desencadeada pela divulgação de novos meios de tratamento da informação e de comunicação; a intensificação da concorrência em nível mundial depois da liberalização comercial e financeira, bem como da espetacular redução dos custos de transporte e comunicação; e a evolução do pensamento político em relação aos mercados de trabalho".

Ora, a identificação destas forças que moldam o mundo do trabalho oculta a lógica intrínseca da acumulação de capital que significa em si, incremento da exploração da força laboral, isto é, aguda extração da mais-valia relativa (em virtude da *transformação tecnológica*) e da desigualdade social (como decorrência dos imperativos de precarização do trabalho conduzidos pela intensificação da *concorrência* mundial).

Por outro lado, é claro que a evolução do pensamento político em relação aos mercados de trabalho sob a hegemonia neoliberal só tende legitimar a ordem destrutiva do capital. Entretanto, o pensamento inquieto da OIT não consegue ir além do mero discurso ético-moral que busca no interior do sistema da produção destrutiva um "trabalho decente". Não se explicita uma verdade essencial: *riqueza* e *pobreza* são irmãos siameses no mundo do capital.

A meta de "desenvolvimento" na sociedade da financeirização é outra piada de mal gosto do documento da OIT. Os mercados financeiros não estão nem um pouco preocupados com o suposto imperativo do desenvolvimento. A questão é o que fazer diante desta nova dinâmica capitalista. Isto o relatório da OIT também não nos diz (nem poderia dizer) nada.

Noutro momento, o relatório observa: "Se quisermos alcançar a meta de trabalho decente para todos é vital compreender quais são as forças que dirigem este processo a fim de moldá-lo de tal maneira que gere mais e melhores postos de trabalho para mulheres e homens de todo o mundo".

A questão que se coloca "não é compreender as forças que dirigem este processo...". A teoria social critica já consegui faze-lo com clareza, pelo menos nos últimos trinta anos. O que se coloca é constituir um pensamento político e social contra-hegemônico de nítido cariz radical, de inspiração socialista, único capaz de se contrapor à lógica do capital global. Assim, é mera fantasia acreditar que o modo de produção capitalista possa hoje, na etapa neoliberal, sob o controle corporativo, realizar o que a OIT almeja: "mais e melhores postos de trabalho para mulheres e homens de todo o mundo".

Enfim, pergunta-se: como um sistema social global de produção destrutiva baseado na precarização e supressão da força de trabalho pode gerar "trabalho decente" para todos?

É curioso que o relatório destaca que "as transformações registradas no mundo do trabalho têm um potencial de gerar oportunidades para que todos tenham acesso a um trabalho decente". Prossegue ele:"Os avanços tecnológicos, se aplicados de maneira que promovam a inclusão no lugar da exclusão, poderiam incrementar a produtividade e relegar a pobreza à história no intervalo de uma geração". Mais uma "perola" do ilusionismo social, mesclada com os jargões vigentes de "inclusão" e "exclusão". Enfim, oculta-se o essencial...Ao lado de constatações verdadeiras, diagnósticos e promessas falsas. Ou seja, falta uma analise verdadeiramente cientifica da realidade social (o que se poderia esperar de um documento de especialistas).

Diz ainda o Relatório: "O principal meio para assegurar que o crescimento da economia mundial tenha um caráter inclusivo é a forma pela qual os mercados de trabalho e de mão-de-obra estão organizados e administrados". Perguntamos: irá a OIT sugerir a flexibilização do trabalho? O discurso ideológico da suposta "inclusão" oculta uma incapacidade de critica verdadeiramente científica da natureza estranhada da nova ordem global. O capitalismo global é uma fantástica fábrica de ilusões. Mas, a seguir, uma constatação curiosa: "A história recente é inquietante. A capacidade de crescimento de gerar emprego diminuiu em nível mundial". Ora, como todo jogo pesado da ideologia, mesclam-se

constatações verdadeiras, quase-óbvias, com falsas (e tímidas) receitas políticas e sociais.

Finalmente, o estudo também mostra que existem três componentes de uma estratégia destinada a reduzir os déficit de "trabalho decente" existentes no mundo: (1) "uma forma de crescimento com maior coeficiente de emprego obtida mediante uma modificação do marco de incentivos em favor da mão-de-obra em lugar do capital, especialmente em países com desemprego em grande escala uma grande proporção de trabalhadores pobres"; (2) "um aumento da produtividade dos trabalhadores mais pobres do mundo a fim de possibilitar a melhoria dos seus ganhos e suas condições de trabalho"; e (3) "um ritmo de crescimento mais rápido, aumentando assim a demanda de mão-de-obra e acelerando a inserção dos trabalhadores mais pobres em empregos mais produtivos".

Novamente, a busca impossível ou a ilusão necessária de se criar no capitalismo neoliberal mais emprego decente com crescimento (observem que neste momento, o relatório não fala em "desenvolvimento", mas em "crescimento"). Um detalhe: existem brechas no discurso da OIT para a sugestão de alteração da legislação trabalhista de acordo com os interesses corporativos, ou ainda, da idéia de flexibilização laboral como elixir contra o desemprego de massa. E surge novamente o discurso obtuso de acreditar que sob o modo de produção capitalista, produtividade implique automaticamente em "trabalho decente". Deixa-se de lado mediações políticas e elementos da luta de classes. A aguda fragilidade das instituições defensivas do mundo do trabalho hoje (sindicato e partido) implicam o contrário: produtividade no capitalismo neoliberal tende a significar abertura de maior fosso social, mais concentração de riqueza e precarização do trabalho.

Bibliografia

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. (1985) *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ANTUNES, Ricardo (1995) *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, São Paulo: Editora Cortez.

AGLIETTA, Michel (1979) *Regulácion y crisis del capitalismo*, Madri: Siglo Veintiuno Editores.

ALVES, Giovanni (2001) *Dimensões da globalização*, Londrina: Editora Práxis.

_____(1999) *Trabalho e mundialização do capital,* Londrina: Editora Práxis.

_____(2000) *O novo (e precário) mundo do trabalho*, São Paulo: Editora Boitempo.

_____(2002) "Ciberespaço e fetichismo" In: ALVES, Giovanni e MARTINEZ, Vinício (Org.) *Dialética do Ciberespaço*, Londrina: Editora Práxis

ALVES, Giovanni e MARTINEZ, Vinício (Org.) (2002). *Dialética do Ciberespaço*, Londrina: Editora Práxis.

BATISTA, Roberto Leme (2002) Educação e trabalho na década neoliberal – Uma análise crítica do PLANFOR, dissertação de mestrado, FFC/UNESP-Campus de Marilia, São Paulo.

BERMAN, Marshall (1987) *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar*, São Paulo: Editora Companhia das Letras.

BIHR, Alain (1998) *Da Grande Noite à Alternativa – O Movimento Operário Europeu em crise*, São Paulo: Editora Boitempo.

BRENNER, Richard (2001). *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Editora Record.

BLOCH, Ernst (1956) *El Principio Esperanza*, Madri: Grijalbo Editora.

CORIAT, Benjamin (1994). *Pensar pelo Avesso - O Modelo Japônes de Trabalho e Organização*, Rio de Janeiro: Editora Revan/UFRJ..

_____(1993) "Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto" In HIRATA, Helena (org.). *Sobre o "Modelo" Japones - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho*, São Paulo: Edusp.

CASTELLS, Manuel (2003) *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Editora Paz e Terra.

CHESNAIS, François (1995) *Mundialização do Capital*, São Paulo: Editora Xamã.

_____(Org.) (1998). *Mundialização Financeira*, São Paulo: Editora Xamã

DEBORD, Guy (1997) A sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro, Editora Contraponto.

FAUSTO, Ruy (1987) *Marx-Lógica&Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, tomo I, Editora brasiliense, São Paulo.

_____(1989) "A 'Pós-Grande Indústria' nos Grundrisse (e para além deles).", *Lua Nova*, novembro/89, nº 19, São Paulo: CEDEC.

FORRESTER, Viviane (1997). *O Horror Econômico*, São Paulo: Editora da UNESP.

FOUCAULT, Michel (1994). *Dits et Écrits*, V. 4, Gallimard: Paris.

GRAMSCI, Antonio (1984). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GARCIA-ROZA, Luis Alfredo (2004). *Freud e o inconsciente*. São Paulo: Jorge Zahar Editores.

GENTILI, Pablo (1998) "O conceito de empregabilidade", Avaliação do PLANFOR, s/d.

GORZ, André (2005) *O Imaterial*, São Paulo: Annablume

HOBSBAWN, Eric (2001) *A Era dos Extremos*. São Paulo: Editora Paz e Terra

HAEFLIGGER, Stephanie (2004) "O assalariado ideal segundo o gerenciamento pós-moderno"**,** *Le Monde Diplomatique***,** maio de 2004.

HARVEY, David (1992) *Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, Edições Loyola: São Paulo.

HABERMAS, J. (1990) *Para a reconstrução do materialismo histórico*, brasiliense, São Paulo.

HOLZ, H., KOFLER, L., ABENDROTH, W. (1969) *Conversando com Lukács,* Paz e

Terra, Rio de Janeiro.

JAMESON, Frederic (1988) *Pós-modernidade: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Editora Ática.

IANNI, O. (1992) *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

KURZ, Robert (1992) *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

KONDER, Leandro (2005) *Walter Benjamin – o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KOSIK, K. (1973). *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEVY, Pierre (1998) *A Inteligência Coletiva*, São Paulo: Edições Loyola

LOJKINE, Jean (1995) *A Revolução Informacional*, São Paulo: Editora Cortez.

LIMA, Deise Guadalupe de (2004) *Corpo e Trabalho: Entre a Educação Física e a Ergonomia*, Ed. Fontoura: Florianópolis

LIPOVETSKY, Giles (2004) *Os tempos hipermodernos*, São Paulo: Barcarolla.

LUKÁCS, Georg (1981) *Ontologia Dell'essere Sociale*, Editori Riuniti, Roma.

_____(1978) "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", *Temas de Ciências Humanas*, No. 4, São Paulo: Grijalbo.

MUNSTER, Arno (1997) *Utopia, Messianismo e Apocalipse nas Primeiras Obras de Ernst Bloch*, Editora UNESP: São Paulo.

MANDEL, Ernest (1990) *A Crise do Capital - Os fatos e sua interpretação marxista*, Editora ensaio, São Paulo.

MARX, Karl (1988) *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro 1, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

_____(1987) *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economia Política (Grundrisse). 1857-1858,* Siglo Veintiuno Editores, México.

_____(1986) *O 18 Brumário e Cartas A Kugelmann*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

_____(1987). *Salário, Preço e Lucro*, Global editôra, São Paulo.

MARX, K. E ENGELS, F. (1987) *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*, Hucitec, São Paulo.

_____(1998) *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo.

MOLLON, Phil (2005) *O Inconsciente – Conceitos de Psicanálise*, Viver (Mente e cérebro): São Paulo

MÉSZÁROS, István (2002) *Para Além do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo. MARCUSE, Herbert (1998) *Cultura e Sociedade*. Vol. 2, Paz e Terra: São Paulo

_____ (1995) "Algumas implicações sociais da tecnologia moderna", In KELLNER, Douglas (editor) (*Tecnologia, guerra e fascismo*, Editora da UNESP: São Paulo.

REVELLI, Marco (1995) "Economia e Modello Sociale Nel Passagio tra Fordismo e toyotismo", In INGRAO, Pietro (org). e ROSSANDA, Rossana (org.), *Appuntamenti di fine secolo*, Manifestalibri: Roma.

SENNET, Richard (1998) *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro: Editora Record. TEIXEIRA, Ana (1998) Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações, *Revista Trabalho e Educação*, UFMG/NET, Belo Horizonte.

WATANABE, Ben (1993) "Toyotismo – um novo padrão mundial de produção?", *Revista dos Metalúrgicos*, dezembro de 1993, CUT/CNM, São Paulo.

WOOD, Stephen J. "Toyotismo e/ou Japonização" In HIRATA, Helena. *Sobre o "Modelo" Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho*, EDUSP: São Paulo.

ZILBOVICIUS, Mauro (1997) "Modelos de produção e produção de modelos" In Glauco ARBIX e Mauro ZILBOVICIUS (org.) *De JK a FHC – A Reinvenção dos Carros*, Editora Scritta: Campinas.

ZIZEK, Slavov (1992) *Eles Não Sabem o que Fazem*. Jorge Zahar Editor: São Paulo



Capitulo 1
A Natureza do Capital

Capitulo 2
Trabalho e Capitalismo

Capitulo 3
Trabalho e Ciberespaço

Capitulo 4
Metamorfoses do Trabalho

Capítulo 5
Precariedade e Precarização do Trabalho

Capitulo 6
Formas da Reestruturação Produtiva

Capitulo 7
Toyotismo e “Captura” da Subjetividade

Capitulo 8
Trabalho, Corpo e Subjetividade

Capitulo 9
Toyotismo e Estresse

Capitulo 10
Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade

Capitulo 11
O Precário Mundo do Trabalho no Brasil

ISBN 978-85-99728-10-9
9 788599 728109